

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**Faculdade de Educação**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação/Modalidade Profissional – PPGE/MP**  
**Mestrado em Educação**

**DOCIMAR DE JESUS FELISBINO**

**VOZES TRANS NA EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS,  
EXPERIÊNCIAS ESCOLARES E LINGUAGENS**

**BRASÍLIA – DF**  
**2024**

**DOCIMAR DE JESUS FELISBINO**

**VOZES TRANS NA EDUCAÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS,  
EXPERIÊNCIAS ESCOLARES E LINGUAGENS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na Área de Políticas Públicas em Educação.

**Orientador:** Professor Doutor  
Eduardo Di Deus

**BRASÍLIA – DF  
2024**

Banca Examinadora:

---

Dr. Eduardo Di Deus (presidente) – FE/ UnB

---

Dr.<sup>a</sup> Jaqueline Gomes de Jesus – IFRJ/UFRJ/UERJ/UFF/Fiocruz

---

Dr.<sup>a</sup> Renísia Cristina Garcia Filice – FE/UnB

---

Dr.<sup>a</sup> Adriana Almeida Sales de Melo (suplente) – FE/UnB

Brasília, 29 de maio de 2024.

*Em honra aos meus antepassados transgêneros e/ou homossexuais que, em determinado momento, tiveram que ocultar seus desejos e identidades para garantir a própria sobrevivência.*

*E àqueles que bravamente desafiaram as convenções estabelecidas para que nós, da comunidade LGBTQIA+, pudéssemos viver autenticamente.*

*Avoa, mona, o mundo é teu palco!  
Arrasa, que o close é certo!*

## AGRADECIMENTOS

Daqui, reconheço toda a trajetória percorrida, uma jornada árdua que parecia impossível para um garoto criado por pais analfabetos, de origem pobre, morador da periferia e *gay*. O menino do passado nunca imaginaria alcançar tantas conquistas e desfrutar de oportunidades e privilégios que o homem de hoje teve e tem. Com base em minhas conquistas e experiências de vida, tenho uma imensa gratidão.

Em primeiro lugar, expresso meu reconhecimento aos meus antepassados, especialmente à minha querida avó, a quem carinhosamente chamava de “mãe véia”. Rita, como era conhecida essa venerável senhora, desempenhou um papel fundamental no meu interesse pela escrita e pela arte de contar histórias. Recordo-me claramente dela nos reunindo ao redor do seu fogão à lenha rústico, feito à base de barro, enquanto nos envolvia com suas narrativas criativas e imaginativas. Eu ficava fascinado com cada palavra e, por vezes, assustado diante da intensidade das histórias que ela compartilhava, imaginava vividamente os personagens que habitavam suas narrativas.

Ao percorrer essa jornada familiar, o sentimento de gratidão pela minha família está presente desde os meus ancestrais, com destaque para minha amada e estimada mãe Helena, que sempre foi um modelo de persistência. Desde jovem, enfrentou grandes desafios para seguir em frente, mesmo diante das dificuldades extremas. Jamais se conformou com as injustiças do sistema, guiando a mim e meus seis irmãos por caminhos árdus. Sem temer ir contra as regras estabelecidas, ela, hoje com 77 anos, continua a lutar incansavelmente pela sobrevivência. Agradeço imensamente a você, minha mãe; seu legado será eternamente inspirador para mim.

Nessa perspectiva, ao transitar às pessoas a quem devo muito agradecimento, faço menção à minha entrada no Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Brasília. Desde que tive a oportunidade de ingressar no mestrado, percebi o quanto isso foi essencial para aumentar minha autoconfiança e mostrar a mim mesmo que pessoas como eu são capazes de superar grandes desafios. Embora os obstáculos sejam muito maiores para aqueles com uma origem semelhante à minha, consegui chegar ao mestrado em uma das universidades federais mais respeitadas do país. Com essa realização, meu agradecimento se estende ao meu querido e admirável professor orientador doutor Eduardo Di Deus. Um exemplo de docente e um orientador extraordinário, de uma paciência, *expertise* e disponibilidade incomparáveis. De alguma maneira, o destino nos

uniu; houve tantas possibilidades para o rumo que meu projeto poderia tomar, porém a vida quis que fosse você. Que sorte a minha!

Expresso também minha gratidão aos professores e colegas do PPGE-MP, PPGPS (Programa de Pós-Graduação em Política Social) e PPGL (Programa de Pós-Graduação em Linguística). Foi enriquecedor e essencial ter conhecido cada uma e cada um de vocês. Sinto que me desenvolvi muito em termos de conhecimento e como indivíduo. Tenho lembranças carinhosas de cada aula, de cada professor, de cada colega. Alguns desses colegas e professores estarão sempre comigo, pois nunca esquecerei da parceria, do apoio mútuo, dos abraços calorosos e da motivação que recebi ao longo desse caminho. Vocês foram incríveis!

Além desses, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao meu parceiro, amigo e companheiro Sidnei, que mostrou paciência comigo durante todo esse período. Durante os dois anos dedicados à pesquisa, muitas vezes tive de abrir mão de atividades que poderiam ter sido celebradas juntos. Agradeço por tudo, você foi essencial para o progresso em minha vida.

Ademais, em nome dos meus amigos e colegas de trabalho, quero agradecer às minhas grandes amigas Marianne e Germosina. Todas e todos vocês foram extremamente compreensivos comigo e sou muito grato por isso. Lembro-me das vezes em que precisei recusar convites para sair e priorizar a minha pesquisa. Também recorro das alterações nos horários de trabalho e folgas, nas quais vocês prontamente colaboraram. Isso não passa despercebido por mim e sou grato por tudo isso.

Gostaria, ainda, de expressar minha gratidão às interlocutoras durante a pesquisa. Vocês foram essenciais para o desenvolvimento do estudo e colaboraram significativamente para sua condução. Gostaria de começar agradecendo às egressas da escola Emily, Érika, Daniele e Camila. No início, tive momentos de dúvida sobre como conseguiria obter a colaboração de indivíduos tão importantes que vivem em Valparaíso de Goiás, mas então conheci Emily e tudo mudou. Emily, sua contribuição foi fundamental, agradeço por tudo, especialmente por me apresentar pessoas incríveis e oportunizar que eu conhecesse histórias tão inspiradoras.

Além das egressas, pude conhecer mais de perto a vida de algumas profissionais da educação trans-travestis e de um educador trans. Agradeço imensamente às professoras Érica, Jade, Edu e ao professor Kaleb. A generosidade demonstrada por vocês foi fundamental para o êxito da minha pesquisa. Se não fosse por vocês, meu estudo dificilmente teria sido tão enriquecedor. Vocês conduziram essa pesquisa por um caminho

muito mais dinâmico, criativo e alegre. Foi maravilhoso poder contar com vocês e suas histórias que tornaram parte significativa das páginas desta dissertação. Muito obrigado!

Gostaria de agradecer ainda à minha banca examinadora da qualificação e defesa. Vocês foram essenciais para guiar este projeto. O caminho que a pesquisa tomou desde a qualificação foi impressionante. As palavras compartilhadas naquele momento deram voz e impulso para que o trabalho continuasse com mais vigor. Por isso, expresso toda minha gratidão às professoras doutoras Jaqueline, Renísia e Adriana. Vocês são verdadeiros exemplos de profissionalismo.

Por fim, expresso minha gratidão a todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste meu sonho. Cito especialmente o estimado professor doutor Jerry Adriano, cuja assistência foi essencial durante o curso de formação pré-acadêmica da Universidade Federal do Paraná. Sem a sua colaboração e de todos os profissionais envolvidos no curso preparatório para pós-graduação, eu talvez fosse capaz de dar início ao meu mestrado, mas enfrentaria obstáculos muito mais complexos. A presença de vocês foi crucial para que eu me tornasse o primeiro membro da minha família a conquistar o título de mestre.

A todas e todos vocês, honro e agradeço. Meu muito obrigado!

## RESUMO

Ao se analisar lacunas nas políticas públicas educacionais brasileiras dispensadas à população trans, é importante compreender as características das políticas atuais para formular diretrizes efetivas que abarquem esse grupo social. Ademais, antes da inclusão dessas políticas em sala de aula, é importante conhecer vivências de docentes e estudantes trans-travestis capazes de traçar caminhos para oportunizar a inserção desses profissionais e discentes ao ponto dessa população ocupar cada vez mais os espaços escolares. À vista disso, para que profissionais da educação se disponham e se orientem na perspectiva de uma educação libertadora, eles precisam reconhecer que a ótica cis-heteropatriarcal é opressora e tende a excluir pessoas que não seguem as suas premissas. Quando ocorre dentro das instituições de ensino, esse reconhecimento tem o potencial de facilitar e apoiar a comunidade trans-travesti a alcançar patamares mais altos de formação educacional. Com essa ideia em mente, adquirir informações sobre as experiências vividas pela comunidade dissidente de gênero pode enriquecer a compreensão histórica daqueles que as explorarem e revelar características únicas que ajudam a entender a cultura desse grupo social, sua forma de se comunicar e suas diferentes variações linguísticas, como o pajubá. Nesse contexto, é viável capacitar profissionais da área da educação com conhecimento acerca dessas linguagens, para proporcionar confiança a transexuais e travestis em suas jornadas. Além disso, ao considerar estudos teóricos e documentos, foi possível realizar pesquisa qualitativa e abordar políticas, linguagem, cultura, a partir de entrevistas e análises documentais com base na observação participante. Abarcar toda essa abordagem proporcionou à pesquisa um entendimento mais profundo acerca da realidade de estudantes egressos da escola e professores trans-travestis, o que possibilitou encontrar lacunas nas políticas educacionais que prejudicam esses indivíduos. A partir desse ponto, busca-se encontrar maneiras de acelerar a adoção de métodos educacionais eficazes para preencher essas lacunas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais; Docentes; Trans-travesti; Pajubá.

## ABSTRACT

When analyzing gaps in Brazilian public educational policies for the trans population, it was pertinent to understand the characteristics of current policies to formulate effective guidelines that cover this social group. Furthermore, before the insertion of these policies in the classroom, it is important to know the experiences of trans-transvestite teachers and students capable of tracing paths to provide opportunities for the insertion of these professionals and students to the point that this population increasingly occupies more school spaces. In view of this, for education professionals to be prepared and oriented towards the perspective of a liberating education, they need to recognize that the cis heteropatriarchal perspective is oppressive and tends to exclude people who do not follow its premises. When it happens within educational institutions, this recognition has the potential to facilitate and support the trans-transvestite community in reaching higher levels of educational training. With this idea in mind, acquiring information about the experiences lived by the gender dissident community can enrich the historical understanding of those who explore them and reveal unique characteristics that help to understand the culture of this social group, their way of communicating and their different linguistic variations. , like pajuba. Within this context, it is feasible to train education professionals with knowledge about these languages, to provide confidence to transsexuals and transvestites on their journeys. Furthermore, when considering theoretical studies and documents, it was possible to carry out qualitative research and address policies, language, culture, based on interviews, document analysis based on participant observation. Covering this entire approach provided the research with a deeper understanding of the reality of students leaving school and trans-transvestite teachers, which made it possible to find gaps in educational policies that harm these individuals. From this point on, we seek to find ways to accelerate the adoption of effective educational methods to fill these gaps.

**Keywords:** Public Educational Policies; Teachers; Trans-transvestite; Pajuba.

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AVL – Academia Valparaense de Letras  
BNCC – Base Nacional Comum Currículo  
CME – Conselho Municipal de Educação  
CNLGBTQIA+ – Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+  
Covid-19 – Doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2)  
DC-GO – Documento Curricular para Goiás  
DF – Distrito Federal  
EAC – Escola Academia do Conhecimento  
EAR – Escola Academia da Razão  
EAS – Escola Academia da Sabedoria  
EASp – Escola Academia da Sapiência  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LGBTQIA+ – lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexos, assexuais e outros  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PPGE-MP – Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional  
PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Política Social  
PPGL – Programa de Pós-Graduação em Linguística  
PL – Projeto de Lei  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PP – Projeto Pedagógico  
PPP – Projeto Político-Pedagógico  
SME – Secretaria Municipal de Educação  
UnB – Universidade Federal de Brasília

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jardim Ingá .....	20
Figura 2 - Mapa dos municípios do Entorno Sul do Distrito Federal.....	25
Figura 3 - Cidade Ocidental vista de cima .....	39
Figura 4 – Valparaíso de Goiás vista de cima .....	55
Figura 5 – Ávore pajubesca .....	164
Figura 6 - Oficina UnB.....	167
Figura 7 – Oficina AVL .....	170
Figura 8 - Amarelinha de Perguntas .....	173
Figura 9 – Imagens das cartas do jogo de mímicas .....	174
Figura 10 – Quadrinhos Laerte-se .....	176

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
Estratégias e direcionamentos: objetivos e metodologia da pesquisa.....	21
Visão geral do percurso dos capítulos.....	27
<b>CAPÍTULO 1 - ENTRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRANS-TRAVESTITIDADES: PERCURSO PEDAGÓGICO DA GESTÃO .....</b>	<b>36</b>
1.1. Políticas nacionais como instrumento orientador .....	40
1.2. Valparaíso em análise: documentos de gestão educacional em voga .....	53
<b>CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO ESCOLAR É NOSSO: TRANSGENERIDADES DISCENTES E DOCENTES.....</b>	<b>79</b>
2.1. Reminiscências TRANS .....	79
2.2. (TRANS) cursos dissidentes .....	88
2.3. Abrangências TRANS: trans-travestilidades na perspectiva libertadora	104
<b>CAPÍTULO 3 – PAJUBÁ: LINGUAGENS, CULTURAS E CONTEXTOS .....</b>	<b>124</b>
3.1. Plote pajubesco: a cultura travesti em conexão .....	126
3.2. A variante salva-vidas re(ex)sistindo.....	138
3.3. Processos pajubescos: escalada da variante em espaços impenetráveis	148
3.4. Análises pajubescas: uma abordagem fundamentada nas provas expostas durante as oficinas .....	162
3.5. Roteiro para a oficina.....	171
3.6. Descrição das dinâmicas .....	172
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>185</b>

## INTRODUÇÃO

A prática da ciência é, para mim, de extrema importância, pois a investigação de determinado tema e a busca de soluções são fundamentais para compartilhar conhecimentos e perspectivas até então desconhecidos. Isso resulta em mudanças na sociedade, proporcionando diferentes formas de experiências e vivências. Além de contribuir para a convivência em comunidade, o trabalho científico também oferece a oportunidade de adquirir conhecimentos e estabelecer um nome para si. Participar ativamente desse esforço de melhorar o mundo é uma experiência enriquecedora, para a humanidade. Como profissional em constante busca de aprendizado, sempre tive o desejo de fazer parte desse movimento.

Optei pelo mestrado em educação por estar em sintonia com a minha realidade. Como professor, esse programa oportuniza inúmeras vantagens para o meu desenvolvimento profissional. Dessa forma, decidi me lançar nessa jornada acadêmica, buscando me engajar e alcançar melhores resultados dentro do meu ambiente profissional. Desde então, percebi como essa experiência se integra perfeitamente ao meu contexto, impulsiona meu engajamento e amplia a compreensão da minha realidade diária.

Inicialmente, a finalidade deste estudo era apenas investigar o pajubá, termo que, de acordo com Barroso (2017, p. 17), foi adotado pela comunidade LGBTQIA+ para designar uma variedade linguística e possui origem africana que remete ao conceito de enigma ou mistério. Andrade *et al.* (2018, p. 37) ainda reforçam que essa é uma linguagem de “origem na cultura e nas línguas africanas, especialmente no iorubá”. Nesse cenário, a pesquisa estava focada inicialmente em examinar sua variação numa perspectiva educacional relacionada ao ensino fundamental, uma vez que atualmente atuo nessa etapa da educação básica.

O objetivo era difundir a cultura LGBTQIA+, por meio de um estudo sobre esse tema e sua aplicação no ambiente escolar. Dessa forma, a linguagem, a história e a cultura de travestis e mulheres transexuais seriam inseridas em diferentes contextos, a fim de contribuir para a formação de profissionais da educação com base nesse núcleo temático.

Tal propósito justifica-se, principalmente, pelo meu interesse em me dedicar a um tema que unisse as áreas de letras e pedagogia, nas quais sou formado. Dessa forma, ao estudar a variante linguística pajubá, sua aplicação no contexto escolar e as expressões utilizadas, eu sentia que abordava essas duas áreas de conhecimento e trazia mais

visibilidade para a comunidade LGBTQIA+, da qual me considero parte por ser um homem *gay*.

Além disso, ao analisar as diferentes formas de exclusão enfrentadas pelos membros da sigla, despertou em mim o interesse em destacar as experiências de transexualidade e travestilidade. Isso se deve ao fato de que a sociedade contemporânea tende a ser mais resistente e discriminatória com indivíduos transexuais do que com homossexuais cisgêneros. De acordo com Gaspodini e Jesus (2020, p. 1), é possível identificar várias formas de violência contra pessoas que não se enquadram no padrão cisgênero (como transexuais, travestis e não binárias) e/ou que não são cissexuais (como pessoas intersexo), devido à crença na superioridade da cisgeneridade em relação à transexualidade. Portanto, é evidente que transexuais e travestis enfrentam uma camada adicional de exclusão. Nesse sentido, decidi restringir minha investigação a esse grupo social. Diante desse contexto, é importante ressaltar que

o termo cis-heteropatriarcal se refere às concepções culturais e ideológicas institucionalizadas por antigos códigos e leis para fundamentar o domínio e a hierarquia de homens cisgêneros e heterossexuais sobre outras pessoas e categorias sociais, em especial, na subordinação com base nas diferenças corporais, de orientação sexual e identidade de gênero. [...] o termo cisgênero se refere às pessoas em que a designação de gênero atribuída em seu nascimento corresponde com sua identidade no decorrer da vida. (Sardá-Vieira; Flores, 2023, p. 2)

À vista disso, ao dar início ao mestrado, cursar as disciplinas e examinar a situação do ensino fundamental nos anos iniciais, bem como os possíveis obstáculos enfrentados pelos professores e estudantes, o foco desta pesquisa não recaiu mais exclusivamente sobre o pajubá. Desde aquele momento, passaram a ser incorporadas as políticas públicas educacionais progressistas voltadas para mulheres transexuais e travestis, assim como as trajetórias educacionais desse grupo tanto como discentes quanto como educadores.

Diante disso, ansioso por analisar as diversas interações que travestis e mulheres transexuais estabelecem com o sistema educacional e as políticas públicas do município de Valparaíso de Goiás, em um cenário de abrangência nacional, percebi a necessidade de pesquisar as relações e demandas educacionais desse grupo da população brasileira, bem como a maneira como são incluídas ou excluídas do ambiente escolar. Isso foi realizado através de um estudo sobre instrumentos de políticas públicas educacionais para travestis e mulheres trans, e como as políticas são implementadas nas escolas, com o intuito de inseri-las no contexto educacional. Para orientar os profissionais da educação e capacitá-los para que possam agregar valor, de modo que essas vozes, que antes

permaneciam silenciadas, possam ser ouvidas, utilizei a linguagem, o indivíduo, a história e a cultura em diferentes contextos.

Ollaik e Medeiros (2011, p. 1949) atestam que os “instrumentos de políticas públicas são instituições não no sentido de serem organizações ou órgãos do governo, mas no sentido de que dão estrutura às políticas públicas e as influenciam”. A partir desse conceito, é possível notar que, ao discutir sobre ferramentas de políticas públicas, refere-se a um recurso utilizado por indivíduos do governo com o propósito de impactar a realidade social de uma parte da população. São esses recursos os instrumentos empregados para efetivar a transformação social e atuar na resolução de questões públicas específicas, influenciando, assim, aspectos fundamentais da vida e dos hábitos do seu povo. Partindo desse pressuposto, tais mecanismos têm origem em ações concretas nos mais variados segmentos da sociedade e representam os canais pelos quais as políticas públicas são implementadas, tornando-se eficazes na mudança social e política.

[...] observações empíricas feitas em diferentes setores (saúde, risco, finanças, ambiente etc.) e em diferentes escalas de regulação política (cidades/metrópoles, regiões, União Europeia, internacional) sugerem que essa atividade de escolha e seleção de instrumentos, como qualquer outra de implementação ou avaliação, foi profundamente política, tanto no seu desenvolvimento, como nos seus efeitos. Longe de ser uma dimensão marginal, técnica da ação pública e das atividades governamentais em sentido amplo, os instrumentos e instrumentação da ação pública foram excelentes indicadores de mudança das políticas públicas e, de forma mais geral, uma variável explicativa para a recomposição da ação pública. (Carlotte; Lascoumes; Le Galès, 2021, p. 31)

Esta dissertação foi desenvolvida a partir de um contexto pedagógico que destaca instrumentos de políticas públicas de educação voltadas para travestis, mulheres trans e homens trans, e sua integração no ambiente escolar, com o objetivo de compreender como a linguagem, a história e a cultura desses indivíduos podem enriquecer os ambientes educacionais.

Nesse contexto, foi possível visualizar a relevância de compreender as políticas públicas educacionais direcionadas ao público trans-travesti. Essa abordagem permitiu entender a importância de professores e gestores reconhecerem que podem não estar cientes da experiência de estudantes LGBTQIA+. Esse reconhecimento poderá facilitar a percepção por esses profissionais dos percursos educativos dessas pessoas, tanto enquanto educadores como educandos, de modo a encorajar os restantes intervenientes no meio escolar a refletir e reconhecer os obstáculos que impedem a maioria das pessoas trans de avançar nos seus estudos.

A obtenção desse conhecimento deve ser pautada na necessidade de promover uma educação mais igualitária. Assim, será possível perceber que a sociedade segue práticas enraizadas no cis-heteropatriarcado, e que tais práticas geralmente levam mulheres trans e travestis a deixarem a escola para preservar sua saúde tanto física quanto mental. Por isso, é crucial que os profissionais da educação se unam a esse grupo para encontrar maneiras de implementar políticas públicas voltadas para esse segmento da população, o que torna essencial a apropriação de conteúdos como o abordado nesta investigação.

Ademais, é relevante apresentar e contextualizar a trajetória acadêmica de travestis e transexuais como um assunto importante para a transformação da prática educacional. Dessa forma, ao enfatizar essa prática, que muitas vezes não é compreendida, os profissionais da educação podem estabelecer redes de apoio para trans e travestis, evitando perseguições que frequentemente resultam na expulsão ou desistência desses estudantes. Portanto, o conhecimento adquirido por meio dessa pesquisa poderá potencialmente proporcionar um ambiente escolar mais seguro e saudável para esse grupo social.

Nesse sentido, este estudo foi conduzido principalmente em Valparaíso de Goiás, cidade na qual sou atualmente servidor público. Valparaíso de Goiás é um município do estado de Goiás que faz divisa com o Distrito Federal e é considerado uma região metropolitana conceituada, devido à sua alta densidade populacional e sua influência econômica, política e social na capital do país. Localizada ao sul do Distrito Federal, é uma das cidades goianas que mais crescem no momento, com aproximadamente 196.967 habitantes de acordo com o Censo de 2022 (Valparaíso de Goiás, 2023). A rede de educação pública municipal é composta por 57 escolas, que atendem crianças e adolescentes da educação infantil ao ensino fundamental, incluindo também a educação de jovens e adultos (EJA).

Em virtude do crescimento incontrolado da cidade, as escolas estão extremamente lotadas e sofrem com a curta duração da permanência dos estudantes nas instituições de ensino, dado que os estudantes de Valparaíso geralmente não permanecem por muito tempo em uma residência e se mudam frequentemente para o Distrito Federal, outras áreas da cidade ou municípios vizinhos. Adicionalmente, a violência e a instabilidade familiar são fatores agravantes que dificultam o trabalho realizado pelas instituições de ensino, obrigando a estrutura educacional a estabelecer constantemente metas para lidar com esses desafios (Valparaíso de Goiás, 2023).

Nesse contexto, uma vez que sou servidor público efetivo dessa cidade desde 2016, atuando como professor, ao avaliar a situação da educação em Valparaíso e a escassez de oportunidades educacionais para transexuais e travestis no município, percebi a importância de investigar esse grupo e as políticas educacionais implementadas para ele. Além disso, no âmbito municipal, é importante compreender as trajetórias educacionais de transexuais e travestis, a fim de orientar os servidores no desenvolvimento de metodologias adequadas para envolver e integrar esses estudantes às instituições de ensino.

A investigação de mulheres transgêneros e travestis egressas da escola foi crucial para compreender o cerne dessa problemática. Suas experiências têm o potencial de direcionar políticas educacionais e inspirar gestores e professores. Adicionalmente, durante a execução desta pesquisa, os traços delineados mostraram que era necessário ultrapassar os limites geográficos e abranger tanto o Distrito Federal quanto alguns municípios adjacentes ao sul do DF, expandindo o foco para incluir, além das mulheres transgêneros e travestis egressas, professores transgêneros.

A existência desses profissionais trans-travestis nas escolas do Distrito Federal e da região sul teve impacto no trabalho de investigação. Nesse contexto, além das estudantes egressas da escola, três professoras e um professor trans foram integrados à pesquisa, tornando-se interlocutores confiáveis. Essa inclusão só foi possível após uma minuciosa pesquisa e busca por escolas onde esses profissionais atuavam como docentes.

A participação desses profissionais embasou a pesquisa e abriu novas perspectivas que antes não eram percebidas. Conhecer os pontos de vista dessas colegas e desse colega de profissão sobre o processo educacional e suas experiências permitiu um melhor direcionamento desta pesquisa. Por isso, por eu ser uma pessoa homossexual e reconhecer meu pertencimento à comunidade LGBTQIA+, foi natural a inclusão de egressas e professores travestis e transexuais como interlocutoras e interlocutor deste estudo. Além disso, a compreensão de que esse grupo social enfrenta ainda mais camadas de intolerância motivou minha busca por formas de incluí-los, a fim de beneficiar não apenas esse público, mas também todos os outros grupos sociais que são oprimidos.

À vista disso, foram entrevistadas quatro pessoas trans-travestis egressas de escolas. Todas residem em Valparaíso de Goiás e compartilharam suas experiências vividas antes, durante e depois da educação básica.

Tive a oportunidade de conviver com todas elas durante o período de trabalho de campo, embora algumas tenham recebido mais atenção do que outras, de acordo com sua

disponibilidade e os laços estabelecidos. Esse aspecto revelou-se relevante para uma melhor compreensão de cada uma delas, permitindo uma representação fiel de suas perspectivas e experiências escolares, bem como de suas jornadas após essa fase de suas vidas. As egressas da escola entrevistadas foram: Camila Carvalho, Danielle Caldas, Emily Martinelly e Érika Ruffeil.

Camila reside em Valparaíso de Goiás e trabalha como cabeleireira e profissional do sexo. Em geral, parece ser uma pessoa introvertida, mantendo-se em silêncio quando não provocada, mas quando é abordada, ela traz uma riqueza de detalhes em suas palavras. Em geral, ela sempre está pronta a ajudar e sua fala é confiante e equilibrada.

Há cerca de treze anos, ela mora sozinha em Valparaíso, embora tenha saído de casa ainda antes disso, tendo vivido na Cidade Ocidental, município do estado de Goiás que faz divisa com o DF, e na Asa Sul, bairro do Distrito Federal. A família dela a acolhe e aceita. A decisão de não morar mais com a família foi uma escolha pessoal, pois ela afirma que sempre recebeu apoio familiar e que sua saída não se deu por rejeição, mas, sim, para conquistar sua independência.

Danielle experienciou uma realidade distinta de Camila, pois, desde muito cedo, teve de deixar sua casa na Bahia para auxiliar sua numerosa família, que dependia profundamente de seu suporte para a sobrevivência. Danielle foi obrigada a se mudar jovem para morar com outras pessoas, atuando como empregada doméstica. Com o passar do tempo, ela acabou se tornando uma profissional do sexo, atualmente atua nessa área. Danielle está radicada em Valparaíso de Goiás, onde reside apenas com seu querido cachorrinho, Gael.

Emily é residente de Valparaíso e é considerada uma líder pelas travestis e mulheres trans da cidade. Ela é casada e vive em uma casa que conseguiu adquirir. Em sua casa, ela acolhe travestis e mulheres trans que muitas vezes se encontram em situações vulneráveis. Com sua estatura alta e cabelos loiros cacheados, ela demonstra confiança por meio de sua postura e estilo de caminhar seguro. Com mais de quarenta anos de idade, ela deixou sua casa no Norte do país quando era muito jovem, pois precisava ajudar a família e não conseguia encontrar emprego em sua região, devido ao início de sua transição. A partir desse momento, ela começou a trabalhar como profissional do sexo e, durante essa fase, ela começou a viajar por todo o país, realizando programas. Quando conheceu Valparaíso, ela se apaixonou pelo lugar e decidiu se estabelecer na cidade.

Érika é concisa em suas respostas. Fala brevemente e vai direto ao ponto. À beira dos cinquenta anos, ela tem uma história de vida extremamente difícil. Enfrentou a

homofobia e transfobia da maneira mais brutal possível. Foi expulsa de casa entre os dez e doze anos de idade, viveu nas ruas e foi levada à prostituição desde cedo. Nessa época, morava no Norte do país e, após três meses nas ruas, foi para São Paulo com uma amiga; a partir daí, percorreu o país. Ao conhecer Valparaíso, decidiu ficar aqui e comprou um apartamento onde mora sozinha atualmente. Ela voltou a se conectar com os pais depois de muitos anos, mas, por ter sofrido tanto, não tem nenhuma vontade de retornar à sua cidade natal.

Entre as professoras entrevistadas, inclui-se a professora Jade Brandão. Ela é uma mulher trans que começou sua transição há pouco tempo, cerca de três anos. Durante esse período, ela já era uma professora muito eficiente e ativa na rede de ensino pública do Distrito Federal. Infelizmente, devido a isso, ela enfrentou episódios de transfobia, principalmente por parte de um colega responsável pela administração da escola onde ela trabalhava. Esse colega, que aparentava ser um apoiador da extrema direita, tentou intimidar a professora com sua visão conservadora. No entanto, Jade não se deixou abalar e fez questão de assegurar seu espaço, apresentando leis e elaborando *slides* para ensinar a gestão escolar e garantir seus direitos como uma pessoa transexual.

Ao contrário do ocorrido com a Jade, a professora Érica Lopes empreendeu sua transição fora do ambiente escolar, aos dezoito anos. Embora jovem, com apenas vinte e três anos, a docente conta que optou por começar essa jornada somente após deixar a escola, seguindo o conselho e apoio constante de sua mãe, preocupada com possíveis reações transfóbicas no ambiente educacional. Assim, somente após concluir o ensino médio, Érica começou a vestir roupas femininas e iniciar o tratamento hormonal. Apesar disso, ela revela que ainda se sentia julgada pelas pessoas como uma figura “monstruosa” sempre que precisava sair de casa.

Professora Edu Silva segue uma abordagem diferente das outras duas docentes mencionadas anteriormente. Ao longo da vida, ela tem passado por transformações, sempre, segundo ela, respeitando o seu próprio tempo, assim, sua identidade como travesti tem sido construída gradualmente. Quando sentiu vontade de usar batom, ela o fez; quando quis colocar brincos, ela os colocou. Ela só deixou seus cabelos crescerem quando se sentiu confortável com isso. É importante ressaltar que ela não se reconhece como uma mulher e, conforme sua própria declaração, por não se identificar dessa forma, não tem intenção de se tornar uma. Para ela, ser travesti significa habitar uma área intermédia entre o masculino e o feminino, não sendo realmente nenhum desses extremos, mas, sim, uma travesti. Além de sua atuação como professora de educação infantil e nos

anos iniciais do ensino fundamental da Secretaria de Educação do Distrito Federal, ela também é ativista e se envolve constantemente na luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+. No momento da pesquisa, ela exerce a função de coordenadora pedagógica. Além disso, ela complementa sua carga horária atuando como professora de língua estrangeira em um dos centros interescolares de línguas da rede pública do Distrito Federal.

Finalmente, o professor Kaleb Salgado foi o último a ser entrevistado e trouxe uma grande riqueza para este projeto, pois é um defensor fervoroso e possui vasto conhecimento sobre as questões de gênero dissidentes. Atualmente, o docente é efetivo na rede pública municipal de Luziânia, cidade onde ele foi acolhido há alguns meses após ter sido aprovado em um concurso público para atuar em uma escola do distrito de Jardim Ingá, que fica em território luzianiense. Ele foi aluno da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, onde cursou Pedagogia.

**Figura 1 - Jardim Ingá**



Fonte: Jornal o Despertar.

O processo de entrevista e acompanhamento dessas pessoas foi fundamental para esta pesquisa e a moldou. Sua estrutura foi baseada inteiramente na vivência de cada uma das pessoas dissidentes de gênero e em suas particularidades dentro e fora do ambiente escolar. A disposição das pessoas entrevistadas e seu interesse em contribuir para a pesquisa foi significativo, impulsionando o desenvolvimento desta atividade.

Dessa maneira, foi essencial para esse propósito investigar as razões pelas quais uma grande parte dessa população não está presente nas escolas, e por que tão poucos conseguem se formar e encontrar oportunidades no mercado de trabalho voltado para a educação.

Ademais, nessa situação, surgiram, ao longo da pesquisa, mecanismos capazes de afastar a prática docente de abordagens restritivas, a fim de aproximar o professor às experiências multifacetadas, com o objetivo de superar limitações e promover a consciência inclusiva. Diante disso, ao planejar essa investigação, percebi que existem diversos estudos que se aproximam desse resultado. Alguns concentram-se nos instrumentos de políticas públicas educacionais para a comunidade LGBTQIA+, outros na presença de pessoas trans e travestis nas escolas, enquanto outros se dedicam ao estudo do pajubá.

Assim, por sua vez, estudos como este têm o potencial de introduzir uma nova perspectiva neste domínio de investigação. A abordagem utilizada pode trazer benefícios à comunidade acadêmica, uma vez que poderá contribuir para o reconhecimento mais abrangente e diversificado da universidade e dos seus profissionais.

Diante disso, nota-se a importância desta investigação, considerando a baixa representatividade de travestis e mulheres transexuais nas universidades. Pesquisas como esta podem disseminar a necessidade de políticas que abranjam esse grupo, estas possivelmente incentivarão acadêmicos e profissionais de ensino superior a apoiar, propor e desenvolver medidas para atender às suas demandas.

Nessa perspectiva, a comunidade educacional que se apropria desses modelos de pesquisas, ao atribuir novos significados aos seus caminhos, pode eventualmente construir redes de apoio para seus estudantes, independentemente de quem eles sejam. Assim sendo, quando esses profissionais adquirirem um entendimento abrangente das necessidades e peculiaridades de travestis, mulheres e homens transexuais, será possível que essas pessoas se sintam seguras em ambientes escolares e fora deles.

### **Estratégias e direcionamentos: objetivos e metodologia da pesquisa**

Este estudo visa examinar as diversas interações entre mulheres transexuais e travestis com o sistema educacional, tendo em vista as políticas públicas educacionais de qualidade no município de Valparaíso de Goiás e o panorama nacional.

Com base nesse quadro geral, tornou-se viável desdobrar esses objetivos em cinco particularidades potenciais, que permearam a pesquisa, influenciaram seu percurso e

destacaram os caminhos trilhados. Nesta pesquisa, buscou-se compreender como os instrumentos de políticas educacionais lidam com o direito à educação de pessoas transgêneros e travestis. Além disso, identificou-se as experiências educacionais de travestis e mulheres trans no município de Valparaíso de Goiás.

Também, foram registradas as percepções de gestores e professores transgêneros da rede pública do Distrito Federal e do Entorno Sul em relação aos direitos educacionais dessas mulheres trans e travestis. Ademais, delinear-se as metodologias para orientar os professores do ensino fundamental de escolas públicas no acolhimento adequado de mulheres transexuais e travestis em ambientes educacionais, com base na história e nas experiências de professores transgêneros. Por fim, buscou-se compreender se e como essas pessoas se apropriaram de variantes linguísticas.

Nessa perspectiva, a metodologia mais adequada para essa pesquisa foi determinada por meio de um estudo minucioso das ferramentas mais eficazes para alcançar os objetivos propostos e para alinhar-se aos interesses da comunidade trans no contexto educacional. Assim, os procedimentos estabelecidos priorizaram a análise de instrumentos de políticas públicas educacionais direcionadas a travestis e transexuais no município de Valparaíso de Goiás e em todo o país, utilizando abordagens teórico-metodológicas como observação participante, pesquisa exploratória, análise de documentos e investigações de campo, com base em recursos diversos.

Esta pesquisa inicia, desse modo, com uma abordagem qualitativa à pesquisa educacional, fundamentada em quatro estratégias-chave de investigação: em primeiro lugar, a análise de documentos e a revisão de bibliografia relacionada ao tema; em seguida, uma pesquisa envolvendo professores trans-travestis simultaneamente a um conjunto de entrevistas e outras ferramentas de diálogo com mulheres trans, com vistas a dar ênfase às suas vivências no âmbito do sistema escolar.

Na abordagem em questão, Flick (2009, p. 33) ressalta que a análise qualitativa se refere à investigação na qual o pesquisador busca subjetivamente transformar o objeto percebido em um conceito, aprofundando-se no conhecimento dele para compreendê-lo de maneira mais completa, indo além dos aspectos linguísticos e teóricos, com o objetivo de identificar sua relevância na prática social.

Flick (2009, p. 55) também ressalta que, se a pesquisa qualitativa for conduzida em circunstâncias distintas, com diferentes indivíduos, realidades opostas, sociedades e sujeitos conflitantes, mesmo que o objetivo da pesquisa seja mostrar que os resultados serão os mesmos, independentemente de quem e onde se faça, os resultados se tornarão

mais confiáveis, justamente por se tratarem de situações antagônicas. Nesse sentido, o fato de produzirem resultados idênticos não diminui sua confiabilidade, pelo contrário, isso ocorre devido à natureza diversa e plural na qual a atividade se propõe a inserir.

A abordagem adotada por Flick (2009, p. 55) desempenhou um papel fundamental na inclusão de profissionais transgêneros em diversas posições dentro do ambiente escolar. Assim, ao considerar as perspectivas de egressas da escola e professores, mesmo em um contexto de oposição, foi possível garantir a confiabilidade da pesquisa e promover a diversidade necessária em um estudo qualitativo.

Além dessas perspectivas, foi dada ênfase à observação participante, que buscou perpassar todo o processo de elaboração do projeto. Essa abordagem registrou detalhadamente as minúcias e situações que constituíram o desenvolvimento da investigação. Ao adotar uma postura que se baseou em abordagens inspiradas na observação participante, foi possível dedicar uma atenção especial a tudo o que de fato ocorreu desde o primeiro contato com as travestis e mulheres trans, os profissionais e o profissional da educação trans travesti no “chão da escola” (Pereira, 2017, p. 150).

Nessa abordagem, conforme mencionado por Angrosino (2009, p. 33), a preocupação do pesquisador é se aproximar dos sujeitos a serem estudados para estabelecer certo nível de intimidade durante a pesquisa de campo. Essa aproximação é essencial para a condução da observação participante, especialmente em contextos nos quais o pesquisador precisa estar presente.

É importante enfatizar também que, ao adotar a observação participante, o objetivo é permitir que o investigador atue parcialmente durante a observação. Dessa forma, o autor busca garantir a confiabilidade do objeto de estudo, tornando autêntica toda a atividade que o envolve. Para que essa abordagem seja devidamente considerada, o observador participante, no caso, o autor deve incorporar conceitos que possuam relevância e estejam alinhados com a verdade no contexto em questão (Angrosino, 2009, p. 51).

Por essa razão, ao entrar em contato com cada uma das interlocutoras e do interlocutor, esses foram cordialmente considerados a partir de seus pontos de vista. Pressupôs-se até que ponto essas pessoas permitiriam ser abordadas e qual impressão elas desejavam transmitir por meio dessa investigação. Essa abordagem esteve embasada na premissa de Angrosino (2009, p. 51), que estabelece que o pesquisador deve adotar comportamentos éticos para evitar colocar seus sujeitos em situações constrangedoras.

Com base nesse princípio, prevaleceu, na condução da pesquisa, a discricção, a confidencialidade e a privacidade dos entrevistados com o objetivo de proteger sua reputação. Nessa linha de raciocínio, antes de iniciar a atividade, considerou-se todas as perspectivas, peculiaridades e diretrizes por meio da leitura de um documento que orientava sobre a pesquisa e todos os aspectos relacionados à participação das pessoas envolvidas no projeto. A partir dessa leitura detalhada e de uma conversa esclarecedora, foram solicitadas as devidas autorizações, devidamente formalizadas com suas assinaturas.

Nessa perspectiva, a investigação avançou em seu percurso ao adotar abordagens adicionais. Junto com o acompanhamento de professores e egressas da escola trans-travestis, buscou-se também realizar uma análise de conteúdo em documentos provenientes tanto da rede municipal de Valparaíso de Goiás quanto de fontes nacionais que se relacionam com o tema central desta pesquisa.

A análise de conteúdo, tal como explicitado por Bardin (1977, p. 31), apresenta uma estrutura organizada, um código específico e se divide em categorias para influenciar o projeto realizado. Suas técnicas envolvem a identificação de categorias e temas, com base nos resultados encontrados, os quais são analisados através da avaliação do discurso e das relações expressadas.

Para uma compreensão adequada da análise de conteúdo, é essencial uma compreensão clara dos conceitos de *corpus*, que se refere ao conjunto de documentos selecionados (Bardin, 1977, p. 96), e unidade de contexto, que se refere ao sentido abrangente do documento analisado, como uma síntese contextualizada dos temas abordados no documento estudado (Bardin, 1977, p. 108). Além disso, é importante considerar os processos de codificação e análise semântica e sintática dos registros pesquisados.

Outrossim, Bardin ressalta a importância de uma minuciosa análise dos documentos selecionados antes de tomar uma decisão, uma vez que o *corpus* deve ser representativo e coerente com o tema da pesquisa (Bardin, 1977, p. 98).

Nesse sentido, inicialmente foram examinados o regimento escolar, o projeto político-pedagógico das escolas, o Plano Municipal de Educação, o documento curricular do município, os pareceres e as resoluções da Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás e, em nível nacional, o Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular e outros elementos legais. Para complementar a pesquisa, foram

realizadas entrevistas com o objetivo de trazer um contexto humanizado aos textos que foram apresentados e analisados, conferindo maior seriedade.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais do magistério transexuais e travestis das redes municipais do Entorno Sul do DF e do Distrito Federal. O objetivo foi compreender as experiências deles em sala de aula, assim como a trajetória que os levou a escolherem a área da educação e se tornarem professores. Para isso, foram coletadas e analisadas as respostas obtidas nas entrevistas, que também abordaram instrumentos de políticas públicas destinadas a travestis/transexuais e ao público LGBTQIA+.

**Figura 2 - Mapa dos municípios do Entorno Sul do Distrito Federal**



Fonte: Redecol Brasil.

Além disso, foram examinadas, conforme já explicitado anteriormente, as vivências educacionais mencionadas pelas quatro mulheres transexuais adultas egressas da escola, todas residentes no município de Valparaíso de Goiás. Para isso, foram utilizadas várias estratégias de interação, incluindo grupos de discussão, entrevistas narrativas e entrevistas semiestruturadas. Para localizar mulheres

transexuais e travestis interessadas em compartilhar suas experiências no sistema educacional, foram estabelecidos diálogos em mídias sociais, entre conhecidos, amigos e grupos de estudantes de mestrado e doutorado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

De acordo com Flick (2009, p. 37), com o objetivo de garantir a confiabilidade da pesquisa, quando se utiliza a entrevista, o pesquisador deve focar em quatro perspectivas fundamentais na abordagem metodológica. Nessa situação, o investigador deve se afastar de suas práticas e diretrizes, para evitar a interferência em seus princípios. Além disso, ele deve permitir a troca de significados, experiências e conhecimentos entre os participantes, colocar-se a partir do objeto de estudo, para desenvolver a capacidade de questioná-lo quando necessário e, dessa maneira, estabelecer uma ligação com as pessoas entrevistadas para cultivar um ambiente confiável a fim de garantir autenticidade nas declarações coletadas.

Para isso, foi criado um ambiente de confiança com o propósito de aproximar essas pessoas do momento presente, mesmo que não tivessem plena confiança. Assim, os participantes investigados puderam compreender os critérios da atividade em que estavam envolvidos.

Durante a pesquisa, foi elaborado um diário de campo sobre a observação participante e a pesquisa exploratória, assim como foram feitas gravações de grupos focais, entrevistas narrativas e semiestruturadas. Especial atenção foi dada ao uso do pajubá nas conversas com as interlocutoras, à linguagem cotidiana, aos espaços de fala, à aplicação de *code switching* e à convivência das mulheres transexuais e travestis com outros estudantes durante seus estudos. Após todo esse processo, buscou-se compilar as respostas e narrativas apresentadas a partir das entrevistas que abordaram as histórias, seus contextos e as causas da evasão escolar entre os participantes da investigação.

Ainda, buscou-se realizar uma formação de escrita e linguagem com essas participantes, com o objetivo de agregar conhecimentos e discutir sobre o pajubá. Essa formação foi organizada pelo investigador, em colaboração com uma professora trans da rede de professores do Distrito Federal, que se dispôs a contribuir com o projeto. Durante o evento, adotou-se uma estratégia de observação participante, utilizando-se um caderno de anotações, questionários e formulários em aplicativos de internet, além de gravações que buscaram compilar todos os aspectos do evento, que incluíram a motivação, os conhecimentos adquiridos e os resultados alcançados.

Além disso, conduziu-se uma pesquisa exploratória e entrevistas com quatro docentes que são trans e travestis em escolas municipais do Entorno Sul do DF e de Brasília. O objetivo foi analisar como esses professores atuam na sociedade e como a sociedade, que ainda não havia experienciado ter docentes trans e travestis, percebe essa atuação. Essas entrevistas desempenharam um papel fundamental na compreensão da forma como esses profissionais lidam com a mediação de conflitos, a orientação e o apoio. A partir dessas informações, o texto foi contextualizado com o relato desses profissionais e das egressas da escola.

Após realizar diversas estratégias de pesquisa sobre o conhecimento de experiências educacionais de pessoas trans e travestis, bem como as percepções de professores trans, foi elaborada uma oficina aprimorada que servirá como guia para profissionais da educação e gestores, como resultado dessa investigação. Com base nos resultados dessa pesquisa, o objetivo foi transformar a oficina em um recurso conciso para abordar a temática e difundir histórias e contextos relacionados a mulheres transexuais e travestis, e suas trajetórias educacionais ligadas à linguagem e cultura LGBTQIA+, com vistas a orientar os profissionais da educação sobre a relação entre professor-estudante/gestor-estudante e as formas de comunicação com grupos sociais oprimidos.

A oficina foi criada com o intuito de disseminar a cultura e realidade trans-travesti entre gestores e professores da rede municipal de Valparaíso de Goiás. O objetivo principal é fornecer conhecimento e catalisar mudanças na atuação de diretores, coordenadores, supervisores e docentes. Práticas como essa são essenciais para embasar o trabalho desses profissionais e impactar positivamente seus estudantes, além de influenciar suas interações com diversos grupos sociais. Desse modo, isso pode abrir oportunidades internas para refletir sobre suas próprias trajetórias.

### **Visão geral do percurso dos capítulos**

A pesquisa delineou seus capítulos com base nas concepções adotadas e nos objetivos propostos. Assim, no primeiro capítulo, são analisados instrumentos de políticas públicas direcionadas para travestis e transexuais. A abordagem partiu da premissa de que o Brasil, como um país influenciado por ideais eurocêntricos do norte global, tende a adotar princípios provenientes dessas regiões. Nesse sentido, o cis-heteropatriarcado, um comportamento característico das nações do norte, é considerado superior. Consequentemente, as mulheres transexuais, travestis e toda a comunidade LGBTQIA+

— lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, *queers*, intersexo, assexuais — são julgados como inferiores em relação à sua identidade de gênero e orientação sexual.

Dessa forma, esta pesquisa explorou documentos que surgiram com o objetivo de reformular a educação no Brasil desde a redemocratização. Investigou-se o conceito de educação para todos, presente tanto em documentos constitucionais quanto em regulamentações infraconstitucionais, a fim de determinar se as mulheres transexuais e travestis estão realmente incluídas nessa abrangência. O questionamento se torna especialmente relevante diante da constante indagação, por parte de autoridades políticas ligadas a costumes e crenças ultrapassadas, de questões simples, como o uso de banheiros femininos por parte das travestis e mulheres trans.

Além disso, é fundamental analisar as palavras cheias de sarcasmo, as humilhações e os frequentes atos de violência que essas pessoas sofrem nas escolas, somados à falta de apoio familiar e aos constantes ataques da sociedade, muitas vezes promovidos por governantes. Todos esses fatores podem ser os principais motivos para o alto índice de evasão desse grupo.

Nesse sentido, foi analisado se o avanço das medidas educativas públicas destinadas à inclusão de pessoas trans-travestis no país é insuficiente e se as escolas estão ou não a par dessas políticas. Segundo Daniliauskas (2011, p. 03), ao abordar essa questão, observa-se que a heteronormatividade é claramente privilegiada em nossa sociedade e, conseqüentemente, aplicada em todas as esferas sociais e educacionais, pois esse é o único comportamento socialmente aceitável. Nessa perspectiva,

[...] a escola é a principal representante de todo um conjunto de instituições que reproduzem a norma heterossexual. A escola é um espaço de sexo e gênero naturalizados, no qual não há lugar para alunos e alunas gays, lésbicas e transexuais ou qualquer expressão de sexualidade divergente. [...] No caso da escola, as próprias políticas e práticas pedagógicas são orientadas por uma norma heterossexual, essa instituição nasceu disciplinar e normalizadora, assim, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra-se insuportável por transbordar os limites do conhecido. (Moreira, 2016, p. 48)

Diante disso, o primeiro capítulo desta pesquisa, dividido em duas seções bem definidas, aborda instrumentos de políticas públicas em níveis nacional e municipal em Valparaíso de Goiás. Essas seções destacam claramente as potenciais deficiências nos documentos que regulam a educação no país, especialmente no que diz respeito à população trans-travesti.

Nesse contexto, apresenta-se, em nível nacional, a LDBEN n.º 9.394/96, PNE, PCNs, BNCC e o Fundeb/Fundef, a fim de examinar esses documentos em busca de

dispositivos que abordassem a população trans no ambiente escolar em nível nacional. Embora as possíveis falhas sejam evidentes, esforçou-se para compreender as normas vantajosas, além de explicar e destacar as partes que efetivamente prejudicam e silenciam essa comunidade.

Entre estes documentos, incluem-se a Resolução n.º 1/2018 e a Portaria n.º 33/2018, do Conselho Nacional de Educação, a Lei n.º 12.852/2013, o Decreto n.º 8.727/2016, a Adin n.º 4.275 e a Resolução n.º 2/2023, do Conselho Nacional LGBTQIA+. Esses documentos desempenham um papel orientador nas questões relacionadas às pessoas trans e travestis, tais como o uso do nome social, o acesso a banheiros e outros assuntos que afetam o bem-estar e o conforto das pessoas trans nas escolas brasileiras.

Nessa premissa, no âmbito municipal, com foco na escolha da cidade de Valparaíso de Goiás, foram devidamente considerados os documentos indispensáveis para o funcionamento das escolas e da área educacional nessa região. Como sou servidor nesta localidade, compreendi a importância de examinar os documentos que regulamentam as escolas da região, a fim de destacar a necessidade de reflexão sobre os aspectos transgêneros presentes nos referidos documentos. Nessa perspectiva, foram analisados os projetos político-pedagógicos de quatro escolas e o currículo escolar atualmente em vigor. Além disso, também foi examinado o Regimento Escolar, um documento que abrange toda a municipalidade.

As diretrizes das escolas de educação básica da cidade de Valparaíso de Goiás foram utilizadas como referência para o desenvolvimento do projeto, o que permitiu a análise de tópicos relevantes para o tema proposto nesta atividade. Tais questões são consideradas delicadas na sociedade atual e, quando reconhecidas, podem ter impacto na rotina dos profissionais de educação e dos alunos da rede escolar. Durante a análise dos documentos escolares, destacaram-se a falta de discussão sobre a transgeneridade e a travestilidade, ou a possível existência de dispositivos que abordem esses temas, uma vez que essas questões são pouco ou quase nunca trazidas à tona nas escolas brasileiras.

Quatro escolas em Valparaíso foram selecionadas e receberam apelidos para garantir a preservação da privacidade delas e de seus administradores atuais. Além disso, todas essas escolas são periféricas e desempenham um papel fundamental na construção e fundamentação do município. Isso foi importante para compreender a presença da população trans em ambientes escolares, os quais são parte integrante de diferentes localidades dentro do município.

Considerando-se essa abordagem, Soares (2022, p. 72) destaca a capacidade da escola em edificar e dismantelar ideias e conceitos. Essa habilidade pode resultar na promoção de uma escola democrática, capaz de combater preconceitos ou até mesmo impulsionar toda a sociedade a tentar suprimir um segmento social mais vulnerável.

A educação é um processo de construção e desconstrução permanente, transformando o sujeito e sendo transformado por ele, geralmente de modo rápido e não democrático. Pela educação, uma sociedade transmite suas crenças, cultura, valores, em uma manutenção de normas geradoras de sujeitos que convivem nela. (Soares, 2022, p. 72)

Nessa perspectiva, é essencial adotar um currículo mais atualizado e moderno, com o objetivo de abranger diversos conteúdos. Por essa razão, foi crucial analisar o Documento Curricular de Goiás, com base no recorte utilizado em Valparaíso de Goiás. A análise desse documento, no que refere às pessoas trans e suas especificidades, possibilitou a compreensão de sua aplicação em contextos sócio-políticos.

Além dos documentos mencionados, a primeira seção também foi dedicada ao estudo do Regimento Escolar e de suas peculiaridades. O Regimento Escolar do município de Valparaíso engloba todas as escolas e desempenha um papel fundamental ao considerar as características e peculiaridades do município em um contexto amplo. Como documento essencial para o processo, ele tem o poder de orientar as escolas e transformá-las em espaços mais democráticos.

No segundo capítulo, são exploradas as perspectivas educacionais a partir das vivências das professoras, do professor e das egressas da escola entrevistados. Nesse contexto, é possível estabelecer um paralelo entre a interação social e as experiências relatadas pelas interlocutoras e pelo interlocutor.

Este capítulo está dividido em três seções, que abrangem as histórias das entrevistadas e do entrevistado. A primeira seção aborda as lembranças das mulheres trans-travestis egressas da escola e explora as diferentes nuances da educação e a maneira como a escola pública trata esse grupo. Essas lembranças nos permitem refletir profundamente sobre os espaços e as instituições de ensino brasileiras, e nos ajudam a visualizar as diversas experiências vividas por pessoas cisgênero e trans no seu cotidiano.

Ao longo desta seção, podemos observar as experiências das travestis e mulheres trans durante sua trajetória escolar. Isso nos proporciona um entendimento aprofundado do conceito de violência simbólica, como explicitado por Bourdieu (1989, p. 11), segundo o qual é possível inferir que a violência simbólica é uma manifestação da atuação da sociedade. Em suas palavras:

[...] os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força as relações de força que as fundamentam. (Bourdieu, 1989, p. 11)

Ao abordar a noção de violência simbólica, torna-se evidente, a partir dos relatos fornecidos pelas egressas da escola, que elas foram submetidas a atos de violência ao longo de todo o período em que frequentaram essa instituição. Tal violência tinha como propósito afastá-las e expulsá-las do ambiente escolar, com o objetivo claro de privá-las do direito à educação.

A seção seguinte mantém um padrão semelhante à anterior, mas se concentra na experiência dos professores entrevistados, destaca os percursos que essas pessoas trilharam para alcançar a conclusão de sua formação superior e explora algumas de suas abordagens pedagógicas. Dessa forma, a seção leva em consideração os desafios que um profissional dissidente de gênero na área da educação precisa enfrentar para assegurar sua permanência nesse ambiente.

Dessa forma, ao encontrar-se nesse local de destaque, esse profissional tende a buscar oportunidades e meios relevantes para que a população trans os veja como modelos de que é viável alcançar espaços profissionais distintos daqueles usualmente atribuídos pela sociedade, apesar das desigualdades e do esforço extraordinário que essas pessoas necessitarão para chegar a esse local, já que os espaços privilegiados constantemente tentarão boicotá-las.

Nesse sentido, a segunda seção aborda atos e ações que influenciaram a vida profissional e a trajetória dos professores até a conclusão do ensino superior e o acesso a ambientes educacionais, onde frequentemente não foram acolhidos e até mesmo zombaram de suas existências. Além disso, essas pessoas precisaram reunir forças em momentos diferentes para combater a transfobia por parte dos colegas de trabalho e até mesmo dos discentes.

Assim, fica claro que até mesmo esses profissionais não escapam da transfobia que está presente na nossa sociedade desde tempos remotos. Isso ressalta a importância de se ter cada vez mais profissionais trans nas escolas, pois é fundamental que esses ambientes sejam ocupados por indivíduos de todos os grupos sociais oprimidos. Através disso, poderemos transmitir aos estudantes conceitos e ideias essenciais, que confirmem e reafirmem que a educação é um direito universal e que a sociedade é composta por uma diversidade de pessoas, as quais devem ser respeitadas e acolhidas.

A terceira parte do segundo capítulo examina a visão libertadora de Paulo Freire, no contexto trans-travesti, e traz depoimentos de ex-estudantes, professoras e professor, embasados nos princípios freirianos. Nessa abordagem, as vivências das pessoas entrevistadas são moldadas pela perspectiva de libertação promovida por Freire, que valoriza as experiências individuais. A partir dessas vivências, os conteúdos são contextualizados e as experiências dos estudantes são incorporadas, antes de serem aplicados efetivamente na sala de aula.

Essa perspectiva reforça a vivência do público trans-travesti e suas práticas cotidianas no contexto de sala de aula. Dessa forma, o cotidiano dessas pessoas e todas as suas ações devem ser consideradas para aplicação e disseminação dos conteúdos a serem transmitidos aos estudantes.

Após explorar toda a visão libertadora de Paulo Freire a partir da experiência trans-travesti, chegamos ao terceiro capítulo que aborda, de forma específica, a variante linguística conhecida como pajubá no contexto educacional. A linguagem é o tema central do capítulo, no qual se aborda aspectos fundamentais dessa temática e suas nuances a partir das experiências da comunidade trans. Assim, o contexto histórico que envolve a linguagem e a criação da variante é detalhado, bem como as experiências das interlocutoras e do interlocutor com o pajubá são associadas à própria linguagem de forma interligada, ao longo do capítulo.

Na primeira seção do capítulo, descreve-se o pajubá e os diferentes caminhos percorridos para consolidar essa forma de linguagem. Essa seção também aborda as questões relacionadas ao tratamento dado às pessoas trans quanto aos pronomes utilizados nos contextos sociais, especialmente em escolas e universidades. O objetivo foi destacar a importância da linguagem e como incluir todas as pessoas por intermédio de tratamento respeitoso nos diálogos.

Dessa maneira, no início da seção, explora-se brevemente a linguagem neutra, que é considerada uma forma de categorização em que as palavras não se flexionam no gênero masculino nem no feminino (Gomes, 2022, p. 64). Por outro lado, a linguagem inclusiva — entendida como aquela que engloba todos, sem alterar o idioma — reconhece que travestis e mulheres trans se identificam no gênero feminino e, portanto, devem ser caracterizadas dessa forma. Essas diferentes abordagens linguísticas propõem que as pessoas se expressem de maneira não discriminatória (Folter, 2021, p. 1).

Dessa forma, uma vez que travestis, mulheres transexuais e toda a população LGBTQIA+, desde o início da ditadura militar no Brasil, têm utilizado uma forma de

comunicação própria, é essencial compreender sua aplicação como meio de inclusão nos espaços sociais. Sob essa perspectiva, essa variação linguística foi inicialmente adotada por travestis que, durante o período caótico da ditadura militar, buscavam sobreviver nesse regime de exceção. Progressivamente, essas expressões passaram a integrar o vocabulário do mundo LGBTQIA+.

Ademais, é importante ressaltar que, levando em consideração as diferenças individuais, como origens, influências familiares e regionais, há uma ampla variedade de linguagens utilizadas pelas pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+. Essa diversidade é tão complexa que algumas das pessoas envolvidas na pesquisa não estão familiarizadas com o pajubá. Além disso, mesmo sendo evidente o uso dessa variante por parte das pessoas envolvidas, uma vez que, durante as conversas iniciais, foi possível identificar e mapear a presença de uma forma diferente de linguagem, elas não a chamam de pajubá. Esse fato foi um dos motivos que impulsionou a pesquisa e me instigou a investigar com mais dedicação, pois ficou claro que a linguagem é utilizada e amplamente reconhecida pela população trans-travesti, apesar de não terem um conhecimento inicial de todo o contexto histórico que a envolve.

Assim, tendo em vista a integração dessa pesquisa ao ambiente educacional, a investigação encontrou lugar dentro desse contexto, abrangeu as diversas manifestações linguísticas e a inclusão dessa população. Dessa forma, com base nesse estudo, tornou-se viável a concepção da oficina, resultado prático decorrente dessa atividade, um dos requisitos estabelecidos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - Modalidade Profissional.

A segunda seção do terceiro capítulo desta investigação aborda questões relacionadas ao pajubá e às razões pelas quais essa variante é reconhecida como uma linguagem salvadora. Além disso, apresenta outro aspecto do pajubá, que é o de incomodar e zombar da heteronormatividade. Ao assumir essa posição, a variante demonstra seu poder de colocar as pessoas trans-travestis no centro das atenções. Isso permite que suas vozes sejam ouvidas mesmo em lugares onde isso nunca foi permitido.

A seção seguinte do capítulo discute como a variante tem se tornado popular e ocupado espaços antes inacessíveis. Esse princípio do pajubá justifica-se especialmente pelas várias maneiras como a sociedade e a população trans têm se empenhado em tornar a variante mais conhecida. Nesse sentido, a criação dos dicionários pajubescos e o uso da linguagem na mídia foi um marco na divulgação da linguagem para as grandes massas sociais. Dessa forma, essa linguagem, famosa por sua natureza secreta, viu muitas de suas

palavras se espalharem, mas isso não significa que sua natureza original foi perdida, ao contrário, a linguagem continua viva e se reinventando em segredo diariamente. Nessa perspectiva, as palavras que foram difundidas são aquelas que já se tornaram de domínio público.

As duas últimas seções do capítulo final tratam dos modelos e resultados obtidos por meio da criação de uma oficina de linguagem em um contexto pajubesco. O primeiro deles apresenta todo o processo de criação do evento, sua implementação, execução e os resultados alcançados. Além disso, também são retratadas as visões e impressões dos participantes em relação às oficinas.

Três oficinas distintas foram planejadas e realizadas, com o objetivo de aperfeiçoar o produto técnico necessário para a finalização do mestrado profissional em educação. A primeira oficina foi realizada em Valparaíso de Goiás e inicialmente direcionada às egressas da escola que atuaram como interlocutoras nesta pesquisa. No entanto, a oficina também foi aberta ao público LGBTQIA+ em geral, com o intuito de promover a inclusão. Três das colaboradoras dessa pesquisa estiveram presentes nesta oficina, juntamente com outras quatro pessoas. Outro destaque foi a participação de uma professora que também é colaboradora do estudo, acrescentando muito ao evento e compartilhando conhecimentos relevantes sobre o pajubá com os presentes em um momento marcado por trocas enriquecedoras.

A segunda oficina ocorreu durante a Semana Universitária da Universidade de Brasília e teve a participação de estudantes universitários e membros da comunidade que vive próxima à UnB. Essa segunda etapa foi fundamental para corrigir possíveis imperfeições identificadas no primeiro evento. O público compareceu em maior número a este evento, demonstrando interesse na oficina com uma presença significativa de aproximadamente vinte e cinco pessoas. Foi um encontro enriquecedor, com oportunidades de trocas.

Após a realização dessas oficinas, ainda foi possível observar algumas falhas persistentes, que foram corrigidas no terceiro e último encontro dedicado à variante. Como resultado, o último evento corrigiu essas falhas e adotou um formato diferente dos anteriores, focado no pajubá na escrita, o que resultou em poemas incríveis e histórias impactantes. Essa ocasião reuniu um grupo de dez indivíduos, que se dispuseram a escrever e compreender o pajubá sem resistência alguma, pelo contrário, estavam abertos para entender os processos e apresentaram resultados denunciante, que criticaram as questões da sociedade cis-heteropatriarcal de maneira incisiva, revelando, assim, a força

dessa forma particular de linguagem.

As oficinas serviram como guias e aprimoraram o seu resultado final, que incorpora ideias do primeiro, segundo e terceiro evento. Essas ações e o roteiro completo são detalhados no final do capítulo dedicado ao pajubá. Nessa seção, será possível encontrar o roteiro aprimorado para a sugestão de oficina, que será o produto técnico baseado nas experiências desses eventos, no qual serão destacados todos os esquemas e modelos de dinâmicas que podem ser usados em uma oficina sobre o pajubá, além de fornecer um guia com passo a passo para cada ação a ser realizada durante a implementação da oficina.

## **CAPÍTULO 1 - ENTRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRANS-TRAVESTITIDADES: PERCURSO PEDAGÓGICO DA GESTÃO**

Este capítulo, cujo trajeto partiu das premissas educacionais em que aportam os aparatos legais que norteiam o ensino no país, subdivide-se em duas importantes seções, as quais partem do enquadramento nacional e ancora no contexto municipal de Valparaíso de Goiás.

Esses instrumentos perfazem as políticas públicas educacionais brasileiras e expressam os moldes a serem adotados no que tange ao acolhimento, às formalidades e às abordagens trans-travestis no espaço escolar. Ressalta-se a constante busca dessa população por políticas que abarquem essa diversidade e estabeleçam a educação como uma teia inclusiva. Tendo em vista esse contexto, é possível afirmar que

as políticas educacionais são um recorte das políticas públicas, estas entendidas como caminho ou curso de ação preferido a outros pelas autoridades constituídas para o enfrentamento de questões ou problemas sociais. A sua efetivação é expressada em leis, regulamentos e normativas oficiais nas ações do governo [...] não se limitando, somente, a uma lei, pois sua construção se dá junto ao desenvolvimento dos fatos, num fluxo de construção, reconstrução e adaptação. (Lima, 2016, p. 30)

As duas seções que compõem este capítulo tratam, respectivamente, de instrumentos de políticas públicas a nível nacional e dos documentos escolares das unidades de ensino do município de Valparaíso de Goiás.

A primeira seção apresenta instrumentos de políticas públicas nacionais dispensadas à população trans-travesti e como esses instrumentos, muitas vezes frágeis e omissos, dialogam com essa população. Nessa perspectiva, os instrumentos mais específicos, pilares da educação brasileira, foram aqui vistos a partir do que requer a diversidade e pluralidade de ideias e a inclusão de pessoas trans no contexto escolar.

Dessa maneira, a LDBEN, Lei n.º 9.394/1996, o PNE, os PCN, a BNCC, a Resolução n.º 1/2018, do Conselho Nacional de Educação, a Resolução n.º 2/2023 do Conselho Nacional LGBTQIA+, a Portaria do Ministério da Educação n.º 33/2018, a Lei n.º 12.852/2013, o Decreto n.º 8.727/2016, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4.275 e algumas políticas implementadas em governos mais progressistas, como o Programa Brasil sem Homofobia, foram analisados para entender o contexto de implementação dessas políticas e os motivos pelos quais elas não se tornaram tão efetivas. Além disso, foi possível perpassar os motivos que levam as escolas e outros espaços educacionais a não implementarem essas leis nos ambientes escolares.

A seção seguinte é dedicada aos documentos de gestão de escolas do município de Valparaíso de Goiás. Entre esses documentos, os PPP das escolas, o Regimento Escolar do município de Valparaíso e o Documento Curricular para Goiás foram as peças-chaves de análise ao longo deste texto.

Dessarte, levando em consideração inicialmente a análise dos projetos políticos-pedagógicos das escolas que disponibilizaram os seus documentos, a fim de os analisar de forma mais evidente, elas serão apelidadas, respectivamente, de Escola Academia da Sabedoria, Escola Academia do Conhecimento, Escola Academia da Razão e Escola Academia da Sapiência. Os nomes foram escolhidos aleatoriamente e servirão apenas para distinguir as diferenças entre os documentos.

Os PPP analisados referem-se a quatro escolas do município, as quais, como já mencionado, foram dados nomes fictícios para preservar as suas identidades. As escolas selecionadas foram determinadas por suas localizações, a fim de analisar as discrepâncias entre esses projetos sob o ponto de vista econômico e social das comunidades. A Escola Academia da Sabedoria foi a primeira instituição educacional a ter a sua documentação examinada. Essa escola acolhe estudantes com idades compreendidas entre 6 e 14 anos, abrangendo o ensino fundamental desde os anos iniciais aos anos finais. Assim como as outras escolas, esse estabelecimento de ensino encontra-se situado em uma região periférica da cidade e se destaca por atender a comunidade local, cuja maioria possui renda socioeconômica de até dois salários mínimos.

A comunidade que perfaz o ambiente dessa unidade de ensino é bastante diversa, composta por famílias monoparentais, reconstituídas, extensas e de origem. Os adultos pertencentes às famílias dessa escola também possuem diversos tipos de escolaridades. Diante disso, alguns dos estudantes convivem com pais ou mães analfabetos ou com baixa escolaridade, sem nem mesmo a primeira etapa do ensino fundamental completa. Entretanto, dentre esses pais, encontram-se aqueles com a educação básica concluída e também aqueles que já possuem o nível superior completo. Essas famílias são, em sua maioria, de baixa renda e uma parte considerável desses familiares tem como fonte de renda apenas programas sociais do governo federal.

A segunda escola analisada recebeu o nome fictício de Escola Academia do Conhecimento e, dentre as instituições analisadas, é a que possui uma comunidade mais diferenciada. Mesmo que os tipos de famílias no bairro em que ela se encontra sejam semelhantes aos encontrados em outras áreas, é mais comum encontrar um número maior de pais com ensino superior completo. Além disso, ao comparar com as famílias de outras

localidades, as famílias deste bairro têm uma renda socioeconômica mensal ligeiramente superior, podendo chegar a até quatro salários mínimos.

Entretanto, essas diferenças são pouco perceptíveis, posto que a população do município é bastante heterogênea e as suas estruturas sociais, econômicas e culturais são variadas. Na Escola Academia do Conhecimento, existem cerca de onze salas de aula, onde são disponibilizadas turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, acolhendo crianças com idades compreendidas entre 11 e 14 anos.

A penúltima escola analisada recebeu o nome fictício de Escola Academia da Razão. Essa escola possui um espaço físico com oito salas de aulas, e, por esse motivo, recebe dezesseis turmas divididas nos períodos matutino e vespertino. Essa unidade de ensino atende estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, divididos em quatro turmas de cada série, e com idades que variam entre 11 e 14 anos. Assim como as outras escolas, a comunidade escolar é diversificada e bastante plural e se encontra em um bairro periférico. É característica dessa unidade de ensino a maioria dos seus estudantes terem idades aproximadas, serem interessados e adeptos à prática dos docentes dessa escola. Nessa instituição, é possível notar outra característica na maneira como a gestão escolar é conduzida. O ambiente educacional é, aparentemente, bem cuidado tanto administrativa quanto pedagogicamente, uma vez que o documento oficial e os gestores demonstram uma abordagem mais democrática em comparação com as demais escolas.

A Escola Academia da Sapiência foi a última instituição educacional a ter seu documento analisado. Esse estabelecimento de ensino atende alunos do 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos, localizado no mesmo bairro que a Escola Academia da Razão. Esse é um dos maiores bairros da cidade, que abriga uma população composta por estudantes oriundos de diversos tipos de famílias e grupos sociais. Além disso, grande parte dessas famílias pertence à classe de baixa renda, vivendo em situações de insegurança social e econômica.

Todas as seções deste e dos demais capítulos são apresentadas e analisadas a partir da visão de oito pessoas entrevistadas ao longo do processo investigativo. Essas pessoas serão melhor apresentadas no capítulo dois, quando suas histórias e contextos serão analisados. Elas participaram ativamente desse processo de investigação e deram uma valiosa contribuição para a realização desta pesquisa. Quatro das contribuintes são estudantes trans-travestis egressas da escola, sendo elas Emily Martinelly, Danielle Caldas, Camila Carvalho e Érika Ruffeil.

As outras quatro pessoas são professoras e professor da rede pública de municípios do Entorno Sul do Distrito Federal e do próprio DF. Essas professoras são Érica Lopes, uma mulher trans, que atua no município da Cidade Ocidental com estudantes do 6º ao 9º ano e leciona a disciplina Ciências. Edu Silva, a segunda entrevistada, é uma travesti que trabalha como educadora na rede pública de ensino do Distrito Federal e atua tanto em escola do ensino fundamental anos iniciais, onde desempenha o cargo de coordenadora pedagógica, quanto em centros de idiomas, lecionando inglês e francês.

**Figura 3 - Cidade Ocidental vista de cima**



Fonte: Hudson Cunha.

A investigação também se seguiu com a professora Jade Brandão e o professor Kaleb Salgado. A primeira trabalha com estudantes da educação pública do Distrito Federal e também em um centro de línguas com a disciplina de Inglês, enquanto o último é professor em uma escola pública do município de Luziânia com estudantes de primeiro ao quinto ano.

## 1.1. Políticas nacionais como instrumento orientador

Ao se tratar de políticas públicas educacionais, é essencial refletir acerca da aplicação dessas práticas no chão da escola e quais públicos são beneficiados com as políticas vigentes, o que demonstra a relevância de identificar o público que efetivamente é atingido por essas políticas. Seria toda a população brasileira ou é possível identificar um público mais privilegiado do que outro?

Essas indagações são significativas, posto que, quando respondidas, elas possibilitam uma visão panorâmica de como essas políticas, ao serem colocadas em prática, atingem o povo brasileiro. Assim, é possível entender se as políticas implementadas estão sendo efetivas ou não.

Diante disso, é pertinente salientar que as políticas públicas educacionais brasileiras são recentes. Apesar dos registros constarem o início da escolarização brasileira desde a chegada dos Jesuítas em 1549, foi apenas em 1961 que a primeira LDB foi criada no território nacional.

A primeira LDB data de 1961; dá mais autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no MEC; regulariza a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação; garante o empenho de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a educação; o ensino religioso é facultativo e há obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário, dentre outras normas. (Chaves, 2021, p. 01)

Apesar dessa lei de diretrizes ter surgido tardiamente, na Constituição de 1891, já era possível encontrar algumas linhas que ressaltavam a aplicação da educação e das instituições de ensino no país, tratando especialmente da laicidade da educação (Cecchetti; Santos, 2021, p. 347). Isso mostra que políticas educacionais no Brasil, apesar de tímida e tardiamente, só começaram a ocupar espaço no cenário nacional a partir da República Velha. Entretanto, o destaque merecido só aconteceu com a execução da primeira diretriz dedicada ao ensino no país da década de sessenta.

Além disso, ao se considerar o cenário econômico do Brasil e do mundo, esse período foi crucial para a reformulação da educação. Com o intuito de dar importância às oscilações do mercado internacional e às incertezas que perfaziam sua existência, a atuação britânica do início do século XX desenhava o Estado brasileiro e toda a cultura ocidental. Para encontrar, com os outros países do ocidente, uma forma de tornar o mercado econômico mundial estável e levar riqueza a seus países, além de tornar o país seguro, os Estados anularam todas as outras políticas, com intuito de levar o sistema a não se atentar, inclusive à educação, pois não se via essencialidade nela, assim como na

saúde, na cultura, por exemplo. Contudo, diante da falha global com a educação e outros setores essenciais para a sociedade, levantes liderados por pessoas que perceberam essas lacunas ocorreram especialmente nos países ocidentais da época, a fim de considerar, certamente, sua posição mais democrática (Polanyi, 1980, p. 255).

Ademais, após a Primeira Guerra Mundial, outra realidade começou a ser desenhada mundo afora, com o propósito de levar a população a perceber a importância da educação para o sucesso de uma sociedade. Foi assim que, a fim de alcançar a paz e a estabilidade financeira global, empenhou-se em tomar a educação como um dos sustentos da estrutura social. Nesse contexto, o mundo começou a se globalizar, com o fito de unificar economias, criar alianças e singularizar relações. Essa situação se fez presente, com mais veemência, a partir da década de 1980, quando o mundo entendeu que, ao se considerar a criação de inúmeras novas profissões e a necessidade de mão de obra qualificada, a educação seria necessária para que a sociedade continuasse e mantivesse essa ascensão (Melo, 2014, p. 401- 402).

Além disso, é preciso refletir acerca dessa educação imposta pela sociedade global, posto que ela tem assumido um papel opressor desde sua implementação e, por esse motivo, não abarca toda a sociedade. Isso implica em uma educação que, na verdade, não tem interesse de diminuir desigualdades, mas puramente de engrandecer e implementar uma política de lucro e enriquecimento de uma parcela da sociedade que tende a se atrelar a costumes conservadores, racistas e LGBTfóbicos. Esta abordagem revela que a educação tem sido utilizada como um meio de promoção social. No entanto, esta promoção tem sido discriminatória e benéfica somente para homens abastados, brancos, heterossexuais, cisgêneros e seguidores do cristianismo. Essa estratégia de buscar a inclusão na aldeia global muitas vezes negligencia as particularidades individuais e não reconhece a diversidade e singularidade de certos segmentos da sociedade. “O legado da globalização, [...] se reproduz na ampliação das divisões internas e na sua segregação social e territorial (Santos *et al.*, 2017, p. 432).”

Ianni (2007, p. 13) afirma que a globalização mostra a faceta desse fenômeno e esclarece que o mundo hoje se atrela a todos e não mais ao conceito de individualização:

[...] o globo não é mais exclusivamente um conglomerado de nações, sociedades nacionais, Estados-nações, em suas relações de interdependência, colonialismo, imperialismo, bilateralismo, multilateralismo. Ao mesmo tempo, o centro do mundo não é mais voltado só ao indivíduo, tomado singular e coletivamente como povo, classe, grupo, minoria, maioria, opinião pública. Ainda que a nação e o indivíduo continuem a ser muito reais, [...] ainda assim não são “hegemônicos. Foram subsumidos, real ou formalmente, pela

sociedade global, pelas configurações e movimentos da globalização. (Ianni, 2007, p. 13)

Nessa conjuntura, o Brasil, seguindo essa onda de progresso globalizado, após a posse do ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso em 1995, começou a adotar políticas para acesso a direitos sociais fundamentais.

Deste modo o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano; para a democracia, na medida em que promovem cidadãos; e para uma distribuição de renda mais justa, que o mercado é incapaz de garantir, dada a oferta muito superior à demanda de mão-de-obra não-especializada. (Brasil, 1995, p. 13)

Outrossim, no governo de Fernando Henrique, a educação foi reconhecida como um direito fundamental, levando à implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.694/96, um ponto de viragem importante para o sistema educacional do Brasil. Por meio dessa lei, surgiram diversas iniciativas governamentais, como a alocação de recursos públicos para as escolas do país. Destaca-se, também, a criação do Fundo de Valorização do Magistério, um passo significativo que promoveu uma educação mais inclusiva, permitindo que as escolas adquirissem materiais que antes estavam fora de alcance.

Uma conquista notável do governo FHC foi a instituição do Conselho Nacional de Educação. Esse órgão, que desempenha papéis consultivos, mobilizadores, normativos e fiscalizadores, tornou-se um dos principais mediadores com as autoridades públicas na formulação de instrumentos de políticas educacionais.

Ademais, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff na Presidência da República, esses instrumentos foram mantidos e aprimorados. Um exemplo foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, aprimoramento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Além disso, o governo Lula conseguiu aumentar a idade mínima obrigatória, iniciando aos seis anos e terminando aos dezessete anos. Os programas que abriram as portas para as universidades foram outras das grandes conquistas desses governos com a criação de políticas afirmativas de cotas para negros, pessoas com deficiência e pessoas advindas de escolas públicas. Dentre essas cotas, algumas faculdades dão oportunidade a mulheres e homens transexuais, contudo essa cota, diferentemente das elencadas acima,

não é uma obrigação, o que a torna opcional para as faculdades e viabiliza a adoção desse método apenas por instituições mais progressistas.

Edu Silva, professora doutora da Secretaria de Educação do Distrito Federal e travesti, reconhece nas políticas públicas a oportunidade para que a população trans consiga o acesso ao espaço educacional com mais equilíbrio. Durante a entrevista, ela afirmou que, desde que começou a frequentar a academia, teve o interesse de se voluntariar e propor políticas institucionais à universidade para atender pessoas trans com o intuito de inserir essas pessoas no espaço universitário e, com isso, mudar a trajetória desse grupo social, viabilizando à população trans-travesti uma história de destaque no âmbito educacional, notabilizando-as, dessa maneira, não somente nas páginas de jornais policiais, mas também em revistas científicas e resultados de editais de chamamentos para acesso à graduação e pós-graduação em universidades públicas do país.

As políticas afirmativas ainda são falhas, omissas, e têm sido motivo de muitos questionamentos feitos especialmente por pessoas de linhagem conservadora. Assim, para Pereira (2020, p. 17), com base no ideário de igualdade que coloca toda a sociedade em uma mesma posição, a sociedade tende a ignorar a marginalização de grupos sociais. Essa tendência social de cegar-se aos grupos sociais oprimidos tem levado esse público a lutar cotidianamente contra o sistema para a permanência dos poucos instrumentos de políticas existentes e a criação de muitas outras ainda inaplicadas.

As pessoas trans-travestis continuam sendo ignoradas na maioria dos programas sociais por não contarem com políticas afirmativas direcionadas a elas. Conforme apontado por Sartori (2022, p. 266), embora timidamente, essas políticas têm se expandido, ainda que seja fundamental o envolvimento de várias instituições de ensino superior para garantir que a população trans tenha acesso ao ensino superior. Diante desse cenário,

[...] é importante compreender que quando não há políticas afirmativas, tem-se uma segregação pelo próprio Estado na garantia de direitos aos sujeitos como prevê a legislação constitucional. Desse modo, a omissão ou mesmo quando as políticas públicas se abstêm sobre o assunto é também uma forma de promover o preconceito e reprodução de violências contra esses indivíduos. (Soares, 2023, p. 130)

Diante disso, é amplamente reconhecido que as leis e os regulamentos atuais do Brasil estabelecem claramente que a educação é um direito universal, sendo responsabilidade das escolas receber a toda a população de forma equitativa, valorizando sua diversidade.

Esse termo é encontrado primordialmente na Constituição Federal, no artigo 205, que afirma ser “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 1988, p. 123). Além do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 3º, inciso XIII, que dispõe sobre a “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”, é válido mencionar também o Plano Nacional de Educação com suas metas 2 e 3, que buscam assegurar que a educação básica seja acessível a todos os cidadãos brasileiros (Brasil, 2014, p. 360).

Odara (2020, p. 86 e 87) esclarece que tanto a Constituição quanto a LDBEN são documentos que trazem em seus contextos, importantes matérias que enfatizam a inclusão integral da humanidade em sua diversidade. A escritora destaca que os fundamentos desses documentos são indispensáveis, uma vez que combatem a injustiça e favorecem a diversidade cultural.

Assim, fica clara a necessidade da criação de políticas afirmativas para todas as pessoas que fazem parte desses grupos oprimidos, uma vez que, sem essas políticas, o acesso ao ensino superior, por exemplo, não ocorre de forma igualitária, dada a linha de partida, o processo de escolarização e o acesso individualizado concedido a cada brasileira e brasileiro. Entretanto, esse não tem sido um processo fácil, pois, conforme explicita Soares (2023, p. 131), o poder público não tem se esforçado para criar instrumentos de políticas públicas afirmativas para que esses corpos trans e travestis permaneçam nos ambientes educacionais.

O Plano Nacional da Educação, ao tramitar no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei n.º 8.035/2010, apresenta um avanço expressivo nesse sentido, pois contempla meta que motivava a criação de políticas públicas que concedesse ao público LGBTQIA+ e às mulheres visibilidade para que os mais vulneráveis tivessem garantias que evitassem a sua evasão. Essa meta trazia a ideia de se criar métodos os quais combatessem todo ato discriminatório e preconceituoso no ambiente escolar e era primordial para a luta desse público e especialmente de travestis e pessoas trans no que concerne ao seu acesso à permanência em ambiente público de ensino até, no mínimo, o final da educação básica (Brasil, 2010, p. 30). Além disso,

conferências realizadas no ano de 2014 foram significativas para o avanço dessas políticas educacionais. Nesses movimentos criou-se o kit Escola sem Homofobia; o estabelecimento no calendário escolar do Dia do Combate à Homofobia (17 de maio); o acesso de transexuais e travestis a banheiros conforme sua identidade de gênero, a formação de profissionais de educação em relação às famílias homoafetivas, a implementação da Lei Maria da Penha, no que se refere à abordagem das questões de gênero e violência doméstica nos currículos escolares, a construção de Diretrizes Nacionais Curriculares de

Gênero e Sexualidade pelo Conselho Nacional de Educação. (Carreira, 2015, p. 347)

O Kit Escola sem homofobia, citado por Carreira (2015, p. 347), tinha um potencial significativo, entretanto, diante da visão conservadora de parcela da população brasileira, o programa não seguiu. Nessa conjuntura, segundo Moreira (2016, p. 83),

o projeto visava elaborar suportes educativos para o combate à homofobia, lesbofobia e transfobia nas escolas. Todavia, por conta das alianças e parcerias entre governo e movimentos sociais, esse material foi objeto de discussão na Assembleia Nacional, gerando uma polêmica de monstruosa proporção, imediatamente captada pelas mídias. Quando os movimentos e intelectuais tentaram dialogar com os representantes da Assembleia Nacional, difamação, violências de várias naturezas foram produzidas contra seus/sua defensores/as. Houve mobilização de intelectuais, educadores/as, mas o material foi rejeitado por parlamentares, não somente aqueles pertencentes à bancada ultraconservadora fundamentalista religiosa, mas também por alguns de frentes progressistas. Diziam esses senhores que as peças já produzidas seriam ‘propaganda’ LGBT. Em termos pejorativos, o programa foi designado pelos/as parlamentares/as conservadores/as, pelos fundamentalistas religiosos e por parte da grande mídia como o “kit gay”, iniciando-se assim um processo recente de pânico moral.

Além disso, a resistência do Poder Legislativo, liderada por fundamentalistas religiosos, fomentou a pouca visibilidade ou a resistência desse espaço educacional para estabelecer algumas das propostas dos governos progressistas salientados. Isso favoreceu um conservadorismo descabido entre os brasileiros que se reconheceram no discurso desses políticos e breiou o avanço desses programas, os quais inclusive tiveram contextos distorcidos a partir de notícias, tal qual o aparvalhado “*kit gay*”, nomenclatura dada pejorativamente a livros e cartões que seriam distribuídos nas escolas para orientação dos estudantes da educação básica e que faziam parte do Programa Brasil Sem Homofobia (Romancini, 2018, p. 95).

Passos (2022, p. 87) expõe que essa pressão dos setores religiosos se deu especialmente devido à reafirmação de parlamentares católicos e evangélicos, embasados em ideários inculcados por militares durante o período de ditadura, no qual diziam que quaisquer ações em favor da população LGBTQIA+ seria um “ataque à família”. Naturalmente, essas constantes investidas contra as pessoas trans resultaram no veto da presidente Dilma ao Programa Brasil Sem Homofobia, o que tornou esse o primeiro anúncio de muitos outros retrocessos para as políticas públicas educacionais no país.

Passos (2022, p. 87) ainda destaca que esse veto e todo esse levante parlamentar conservador foi, em 2014, o estopim para que a supressão de trechos importantes do Plano Nacional de Educação ocorresse no período dedicado à sua tramitação. Esses trechos

excluídos tratavam essencialmente de questões trans e da atenção a esse público nos espaços dedicados à educação.

Dado os fatos ocorridos com a finalidade de silenciar a população trans-travesti, percebe-se que a educação não tem sido acessada por esse grupo. Scote (2020, p. 26) conseguiu, a partir de pesquisa, analisar o acesso dessa população à escola e sua tendência à evasão, agravada pelo preconceito de identidade de gênero que tende a expulsá-la das escolas.

Segundo o autor, por meio de investigação feita com 138 pessoas trans e travestis no município de Belo Horizonte e região metropolitana, percebeu-se que,

[...] tendo como base a última série cursada com aprovação – observa-se que: 6,5% (8) não passaram da 4ª série do Ensino Fundamental; 25,4% (35) estudaram entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental; 59,4% (82) estudaram até o 3º ano do Ensino Médio. Quanto ao Ensino Superior: 6,5% (9) declararam tê-lo iniciado sem, no entanto, ter se formado; apenas 2,2% (3) responderam possuir o Ensino Superior Completo. 0,7% (1) encontravam-se na alfabetização de adultos, no período de aplicação do questionário. Ou seja, 91,3% das entrevistadas não passaram do Ensino Médio. (Scote, 2017, p. 26)

Nesse contexto, esse espaço precisa ser ocupado, devido à necessidade da preservação da diversidade e do acesso a todos os espaços sociais da atualidade. Esse acesso certamente será efetivo para que travestis e transexuais cheguem a concluir o ensino superior e quaisquer outras etapas da educação básica, apesar do contínuo desprezo e silenciamento dessas pessoas nos espaços escolares. Assim,

Esse silenciamento, que se traduz também na omissão quando aparecem os casos de violência física ou verbal sofrida por estudantes que expressam sua diferença sexual e de gênero, é compartilhado pelas(os) professoras(es) que evitam discutir o tema da diversidade sexual e de gênero nas escolas. (Dinis, 2011, p. 43)

Isso demonstra a importância do professor em sala de aula, já que suas ações podem influenciar a permanência dos estudantes na escola. De acordo com Dinis (2011, p. 48), se o profissional da educação não age diante de situações de violência, ele se torna conivente com os agressores. O mesmo vale para o gestor, que, ao não propor discussões sobre temas como sexo, gênero e sexualidade na escola, contribui para o silenciamento das pessoas trans-travestis.

A partir do discurso de Danielle Caldas, uma das estudantes egressas da escola entrevistada, é evidente que, frequentemente, a reação de pessoas trans nas escolas se dá, principalmente, devido à falta de atenção dada a essa população. Assim, é fundamental que as unidades educacionais assumam a tarefa de guiar seus estudantes a saberem como lidar com a diversidade. Ao aceitarem esse compromisso, as escolas viabilizam um acesso

seguro para a população trans e permitem que esses estudantes compreendam e se integrem à comunidade escolar de forma positiva.

Dessa forma, Danielle, quando iniciou o ensino médio na modalidade da educação de jovens e adultos em escola no Distrito Federal, disse que, inicialmente, não tinha coragem de ir ao banheiro da sua escola. Ela tinha vergonha e medo da reação das pessoas caso a vissem usando o banheiro feminino.

No começo, para ser sincera, eu segurava firme. Eu sentia vergonha e as colegas sempre me chamavam: “Dani, vamos ao banheiro juntas?” E eu dizia: “Não, amiga, não vou.” E por quê? Devido à vergonha e ao medo do preconceito. (Danielle Caldas, entrevista pessoal concedida no dia 5 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

Para Daniliauskas (2011, p. 27) e Moreira (2016, p. 19), as escolas privilegiam o público cis-heteropatriarcal, pois tudo o que concerne ao mundo cis e hétero acaba sendo salientado nesses espaços, o que torna essa figura o cerne de todas as demais atividades e produções realizadas em ambientes educacionais. Isso torna o ambiente educacional um dos maiores disseminadores de ideários conservadores, os quais tendem a moldar aqueles que frequentam esse espaço em pessoas aversas aos pensamentos divergentes. À vista disso,

[...] a escola é, quase sempre, a primeira instituição com a qual a criança tem contato fora da família, portanto a escola carrega a função de legitimar ou recusar essas identidades, entre outros significados construídos previamente. Reconhecendo a escola como lugar de organização e normatização, como um dispositivo de governo e de controle que além de refletir certas condições, ela as produz. (Souza, 2016, p. 67)

A partir desse contexto, Souza (2016, p. 67) salienta o quão desafiador pode ser trabalhar questões trans-travestis nas escolas de educação básica. Ele entende que o gestor e o docente que entendem a importância de impulsionar temáticas que tratem dessa população, possivelmente encontrarão todo um sistema fortemente armado contra esses grupos oprimidos e temáticas progressistas, tais quais as que envolvem a população LGBTQIA+. Em vista disso, Bourdieu (1989, p. 86) afirma que as classes dominantes e, conseqüentemente, as escolas têm muita dificuldade de aceitarem com naturalidade culturas distintas das suas, isso tende, dessa maneira, a blindar boa parte da comunidade escolar contra populações oprimidas e contrárias aos padrões cis-heteronormativos adotados por ela. Para Bourdieu (1989, p. 89), isso se deve à violência terrível exercida pela intolerância estética, o que provoca, na sociedade, essa aversão descabida pelos estilos de vida dissidentes.

Professora Edu sinalizou que percebeu, ao longo da sua atuação na Secretaria de Educação do Distrito Federal, que algumas pessoas no ambiente educacional não estão abertas ao diálogo por questões religiosas, outras por questões ideológicas. Segundo seu relato, ela chegou a atuar no núcleo de formação de professores do Distrito Federal e, juntamente com colegas de trabalho, propôs cursos para tratar de questões LGBTs. No entanto, nenhuma das propostas apresentadas chamou a atenção de docentes e esses cursos não tiveram grande procura. Esse tipo de situação explicita que boa parte dos profissionais da educação não tem se preocupado com as causas LGBTQIA+.

Os conteúdos que contemplem causas homossexuais, travestis e trans precisam ser inseridos nas escolas para transversalizar todas as disciplinas, já que a cultura, a fala e a situação socioeconômica que afetam esse público podem também servir de debate. Apesar de já termos um documento considerável para tratar dessa celeuma na corporatura dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os demais documentos vigentes, como a Base Nacional Comum Curricular e a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais ou outros demais documentos supralegais, precisam ser analisados para se constatar ou não a deficiência desse tipo de conteúdo nas escolas. Assim sendo,

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (Brasil, 1996, p. 293)

Por esse motivo, tratar dessas questões em sala de aula é essencial e, apesar de os PCNs estarem cada vez mais em desuso, esse documento ainda é um dos mais completos no que tange à aplicação de questões transversais nas salas de aula. Assim, a aplicação da diversidade nas escolas é um diferencial desse documento, tendo em vista que ele procura apresentar o contexto social e cultural, além da história das diferenças. Isso é essencial, pois, no sentido prático do que deve ser feito ao se considerar a pluralidade na escola, Lima nos assegura que:

A diversidade como temática e objeto das políticas educacionais não pode ser definida simplesmente como sinônimo do diverso, considerando os segmentos ou coletivos humanos ou ainda na conclusão de que o reconhecimento em si do multicultural resolve e harmoniza os conflitos situados historicamente. [...] nesse sentido, os traços, identidade, relações, condicionantes e condicionamentos dos sujeitos sociais são distintos e transversalizados por complexas relações sociais de poder. Assim, a problematização sobre a necessidade da igualdade, as denúncias sobre as desigualdades sociais e o direito à diferença devem ser pauta e prática democrática de uma sociedade que procura romper com a perversidade e injustiça social. (Lima, 2016, p. 32)

Segundo a professora Edu, que é uma das pessoas com quem conversei, as pessoas trans-travestis não estão implorando por aceitação ou se rebaixando perante ninguém. Para a professora, aceitar a existência de alguém vai para lá de opiniões individuais. Por isso, mostrar respeito por alguém não é uma escolha, mas, sim, uma obrigação. Gostar ou desgostar é algo pessoal e ninguém deve ser forçado a ter simpatia por todos, no entanto, o respeito ultrapassa essas questões.

Não viemos buscar a aprovação de ninguém, viemos apenas pedir respeito, pois minha existência não está sujeita à sua vontade. Quando você diz ‘eu aceito’ ou ‘não aceito’, não tem esse poder. Aceitar ou não aceitar não são direitos que você possui. Parece que minha existência precisa de sua permissão. O que você deve fazer é respeitar. Se gostar ou não, é uma escolha sua, assim como eu tenho o direito de não gostar. No entanto, respeitar é sua obrigação. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 7 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal)

Ademais, o avanço de grupos conservadores não tem impedido que setores da sociedade se unam em apoio às comunidades oprimidas, como a comunidade LGBTQIA+. Temos um exemplo disso após as eleições de 2022, com a vitória do então presidente Luís Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato à frente de um governo progressista. Após essa eleição, criou-se novamente o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e, por consequência, importantes secretarias, entre as quais a que defende os direitos da pessoa LGBTQIA+. Essa secretaria, consequentemente revivesceu o Conselho Nacional dos Direitos LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+). O retorno desse conselho tem sido essencial para o debate de políticas públicas importantes, como o uso do banheiro nas escolas.

Dado o caráter consultivo e deliberativo do CNLGBTQIA+, conforme mencionado no Decreto Presidencial n.º 11.471, de 6 de abril de 2023, que tem o propósito de auxiliar na formulação e execução de ações governamentais relacionadas às pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, *queers*, intersexos, assexuais e outras (Brasil, 2023), é responsabilidade desse conselho prestar suporte à população LGBTQIA+ na implementação de políticas públicas em diversos setores da sociedade, incluindo na esfera educacional. Para cumprir tal objetivo, a Resolução n.º 2, de 19 de setembro de 2023, foi criada com a finalidade de oferecer diretrizes específicas sobre a utilização do nome social por pessoas travestis e transexuais em documentos escolares.

Além de tratar do nome social a partir da Resolução n.º 1/2018, do Conselho Nacional de Educação, a Resolução n.º 2/2023 ainda orienta acerca de uso do banheiro, corte de cabelo, além da roupa a ser usada, especialmente no que tange ao uniforme escolar. As orientações estabelecidas nessa resolução norteiam as escolas brasileiras no

que concerne a todos os direitos desses grupos sociais, com base nos dispositivos da Constituição Federal, especificamente no artigo 5º desse importante documento, bem como na

[...] Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo de São Salvador (1988), a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001) e os Princípios de Yogyakarta (Yogyakarta, 2006). (Resolução CNLGBTQIA+ nº 02/2023, 2023, p. 1)

A Resolução ainda se norteia na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seus artigos 2º e 3º, na “Portaria do Ministério da Educação n.º 33, de 17 de janeiro de 2018, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica do País, para alunos maiores de 18 anos” (Resolução CNLGBTQIA+ n.º 02/2023, p. 2), e na Resolução n.º 1, de 19 de janeiro de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que define uso do nome social.

Durante a entrevista, Émilly compartilhou que, ao ser questionada sobre seus direitos de uso do nome social, procurou formas de ser respeitada na escola e identificar-se como desejava, mesmo quando não havia diretrizes claras sobre o tema. Em um gesto pessoal, ela pediu que seu nome fosse adicionado ao uniforme escolar, uma tática que considerou eficaz para que fosse designada corretamente e reconhecida sem confrontos.

Naquele tempo, para que as pessoas me chamassem como eu me identificava, decidi fazer constar “Emily” na parte de trás da minha blusa. Assim, quando alguém utilizava meu nome de registro, simplesmente me virava. Essa escolha era motivada pelo fato de que, ocasionalmente, alguns indivíduos agiam de maneira debochada. Conheciam-me como Emily, porém preferiam utilizar o nome de registro para me menosprezar e me oprimir perante os outros. Eu não agia assim por falta de educação, mas, sim, para responder com silêncio, evitando confrontos e demonstrando que já não me importava com o que diziam. A ignorância e o preconceito alheio não me afetavam. Foi por essa razão que decidi colocar Emily bem visível na minha farda. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

Emily utilizou uma estratégia para garantir que seu nome social fosse respeitado no ambiente escolar, já que era importante para ela continuar participando das atividades. Mesmo enfrentando falta de respeito dos colegas e omissão da escola, ela teve de tomar uma atitude. Naquela época, não existiam instrumentos de políticas ou documentos de apoio à comunidade trans-travesti, pois esse foi um evento que ocorreu nos anos 90. Diante da solidão, a estudante desenvolveu seus próprios métodos para afirmar sua identidade. No entanto, é amplamente reconhecido o quão desafiador é desempenhar

diariamente essa função e a extensa dedicação requerida para perseverar. Por conseguinte, é imprescindível que os órgãos legislativos assumam suas responsabilidades, adotando uma postura imparcial e criando leis para todos, incluindo a comunidade transgênero. Isso contribui para que esses indivíduos possam verdadeiramente desfrutar de seus direitos e cumprir seus deveres de maneira equitativa e inclusiva.

Diante dessas situações, a crucial decisão formulada pelo Conselho Nacional LGBTQIA+ incorpora trechos significativos em sua redação, os quais há tempos vêm sendo debatidos pela comunidade atendida pelo órgão. As cláusulas e os parágrafos contidos no texto contribuem para oferecer suporte a esse grupo. Contudo, destaca-se a urgência de difundir esse documento em todas as escolas, a fim de que tais diretrizes possam guiar as práticas educativas em todo o território nacional.

É fundamental ressaltar que o texto também reconhece a relevância dos compromissos nacionais firmados durante os governos progressistas nos anos de 2004, 2009 e 2012, por meio de iniciativas como o Programa Brasil sem Homofobia, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBTQIA+, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Resolução CNLGBTQIA+ n.º 02/2023, 2023, p. 2).

Ao se analisar esses programas, planos, bem como a legislação, esse documento transforma-se em um manual jurídico para as instituições educacionais do Brasil. Isso possibilita que essas instituições ajam contra tentativas de discriminação a travestis e transexuais, seja em relação ao uso dos banheiros escolares, seja na escolha das roupas de acordo com sua identidade de gênero. Embora essa resolução não tenha poder de lei, ela orienta as escolas e contribui para tornar o ambiente escolar, geralmente hostil para essas populações oprimidas, mais acolhedor.

Além disso, o documento se fundamenta na Lei n.º 12.852, de 2013, que trata dos direitos dos jovens, no Decreto n.º 8.727, de 2016, que aborda, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, matérias acerca do uso do nome social e do reconhecimento de pessoas trans-travestis e suas identidades de gênero (Resolução CNLGBTQIA+ n.º 2/2023, p. 2-3).

Nesses termos, a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.275, do Supremo Tribunal Federal, também serviu de fundamento para a resolução e foi fundamental por conter, em seus dispositivos, excertos que deixam claro que a expressão e identidade de gênero são direitos de qualquer pessoa. Logo, ser discriminado por isso não é uma opção, posto que o fato de ser um dissidente de gênero não exclui a sua humanidade.

Consequentemente, essa pessoa dissidente tem direito à igualdade, além de, a partir dessa ação, ter o direito à alteração do prenome e classificação de gênero. Essa ADI é categórica ao afirmar que a pessoa tem esse direito independentemente de ter passado por quaisquer procedimentos cirúrgicos, como a redesignação, por exemplo (Resolução CNLGBTQIA+ n.º 2/2023, p. 3).

Esses instrumentos claramente geraram esperança para a comunidade trans-travesti, no entanto, eles frequentemente não conseguem cumprir suas promessas, apesar de apresentarem propostas viáveis. Eles são frágeis, não sendo efetivamente aplicados na sociedade e têm se revelado pouco eficazes. Embora haja avanços sociais na concepção e adoção dessas medidas, é evidente a falta de comprometimento por parte das autoridades públicas para implementar efetivamente o que é proposto por esses dispositivos.

Todos os registros, programas e esquemas mencionados na resolução representam progressos recentes. Quando integrados e analisados no contexto educacional, beneficiam a inclusão de indivíduos dissidentes de gênero nas escolas. Contudo, ao ponderar a ausência de respaldo legal em leis hierarquicamente superiores, é fundamental que o movimento continue unido para exigir das autoridades a promoção de avanços e a consideração de todos os grupos, dado que os instrumentos atuais são instáveis, uma vez que a gestão não se compromete em dialogar com o público trans. No entanto, considerando a inclinação seletiva e o favoritismo dos parlamentares em beneficiar a população cristã, branca, masculina e cis-heteropatriarcal, é evidente a urgência de permanecer firme no combate à exclusão, a fim de evitar que políticas atuais retrocedam devido a projetos questionáveis, como é o caso do PL n.º 5.167/09, que visa proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo sob fundamentos cristãos (Villela *et al.*, 2020, p. 7).

Durante a entrevista, o professor Kaleb, homem trans e docente efetivo da prefeitura municipal de Luziânia, cidade goiana que fica situada na região do Entorno Sul do Distrito Federal, ressaltou a relevância de a escola respeitar o nome social e de desenvolver estratégias para facilitar o acesso ao banheiro por pessoas trans-travestis.

Acredito que o essencial é avaliar se a arquitetura e a estrutura da escola são adequadas para atender a todas as pessoas. Um exemplo é a necessidade de banheiros neutros, onde qualquer indivíduo possa se sentir confortável. Não estou sugerindo a abolição dos banheiros por gênero, pois isso poderia causar controvérsias. Há uma preocupação equivocada de que estamos propondo o fim dos banheiros, o que não é o caso. É importante disponibilizar um banheiro onde pessoas trans possam se sentir confortáveis ao utilizá-lo. É fundamental garantir que o nome social, o nome pelo qual a pessoa é conhecida, seja

respeitado em todos os lugares - chamadas, boletins, sistemas - de modo que nem os professores nem qualquer outra pessoa tenham acesso ao nome anterior da pessoa. Essas medidas podem reduzir a quantidade de situações em que o nome morto da pessoa seja revelado. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023 em Brasília-DF)

As palavras proferidas pelo professor Kaleb realçam a importância de as escolas dedicarem especial atenção às pessoas trans. Essa perspectiva mais atenta tem o potencial de salvar vidas e auxiliar esse grupo a superar obstáculos. O objetivo é reformular o sistema educativo atual, que frequentemente silencia, invisibiliza e nega os direitos das pessoas trans. Nesse sentido,

Corrigir as desigualdades educacionais perpassa as justificativas de todas as políticas. Mostrar o pouco que se avançou, se retrocedemos e o que planejar, que estratégias e que intervenções no sistema escolar, na formação docente para corrigir as desigualdades no próximo decênio. O fantasma dessas desigualdades perturbando nossos sonhos de República, de democracia, de justiça e equidade. Talvez seja a relação mais persistente tanto no pensamento conservador ou liberal, como no progressista. Porque as desigualdades continuam persistentes. Incômodas. (Arroyo, 2010, p. 1383)

Dessa forma, conforme indicado por Arroyo (2010, p. 1383), a escola tem a responsabilidade de corrigir as injustiças dirigidas à parte menos privilegiada da população. Essa transformação deve começar a partir da redefinição de toda a comunidade escolar, focando em práticas educativas que promovam uma nova abordagem tanto por parte dos professores como dos estudantes. Embora seja evidente o grande desafio que isso representa, as desigualdades sociais persistem e continuam a desestruturar o país e a realidade humana. Isso demonstra que é urgente repensar a forma como agimos em todos os espaços, com especial ênfase nas instituições de ensino, a fim de alcançar uma mudança efetiva.

## **1.2. Valparaíso em análise: documentos de gestão educacional em voga**

O gestor escolar e os documentos de gestão desempenham um papel crucial ao indicar um rumo a seguir por todos os colaboradores. Esse processo é fundamental para manter a organização interna da escola. A redação de documentos democráticos e a sua aplicação nos diferentes contextos escolares possibilitam a criação de um ambiente favorável a várias decisões que visam organizar as atividades educacionais e abranger todos os departamentos da escola (Araújo, 2009, p. 18).

Dentre os instrumentos de gestão, o PPP, o Regimento Escolar e o Currículo exprimem suas essencialidades especificamente por serem indispensáveis a qualquer espaço educacional. Assim, conforme explicitado na LDBEN, o PPP, por exemplo, é um

instrumento de organização que impulsiona a comunidade escolar a participar de todo o processo educativo. Isso pode levar os espaços a se tornarem dinâmicos em sua inteireza, além de demonstrarem-se harmônicos, no sentido de desenvolver uma estrutura consistente (Theobald *et al.*, 2009, p. 85-86).

Dessa forma, o PPP se torna uma ferramenta essencial para as instituições de ensino organizarem suas metas a longo prazo de maneira sistemática e racional. Ao fazer uso desse recurso, é possível estruturar de forma coesa as medidas a serem implementadas, ao mesmo tempo que a escola consegue moldar suas atividades de acordo com as necessidades da comunidade local. Isso resulta em práticas educacionais mais personalizadas, que refletem de maneira fiel a realidade social em que a escola está inserida (Oliveira, 2006, p. 2).

Para Balardim (2022, p. 2), o Regimento Escolar tem um princípio parecido com o do PPP. No entanto, ele tem um caráter mais funcional, posto que ele traz uma série de regulamentos e apontamentos que indicam a estrutura e a *performance* da escola e do sistema de ensino do município que rege as unidades de ensino de sua rede. Nesse sentido, esse documento serve como base legal do espaço educacional em que ele se insere, regulamentando e regularizando todos os seus processos pedagógicos e administrativos.

Pasqualini (2018, p. 3) destaca que o Currículo Escolar, diferentemente do PPP e do Regimento Escolar, traz uma relação direta com o conteúdo, refere-se, assim, à aplicação desses conteúdos aos estudantes em processo educacional. Dessa maneira, o currículo irá nortear o estudante durante todo seu processo escolar, o que o torna um instrumento tão importante quanto os demais, posto que ele vai mostrar aos discentes as etapas a serem seguidas para se alcançar o conhecimento.

A seguir, analisaremos um Regimento Escolar e quatro Projetos Político-Pedagógicos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás. A análise terá como enfoque a comunidade LGBTQIA+, em particular as pessoas trans e travestis. Dos quatro PPP examinados, um pertence a uma escola de ensino fundamental – anos iniciais, outro a uma escola que abrange do 1º ao 9º ano, e os outros dois são de escolas que englobam o ensino fundamental – anos finais. Em contrapartida aos PPP, o Regimento Escolar fornecido para consulta é único e aplica-se a todas as escolas do município.

O Currículo Escolar utilizado nas escolas de Valparaíso segue o padrão adotado pelas instituições de ensino do governo estadual de Goiás, bem como por muitos municípios do estado. Assim como os currículos das demais escolas do Brasil, foi

desenvolvido com base na Base Nacional Comum Curricular e, no contexto goiano, é denominado Documento Curricular para Goiás (DC-GO).

**Figura 4 – Valparaíso de Goiás vista de cima**



Fonte – Jornal Opção (2022).

Localizado na mesorregião leste goiana e na microrregião do Entorno Sul do Distrito Federal, encontra-se o município de Valparaíso de Goiás. Conforme mencionado por Silveira (2019, p. 20),

a geografia do município de Valparaíso de Goiás se estende por um perímetro de 61.450 km<sup>2</sup> e tem a mais alta densidade demográfica da Microrregião do Entorno do Distrito Federal e do Estado de Goiás, conforme os dados do Instituto Mauro Borges, ano base 2017. Este último dado permite pressupor que praticamente não há área rural expressiva em Valparaíso de Goiás e que a população está bem distribuída nos perímetros urbanos. O município de Valparaíso de Goiás integra a Área Metropolitana de Brasília e a RIDE. (Silveira, 2019, p. 20)

Segundo Rodrigues (2023), o último Censo Demográfico feito em 2022 pelo IBGE registrou 198.861 habitantes. Essa estatística tornou Valparaíso o município da região metropolitana do Distrito Federal que mais cresceu desde o último censo, com o considerável aumento de 51,68%. Esse registro fez com que o município ficasse em segundo lugar no *ranking* de crescimento do estado de Goiás entre as cidades com mais de 100.000 habitantes.

Perante esta situação, Farias *et al.* (2018, p. 4) argumentam que o crescimento desordenado tem sido um desafio, comprometendo a infraestrutura da região, particularmente durante períodos de chuvas intensas, o que afeta a disponibilidade de escolas, postos de saúde, hospitais e outros serviços públicos. Mesmo assim, a população

continua a aumentar devido à construção de habitações e condomínios. Esse crescimento se justifica pela proximidade do município com o Distrito Federal e o seu custo de vida, tendo em vista o custo real dos bens e serviços relativamente altos; por isso, com o intuito de ter moradia e alimentação mais acessíveis, boa parte dos moradores do DF se muda para Valparaíso e cidades circunvizinhas.

Todas essas características do município são transferidas para os documentos de gestão escolar. No entanto, é perceptível que, em boa parte dos textos, se segue uma perspectiva bastante tradicionalista, na qual, conforme explicita Libâneo (1985, p. 23-24), a relação das pessoas no espaço educacional é engessada e não tem muita relação com a realidade social. Essa perspectiva justifica a semelhança entre os documentos e as raras vezes que se fala de características específicas da escola e da sua comunidade, ou se é proposto algo que atinja as pessoas e suas individualidades. Tal sugestão evidencia a falta de consideração pelos grupos sociais oprimidos e a carência de iniciativas que tratem de questões relevantes para esses grupos, ainda que sem menção direta a esse respeito.

Assim, nos PPP, no Regimento e no Currículo, há poucas propostas que abarquem questões que atravessem a diversidade e, conseqüentemente, em sentido restrito, pessoas e questões trans-travestis. As poucas questões que se aproximam e dão sinais a essas minorias, tratam da diversidade em contexto geral, no qual é possível reconhecer que as pessoas são diferentes. No entanto, não se enfatizam essas diferenças, apenas se propõe a tratar todos com respeito e igualdade. Notam-se trechos pontuais e pertinentes em documentos mais amplos, como o PPP municipal, o DC-GO e o Regimento Escolar. Entretanto, é incomum encontrar, em projetos pedagógicos escolares, abordagens eficazes sobre temas ligados a gênero e sexualidade, evidenciando, assim, a ausência de materiais educativos que levem em consideração a diversidade e, conseqüentemente, as pessoas trans.

Acerca do município, Emily afirmou, durante a entrevista, que

Valparaíso é uma cidade com uma forte presença de machismo. Isso acontece porque é um local de grande fluxo migratório. Nele, há uma diversidade imensa de pessoas, assim como em Brasília e São Paulo. O município se desenvolve com a presença de indivíduos de diversas culturas e origens étnicas, de diferentes estados. Lidar com essa diversidade não é simples, morar aqui não é fácil, principalmente comparado a outros lugares onde já vivi ou convivi, tanto em outros países quanto em diferentes estados do Brasil. Porém, o desenvolvimento está em progresso e aos poucos está melhorando. Este município é especial para mim, eu o aprecio e o integrei à minha vida. Por isso, desejo lutar para destacar o lado positivo aqui. É importante mostrar que as pessoas trans não são monstros, mas sim indivíduos como qualquer outro, são seres humanos. Afinal, somos todos seres humanos, somos indivíduos que merecem atenção, respeito e oportunidades. Compreende? Acredito que

oportunidades positivas são o que podem mudar a vida de alguém. Pois, sem oportunidades, o que restará em nossa vida? (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

O assunto explanado por Emily diz respeito ao município e às nuances dos povos moradores dele, em sua visão. Essa perspectiva exposta em algum momento se depara com o retrato de alguns dos PPP analisados, em razão de esses claramente silenciarem a população trans-travesti, uma vez que eles sequer apresentam questões que abarquem a diversidade de povos e grupos sociais.

Para Nogueira (2015, p. 214), o projeto político-pedagógico precisa ser elaborado em conjunto com toda a comunidade escolar, tendo em vista o seu caráter democrático. Dessa forma, quando o documento passa apenas pelas mãos do gestor, ele se mostra tendencioso e não transparece as peculiaridades das pessoas que fazem parte da unidade de ensino e da comunidade em que a unidade está inserida.

Sendo o PP a bússola que conduzirá a escola para os seus objetivos, este não pode ser pensado e construído de forma isolada pelo diretor e coordenador, mas deve representar um pensamento coletivo, com a participação de todos os profissionais da educação. Sendo este um dos pontos fundamentais para que a escola desenvolva uma gestão democrática. (Nogueira, 2015, p. 214)

Diante dessas circunstâncias, o relatório da Escola Academia da Sabedoria (EAS), a primeira instituição de ensino analisada, que proporciona educação básica para estudantes do 1º ao 9º ano, indica um plano desatualizado, que reflete contextos e realidades ainda vinculados a 2021. Isso sugere que a escola permaneceu fiel aos mesmos princípios adotados durante o período marcado pelo distanciamento social e pelas atividades remotas, prevalentes entre os anos 2020 e 2021 devido à pandemia de Covid-19. Apesar disso, o documento expõe algumas questões que vão além dessas tônicas e dialogam, mesmo que pouco alheado, com a questão trans, especialmente quando se trata de diversidade no contexto educacional. Entretanto, esse tímido aceno não é suficiente e não contempla efetivamente as demandas dessa população.

Ademais, essa constatação não foi observada exclusivamente no documento da EAS, mas em todos os documentos em análise. Assim, tal qual os documentos a níveis nacionais, esses documentos não tratam de diversidade de gênero e sexo em contexto trans-travesti de forma evidente.

Importante destacar que em dispositivos como a LDB, o PNE e a BNCC, as terminologias gênero, sexualidade, LGBT ou qualquer outra que remeta ao campo dos estudos de gênero não aparecem de maneira explícita, o que invisibiliza as políticas públicas voltadas para mulheres e sujeitos não-heteronormativos. Assim, esses documentos acabam generalizando quando instituem redações, estratégias e metas que versam, de forma trivial, sobre o

combate a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, desprezando, dessa forma, suas particularidades. (Souza; Fialho, 2020, p. 28)

Na questão das temáticas mais convencionais, a EAS destaca principalmente a repetitiva narrativa conservadora, em que o conceito de família é limitado ao tradicional modelo composto por homem, mulher e criança, excluindo outras possibilidades familiares. Assim, a escola não promove uma visão mais abrangente, pois, ao abordar os valores familiares, acaba reforçando os padrões da classe dominante, excluindo ainda mais as realidades diversas, como as relativas à travestilidade. Nessa perspectiva, o sistema cis-heteropatriarcal reconhece apenas a dicotomia de gêneros, abraçando somente a ideia de homem e mulher, o que impede o reconhecimento de diversos arranjos familiares.

Segundo Buscariolo (2019, p. 1), os tipos de família reconhecidas ao longo dos anos foram significativos e hoje não cabe mais designar esse termo como uma junção exclusiva entre homem, mulher e seus filhos. Diante disso, ela destaca que os documentos jurídicos brasileiros, ao longo dos anos, precisaram estender sua natureza protetiva a todos os formatos existentes. Nessa perspectiva, a autora ressalta o quão inadequado é oferecer tratamento desigual a cada formato de família. Para Pereira *et al.* (2013, p. 87), para se posicionarem contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, as religiões

exprimem a crença, desenvolvida e difundida no âmbito da tradição judaico-cristã, de que o comportamento homossexual representa a fraqueza espiritual do indivíduo para resistir às tentações demoníacas, descumprindo o que se julga ser vontade de Deus e o distanciamento do modelo de família definido nessa tradição. No entanto, essa visão da homossexualidade concorre com outras concepções, desenvolvidas no contexto da produção do conhecimento científico, como é exemplo a difusão promovida pelas ciências médicas da crença de que a homossexualidade seria uma doença relacionada com fatores genéticos. Outro exemplo de difusão de crenças sobre a homossexualidade pode ser encontrado nos primeiros textos psicanalíticos sobre o tema que descrevem a homossexualidade como uma inversão no desenvolvimento sexual normal. (Pereira *et al.*, 2013, p. 87)

Desse modo, ao registrar apenas modelos de família cristãs em um documento tão importante, a escola acaba excluindo os padrões contemporâneos, o que leva à exclusão das famílias homoafetivas e trans no contexto escolar. Conforme Nogueira (2015, p. 218), os projetos, como o da EAS, refletem a sociedade atual e as comunidades escolares, onde a maioria é composta por profissionais e estudantes que seguem o cristianismo. A autora afirma que,

[...] se considerarmos que a maioria dos estudantes e dos professores é cristã, podemos afirmar que a travesti se insere em um comportamento ou cultura que, na concepção deles, deve ser negada e extirpada da escola, pois contraria o pensamento religioso capturado pelas famílias e atua na rotina da escola. (Nogueira, 2015, p. 218)

Além disso, ao longo do texto, a escola EAS destaca a relevância do desenvolvimento da consciência crítica e da aquisição da habilidade de se organizar para promover mudanças sociais. Seguindo essa perspectiva, a instituição educacional mostra estar disposta a explorar aspectos menos abordados nesse contexto, o que representa uma oportunidade para tratar de questões relacionadas a pessoas transgênero.

A Escola Academia do Conhecimento (EAC) oferta turmas do 6º ao 9º ano para a comunidade. Nos seus documentos, a escola compartilha princípios semelhantes aos da EAS em relação à diversidade. Nesse sentido, a EAS enfatiza, em sua documentação, a importância da promoção da solidariedade e da aceitação mútua como fundamentais para a construção de uma convivência social positiva.

Destaca-se, assim, a importância de a unidade educativa fomentar uma relação amistosa entre distintas figuras sociais. Tanto a EAS como a EAC destacam, nos seus projetos político-pedagógicos, a necessidade de formar estudantes com valores sociais sólidos, fundamentados na convivência e no respeito pela diversidade. No entanto, é notável que ambas não abordam a diversidade sexual e de gênero nas suas proposições fundamentais. Dessa forma, conclui-se que, ao tratar da diversidade, essas instituições concentram-se apenas em diferenças étnicas, de crenças e de opiniões.

Ao longo do projeto escolar da EAC, é possível observar alguns dispositivos que tratam superficialmente da diversidade, mas não englobam todos os grupos sociais oprimidos. No entanto, é necessário elucidar esses dispositivos para que escolas como essa busquem reconstruir bases que sustentem toda a diversidade presente na atualidade. Nesse viés, ao identificar acenos essenciais para essas populações, nota-se que a escola em foco percebe a problemática e até a aborda em seu texto, entretanto, ao longo do documento, identifica-se a ausência de quaisquer projetos ou ações para lidar com essas questões.

Assim, os projetos apresentados são suficientemente baseados em ideários conservadores e não abarcam a pluralidade. Isso, apesar de previsível, precisa ser exposto para que as escolas hodiernas reflitam sobre sua gestão e amplifiquem suas ações de forma a abraçar toda a comunidade. Nessas circunstâncias, os projetos listados focam nas concepções cristã e se distanciam dos grupos oprimidos, posto que já é sabido que as religiões cristãs se pautam em princípios cis-heteropatriarcais.

Nessa perspectiva, ao contemplar datas criadas e difundidas pela tradição judaico-cristã, como a Páscoa ou a festa do dia das mães e dos pais, solenidades que excluem famílias que não se encaixam nesse dicotômico molde cristão, as escolas desprestigiam

uma infinidade de tipos de família existentes. No entanto, apesar de algumas apresentarem projeto que tentam levar a família para escola em um dia especial para isso, não se percebe uma abrangência de outros tipos de família, posto que o termo é apresentado de forma genérica e os docentes acabam por não ter uma orientação concreta, caindo na mesma falácia de que família pode ser composta apenas por homem e mulher.

Isso ocorre, porque, conforme explicita Santos (2023, p. 41),

[...] Historicamente a discussão de gênero/sexualidade ou pertencimento étnico-racial atravessam uma realidade de discriminação, sendo alvo do conservadorismo e da extrema direita, que marginalizam os sujeitos em níveis tão severos que intensificam as estruturas injustas que têm legitimado o epistemicídio, a partir da inferiorização, que interfere na produção do conhecimento. (Santos, 2023, p. 41)

No que concerne ao fato de as famílias homoparentais e da mesma forma as formadas por uma ou mais pessoa trans serem discriminadas e excluídas dos documentos de gestão, Rodrigues (2019, p. 51) confirma o motivo quando diz que

[...] a reprovação por parte da sociedade com relação às uniões homossexuais ainda persiste, em grande parte, por causa desta influência religiosa, que considera a homossexualidade como uma união que ofende o caráter sagrado da família. Assim, percebemos a grande influência que a religião exerce sobre as pessoas que seguem suas doutrinas, propagando e disseminando na maioria das vezes ódio sobre as condutas que não condizem com suas práticas religiosas, ocasionando dessa forma em preconceito, que em muitas vezes gera violência tanto física quanto psicológica nas pessoas que são diferentes e não se enquadram nas suas concepções e normas impostas. (Rodrigues, 2019, p. 51)

Maranhão (2016, p. 209) reforça essa ideia, ao tratar de pessoas trans e do preconceito social remetido a essa população. Esse desprezo pelos corpos travestis e trans são possíveis fatores determinantes para que nossas escolas não disseminem e não levem aos movimentos dedicados à família no espaço escolar o conhecimento e a homenagem às famílias formadas pelas mais diversas humanidades, dentre essas, especialmente as homoparentais ou nas que um dos parceiros seja uma pessoa trans-travesti.

É a partir do próprio corpo – mas também do corpo da/o outra/o – que a pessoa se compreende (ou não), se aceita (ou se rejeita), se assume (ou não se assume, ou se reassume, ou se desassume). Em uma concepção mais conservadora em relação às corporeidades (cis/trans\*/ex-trans\*), localizar o corpo da/o outra/o – enunciá-lo, descrevê-lo, prescrevê-lo, normalizá-lo, normatizá-lo – pode fazer parte de um movimento de autolegitimação, autointeligibilidade e autolocalização do próprio corpo: localização/percepção de si mesma/o como pessoa encaixada em um determinado padrão, o de um Lugar Cis, muitas vezes em consonância com um Lugar Cristão – espécie de Lugar Cis-Tão. É um movimento em que a corporeidade alheia desenha a própria corporeidade e a própria corporeidade procura desenhar a corporeidade alheia – desenho (ou toscosco rascunho) realizado através dos pinces da cisgeneridade e das tintas da binariedade. (Maranhão, 2016, p. 209)

Outrossim, entre os projetos expostos, o único que tem semelhança com temas que englobam a diversidade trata do Projeto Africanidades e Dia Internacional da Mulher, os quais não explanam quanto tempo serão trabalhados, mas nos instiga a pensar se essas temáticas são transversalizadas e tratadas cotidianamente, ou se elas são expostas apenas em datas específicas do calendário escolar, tal qual o Dia Internacional da Mulher e a Semana da Consciência Negra.

Os demais PPP analisados são muito parecidos com os da EAS e apresentam temas e projetos simpáticos ao sistema cristão cis-heteropatriarcal, apesar de terem, em suas entrelinhas, contextos mais progressistas. A EAC, por exemplo, afirma, em trecho do seu documento, que tem por objetivo a formação do cidadão, mediante aos valores em que se fundamenta a sociedade. No Plano Político-Pedagógico da Instituição de Ensino examinado, encontra-se uma declaração que reforça a observação de Santos (2022, p. 3) sobre as práticas educacionais nos ambientes de ensino no Brasil, na qual ela destaca que as escolas atuais estão fortemente ligadas aos valores machistas presentes na sociedade brasileira. De acordo com a autora,

o machismo está, de maneira geral, presente em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas, limitando professoras e alunas. [...], assim, [...] ele existe a partir de crenças patriarcais que inferiorizam a mulher e trazem que o homem é o detentor do poder e do conhecimento, um ser escolhido para ser superior às componentes do sexo oposto. (Santos, 2022, p. 3)

Entretanto, o documento da EAC faz referência ao art. 3, inciso IV, da Constituição Federal, segundo o qual é “objetivo fundamental promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outras formas de discriminação.” Dessa maneira, apesar de a escola não usar um texto autoral para falar das diferenças e da necessidade de respeito a todas as pessoas, ainda assim, ao se referir ao dispositivo constitucional, a unidade de ensino abrange, mesmo que vagamente, a diversidade escolar. Além disso, essa escola garante, em seu PPP, que os seus estudantes não sofrerão por parte dos docentes qualquer forma de discriminação. O texto ainda expõe que, diante dessa premissa, os discentes usufruirão de igualdade de atendimento.

A partir dessa garantia, a EAC busca promover o bem-estar de todas as pessoas envolvidas em seu ambiente. Isso é propício, pois pode perfazer uma escola igualitária e respeitosa. No entanto, caso a unidade de ensino não se atenha efetivamente ao que é assegurado no documento, essas explicações podem resultar em posturas cis-heteropatriarcais de base religiosa e machista, e, por esse motivo, levar a escola a

aplicar do dispositivo apenas os pontos que convém a ela, tornando-a tendenciosa em suas decisões.

Em vista disso, Prado e Jesus (2022, p. 296) afirmam que o atual modelo de educação, pautado em moldes machistas, tem o hábito de culpabilizar as pessoas trans quando essas são vítimas. Ao expressarem suas identidades de gênero, as culpabiliza, alegando que seu jeito atenta contra os moldes sociais e que, quando elas demonstram suas identidades, essas afrontam a heteronormatividade, e que, por esse motivo, as vezes em que elas sofrem violência, as causas que levaram os agressores a fazerem isso são justificáveis.

Além disso, nesse estabelecimento de ensino, em um momento que desafia a predominância cis-heteropatriarcal, é destacada, no seu PPP, a importância de abordar o tema da sexualidade. Ao abordar esse assunto, a escola também ressalta a necessidade de lidar com o uso de drogas, promover a autoestima, incentivar a motivação, despertar a consciência política, valorizar os princípios humanos, prevenir a exploração sexual e abordar o uso das redes sociais. Dessa forma, evidencia-se o propósito da EAC de desenvolver, em seus estudantes, um espírito crítico e consciente sobre suas atitudes no mundo.

Entretanto, quando se trata de educação sexual e enfrentamento às drogas, uma unidade de ensino, quando não evidencia de maneira clara a forma de lidar com essa matéria, corre o risco de abordá-la coercitivamente, “partindo da premissa prescritiva de práticas sexuais certas ou erradas” (EW *et al.*, 2017, p. 52), ao invés de proporcionar e ativar o pensamento crítico.

De acordo com Ew *et al.* (2017, p. 51), os docentes tendem a concordar com a educação sexual nas escolas e reconhecem a importância de sua aplicação. Mas o receio de os pais não encararem com naturalidade a aplicação desse conteúdo, os tabus que cercam o assunto e, ainda, a preocupação constante de que essa ação acabe interferindo no comportamento sexual dos estudantes, são fatores que os fazem hesitar em aplicar essa temática em sala de aula.

Esse mesmo receio acontece quando a temática é relativa às drogas. Ferreira *et al.* (2010, p. 555) afirmam que os professores, devido à “falta de informação e por não terem respostas para sanar dúvidas dos estudantes, demonstram medo de lidar com assuntos que envolvam o uso de drogas.”

Além disso, a EAC amplia sua perspectiva simpática aos grupos sociais oprimidos quando contempla conteúdos que tratam deles. Entretanto, apesar de apresentá-los em

formatos genéricos, dividindo-os em apenas dois possíveis grupos — os economicamente vulneráveis e os que tem características ou identidades específicas que os posicionam em condição inferior ou marginal ante o restante da sociedade — a escola admite o debate, o que pode permitir ao docente empenhar-se no esclarecimento de quem efetivamente faz parte desses grupos oprimidos.

Apesar disso, é evidente a necessidade de se ampliar a perspectiva do que se entende e de quem efetivamente os compõe, já que, ao se tratar de povos oprimidos, por exemplo, o professor pode interpretar conforme sua convicção filosófica e, por esse motivo, descartar os povos hoje perseguidos, tais quais os mais oprimidos por terem características sexuais, étnicas, de gênero e religiosa contrários às adotadas pelo sistema para favorecer estritamente grupos políticos conservadores.

O uso do termo grupos oprimidos ao invés de minorias ocorre com base na premissa de Viana (2016, p. 28), o qual afirma que o termo minoria social não é adequado, pois produz uma homogeneização que é inexistente na realidade. São grupos muito distintos, com problemas, especificidades, condições de vida e possibilidades de ação diferentes, em alguns casos com elevado grau de diferença.

Além disso, durante a análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Academia da Razão (EAR), instituição de ensino que também atende alunos do 6º ao 9º ano, constatou-se que uma das competências de Língua Portuguesa para essa escola é considerar todas as informações possíveis, conhecimentos, bem como várias perspectivas dos espaços políticos, sociais e da mídia relacionada ao município, estado e país. A escola enfatiza que esta disciplina deve se envolver de maneira ética com todos esses elementos, visando à transmissão crítica de conteúdos e ao combate a qualquer forma de discriminação.

A escola optou por uma abordagem para o ensino da disciplina de Língua Portuguesa que enfatiza a importância do professor em orientar os alunos no processo de se tornarem pensadores críticos. Nesse contexto, a instituição espera que, diante de conteúdos considerados opressores e contrários aos direitos humanos e ambientais, o docente intervenha de forma eficaz, oferecendo aos estudantes uma compreensão consistente sobre o tema abordado.

Além disso, a EAR traz, em seu PPP, uma expressão que abarca a diversidade ao tratar das competências a serem adotadas pelas linguagens em ambiente escolar. O documento afirma que é necessário desenvolver senso que impulse a reconhecer e respeitar a diversidade de manifestações artísticas e culturais, além de práticas

diversificadas que ampliem e potencializem o respeito à pluralidade de saberes, identidades e culturas.

Até agora, a explanação mais clara da EAR direcionada aos grupos oprimidos é crucial, pois incorpora princípios que englobam diversas identidades, de modo que a escola inclui diretamente pessoas trans-travestis e outros grupos oprimidos. Isso é relevante, porém é importante destacar que essa diversidade poderia ser explicada de forma mais ampla, uma vez que, ao omitir ou restringir certos termos, as pessoas tendem a enfatizar determinados grupos em detrimento de outros ou a omitir alguns e destacar apenas os mais convenientes de acordo com seus princípios.

Ademais, apesar das constatações de temáticas plurais no PPP da escola EAR, percebeu-se que, entre os projetos implantados, nenhum atende plenamente à diversidade sexual e de gênero. Essa ausência torna o documento destoante, pois ele aborda bastante a diversidade e, ao apresentar os projetos a serem implementados na escola, percebe-se uma propensão ao fazimento de processos e eventos tradicionais, comuns à sociedade e suas nuances conservadoras.

Na escola mencionada, no contexto do projeto político-pedagógico, há apenas um ponto que aborda a questão da diversidade. Esse aspecto solitário, que surge no desfecho do documento, faz menção a uma das ocasiões festivas entre outras datas comemorativas e se destina à semana da consciência negra. Porém, percebe-se que essa iniciativa ocorre somente no dia dedicado à consciência negra, o que evidencia ser uma ação passageira e sem grande impacto para os alunos, desvalorizando, de fato, a importância do tema. Isso ocorre porque a escola não enfatiza a necessidade de debater a questão, concentrando-se apenas na transmissão acrítica de dados históricos sobre uma data que celebra aspectos significativos para o movimento negro.

Nesse sentido, não há quaisquer projetos que abarquem a população trans e questões que possam contemplar sexo, sexualidade e gênero. Os espaços são preenchidos por propostas que abrangem assuntos habituais, como dengue, água, soletração, banda de percussão, coral, reforço escolar, acolhimento e socialização. Deparamo-nos, nessa conjuntura, com a propagação exclusiva de tópicos clássicos e afamados. Esse comportamento é observado em quase todos os PPP das escolas analisadas, o que é preocupante, pois não abre espaço para trabalhar as humanidades e a diversidade nos espaços dedicados à educação.

A Escola Academia da Sapiência (EASp), um estabelecimento educacional voltado para alunos dos primeiros anos do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, adota

uma abordagem semelhante às demais e menciona brevemente a questão da diversidade, principalmente ao abordar o tema do ensino religioso. Em um texto que trata acerca da cátedra, a escola esclarece a importância da laicidade do país e do respeito às múltiplas religiões.

Entretanto, devido ao documento apresentar nesse tópico um recorte genérico de como se deve conduzir a disciplina na unidade de ensino, a EASp pode tornar a aplicação de ensino religioso tendenciosa. Isso se reforça especialmente, porque, em determinada parte do documento, menciona-se que pode acontecer da matéria se direcionar mais a uma religião específica, o que, ocasionalmente, pode acarretar na omissão de outras crenças tão importantes quanto a prática a ser privilegiada pelo ensino religioso. Isso pode possibilitar uma ação tendenciosa advinda do docente, propiciando com maior intensidade, dessa maneira, o estudo de uma religião em detrimento de outras.

Ademais, se essa escola se apegar ao trecho que trata da laicidade do país e ampliar seu texto, procurando reformular o tópico que diz ser possível mencionar mais uma religião do que outras, reconfigurando, dessa forma, a redação do seu PPP para um tom mais equânime, isso possivelmente permitirá à disciplina uma constituição plural, que contemple, de forma justa, todos os ideários filosóficos e religiosos. Apesar de se tratar de diversidade religiosa, uma escola que abrange todas as religiões, tende-se a ser mais acolhedora e confortável para aqueles que a frequenta, inclusive a população trans-travesti, que, em geral, é cerceada por alguns grupos religiosos. Destarte, abarcar pensamentos, ideias, filosofias, condições e dar espaço às pessoas que as compõe é a fórmula adequada para que a escola alcance ambiente confortável.

Além disso, a EASp discorre sobre essas diversas situações no subitem 20.1 do PPP, que aborda a temática da inclusão escolar. No referido item, a escola enfatiza sua postura contra qualquer forma de discriminação e lista os tipos, entre os quais encontra-se discriminação de gênero, etnia, religião, classe social, condições físicas e psicológicas. O ponto é progressista e pertinente, no entanto, não é elencado entre essas a discriminação de sexo e sexualidade, nessa perspectiva, a população LGBT, no geral, não é contemplada. Apesar de a escola abordar a discriminação de gênero, o que pode abranger pessoas trans-travestis, quando essa não inclui orientação sexual, fica perceptível que o sentido de gênero expresso abarca apenas a dicotomia homem e mulher cisgêneros.

Ao longo do documento, há tratativas que enveredam para assuntos próximos ao pluralismo e à diversidade, mas apenas no item que trata da importância de os estudantes aprenderem a viver em unidade e de compartilharem os espaços é que a escola apresenta,

de uma forma mais clara, a necessidade de ser plural. Nesse ponto, a unidade de ensino salienta a necessidade do convívio escolar a partir do respeito às individualidades a fim de melhorar a vida em sociedade.

Apesar disso, a EASp não versa abertamente acerca das questões LGBTQIA+ e, conseqüentemente, não expõe nada acerca da população trans. Assim, apesar de ser a escola que mais destoa dos ideários tradicionais apresentados nos outros documentos, essa escola não adentra e nem mesmo enfatiza esses grupos socialmente oprimidos, assemelhando-se, nesse aspecto, às outras unidades de ensino analisadas.

À vista disso, professora Jade, durante a entrevista, expôs a falta de aparato legal que inclua pessoas trans. Essa falta desampara esse público e dificulta sua vivência nos espaços educacionais. Segundo ela,

em muitos documentos educacionais formais, como a BNCC e as diretrizes e bases da educação, bem como os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), muitas vezes me vejo procurando por justificativas que validem a minha identidade, o que considero extremamente desagradável. Isso ocorre porque, como pessoa trans, tenho receio de, por exemplo, em uma reunião de pais, me deparar com um pai que tenha um discurso transfóbico preparado contra mim. Em face de uma situação como essa, sinto a necessidade de me preparar um pouco para poder apontar meus direitos para ele. E isso ocorre, pois, mesmo sendo uma pessoa culta, ainda assim me deparo com dificuldades em encontrar passagens que confirmem minha presença nesse tipo de registro. Sendo assim, após procurar minuciosamente os possíveis documentos oficiais que possam apoiar minha validação, por vezes elaboro uma apresentação de slides com o que consegui compreender até o momento, visando utilizá-la para me respaldar em situações de transfobia ou para compartilhar com um pai ou aluno em algum momento de desinformação por parte de um diretor escolar acerca da realidade de pessoas trans. (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023 no Riacho Fundo, Distrito Federal)

A abordagem da professora Jade destaca a dificuldade que essa população tem de se sentir desconfortável em ambientes sociais, pois sempre há a preocupação de serem questionados sobre sua existência a qualquer momento. No entanto, um dos principais desafios surge quando essas pessoas não contam com respaldo legal adequado para serem reconhecidas socialmente, e a sociedade negligencia seu interesse em conhecê-las e garantir seus direitos. Assim, muitas vezes, essas pessoas acabam tendo de assumir o papel de educadores constantemente, embora, na realidade, seja responsabilidade de todos ter um conhecimento mínimo sobre suas particularidades legais. Foi evidenciado pela professora Jade que as pessoas trans-travestis estão sendo posicionadas para assumir papéis de educadoras, conforme mencionado em sua entrevista. Ela compartilhou que a diretora da escola em que trabalhava pediu que ela criasse uma apresentação com *slides* para destacar e esclarecer quais seriam os direitos das pessoas trans em ambientes escolares.

Pra você ter uma noção, lá no Riacho Fundo II, quando eu me abri sobre a minha identidade, a supervisora da escola quis que eu fizesse um PowerPoint explicando tudo e encontrasse na legislação o meu direito de usar o banheiro feminino. Ou seja, eu, como pessoa trans passando por uma fase tão sensível de transição, me sentindo extremamente desconfortável com vários desafios em sala de aula, acabei tendo que educar uma gestora escolar sobre a questão da minha identidade e dos meus direitos, o que foi bem complicado. Então fico pensando, como alguém que não possui os mesmos privilégios que eu, privilégios estes que ainda são bem restritos, poderá se proteger legalmente contra indivíduos que promovem discursos transfóbicos e excludentes? (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023 no Riacho Fundo, Distrito Federal)

A forma como a professora aborda o assunto destaca a importância de discutir mais sobre questões relacionadas a pessoas trans-travestis nos documentos de gestão. Tanto estudantes quanto professores e gestores demonstraram desconhecimento sobre o tema, uma vez que não revelaram interesse nessas questões. Eles estão confortáveis dentro da cis-heteronormatividade e, por isso, não se preocupam com a realidade das pessoas trans. Quando precisam de informações, preferem se fazer de desentendidos, colocando as pessoas dissidentes de gênero na posição de educadores, ao invés de reconhecerem que a investigação faz parte das responsabilidades da prática docente.

Ademais, além desses projetos político-pedagógicos estudados, o PPP da própria Secretaria de Educação foi analisado, entretanto, esse documento está em análise e ainda não foi publicado. Nesse documento, que traz alguns temas progressistas, percebe-se incentivos claros à diversidade. Contudo, ainda assim, não é possível localizar nenhum termo que contemple especificamente a população trans-travesti.

Ademais, é essencial evidenciar seu caráter cristão ao tratar de temas específicos do município, que, assim como boa parte das cidades configuradas em terras brasileiras, possuem, em seus históricos e em suas raízes, os ideários cristãos trazidos a essas terras pelo povo português durante a invasão ocorrida no início do século XVI. Esse caráter, naturalmente, acaba afastando pessoas trans e a população LGBT, já que os princípios cristãos são baseados na cis-heteronormatividade e, por esse motivo, se distancia de grupos trans e homossexuais. À vista disso, Lima e Cardozo (2018, p. 104) afirmam que

[...] a implementação de políticas que considerem as diversidades representa novos desafios para educadores e gestores escolares, tendo em vista que esses sujeitos precisam ampliar a sua compreensão sobre as finalidades da educação e o papel da escola e dos sujeitos da comunidade escolar e local. É neste sentido, que se faz necessária na escola a construção de processos de gestão democrática que valorizem todos os segmentos presentes nela, que superem as práticas orientadas pelo autoritarismo, centralismo, clientelismo e relações verticalizadas, fazendo com que as culturas das diversidades, de uma forma geral, sejam valorizadas neste âmbito. (Lima; Cardozo, 2018, p. 104)

Outrossim, apesar desse caráter, o documento inova e surpreende ao dispor matérias simpáticas à cis-heterodiscordantes. Elenca-se, inicialmente, o termo diversidade proposto no PPP (p. 39), quando o documento solicita que a diversidade e a pluralidade sejam garantidas nos espaços educacionais do município, tanto nas atividades pedagógicas da SME quanto nas escolas. O documento segue afirmando que isso é essencial para garantir um ambiente multímado, em que as experiências dos estudantes sejam a origem das aprendizagens nos ambientes educacionais do município.

Isso fica claro, quando, na página 64, o PPP esclarece que a Secretaria Municipal de Educação “defende uma educação igualitária em todos os sentidos para que ninguém seja marginalizado, discriminado ou impedido de exercer seus direitos de cidadão.” O projeto salienta que a SME tem como prática superar diariamente preconceitos, além de combater comportamentos discriminatórios. Enfatiza, ainda, que a diversidade escolar é constituída por pessoas diferentes e essa composição é que perfaz o espaço escolar, por esse motivo, é conveniente adotar esse tipo de prática. Nessa conjuntura, é explicitado que

a SME de Valparaíso de Goiás busca a inclusão em todos os seus matizes, visto que a vê como direito de todos. Nesse contexto, busca valorizar a diversidade e as diferenças individuais como elementos intrínsecos e enriquecidos do processo escolar e a garantia do acesso e permanência do estudante na escola [...] A concepção da inclusão educacional expressa o conceito de sociedade, inclusiva, aquela que não elege, classifica ou segrega indivíduos, mas que modifica seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível. (Valparaíso, 2019, p. 68)

Ainda é possível identificar o termo diversidade ou respeito à diversidade nas páginas 73, 74, 93, 94, 106, 143, 155, 158. Além disso, esse PPP expressa que o professor, para que sua prática seja adequada e inclusiva, deve ter a “mentalidade aberta” (Valparaíso, 2019, p. 124). Isso é plausível, pois pode provocar no docente uma reflexão acerca da sua ação, ocasionando uma desconstrução e reconstrução singular.

Assim sendo, um professor com mente aberta está disposto a acolher todos os estudantes, independentemente de suas origens, condições ou identidades. Logo, um estudante trans, ao sentir-se apoiado por um educador sem preconceitos e que sabe considerar diferentes opiniões, compreenderá que está em um ambiente seguro e se esforçará para enxergar no professor a confiança necessária para seguir em frente, mesmo que veja colegas na sala agindo de maneira intolerante.

Outrossim, o PPP em questão trata, em contexto mais específico, de orientação sexual. Essa ilustração direta ao termo acolhe a população trans-travesti. Não obstante, apesar de o tema não tratar especificamente de identidade de gênero, a escola, ao abordar

sobre a orientação sexual, tende, muitas vezes, a abranger identidade de gênero, uma vez que as pessoas trans-travestis estão entre o público que compõe a sigla LGBTQIA+; conseqüentemente, ao se tratar de orientação sexual — em que as pessoas lésbicas, *gays* e bissexuais são contempladas —, o docente tende a abranger o assunto, ampliando ao gênero e, como efeito, às pessoas trans, o que aprimora a matéria e leva esse público para a sala de aula, tornando-o visto e respeitado. Ademais, o documento esclarece que essa matéria deve fazer parte dos temas transversais e diz que a BNCC propõe o seu debate.

Desse modo, conforme explicitado no documento:

A orientação sexual, numa perspectiva social, deverá ensinar o estudante a respeitar a diversidade de comportamento relativo à sexualidade, desde que seja garantida a integridade e a dignidade do ser humano, conhecer seu corpo e expressar seus sentimentos, respeitando os seus afetos e do outro. [...] A orientação sexual é basicamente tema do Serviço de Orientação Educacional. Este órgão desenvolverá programas de conscientização, acompanhamento das respostas comportamentais especialmente dos adolescentes, ficando para a disciplina de ciências o desenvolvimento dos contextos programáticos sobre o científico. (Valparaíso de Goiás, 2019, p. 126)

No que diz respeito à identidade de gênero e à população trans-travesti, além do PPP, um documento importante que deve receber atenção é o Regimento Escolar. Na cidade de Valparaíso de Goiás, o Regimento Escolar atualmente em vigor na Secretaria de Educação é do ano de 2007. Embora necessite de atualização, ainda é possível encontrar aspectos diversificados e o reconhecimento de ideias progressistas nesse documento.

Quando foi solicitado para integrar a essa pesquisa, esse documento foi obtido no setor jurídico da Secretaria de Educação. Isso foi feito porque a administração atual tem o objetivo de revisar e atualizar o documento, incorporando os marcos legais e as resoluções publicados desde sua criação. Como o documento é de 2007, é apropriado reformulá-lo, considerando as transformações significativas pelas quais o município e a sociedade passaram desde então.

Ademais, o Regimento Escolar apresentado tem um texto simpático à diversidade e nele é possível encontrar movimentos que acenam para as populações e todos os conjuntos que perfazem os grupos sociais oprimidos e não oprimidos. Esse gesto começa a ser expresso na Seção II, que trata do apoio ao discente. Nessa configuração, o art. 63 esclarece que esse apoio deve acontecer com a finalidade de criar condições igualitárias de escolarização e de cidadania a todos os estudantes. Assim, o gesto se amplia e tem seu ápice a partir do art. 109, o qual apresenta o formato do currículo a ser seguido pelo ensino

fundamental e declara que a BNCC e a Parte Diversificada são os sustentáculos do currículo, que opera contextualizado e interdisciplinarmente.

§1º - Inclui-se no desenvolvimento dos componentes Curriculares, o tema transversal adequados à realidade e aos interesses dos alunos, da família e da comunidade: I – Ética; II – Saúde; III – Meio Ambiente; IV – Orientação Sexual; [...] VII – Pluralidade Cultural, História Afro-Brasileira e Cultura. (Regimento Interno Valparaíso de Goiás, 2007, p. 43 e 44)

Para contemplar, mesmo que indiretamente, Filosofia e Sociologia, o regimento orienta a integrá-las à disciplina de Ensino Religioso e, entre as questões tratadas pelas disciplinas integradas ao Ensino Religioso, o item d do parágrafo único do art. 111 se relaciona diretamente com a diversidade de gênero, sexo e sexualidade. Em seu trecho, afirma-se, nesse artigo, que os conteúdos das matérias integrados ao Ensino Religioso trabalharão questões, entre outras, de

[...] Sexo, drogas e mudanças de comportamento em geral, pois são essas que contribuem para que o aluno transite seu ponto de vista da consciência ingênua para a consciência crítica da realidade, na busca da transformação do mundo em sua vida, levando-o a refletir sobre as questões essenciais que dizem respeito à vida e ao conhecimento humano, o sentido do viver e conviver, do fazer e do agir, os valores envolvidos nas ações e reações. (Regimento Interno Valparaíso de Goiás, 2007, p. 45)

Dentre os dispositivos mais relevantes, destacam-se o art. 85 e os incisos II, III, IV e VI. Esse artigo apresenta os objetivos do Ensino Fundamental, os quais, apesar de não tratar especificamente da questão trans-travesti, afetam diretamente essa população, seja negativamente, seja positivamente. O artigo, dessa maneira, afirma que são objetivos do Ensino Fundamental:

[...] II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores sociais em que fundamenta a sociedade. III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social; [...] VI – Desenvolver atividades pedagógicas integradas, atualizadas, contínua e progressivas que desenvolvam suas características biológicas, psicológicas e sociais. (Regimento Interno Valparaíso de Goiás, 2007, p. 37)

Diante disso, o item II tem um impacto específico ao incentivar os estudantes a resgatarem de maneira multilateral a humanidade, ampliando seu repertório de conhecimentos sobre diferentes povos e sobre como se relacionar diante da singularidade coletiva. Dessa forma, é viável explorar a diversidade social e, conseqüentemente, a população transgênero. Como resultado, os estudantes compreenderão, entre outros aspectos, quais são os grupos sociais e seus contextos, incluindo aqueles que englobam pessoas LGBTQIA+. Assim, destacar, entre os diversos grupos sociais, as pessoas trans,

pode estimular nos estudantes uma atitude positiva em relação às identidades de gênero dissidentes, promovendo uma convivência social empática.

Outrossim, o art. 68 aborda uma grande parte dos discentes, no entanto, no que se refere à diversidade, o regimento não inclui orientação sexual, gênero e identidade de gênero. Ali, elenca-se possíveis perfis do estudante e quais ações o docente deve adotar, tendo em vista uma abordagem uniforme no que diz respeito a etnia, sexo, credo, religião, convicção política e filosófica. Entretanto, a carência de redação que contemple a população LGBTQIA+ torna o texto insuficiente e desassistido, silencia e invisibiliza esse grupo social de tão considerável notoriedade.

O artigo seguinte trata de algumas vedações ao docente e nele é exposto que aferir a cor e a condição social do estudante é algo inoportuno e que não cabe na atuação docente. São elencados alguns direitos dos estudantes e, presumivelmente, entre esses, é explanado o direito de ser respeitado. O documento expressa que a dignidade e individualidade como ser humano precisa ser levada em consideração, independentemente da convicção religiosa, política e filosófica, do grupo social, da etnia, do sexo e da nacionalidade a que a pessoa pertença.

O documento apresenta um contexto que expressa, de maneira significativa, a visão que deseja transmitir e representar grupos sociais oprimidos, como pessoas trans. Ao destacar esses grupos como merecedores de respeito e garantia de sua singularidade, o documento aborda todas as pessoas e alcança todas as comunidades em suas particularidades. Dessa forma, ao orientar as escolas com base nessa premissa, amplia-se a diversidade nas instituições de ensino e contribui-se com todas as diferentes características que compõem os indivíduos que fazem parte desses ambientes.

Dentre as responsabilidades atribuídas ao diretor escolar, supervisor escolar e orientador expressas no Regimento Escolar, destacam-se algumas questões que podem impactar diretamente ou indiretamente a comunidade trans, de forma positiva ou negativa. De acordo com o art. 8º, inciso IX, da seção I, que aborda a Direção Escolar, uma das funções do diretor é fomentar a boa relação entre estudantes, pais e professores. Já no que se refere ao supervisor pedagógico, o art. 31 destaca que este membro importante da equipe escolar tem como principal função coordenar as ações que assegurem a implementação do projeto político-pedagógico da escola em que atua, incentivando todos os envolvidos da unidade de ensino a desenvolver o que nele é proposto. *A posteriori*, é mencionado, no item V do art. 44, que é necessário que o

profissional de orientação busque alternativas para identificar os elementos que impactam o desempenho acadêmico dos estudantes.

Essas prerrogativas afetam de modo direto pessoas trans-travestis em razão de envolver ações que, se perpetradas, podem proporcionar um ambiente acolhedor e metamorfosear as unidades de ensino em lugares seguros para esse público. Ademais, *a priori*, conforme apontado nas atribuições do orientador educacional, a escola precisa dar amparo aos seus estudantes a partir da investigação de possíveis adversidades que possam distanciar pessoas trans do ambiente escolar com o intuito de combater barbáries e malefícios desferidos contra esse grupo social.

Nessa perspectiva, se todo o corpo administrativo e pedagógico procurar cumprir as orientações dispostas no Regimento Escolar, o ambiente será propício e promissor para a população trans valparaisense. Destaca-se que o documento veda o pessoal administrativo e pedagógico de maltratar os estudantes, colegas de trabalho, professores e demais pessoas. À vista disso, além de dar sustentação para que pessoas trans-travestis permaneçam na escola, todos aqueles que compõem o quadro de servidores da unidade de ensino devem, necessariamente, desferir abordagens que as acalantem e as honrem. Isso, por conseguinte, é essencial para permanência e triunfo dessa população nos espaços escolares.

Entretanto, por mais que o documento presente, em algumas partes, tons progressistas, tenha um perfil assistencial e mire em todos os povos e grupos sociais, os gestores precisam abdicar de crenças pessoais no momento de atuar no espaço educacional. Nessa perspectiva, Nogueira (2015, p. 227) especifica que, apesar de vivermos em um país laico, as crenças pessoais de gestores tendem a implementar, nos espaços escolares, a cis-heteronormatividade, que se afeiçoa à dicotomia homem e mulher. Essa experiência binária inundada de valores morais torna o gestor que não se despiu de suas crenças um praticante de sua religião também no ambiente escolar, transferindo suas ideias não só por meio de suas ações, mas também para os documentos legais.

Perante o exposto, diante da força jurídica que o Regimento Escolar possui, a falta desse documento orientador e norteador ou a predominância de ideários machistas em seu escopo pode tornar escolas incapazes de seguir um processo guiado e fundamentado. Isso pode levar os integrantes da instituição de ensino a atuarem sem planejamento, fincando suas ações em concepções cis-heteropatriarcais cristãs, as quais podem abranger,

consequentemente, visões contempladas por sistemas machistas, tais quais os já adotados pelas falidas escolas do passado.

Finalmente, o currículo escolar, que foi o último documento de gestão analisado, tem uma importância significativa no ambiente educacional público. Isso ocorre porque ele destaca, por meio dos seus objetos de conhecimento, as habilidades que os estudantes devem desenvolver em cada fase estabelecida. Ao indicar as atividades a serem realizadas pelo professor em sala de aula e transmitir expectativas pré-determinadas, o currículo orienta o professor em sua prática educativa.

Alves *et al.* (2023, p. 29) discorrem que o termo currículo pode apresentar três conceitos diferentes. Entre esses, o primeiro apresenta um discurso convencional em que afirma ser essa uma seleção, a partir de um conjunto de conhecimentos, daquilo que se entende como essencial para o aprendizado e a formação de habilidades intrínsecos à humanidade. Em outro contexto, o conceito de currículo já engloba uma definição mais emancipatória como algo a ser construído culturalmente. Além disso, ele pode expressar algo que parte das múltiplas culturas e deve constituir a identidade daqueles que a explora; por esse motivo, o currículo precisa ser elaborado a partir da atualidade e da realidade daqueles que estão inseridos no contexto, partindo, assim, da premissa de que ele jamais deverá ser estanque, uma vez que seu caráter é dinâmico.

Diante disso, dentro do contexto educacional de Valparaíso, antes de se eleger o currículo oficial, a matéria elaborada a nível estadual e a BNCC foram amplamente discutidas por professores da Secretaria de Educação da cidade, visando usá-las como base para a criação de um currículo feito especificamente por profissionais locais. No entanto, ao final, decidiu-se adotar o próprio documento estadual. Dessa forma, o DC-GO, ou Documento Curricular para Goiás, fortemente inspirado na BNCC, tornou-se o currículo oficialmente reconhecido.

Analisando-se os contextos aplicados no DC-GO sob a ótica trans-travesti, observa-se que, caso a escola não inclua novas competências e habilidades no documento oficialmente reconhecido, tendo em vista sua inspiração na BNCC, é possível que a população LGBT não seja contemplada. O documento não aborda questões relevantes para essa população e, por ser passível de acréscimos, é crucial que a comunidade escolar se envolva na sua elaboração para incluir temas que tratem de grupos sociais oprimidos, capazes de incorporar as causas da população dissidente de gênero.

Nessa perspectiva, é importante destacar que é essencial que o currículo seja revisado pela comunidade escolar, a fim de incluir elementos que reflitam a realidade

daquela população nos conteúdos das disciplinas. Assim, seguindo esse princípio, os membros da comunidade têm liberdade para discutir e acrescentar ao currículo, a qualquer momento, quaisquer habilidades e competências que considerem relevantes para a educação de seus estudantes. Em relação a esse assunto, Leite (2019, p. 88) explicou que:

Na concretização de um exercício efetivo de autonomia curricular, às escolas é dada a possibilidade de identificação de opções curriculares eficazes, adequadas ao contexto, enquadradas no projeto educativo e noutros documentos estruturantes da escola, reconhecendo os professores enquanto agentes principais do desenvolvimento do currículo, com um papel fundamental na sua avaliação, na reflexão sobre as opções a tomar, na sua exequibilidade e adequação aos contextos de cada comunidade escolar e envolvendo alunos e encarregados de educação na identificação de opções curriculares. (Leite, 2019, p. 88)

O professor Kaleb, no momento de sua entrevista, ao ser questionado sobre a necessidade de se tratar da cultura LGBTQIA+ em sala de aula, trouxe uma resposta que interpela o currículo e a BNCC, que não trazem, segundo ele, quaisquer temas que abranjam questões de identidade de gênero e orientação sexual, deixando a população trans à mercê.

Acredito que seja necessário criar uma lei que obrigue o estudo da história do movimento e da nossa cultura. Esses temas devem ser incluídos na sala de aula, uma vez que atualmente estamos limitados pela Base Nacional Curricular, que parece restringir bastante nossas abordagens. Tudo o que fazemos precisa estar alinhado com a BNCC, o que pode ser um obstáculo. No entanto, encontro algumas oportunidades de discutir esses assuntos quando trato, por exemplo, de patrimônio. Nessas situações, faço algumas brincadeiras, como perguntar se a música da Pablo Vittar poderia ser considerada um patrimônio cultural. Ainda estou buscando maneiras de incorporar a cultura LGBT em minhas aulas de forma apropriada. Atualmente estou me familiarizando com a comunidade, mas costumo citar muitos exemplos de música, livros, peças, e coisas do tipo. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023 em Brasília, Distrito Federal)

No trecho anterior, o professor destaca a falta de receptividade das escolas em abordar temas que vão além do previsto na Base Nacional Comum Curricular, o que tem impedido a inclusão de pautas relevantes para a comunidade trans, travesti e LGBTQIA+. Nesse sentido, Nogueira ressalta que

[...] a matrícula na escola não garante que as travestis estão sendo incluídas, ou seja, aceitas com suas diferenças na escola. A exclusão da travesti ocorre muitas vezes de forma simbólica, só ela percebe, pois quem não conhece suas singularidades não compreende suas necessidades. (Nogueira, 2015, p. 238)

A partir do explanado, percebe-se que, se o currículo não contempla as questões trans-travestis e não levam as suas singularidades à escola, acabam excluindo esse público, uma vez que aqueles que não conhecem as particularidades dessas pessoas não assumem posição empática com relação a elas e tendem a afastá-las dos espaços

educacionais. Não obstante a essa premissa, o DC-GO, em contrapartida, em suas competências gerais, afirma que:

Para que os estudantes desenvolvam todas as competências, visando a sua formação integral, as habilidades da BNCC foram desdobradas e organizadas, no DC-GO, em habilidades com diferentes graus de complexidades, com ampliação de escala e percepção. Estes desdobramentos se deram de duas formas principais, sendo a primeira alinhada ao cuidado em apresentar a habilidade obedecendo a uma gradação cognitiva; a segunda, contextualizar as habilidades para atender às especificidades goianas, regionais, às diversidades culturais, às múltiplas configurações identitárias, étnico-identitária, raciais, culturais, religiosas, sexuais e ainda contemplar os temas atuais na contemporaneidade. (DC-GO, 2019, p. 92)

Destarte, como consequência do estabelecido nas competências gerais do DC-GO, o documento abrange boa parte dos grupos sociais e explora suas culturas. O texto esclarece que as diversidades identitárias são contempladas no documento a partir de desdobramentos da BNCC. Porém, cabe pontuar se, de fato, essas diversidades sexuais e identitárias são contempladas no Documento Curricular para Goiás.

Seguindo essa linha de raciocínio, Santos (2023, p. 81) conduziu uma entrevista com a professora Izabela Minela, na qual ela expressou uma declaração que destacou a premissa em questão, esclarecendo que

[...] a questão da sexualidade é minimamente abordada nos currículos. A BNCC, não aborda, já o DC-GO, trata de uma maneira superficial, voltada para as ciências da natureza, e quando a gente fala de sexualidade existe uma resistência ainda maior, e a gente observa que acontecem coisas na escola, mas muitos professores preferem não interferir, e finge que não está vendo, porque tem aquele negócio aí não sei como me posicionar, eu não acho que não tem a ver com a minha matéria. Então é muito difícil quando você percebe que não tem um apoio do grupo docente e a gente tem uma cultura muito engessada, muito preconceituosa, muito conservadora na escola. (Santos, 2023, p. 81)

Na manifestação da professora, fica evidente que o DC-GO não aborda essas questões adequadamente, revelando discordância com o que é descrito em suas competências gerais. Além disso, o documento apenas menciona no que se refere ao ensino de História que uma das habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes do 8º ano do ensino fundamental deve ser

(GO-EF04HI08-A) Compreender que educação, ciência, cultura e tecnologia são direitos essenciais e devem ser garantidos a todos, independente de classe social, raça, etnia, gênero, orientação sexual e religião. (DC-GO, 2019, p. 105)

Nessa perspectiva, o documento explicita que apenas no 8º ano do ensino fundamental o estudante vai estudar, de fato, algo primário e que deve fazer parte do princípio da criança e do adolescente em toda a sua trajetória escolar. Dessa maneira, conforme exposto por Santos (2023, p. 80), existe uma deficiência significativa tanto na BNCC quanto no DC-GO ao se tratar de pessoas trans e temas que perpassam questões

de gênero e sexualidade. Há várias razões para tal, no entanto, um dos motivos principais é a influência significativa de pessoas com ideias conservadoras na redação desses documentos, bem como o receio dos profissionais de ensino em abordar esses temas em ambiente escolar.

Quando se aborda o tema da sexualidade e dos contextos relacionados com a transgeneridade, homossexualidade e toda a temática LGBTQIA+, uma parte do documento se destaca ao contemplar a perspectiva homo-trans-travesti no âmbito das artes. Nesse segmento, o texto explora e esclarece estas perspectivas, destacando que:

Embora, no DC-GO Ampliado, o componente curricular Arte se constitua em torno das especificidades das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro, ele apresenta pontos comuns e caros à educação na contemporaneidade. Desse modo, incentiva que professores e estudantes interajam com as práticas artísticas/culturais relacionadas ao universo feminino, homossexual, afro-brasileiro, indígena, da cultura infanto-juvenil e dos sujeitos com necessidades especiais do território goiano, por exemplo, com o objetivo de ampliar as aprendizagens para além do universo masculino e europeu, que historicamente dominou os currículos da Educação Básica. (DC-GO, p. 127)

Tratar diretamente do termo homossexualidade, apesar de não abranger o efetivamente o público trans, aproxima a escola desse público, posto que, por muito tempo e ainda hoje, a sociedade confunde os termos e, por esse motivo, ao explanar esse assunto, a comunidade escolar acaba se aproximando das questões trans-travestis. Nessa ocasião, ao evidenciar temas simpáticos ao público LGBTQIA+, o DC-GO avança e alcança públicos comumente repulsos de documentos oficiais.

Dessarte, mesmo com a introdução de inovações, o documento apenas estimula os professores de arte a interagir com as práticas artísticas e culturais desse público, proporcionando ao professor a liberdade de decidir se abordará ou não esse tema em sala de aula. Dessa forma, ao oferecer essa escolha ao professor, o DC-GO transfere a responsabilidade para o educador, como apontado por Santos (2023, p. 81) em uma entrevista com a professora Izebela Minela, na qual é destacado que, quando o professor tem a opção, ele muitas vezes não aborda o assunto para evitar conflitos. Sob essa ótica,

Consideramos que, para um maior respeito às diferenças, é necessário que as políticas educacionais e a gestão da diversidade, considerem a educação uma cultura e a escola um lugar de convivências de culturas plurais. Ou seja, que considerando as diversidades, crie processos democráticos que valorize a participação, a formação para a cidadania e a construção de uma sociedade mais humana e igualitária. (Lima; Cardozo, 2018, p. 108)

Além disso, de acordo com Santos (2023, p. 81), o Currículo de Goiás para os anos finais destaca-se pela abordagem de temas relacionados à diversidade em todo o seu conteúdo, contemplando assuntos como identidade, diversidade cultural, pluralidade,

direitos humanos, diversidade étnico-racial, gênero, sexualidade, papel da mulher, cultura regional, questões relacionadas à população negra, homossexuais e religião.

Diversos assuntos são explanados em várias partes do documento. De acordo com Santos (2023, p. 78), temas como sexualidade, pluralidade, diversidade e gênero são mencionados no item que discute a educação em Goiás sob uma perspectiva contemporânea e diversificada. A pluralidade também é destacada nos capítulos introdutórios e nas diferentes áreas do conhecimento, enquanto a diversidade é abordada nos capítulos introdutórios e nas competências gerais e específicas. Já o gênero é abordado na área de linguagens (gênero textual, discursivo).

Para além disso, apesar do significativo progresso no conteúdo programático — já que incluir este tópico é desafiante e revolucionário, pois os currículos geralmente não abordavam estes temas, exceto quando recomendado pelos PCNs — o DC-GO ainda apresenta as informações de forma bastante discreta, permitindo que profissionais da educação menos inclinados à causa trans-travesti ignorem por completo a presença desses estudantes na sala de aula. De acordo com essa perspectiva, Santos declara que

historicamente as identidades de gênero e sexualidade sempre atravessaram processos de marginalização, temas que são presentes na cultura escolar, no entanto causa um “pânico moral” que impede efetivação de novos diálogos com as práticas pedagógicas [...]. Falar de gênero e sexualidade no ambiente escolar se torna fundamental para promoção da equidade, no combate as discriminações de gênero, para assim romper com as violências contra as mulheres e a homofobia. (Santos, 2023, p. 80-81)

Tais procedimentos ligados aos documentos de gestão presentes nas escolas brasileiras necessitam ainda de um processo emancipatório profundo para que as escolas no país se tornem equitativas. Para além da contribuição de profissionais qualificados de todos os estratos sociais, é crucial que toda a comunidade esteja envolvida no processo de análise de modo a elaborar documentos democráticos e inclusivos, que abranjam todas as pessoas, incluindo a população trans-travesti.

Nessa ótica, a prática de ouvir o que as pessoas da região da escola têm a dizer pode ter um impacto positivo na vida delas, pois possibilita que todos se sintam bem-vindos e pertencentes ao ambiente escolar. Além disso, contribui para evitar a discriminação e exclusão de indivíduos dissidentes de gênero que frequentemente enfrentam situações desse tipo em escolas brasileiras. Com essa abordagem, aumenta-se a chance de encontrarmos mais pessoas trans com formação na educação básica e no ensino superior, assim como mais educadores trans e travestis atuando no país.

Destarte, a presença de profissionais docentes trans nas escolas tem se tornado realidade, como evidenciado pelo professor e pelas professoras que participaram desta pesquisa e terão suas histórias destacadas no próximo capítulo. Entretanto, é frequente a ocorrência de expulsões de pessoas trans e travestis das escolas, as quais acabam não retornando, conforme relatado por uma das colaboradoras desta pesquisa, cuja jornada será ainda mais aprofundada ao longo das seções do capítulo a seguir.

Assim, a fim de transformar a escola em um ambiente verdadeiramente democrático, capaz de acolher toda a comunidade escolar com atenção e afeto, é necessário revisar, investigar e elaborar de forma colaborativa os documentos legais e orientadores. No entanto, para alcançar esse objetivo, é essencial que haja uma escuta atenta às particularidades de cada indivíduo, pois é isso que efetivamente promoverá a democratização desses documentos.

## **CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO ESCOLAR É NOSSO: TRANSGENERIDADES DISCENTES E DOCENTES**

Neste capítulo, será apresentado o resultado das entrevistas com as pessoas trans-travestis e, assim serão contadas suas histórias na escola, tanto como egressas quanto como professoras e professor.

Na primeira seção deste capítulo, serão partilhadas as memórias das egressas da escola e abordadas as suas vivências nas instituições de ensino que frequentaram. Assim, serão exploradas a educação e as experiências que elas vivenciaram nesse contexto, com o objetivo de compreendermos a realidade das travestis, tanto nas escolas do século XX como nas escolas contemporâneas.

A seção seguinte apresentará a experiência de profissionais trans-travestis na área da educação, tanto nas escolas públicas do Distrito Federal quanto em alguns municípios vizinhos ao sul do DF. Essas vivências serão reveladas por meio das entrevistas realizadas com as professoras Érica, Edu e Jade, bem como com o professor Kaleb.

Finalmente, na última seção, será discutida a visão emancipadora de Paulo Freire na escola, levando em consideração tanto as perspectivas das docentes como das egressas trans e travestis. Essa parte elevará o texto a um nível mais otimista, com o objetivo de apresentar opções viáveis para que as instituições de ensino promovam uma educação inclusiva e de excelência para indivíduos dissidentes de gênero.

Nesse contexto, as pessoas mencionadas serão o foco principal de cada seção. Elas serão as personagens principais desta matéria, que explora a relação entre estudantes e professores, e os resultados das suas entrevistas serão o guia para a escrita que retratará seus pensamentos, suas palavras e memórias. São elas que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento desta pesquisa.

### **2.1. Reminiscências TRANS**

A experiência de pessoas trans-travestis nos ambientes educacionais é marcada por dificuldades e desafios que esse grupo social enfrenta diariamente para se manter e resistir à exclusão imposta pela sociedade, que ainda adere ao padrão cis-heteropatriarcal e marginaliza mulheres transexuais, travestis e todas as pessoas LGBTQIA+ em relação à sua identidade de gênero e orientações sexuais, fazendo com que se sintam insignificantes.

De acordo com as ideias de Freud sobre a heterossexualidade, é possível observar que essa orientação sexual se baseia na interação entre indivíduos de sexos opostos. Sob esse ponto de vista, segundo argumentado por Katz (1996, p. 71), as pesquisas de Freud ressaltam que “a escolha de um parceiro deve ser restrita ao sexo oposto e, por essa razão, quase todas as demais satisfações extragenitais devem ser proibidas como perversões”.

Dessa forma, a sociedade contemporânea adotou a abordagem freudiana, que, mesmo legitimando a prática sexual por prazer como algo inerente ao ser humano, não reconhece relacionamentos que não envolvam pessoas de sexos opostos. Sob essa ótica, o tecido social atualmente vê como imorais a homossexualidade, a transexualidade e todas as formas de sexo, gênero ou sexualidades que não sejam cis e heterossexuais.

Sob essa ótica, a homossexualidade, que implica em uma conexão afetiva entre indivíduos do mesmo sexo, e a transexualidade, relacionada à situação em que a pessoa possui uma identidade de gênero diferente daquela atribuída ao nascimento (Deslandes, 2018, p. 52), são vistas como contrárias ao modelo hétero convencional. Assim, aqueles que se adéquam a essa norma social estabelecida tendem a considerar os que não a seguem como possuidores de características peculiares e passíveis de exclusão social, concordando com a perspectiva de Freud, que as via como desvios e um desafio à hegemonia masculina heteronormativa (Katz, 1996, p. 78).

De acordo com Jesus (2015, p. 40), vivemos em uma sociedade que se baseia na cultura judaico-cristã. Essa tradição está arraigada em concepções que enfatizam a reprodução humana como foco e, assim, as relações que desafiam os princípios estabelecidos por essa cultura são frequentemente reprimidas pela sociedade atual.

Quanto à transexualidade e travestilidade, nossa interlocutora Camila afirma que se identifica tanto como mulher transexual quanto como travesti. Ela menciona que, até pouco tempo atrás, o termo mulher trans não era reconhecido por ela nem pelas pessoas com quem convivia, sendo apenas recentemente incorporado ao vocabulário.

De acordo com Camila, a única palavra que ela sabia era travesti, mas, ao longo do tempo, ela afirmou que as pessoas passaram a interpretar o termo a algo estigmatizado e negativo. Antigamente, associava-se a palavra apenas a exagero e a tudo aquilo que poderia ser considerado em excesso nas pessoas. Com frequência, quando alguém notava um comportamento extremamente exagerado em alguém,

costumavam insultar essa pessoa chamando-a de travesti. Era comum, portanto, que essa expressão fosse usada de forma pejorativa. Por outro lado, o termo mulher trans trazia uma conotação suave e mais relacionada à figura feminina.

Eu me identifico tanto como mulher trans quanto como travesti. Na verdade, eu considero que o termo mulher trans surgiu há pouco tempo. Antigamente, acreditava-se que uma pessoa trans só poderia ser chamada de mulher trans se tivesse feito a cirurgia de redesignação sexual, mas isso mudou nos dias atuais. Assim, se você tivesse passado pela cirurgia, você era uma pessoa trans, mas se você não tivesse passado, era considerada uma travesti. Depois, o conceito de ser uma pessoa trans passou a englobar tanto aquelas que fizeram a cirurgia quanto aquelas que não fizeram. Eu considero que a expressão mulher trans é mais positiva e aceita de forma mais tranquila. No passado, ser rotulada como travesti poderia ser considerado ofensivo, pois as pessoas costumavam utilizar o termo de forma pejorativa. Dessa maneira, quando uma mulher usava roupas extravagantes, era comum ouvir comentários do tipo “você está parecendo uma travesti”. No entanto, se alguém tentasse insultar outra pessoa dizendo “você parece uma mulher trans”, esse termo possivelmente seria menos ofensivo. Acredito que essa percepção perdure até os dias atuais. Foi justamente por essa razão que a expressão “mulher trans” se tornou mais aceitável. No entanto, muitas pessoas não percebem que, no final das contas, ambos os termos têm o mesmo significado. (Camila Carvalho, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, GO)

Com base nessa compreensão, Jesus (2015, p. 95) destaca que o termo cisgênero se refere à “pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído socialmente”, enquanto transgênero se refere à pessoa que não se “identifica com o gênero que lhe foi atribuído”.

Sobre esse assunto, Bento (2006, p. 230) explica que os corpos trans-travestis frequentemente são desvalorizados e, diante da necessidade de acessar todos os espaços sociais, eles tendem a se conformar às normas impostas pelo sistema. Seguindo essa linha de raciocínio,

[...] os/as transexuais buscam com cirurgias reparadoras o reconhecimento de seu pertencimento à humanidade. A humanidade só existe em gêneros, e o gênero só é reconhecível, só ganha vida e adquire inteligibilidade, segundo as normas de gênero, em corpos-homens e corpos-mulheres. Ou seja, a reivindicação última dos/as transexuais é o reconhecimento social de sua condição humana. (Bento, 2006, p. 230)

Mesmo com a busca por aceitação na sociedade, as pessoas trans e todas as pessoas LGBTQIA+ continuam sendo alvo de hostilidade e enfrentando preconceitos persistentes, que se baseiam em fobias infundadas. À vista disso, a LGBTfobia segue se enraizando na falta de aceitação dessa comunidade, em sua identidade, nos valores e nas normas estabelecidos pela sociedade. Esse cenário ilustra a predominância e o preconceito social direcionado à comunidade LGBTQIA+, que está profundamente arraigado na sociedade atual. O termo LGBTfobia surgiu com o intuito de refletir o sentimento compartilhado por quem enxerga nas pessoas dissidentes de gênero e nas

homossexuais um obstáculo social que não deveria fazer parte das sociedades humanas. Aqueles que se identificam com esse sentimento afirmam que *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e demais membros da comunidade LGBTQIA+ são marginais, além de figuras amaldiçoadas, as quais devem permanecer distante da coletividade (Borrillo, 2010, p. 8).

Um dos momentos mais marcantes na memória de Danielle, uma das interlocutoras da pesquisa, reflete a violência que frequentemente ocorre dentro das escolas. Ela relatou que sua infância na sala de aula foi repleta de abusos e a repetição dessas ações a levou a tomar medidas drásticas para sobreviver em um ambiente tão hostil. Ao perceber que não receberia apoio dos professores e da direção da escola, ela começou a se proteger das ameaças e dos atos homofóbicos/transfóbicos. Isso aconteceu principalmente porque suas inúmeras solicitações e pedidos de ajuda foram ignorados. Assim, enquanto se defendia dos ataques dos colegas de classe, ela muitas vezes foi considerada culpada e, por esse motivo, acabou sendo expulsa da escola.

Desde a minha infância, lembro-me de haver uma escola perto de casa, onde estudavam os filhos de um vereador que estava em mandato naquela cidade onde eu vivia naquela fase da minha vida, e eles costumavam implicar comigo. Havia uma música que cantavam: “vamos abrir a roda e apertadinha”, e isso era terrível quando eu passava pela rua, pois eles cantavam isso. Principalmente na escola. Então, esses filhos do vereador vinham até mim e começavam a me xingar. Naquela hora eu não suportava mais. Tenho a impressão que, naquela ingenuidade toda, para me manter na escola, achava que tinha que fazer algo. No começo, era apenas lápis. Quando me xingavam e eu via que a mão de um deles estava sobre a mesa, eu pegava o lápis e o enfiava na mão dele. Assim, a situação se acalmava e eles contavam tudo para a minha mãe, que me punia. E assim eu acabei sendo expulsa daquele colégio, fui estudar em outra escola, e novamente enfrentei os mesmos problemas. As ofensas eram constantes, e eu já não aguentava mais. Às vezes, eu até levava uma pequena faca na minha bolsa, na esperança de que eles me deixassem em paz, mas nem assim encontrava tranquilidade. Foi somente aqui em Brasília que eu finalmente me senti à vontade, pois lá no interior ser homossexual era visto como uma doença. Inclusive, minha mãe já me flagrou com um homem e começou a falar que iria me levar ao médico. (Danielle Caldas, entrevista pessoal concedida no dia 5 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

A situação vivida por Danielle, embora não seja atual, ainda reflete os ambientes educacionais no país e em qualquer lugar público, uma vez que o machismo continua enraizado no sistema e suas consequências são visíveis no dia a dia. Essa realidade é especialmente evidente no contexto político, no qual parlamentares transgêneros e travestis enfrentam desafios na Câmara dos Deputados em nível nacional. Podemos citar como exemplo a deputada Duda Salabert, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), que, em um discurso proferido no dia 9 de março de 2023, Dia Internacional das Mulheres, denunciou uma fala transfóbica de um colega parlamentar no plenário da

Câmara. Durante seu discurso, ela destacou que o Brasil tem uma estrutura de ódio que exclui mulheres trans e travestis. De acordo com a deputada, esse ódio se manifesta na exclusão dessas pessoas das salas de aula, uma vez que cerca de 91% delas não conseguem concluir sequer o ensino médio (Salabert, 2023). A mesma afirmação é apresentada por Lima (2020, p. 82), com base em uma pesquisa realizada entre 2011 e 2015 pelo projeto Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte. Os resultados revelaram que, entre as 138 mulheres trans e travestis entrevistadas, 91,3% não conseguiram concluir a última etapa da educação básica.

Isso reflete a realidade de Danielle, que tentou permanecer na sala de aula e estudar, mas foi expulsa da escola devido à estrutura de ódio estabelecida pela sociedade. Mesmo com sua persistência em permanecer naquele ambiente, ela não recebeu o apoio da escola nem de sua família. Infelizmente, a própria escola, que deveria protegê-la, foi a primeira a excluí-la.

Danielle argumenta que a escola deveria ter tomado uma posição e, se fosse para expulsar alguém, deveria ter expulsado ambas as partes, em vez de apenas ela. Essa discriminação comprovava a atitude preconceituosa da gestão escolar e dos professores.

Era necessário banir tanto eu quanto a outra pessoa. No entanto, somente eu fui expulsa porque: “Ah! Você foi a agressora. Eu argumentei: “Não! Mas ele me agrediu verbalmente, me insultava, e vocês não diziam nada. Então eu precisava tomar alguma atitude”. Assim, eu era obrigada a sair e mudar de escola. (Danielle Caldas, entrevista pessoal concedida no dia 5 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Dado esse fato, de acordo com Pierre Bourdieu (1989, p. 7), no que diz respeito à violência simbólica, a escola tende a discriminar o estudante na tentativa de o moldar, violando as suas origens e particularidades, com o objetivo de o transformar em uma pessoa socialmente padronizada. No entanto, ao aplicar esse conceito bourdieusiano à contemporaneidade, seria apropriado questionar se é possível afirmar com a mesma convicção se esse tipo de ocorrência ainda persiste nas escolas atuais e se ainda existem professores resistentes a conceitos ou culturas contrários. Dessa forma, Bourdieu (1989, p. 10-11) contribui para a reflexão ao afirmar que:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes) (...). Esse efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une é também a cultura que separa e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Ao recordar alguns momentos da sua vida escolar, Émily mencionou que, em certas ocasiões, deixou de ir à escola devido ao medo de ser vítima de violência. Ela afirmou que muitas vezes sofreu abusos que se manifestaram em agressões físicas e, com receio e para evitar conflitos, acabava desistindo. No entanto, durante a sua infância, assim como aconteceu com Danielle, ela tentou se defender para continuar a frequentar o ambiente escolar e sempre notava que não recebia a mesma atenção e cuidado por parte dos responsáveis e professores.

Tive minha primeira experiência escolar aos sete anos de idade, em 1990. Muitos anos se passaram desde então. Já era um momento bastante desafiador. Nessa fase de sete anos, as crianças começam a compreender melhor as coisas ao seu redor. Foi quando começaram a notar minha expressão feminina. Desde cedo, eu já demonstrava traços afeminados. Já me chamavam por apelidos do tipo: “Ei, seu gay!” Porém, naquela época, eu ainda não tinha consciência nem aceitação da minha orientação sexual, então, como criança, eu tentava me defender. Acabei me tornando tão agressiva quanto eles. E quanto aos professores, eles não me percebiam. Eu sentia que havia um certo preconceito, como se se afastassem de mim e dessem mais atenção aos outros. Eu sempre acabava ficando isolada. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Isso também se manifestou na vida de Érika. De acordo com ela, durante o seu tempo na 5ª série, ela foi expulsa da escola por estar vestida com um vestido de baile de quinze anos e frequentar as aulas. Além disso, a escola foi um local cheio de aventuras, mas também foi frequentemente um lugar de tormento.

As pessoas sempre diziam: “Ah, viadinho!” Eu só me socializava com as meninas. Só queria brincar de queimada, não gostava de brincar de bola. Minha única forma de interagir com os meninos era durante as idas ao banheiro. Sempre que tinha a oportunidade, eu ficava lá com eles. Todo mundo já percebia. Mas quando eles me provocavam, me chamavam de menininha, gayzinho, eu sempre respondia, eu sempre revidava, ou eles me atacavam. Não tive muita interação, até a quinta série eu fiquei lá. Foi nessa série que por fim eu fui afastada de lá. Eu estava usando um vestido de debutante e fui excluída da escola. Não, acho que foi por causa de alguma briga lá. Não me lembro muito bem, mas lembro que estava vestindo essa coisa e fui expulsa do colégio por usar um vestido de debutante. Fui obrigada a sair e não quis mais continuar estudando. Logo nessa época, meus pais descobriram que eu era homossexual e me colocaram para fora de casa. E então passei um mês, acho que dois meses, dormindo nas ruas. Então, mais tarde, eu acabei indo para São Paulo com uma amiga minha. Lembro-me que meu pai foi chamado, ele me puniu e depois eu não retornei mais. Decidi não estudar mais. Foi nessa época que acabei sendo expulsa por causa disso. Não consigo me recordar se estava com dez, doze anos. Algo assim. Desde aquele dia, nunca mais voltei para casa. Nunca mais. (Erika Ruffeil, entrevista pessoal concedida no dia 12 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

À medida que cada uma das egressas da escola relembra sua trajetória, são trazidas à tona as angústias e adversidades enfrentadas pelas pessoas trans-travestis cotidianamente no Brasil. Essas lembranças retratam a dura realidade vivenciada nas

escolas e as razões pelas quais o país ainda carrega a vergonhosa estatística de ser o que mais assassina mulheres transexuais no mundo (Benevides, 2023, p. 17).

Nessa situação atual, a população brasileira possui uma expectativa de vida de cerca de 75 anos. No entanto, quando consideramos apenas mulheres transgênero e travestis, a expectativa cai para 35 anos. Esse alarmante indicador coloca o país como líder em assassinatos desse grupo social, evidenciando a transfobia que marginaliza esses corpos associados a pecados e patologias. Assim sendo, de acordo com Lima (2020, p. 79), essa realidade também está presente nas escolas, que reproduzem os mesmos preconceitos da sociedade, contribuindo para a exclusão e a morte dessas pessoas. Emily, sob essa mesma perspectiva, se considera uma sobrevivente da intolerância da sociedade, devido a todas as dificuldades enfrentadas ao longo de sua vida, afirmando que ainda sobrevive até hoje.

De acordo com Jesus (2015, p. 66), quando se trata de violência contra pessoas transexuais e travestis, os agressores comumente agem com base na identidade de gênero da pessoa, ou seja, a orientação sexual não é o motivo central das ações, mas, sim, a recusa em aceitar pessoas que divergem das normas de gênero estabelecidas. Para esses agressores, pessoas assim devem ser menosprezadas ou até mesmo eliminadas.

Além disso, Maio e Silva (2017, p. 314) compartilham a mesma visão, argumentando que

[...] essa população pouco experimenta políticas públicas voltadas às suas necessidades, porque isso representaria aceitação dessa identidade por parte do Estado e de outras instituições que detêm redes amplas de poder. Talvez essa falta de atitude encontra explicação no fato de que o reconhecimento político dessa população poderia considerar uma suposta aceitação política. Por conta desse silêncio estatal frente à violência deliberada com que convivem pessoas trans em vários espaços, não encontramos ações efetivas na redução e prevenção das atitudes discriminatórias que se agravam em cenas de transfobias. (Maio e Silva, 2017, p. 314)

De acordo com Rea e Amancio (2018, p. 4), grupos de pessoas sujeitas à opressão sexual devem adotar uma postura desafiadora diante das circunstâncias sociais que buscam moldá-las e devolvê-las ao padrão que desejam. Esse desafio requer uma ação radical e persistente contra os caprichos machistas de nossa sociedade eurocêntrica. No entanto, esse enfrentamento não pode ser realizado individualmente dentro do ambiente escolar. Nessas situações, é necessário que toda a comunidade se envolva nessa luta, a fim de evitar exclusão e abandono. Portanto, é pertinente refletir se essa comunidade estaria disposta a assumir essa postura de enfrentamento.

Com base em suas memórias, Emily afirma que tem ganhado força ao longo da vida, principalmente através das experiências que viveu. Ela afirma que, na época escolar, principalmente durante a adolescência, sentia a necessidade de responder aos gritos daqueles que gritavam com ela e de revidar contra aqueles que a agrediam. No entanto, hoje em dia, suas atitudes mudaram. Emily acredita que parte do processo de amadurecimento consiste em evitar confrontar pessoas intolerantes.

Atualmente, tenho habilidades de autodefesa. Agora, sou capaz de me defender usando palavras. É claro que me reeduquei e cresci como pessoa. Atualmente, estou mais madura e consigo lidar com certas situações. Naquela época, quando era adolescente, não pensava antes de agir. Se alguém me insultasse, eu responderia da mesma forma. Eu ia ao encontro do nível da pessoa. Mas o tempo me fez amadurecer. Hoje em dia, dependendo da situação, penso em dialogar com a pessoa ou simplesmente não me importar. Opto pela educação. Por exemplo, em uma discussão civilizada, e se percebo que a pessoa está sendo agressiva, simplesmente vou embora. Sigo meu próprio caminho. Evito entrar em conflito com os outros. Graças a Deus, houve mais mudanças nos dias atuais, especialmente nas escolas, eu tenho notado. No entanto, é claro que ainda existe preconceito. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Emily ressalta, em suas palavras, que a escola, juntamente com outros setores sociais e a própria humanidade, passaram por mudanças significativas ao longo do tempo. No entanto, ainda é evidente que o preconceito direcionado às pessoas trans-travestis continua sendo comum. Mesmo diante das mudanças nas ações e dos avanços tecnológicos e jurídicos, a transfobia arraigada na sociedade ainda persiste, prejudicando indivíduos, os silenciando e os excluindo de espaços predominantemente cis-hétero, como ocorre nas escolas. Com essa visão em mente, Souza e Bernardo explicam que:

A falta de aceitação e o preconceito no ambiente escolar geram obstáculos para o bom aproveitamento da educação formal e alto índice de evasão escolar entre as transexuais. A baixa escolaridade decorrente desse contexto soma-se aos estigmas e à vulnerabilidade social dessa população. (Souza; Bernardo, 2014, p. 158)

Dois exemplos de não aceitação das pessoas dissidentes de gênero no ambiente educacional podem ser vistos nas experiências vividas por Érika e Emily. Ambas sempre preferiram realizar atividades em grupo com as meninas, em vez de se juntarem aos meninos. No entanto, as normas sociais seguidas pelas escolas às quais elas tinham acesso exigiam que participassem de atividades tradicionalmente reservadas aos meninos. Isso as afetava negativamente e reforçava o desejo de se afastarem da escola, uma vez que se sentiam excluídas e não aceitas. Érika expôs essa angústia ao revelar que seus colegas a chamavam constantemente de “viadinho”. “Eu só brincava com as meninas. Só queria jogar queimada, não queria jogar bola”.

Émily ficou profundamente afetada pelas atividades relacionadas com a disciplina de Educação Física, uma vez que foram marcadas por conceitos cis-heteropatriarcais adotados por alguns dos professores e pela própria escola. As ações impostas pela disciplina causavam grande sofrimento e eram brutais, pois tentavam moldá-la de forma insensível e insistente.

Sempre fui menos ouvida. A outra parte sempre tinha mais voz. Eu sempre fui o patinho feio do grupo. A excluída. Até mesmo em termos de amizade. Minhas amizades na escola eram principalmente com mulheres, raramente com homens. Então, durante as aulas de educação física, havia futebol. Houve momentos em minha vida em que fui obrigada a jogar futebol, mesmo não querendo, devido ao fato de ter um professor machista. Já tive um professor de educação física que tinha concepções machistas, o que tornou essa época difícil para mim. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

De acordo com Lima (2020, p. 81), a ocorrência de violência nos ambientes educacionais torna-se mais intensa quando os profissionais da educação se mantêm calados ou não sabem lidar com a situação. Isso evidencia a urgência de criar mecanismos que promovam uma reflexão mais ampla por parte dos educadores e uma maior inclusão desse tema na sala de aula. Além da necessária compreensão e cooperação dos professores e gestores, é crucial afastar políticos conservadores que se baseiam em costumes, de modo a possibilitar discussões sobre os direitos LGBTQIA+ com a devida importância.

[...] a omissão da escola em abordar temas como gênero, sexualidade, racismo e preconceito, entre outros, é que permite com que todos os dias [...] haja algum jovem sendo perseguido, humilhado ou mesmo sofrendo agressões físicas, por não se enquadrar em determinado padrão social hegemonicamente constituído. (Pereira, 2017, p. 170)

Nesse ponto de vista, é importante avaliar se realmente há falta de aceitação e preconceito nas escolas, se essa situação de fato ocorre e, caso a escola não tome medidas, se a transfobia entre os alunos se intensifica. A análise dessas questões é responsabilidade de toda a comunidade escolar, gestores e legisladores, pois essa reflexão pode resultar em ações, documentos e normas que podem tornar os ambientes educacionais mais acolhedores para a população trans-travesti e para todos os outros grupos sociais oprimidos, os quais necessitam de apoio contínuo em diferentes áreas da sociedade. Esse enfoque pode promover uma escuta mais ampla de setores usualmente negligenciados e pouco assistidos nos espaços destinados ao público em geral. Com base nessa iniciativa embasada em reflexões ponderadas e consistentes, é provável que seja viável estabelecer escolas com uma postura mais democrática, respeitosa e igualitária.

## 2.2. (TRANS) cursos dissidentes

A prática de ensinar e aprender é algo inerente à condição humana. A necessidade de organização em sociedade levou os seres humanos a procurarem transmitir conhecimentos por meio de ações e práticas sociais, moldando, assim, a humanidade e suas particularidades. De acordo com Santos, Fialho e Medeiros (2021), essa dinâmica desempenha um papel fundamental na evolução e no desenvolvimento da sociedade.

[...] a educação acontece em qualquer lugar, aprendemos ao longo da vida, por meio de nossas relações com o meio social e de nossas experiências. No entanto, é no ambiente escolar, mais precisamente na sala de aula, que contribuimos para a formação humana do sujeito. Neste sentido, a docência, efetuada por meio do ensino, (auto) forma, qualifica e desperta habilidades que contribuem para o desenvolvimento integral do ser humano. (Santos, Fialho e Medeiros, 2021, p. 1379)

Nesse sentido, de acordo com Libâneo (1985, p. 19), a educação é considerada um fenômeno social fundamentado nas políticas e premissas da sociedade. De acordo com essa perspectiva, as particularidades de cada grupo e classe social são consideradas elementos que moldam e influenciam as ações pedagógicas.

O ato de ensinar em um contexto educacional abrange uma vasta gama de possibilidades, e aquele que assume o papel de professor torna-se um agente gerador de transformações. A ação de um educador tem o poder de transformar tanto as pessoas como o próprio profissional, pois a experiência de ser estudante e o ato de ensinar são suficientes para desconstruir opiniões e reorganizar perspectivas. Segundo Freire (1996, p. 68), essa ação não se limita apenas a transmitir conhecimentos a outros, a passar conteúdos ou mesmo a formar. O sujeito que assume o papel de instrutor, orientador ou professor assume uma função de modelagem a partir de sujeitos que estão hesitantes e indefinidos.

Esse papel peculiar desempenha uma função fundamental na construção de uma sociedade saudável e requer profissionais inclusivos, inovadores e com a capacidade de ouvir diferentes opiniões, considerando-as e refletindo sobre elas. Nesse sentido, é importante conceder voz e espaço a toda a sociedade e encorajar a diversidade no corpo de profissionais. Desse modo, ter docentes provenientes de diversas classes, com diferentes identidades sexuais, de gênero e étnico-raciais nas nossas escolas permitirá que os estudantes sejam inseridos em um ambiente seguro. Oportunizar essas condições aos estudantes é crucial para proporcionar-lhe uma educação justa.

Dessa forma, é essencial a existência de profissionais docentes transgêneros para promover e dar voz à comunidade trans-travesti nas escolas. Nessa perspectiva, esses

profissionais que apoiaram a pesquisa são exemplos tangíveis dessa diversidade social e fornecem suporte aos estudantes que são constantemente alvo de ofensas nas escolas devido à sua identidade de gênero. Nesse contexto, a professora Edu afirma que a presença de professores dissidentes de gênero em ambientes que tendem a excluí-los é indispensável e amplia a consciência das comunidades escolares em relação aos grupos sociais marginalizados. Além disso, ao assumir o papel de professora, ela própria se acolheu e demonstrou que pode ser, estar e fazer aquilo que desejar.

Decidi enveredar pelo campo da educação e me tornei uma educadora, com o intuito de acolher este espaço e abraçar a criança que um dia fui. O meu propósito é transmitir a mensagem de que você pode existir, ser quem deseja ser, sem que isso te diminua ou te faça sentir inferior a qualquer outra pessoa neste ambiente. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 7 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal)

Passos (2015, p. 101) destaca o que Edu expressou ao mencionar que escolheu seguir o curso de Pedagogia para ser um exemplo único entre pessoas transgênero, que frequentemente são restritas a ganhar a vida por meio de serviços sexuais. Segundo ela, a pedagogia lhe trouxe a esperança de oferecer aos estudantes transgêneros, nos ambientes educativos, um tipo de ensino libertador, que vai além das convenções sociais.

Essa mesma visão faz parte da história do professor Kaleb, que se considera privilegiado por ter conseguido ser aprovado em um concurso público e atualmente trabalhar como professor. Segundo ele, seus amigos frequentemente o alertam sobre o fato de estar inserido no mercado de trabalho, principalmente como professor efetivo, um espaço que é pouco ocupado por profissionais transgêneros. Ele entende que ocupar esse espaço é o sonho da maioria das pessoas dissidentes de gênero que enfrentam dificuldades para se inserirem nessas áreas.

Porque apenas 0,02% da população trans ingressa nas universidades e ser alguém que alcançou esse feito, se graduou e obteve um emprego formal como professor, tudo isso já é uma grande conquista. Agora, ser um professor concursado, uau, isso é verdadeiramente gratificante. Nunca poderia imaginar que conseguiria. Quando falo para as pessoas e meus colegas trans que às vezes penso em desistir devido à pressão intensa, eles me dizem: “Kaleb, você realizou o sonho que todos os trans almejam, um emprego formal, ser reconhecido em seu trabalho e estar lá”. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023 em Brasília, Distrito Federal)

No estudo realizado por Kaffer *et al.* (2016, p. 5), é mencionada a dificuldade enfrentada pelas pessoas trans-travestis ao tentarem ingressar no mercado de trabalho. O estudo destaca que a falta de qualificação dessas pessoas tem sido um dos principais fatores que contribuem para o fechamento de oportunidades de emprego. A baixa qualificação é resultado direto da discriminação vivenciada por indivíduos dissidentes de

gênero, que frequentemente são obrigados a abandonar ambientes educacionais que poderiam capacitá-los, como as escolas.

Em geral, é possível observar que a sociedade possui uma inserção de princípios heterocêntricos que muitas vezes ignoram ou adotam posturas preconceituosas quanto a presença e ascensão de travestis e transexuais no mercado corporativo. O percurso para a inserção no mercado de trabalho e sucesso na carreira passa obrigatoriamente pela instrução e qualificação. Todavia, desde muito cedo as travestis, transexuais e transgêneros enfrentam enormes barreiras neste caminho. Para alguns, as discriminações se iniciam ainda na infância, no contexto do ambiente familiar e da comunidade. (Kaffer *et al.*, 2016, p. 5)

Além disso, embora o professor Kaleb esteja em uma posição privilegiada, ainda existem professoras contratadas temporariamente nas redes em que estão inseridas, o que faz com que se sintam inseguras. Frequentemente, agem de maneira cautelosa diante do preconceito social enfrentado por pessoas transgênero, preferindo, com frequência, se calar para evitar possíveis retaliações dos pais, colegas de trabalho e da própria instituição que as contratou. Durante seu discurso, a professora Érica destacou repetidamente esse receio. Para ela, a vida de um profissional da educação cisgênero é muito mais livre, pois não há julgamentos sobre sua existência, porém, quando se trata de pessoas trans, o julgamento constante é uma realidade. Devido a essa razão, é necessário cuidar com muita atenção do conteúdo a ser abordado pelo profissional que se identifica como trans-travesti. Isso ocorre porque qualquer aspecto que cause desconforto na sociedade pode ser amplificado quando transmitido por um professor que desafia as normas de gênero.

Houve uma ocasião em que eu preparei uma aula de ensino religioso completa e, dentro dela, um dos temas era a intolerância religiosa. Enquanto eu explicava, abordei as religiões de matriz afro-brasileira, que são as mais afetadas pela intolerância religiosa. Depois de dar a aula fui solicitar a coordenação da escola a aprovação de uma atividade que pretendia dar aos estudantes. Assim que ela viu a atividade, o título que tratava das religiões de matriz afro-brasileira, como umbanda e candomblé, ela me chamou e pediu para não abordar aquele assunto. Ela disse: “Não dê essa matéria. É que já tivemos problemas antes.” É bem comum encontrar pessoas assim, tendo pensamentos de cunho conservador e religioso, tanto na sala de aula quanto na comunidade. Então, por isso, acabo não exercendo muito minha voz. No entanto, com os alunos, sempre tento abordar temas que envolvam a causa LGBTQIA+ e das demais populações oprimidas. Não tento realizar projetos grandiosos na escola, porque sei que muitas vezes não é possível. De todo modo, reconheço que essa é uma situação desafiadora, pois compreendo que em questões mais sensíveis, como as religiões de origem africana, mesmo que estejam previstas no currículo, gestores como a referida coordenadora provavelmente as dificultariam. E, da mesma forma, a questão LGBT também precisa ser explicada urgentemente, mas em geral não somos muito bem acolhidos nas escolas. Como professoras, tentamos fazer o nosso melhor, explicar, orientar, mas a realidade não nos permite ir além. (Érica Lopes, entrevista pessoal concedida no dia 14 de junho de 2023 em Cidade Ocidental, Goiás)

Érica vivencia experiências comuns nas escolas onde professores transgêneros estão inseridos. O olhar crítico é dirigido a esses profissionais no dia a dia escolar e, muitas vezes, parte dos gestores. Isso resulta em uma prática docente cautelosa, na qual o profissional, limitado pelas convenções sociais, evita abordar temas complexos para evitar conflitos. Segundo Franco e Cicillini (2013, p. 10), gestores e corpo docente tendem a naturalizar ações violentas, seja por parte dos alunos ou dos colegas de trabalho, com a ideia intrínseca de que essas pessoas diferentes estão sujeitas a zombarias e questionamentos constantes, e, portanto, devem aprender a conviver com isso. Dessa forma, não se espera nenhuma intervenção diante das retaliações sofridas por não se adequarem aos padrões cisgêneros e heteronormativos. Nesse contexto, o professor deve suportar tudo em silêncio, caso deseje permanecer naquele ambiente educacional. A professora Érica destacou que chegou a ter coordenadores que sequer a encaravam nos olhos, simplesmente por puro preconceito.

Já presenciei, por exemplo, no ano passado, uma coordenadora pedagógica que nem mesmo olhava para mim. Sinceramente, ficava muito desconfortável ao conversar com ela. Parecia que ela me detestava sem sequer me conhecer. Ela simplesmente ignorava minha presença, enquanto eu tentava abordá-la com bastante gentileza. Existem pessoas na escola que te olham, mas não se comunicam contigo. Eu simplesmente ignoro e não me dirijo a essas pessoas. Porém, quando se tratava da minha coordenadora pedagógica, eu era obrigada a falar com ela, o que era terrível. Ela não fazia questão de olhar para mim. Ela demonstrava carinho para todos, exceto para mim. (Érica Lopes, entrevista pessoal concedida no dia 14 de junho de 2023 em Cidade Ocidental, Goiás)

A partir da fala da professora Érica e de muitos casos percebidos ao longo do processo de pesquisa, observou-se que, na sociedade atual, é comum que profissionais trans-travestis sejam anulados, resultando na neutralização não apenas de educadores que não se enquadram nos padrões de gênero, mas também de toda a população transgênero. De acordo com Jesus (2015, p. 17), historicamente, as pessoas que desafiam as normas de gênero têm sido perseguidas, pois o sistema considera sua existência como anormal. Essa situação leva ao assédio moral e à negação de sua identidade como mulher ou homem, resultando na exclusão dessas pessoas da sociedade. Elas são tratadas como inferiores e, em muitos casos, nem mesmo são reconhecidas como seres humanos. Essa atitude tem o mesmo propósito mencionado no capítulo anterior: eliminar qualquer presença trans-travesti do mundo. Nesse contexto, a professora Jade compartilhou experiências que a angustiaram sua carreira como educadora, especialmente o fato de constantemente ser obrigada a justificar e provar sua existência para ser aceita e reconhecida como uma pessoa legítima.

Algo que realmente me entristece, porém está relacionado a essa questão. Uma preocupação que tenho, por exemplo, é o receio de que algum aluno possa interpretar dessa maneira: “Ah, a professora que é travesti está apenas fazendo brincadeiras na sala de aula.” Qualquer pequeno erro que eu cometer, na visão deles, se torna motivo para um pai ligar para a escola e convocar uma reunião comigo. Não me sinto à vontade, talvez devido à minha própria personalidade, às experiências que tive. (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023 no Riacho Fundo, Distrito Federal)

No entanto, mesmo que tentem evitar conflitos para não enfrentar consequências negativas no ambiente de trabalho, tanto os professores trans-travestis quanto os alunos continuam sendo assediados por colegas, pais e visitantes dentro das escolas. Edu compartilhou uma experiência pessoal que ilustra a transfobia enfrentada por professores dissidentes de gênero nas escolas públicas do Brasil.

Uma vez eu fui recepcionar uma autoridade policial na escola que eu trabalhava, e no meio do processo ele começou a me ridicularizar e minimizar a minha travestilidade por meio de gracejos. Quando ele percebeu que eu estava incomodada com aquela situação, ele tentou amenizar o assunto com piadinhas, mas isso não significa que ele não cometeu um crime. O tal do recreativo, aquele que, quando confrontada, a pessoa sempre diz: “Ah! Eu estava só brincando com você, não tenho preconceito não, pois tenho até um amigo que é.” Só que não é assim, o fato de conhecer alguém trans não dá legitimidade para ser transfóbico e fazer esse tipo de piada. Eu falei isso para o policial, e ele ficou surpreso. Eu disse: “Você sabia que nossa perspectiva de vida é muito limitada? Pois é, e nossas vidas são seivadas por pessoas que tem esse mesmo discurso. Eles começam assim, fazendo piadinhas, depois matam. Veja bem, isso é um crime de ódio, pois não se trata apenas de um homicídio simples e direto, o que por si só já é terrível, pois envolve em geral as pessoas que matam, usam um nível de crueldade e violência refinados. Além disso, mesmo quando uma pessoa faz piadinhas ou usa de falas transfóbicas, essa pessoa acaba deslegitimando corpos trans e travestis, é como mutilar os seios, cortar a genitália, decapitar, desferir facadas, golpes de pau, pedras, porque a sociedade tem essa ideia de que a travesti não é humana, não é ninguém.” Depois que expliquei tudo isso a ele, ele ficou chocado. E eu disse a ele: “É para chocar mesmo, porque essas ideias têm o objetivo de chocar, se não conseguimos tocá-lo através do amor ou por outros meios, precisamos recorrer ao choque, à sensação de estranhamento. É doloroso, mas essa é a realidade.” Depois disso, ele reconheceu seu erro e se tornou um grande amigo. Hoje em dia, eu falo: “Olha que ótimo, consegui um aliado”. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 7 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal).

A transfobia recreativa, assim como o racismo recreativo, refere-se àquele estereótipo inconveniente que provoca risos. Essas piadas são usadas para entreter e brincar com os outros, geralmente com uma abordagem jocosa e com a ideia de ser apenas uma brincadeira inofensiva para divertir. No entanto, aqueles que praticam essas ações, assim como aqueles que acham engraçado, não percebem que estão agindo de forma transfóbica ou racista (Bueno, 2022, p. 141). Portanto, é importante alertar as pessoas que praticam esse tipo de transfobia, assim como Edu fez, pois nenhum ato preconceituoso deve ser tolerado, mesmo que seja disfarçado.

Conviver em uma sociedade transfóbica representa um desafio para pessoas que se identificam de forma dissidente em termos de gênero, independentemente da sua função ou local de trabalho. Nem mesmo profissionais na área da educação estão imunes a esses ataques transfóbicos, os quais, em geral, moldam e instilam medo nessas pessoas. A professora Jade, ao citar um caso semelhante, relatou ter sido alvo de transfobia poucos dias após o início da sua transição no ambiente de trabalho.

No exercício da sua função como docente, a professora partilhou ter sido tratada de forma desrespeitosa por um dos servidores da escola logo após começar a usar roupas que a representam verdadeiramente. Esse mesmo servidor chegava inclusive ao ponto de ir até a sala dela e observá-la de cima a baixo com um olhar de reprovação. Esta atitude intimidante provocou medo na profissional em relação à sua existência e perturbou a sua prática como professora.

Ele era um indivíduo claramente alinhado com a ideologia de extrema direita. No entanto, ele manifestou alguns comportamentos mais evidentes de resistência em relação a mim, como, por exemplo, não me cumprimentar depois que revelei minha identidade e, às vezes, ignorar quando eu o cumprimentava. Houve uma ocasião em especial, no primeiro dia em que usei um vestido, inclusive para o trabalho, em que alguém comentou sobre isso na presença dele. Ele entrou na minha sala, abriu a porta, me avaliou dos pés à cabeça, não me cumprimentou e fechou a porta. Em resumo, ele só fez questão de deixar claro: “Estou vendo essa aberração diante dos meus olhos, em meu ambiente de trabalho”. Então, perceba como isso é problemático. (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023 no Riacho Fundo, Distrito Federal)

A reação do colega da professora Jade demonstrou uma preocupante tendência na sociedade pós-moderna e no aumento exponencial de ideologias conservadoras que apoiam a eliminação de pessoas trans-travestis. De acordo com Monteiro (2023, p. 127), esses movimentos têm se aliado aos princípios radicais do nazifascismo, que repudia e deseja eliminar completamente qualquer indivíduo que não compartilhe dos seus valores. Seus objetivos geralmente estão relacionados ao cis-heteropatriarcado cristão e buscam a aniquilação de todas as pessoas que se identificam como parte de grupos sociais marginalizados.

As professoras e o professor trans embarcam numa jornada em que desafiam os obstáculos do cotidiano enfrentados por todas as pessoas transgênero. Embora tenham alcançado sucesso no mercado de trabalho e possuam educação superior, essas pessoas não estão imunes à hostilidade dos conservadores. Para sobreviver nesse ambiente social adverso, foi necessário tomar medidas de enfrentamento, como promover rodas de conversa, palestras e discussões, para garantir o respeito aos pronomes ou nomes sociais,

facilitando, assim, sua existência nos espaços que pertencem legitimamente aos docentes entrevistados. Seguindo esse mesmo princípio, professora Edu afirma que tem buscado se impor e continuar sendo ela mesma. Segundo ela, ao entrar na sala de aula, todos os anos ou chegar a um novo local, a primeira coisa que faz é escrever seu nome no quadro.

No entanto, apesar da necessidade de adotar essas ações sempre que entra na sala de aula, ela não se sente à vontade, pois assumir constantemente esse papel é exaustivo. Ademais, é difícil compreender por que indivíduos que se identificam como heterossexuais não precisam se afirmar em todos os ambientes que frequentam. Nessas circunstâncias, a professora prefere simplesmente escrever seu nome no quadro e pronto, pois não precisa se afirmar o tempo todo. Ela deseja assumir seu papel como ser humano sem necessariamente se declarar. Embora questionamentos possam surgir, enquanto eles não ocorrerem, ela poderá ser ela mesma sem a necessidade de se justificar em cada espaço desconhecido que ocupe.

Desde o início, insiro meu nome no quadro e quando me perguntam, respondo sem segredos. No entanto, recentemente, deixei de ser tão explicativa. Ninguém entra na sala de aula dizendo “sou heterossexual” ou “sou cisgênero”. Por isso eu não farei esse discurso mais, apenas me apresentarei e se surgir alguma pergunta, responderei, mas não ficarei mais me preocupando em falar para as pessoas que sou travesti, pois isso é irrelevante para o contexto. Se eu considerar realmente necessário ou se os estudantes tiverem alguma dúvida, irei me manifestar, como foi o caso dos estudantes de uma escola no Guará. A interação que tive com esses estudantes foi tão marcante que, quando cheguei ao cursinho do Guará, me apresentei e as alunas, especialmente as mais velhas, começaram a me chamar de professor, senhor. Eu tentei ser paciente, contei até dez, mas acabei dizendo: “Pessoal, não é necessário me chamar de senhor, prefiro que me tratem por você, se tiverem dificuldade em usar senhora, senhorita, ou qualquer coisa do tipo, simplesmente me chamem de você.” Porém, em outro cursinho que trabalhei, anos atrás, no Gama, isso já estava estabelecido, não foi necessário esse tipo de conversa, pois fiz uma apresentação com palestra e *powerpoint* tanto para os alunos quanto para os colegas, esclarecendo tudo. Dessa forma, a receptividade e o entendimento foram mais tranquilos (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal).

Ao perceber que os estudantes utilizam pronomes diferentes dos que correspondem à professora, torna-se evidente a presença arraigada do preconceito social na sociedade atual. Esses indivíduos empregam termos inadequados, causando na educadora sentimentos de vulnerabilidade, uma vez que tais atitudes geralmente visam inferiorizar e desvalidar pessoas trans. Esses comportamentos dificultam a jornada da profissional trans, tornando-a ainda mais árdua, pois, muitas vezes, mesmo diante da clara identificação feminina, são utilizados pronomes masculinos para reafirmar concepções e impor superioridade. É nesse contexto que uma fração da população, frequentemente composta por indivíduos cisgêneros, do sexo masculino, brancos e heterossexuais, busca

dominar e se considerar superior às outras partes da sociedade. Assim, baseando-se nessa percepção adotada por alguns de seus alunos, a professora Edu destaca a importância de se manter firme e engajada. Além disso, a educadora mencionou que sua presença incomodou e continua incomodando muitas pessoas. A partir dessas ideias iniciais, a professora prosseguiu afirmando durante a entrevista o seguinte:

Já tive uma reclamação formal direcionada a mim. Na denúncia falaram assim: “Há professores nas festas e eventos da escola que se vestem de mulher.” O problema maior disso tudo é que a pessoa foi tão sem consideração que não mencionou meu nome; mencionou apenas o fato. Por esse motivo não consegui confrontá-la. De qualquer forma imagino que se eu fizesse isso ela provavelmente diria: “Ah, mas eu não falei o seu nome, não disse que era você, poderia ser qualquer pessoa.” Mas nós sabemos que era eu, pois eu era a única professora travesti naquela escola. Enfim, deixei isso pra lá, porque pensei: “Vou deixar passar também, pois isso traz à tona gatilhos. Gatilhos que às vezes estão adormecidos, esquecidos.” Pensei assim, porque trago comigo faíscas de intensas batalhas, pois em minha história existem fatos que me provocaram muita dor. Lembro-me de correr de garotos, na minha época de estudante, pois eles queriam me agredir apenas por eu ser quem eu era. Por causa disso, quase fui reprovada em uma série, que equivaleria hoje ao sexto ano, pois eu não ia à escola, com medo de ser agredida. Eles me batiam na entrada ou na saída. Agora você imagina a minha situação diante disso tudo. Como é que eu conversaria com o professor nessas situações? Como você poderia me dirigir à direção se eles não estavam preparados para lidar com esse tipo de situação? Como eu poderia me expor aos diretores da época, que conheço até hoje, ou aos professores? (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 7 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal).

Perante a essência da infância maculada por atos homofóbicos e transfóbicos, as interlocutoras e o interlocutor docentes manifestam uma preocupação intrínseca em relação a possíveis afetações semelhantes infligidas aos seus discentes transexuais e homossexuais. Nesse contexto, Andrade (2015, p. 218) explora o fato de que, ao se inscreverem numa escola, indivíduos dissidentes de gênero, em oposição àqueles que se identificam como cisgênero, não têm garantida a sua permanência naquele ambiente. A sua permanência encontra-se constantemente ameaçada, pois a mera presença incomoda, o que implica que a sua inclusão efetiva dependa de uma série de fatores, geralmente não correspondidos. Dessa maneira, a exclusão da pessoa ocorre gradualmente, sem que a instituição escolar tome providências para quebrar a passividade em que se encontra. A situação se complica ainda mais, pois a escola tende a se envolver frequentemente em ações simbólicas. É devido a esses problemas que, muitas vezes, a pessoa transgênero se vê obrigada a reconhecer sozinha as ações que a estão excluindo.

Por causa disso e conscientes dos obstáculos enfrentados por pessoas trans-travestis no ambiente escolar, as professoras e o professor participantes deste estudo assumiram o papel de observadores cuidadosos. Ao longo da pesquisa e a partir do que foi

compartilhado por elas e por ele, pôde-se notar que seus propósitos convergem, já que esses profissionais buscam evitar que as escolas onde atuam adotem atitudes discriminatórias em relação a indivíduos que se identificam de maneira diferente em relação ao gênero. A preocupação com os alunos reflete a inquietação desses educadores ao presenciarem seus alunos LGBTQIA+ passando pelos mesmos desafios pelos quais eles mesmos passaram. Essas situações frequentemente evocam lembranças desagradáveis e despertam emoções similares às vivenciadas durante suas infâncias.

Na escola havia um menino transgênero. Ele desejava ser chamado de Yuri. Durante as aulas, os professores diziam: “Ah, ele quer ser chamado sei lá do quê. E agora, sou obrigado a chamar os outros por algo que não são.” Eu já ouvi essas coisas dos professores em relação aos alunos e, é óbvio, afeta a minha identidade. E então, eu penso: “O que essa pessoa pensa de mim também? Porque se ela tem esse tipo de mentalidade, com certeza também fala sobre mim”. (Érica Lopes, entrevista pessoal concedida no dia 14 de junho de 2023 em Cidade Ocidental, Goiás)

As memórias das dificuldades enfrentadas na infância servem como estímulos para uma atitude de ensino mais comprometida e atenta. Embora os eventos ocorridos não tenham afastado essas pessoas das escolas, houve uma constante tentativa de excluí-las. Semelhante à maneira como as egressas da escola se graduaram, o sistema procurou expulsar essas professoras e o professor do ambiente escolar. No entanto, graças às suas transições tardias ou ao apoio da família, a persistência desempenhou um papel importante para que concluíssem a educação básica e o ensino superior. No entanto, as jornadas foram repletas de desafios. Na visão das pessoas que conversei, a situação foi semelhante. Durante as entrevistas, grande parte das conversas abordou essas medidas impostas nas escolas, as quais frequentemente resultam na exclusão dessas pessoas dos ambientes educativos.

Quando eu era criança, sempre me senti uma criança dissidente de gênero. Eu gostava de jogar futebol, de brincar com carrinhos e de me divertir com os meninos. Por causa disso, sempre fui muito criticado pelos meus colegas. Eles me chamavam de “aquela ali”, “sapatão” e outros termos, mesmo eu sendo bissexual. Então, é interessante, até porque na comunidade trans a gente tem um pouco disso, de querer levar aquele estereótipo. Desde criança, eu sempre soube que era trans, pois brincava e me divertia com carrinhos. No entanto, a minha experiência foi diferente, pois também gostava de rosa e adorava dançar com as meninas. Em suma, minha expressão de gênero sempre foi muito diversa. Isso também se refletiu durante o ensino fundamental, e acredito que sempre enfrentei algumas dificuldades devido ao bullying. No entanto, como se tratava apenas de uma questão relacionada à sexualidade, e não ao gênero em si, era visto apenas como uma “sapatão”, ou seja, uma garota que gostava de beijar outras garotas, entre outros estereótipos. Isso nunca foi algo que me motivou a sair do ambiente escolar. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023 em Brasília, Distrito Federal)

De acordo com as palavras do professor Kaleb, muitos estudantes transexuais e travestis vivenciam diversas situações que evidenciam ao longo do tempo a falta de acolhimento por parte da escola e das pessoas que fazem parte dela. Essas vivências incluem cenários que representam a realidade da sociedade contemporânea e suas atitudes que demonstram desrespeito e negligência em relação à comunidade LGBTQIA+. A professora Edu abordou essa questão ao compartilhar sua própria experiência de ter sofrido violência extrema quando criança nos ambientes escolares, simplesmente por ser quem era.

Passei por situações de violência, principalmente verbal, na sala de aula, na frente de professores e professoras, e nada foi feito, absolutamente nada. Tento enxergar por todos os ângulos possíveis. Talvez não fui defendida ou acolhida porque o professor ou a professora não queriam chamar mais atenção para a violência, ou talvez eles simplesmente não soubessem como lidar com a situação. Eu acredito que acabei seguindo a área educacional justamente para proporcionar esse acolhimento, para abraçar a criança que já fui e dizer: “Olha, você pode ser quem quiser ser, isso não te torna menos valioso ou inferior a ninguém aqui.” Eu queria estar do lado de quem oferece esse apoio. Eu diria: “Olha, eu sofri muito dos dois lados, como estudante não fui acolhida ou defendida” (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal).

Além disso, quando estão no papel de professor, essas pessoas descobrem novos significados para suas experiências, partindo do ponto de vista de terem seu momento de expressão respeitado por seus alunos e também de espalhar, a partir do reconhecimento de sua identidade transgênero, a diversidade das pessoas que não se enquadram nos padrões de gênero estabelecidos. Segundo Odara (2020, p. 96), é necessário romper com essa sociedade baseada em ideias coloniais e binárias, adotando uma abordagem pedagógica desafiadora para transformá-la e torná-la “um ato político e libertário”. Portanto, é importante ensinar aos alunos que a educação é um direito de todos, e, por esse motivo, a escola e todos os espaços educativos têm a responsabilidade de acolher o diferente e garantir sua inclusão nesses ambientes. Essas ações têm o potencial de despertar nos estudantes uma atitude mais compassiva diante das questões envolvendo pessoas trans-travestigênero.

Aqui no Ensino Fundamental eu não sei se meus alunos percebem. Porque nunca, quando se trata de alunos, tiveram a curiosidade de perguntar. Eles fazem perguntas como fariam para qualquer outra pessoa. Tipo, se você namora, se você tem filhos, mas nunca me perguntaram sobre esse aspecto em particular. Não sei se eles já desconfiaram. Acho que eles podem ter suspeitado que sou uma mulher trans, mas não tenho certeza. Eles nunca vieram até mim e perguntaram. Apenas uma vez no ano passado, uma menina chegou e perguntou: “Professora, você é uma mulher trans? Estávamos com essa dúvida, não sabíamos.” Eu falei: “Olha, não vou responder essa pergunta, certo? É uma questão muito pessoal.” Eu não sei, eu não me sinto confortável em abordar isso. Além disso, quem sabe as intenções maliciosas que os alunos possam ter.

Foi apenas uma vez, mas nunca falaram comigo desde então. Talvez seja por causa da imaturidade deles. Os estudantes do ensino fundamental ainda não entendem muito sobre essas coisas. Eles nem sequer imaginam a possibilidade, por exemplo, de terem uma professora que seja trans. Essa ideia nem cruza a mente deles às vezes. Nunca tive problemas com alunos, preconceito, entre outras coisas. (Érica Lopes, entrevista pessoal concedida no dia 14 de junho de 2023 em Cidade Ocidental, Goiás)

Por meio das palavras da professora Érica, é evidente o tamanho do desafio enfrentado por uma professora trans ao tentar se expressar da forma como deseja. O medo de não ser aceita por seus alunos muitas vezes a leva a se calar, somando-se a isso as normas sociais enraizadas na experiência desses estudantes, provenientes da família e dos ambientes que frequentam fora da escola. Assim, para tentar sobreviver em um ambiente menos hostil e minimizar os riscos de violência, muitas dessas educadoras preferem lidar com essas questões em silêncio, visando apenas permanecerem vivas.

Nunca fui alvo de qualquer sentimento transfóbico vindo de algum aluno. O que consigo perceber é que, por exemplo, estudantes de onze ou doze anos costumam ter uma certa imaturidade em relação a essas questões. No entanto, acredito que realizo um trabalho no intuito de conscientizá-los sobre a importância da diversidade. Assim, como instituição escolar, sinto-me bastante acolhida para expressar minha opinião, dialogar e orientar meus alunos em direção a uma visão mais diversa e plural sobre as pessoas, o conceito de mulheridades e muitos outros temas. Acredito que há uma diferença entre o grupo de indivíduos, adolescentes e adultos, mas isso se deve mais a uma questão de maturidade do que exclusivamente a uma questão de transfobia ou algo do tipo. Além disso, é impressionante como os adolescentes, as crianças de cerca de onze, doze, treze anos, por vezes demonstram um comportamento muito acolhedor. Isso pode ser atribuído, em parte, à influência dos pais e da família, pois sabemos que existem, sim, alguns pais que são bastante receptivos em relação à diversidade. Eles são compreensivos, embora não muito curiosos, eu diria. Eu gostaria que tivessem um pouco mais de curiosidade para fazer mais perguntas sobre minha vida, minha transição. Mas acredito que minha presença, minha existência e o convívio comigo já façam com que eles se tornem cidadãos com uma percepção diferente da realidade em relação à diversidade das pessoas (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023, no Riacho Fundo, Distrito Federal).

As palavras da professora Jade revelam que, na atualidade, os alunos costumam demonstrar pouco interesse pelas questões relacionadas a sexo e gênero. Ela menciona que nunca foi questionada sobre sua transexualidade e que, durante sua trajetória como educadora, não enfrentou grandes manifestações de transfobia. Embora já tenha percebido olhares diferenciados de alunos de outras turmas em determinados momentos, com seus próprios alunos ela sempre se sentiu acolhida. Esse acolhimento talvez esteja relacionado ao seu jeito sério e respeitoso de lidar com os estudantes, mas é notável que, com crianças e adolescentes, que pertencem a uma geração mais aberta às diferenças, as interações em alguns momentos são marcadas pela normalidade.

Além disso, cabe ressaltar que isso acontece principalmente porque a professora muitas vezes precisa ficar em silêncio e manter-se em seu local de trabalho sem abordar questões relacionadas a gênero. Dessa forma, é possível que alguns de seus alunos façam parte de famílias preconceituosas, no entanto, por não serem desafiados, eles permanecem em silêncio e evitam confrontar a professora. É importante destacar que, na sociedade atual, apesar da disponibilidade de documentos, artigos e pesquisas sobre esses temas, muitas de nossas crianças e adolescentes ainda reproduzem as atitudes de seus familiares, que são preconceituosos e resistem a discussões sobre gênero e sexualidade.

Seguindo esse mesmo princípio, a professora Edu afirmou que as crianças da sua escola costumam demonstrar afeto por ela. Edu afirmou que sua condição de pessoa trans sempre foi acolhida com naturalidade pelos alunos. Em contraste com os estudantes da professora Jade, que são todos adolescentes ou adultos, os estudantes da professora Edu mostram uma grande curiosidade, o que é comum em crianças com idades entre quatro e cinco anos, faixa etária dos alunos de sua escola.

Quando eu voltei a atuar em sala de aula de turmas regulares, retornei com uma visão diferente da que encontrei. Assim, receosa, para voltar eu removi as minhas unhas, primeiramente por questão de segurança, porque ao lidar com crianças, todo cuidado é pouco. Mas também para evitar causar um estranhamento muito grande com os pais, colegas, colaboradores, professores e até mesmo com os alunos. No entanto, após uma semana, eu disse: “Não, pessoal, não sou eu, as minhas unhas me representam. Vou voltar com minhas unhas e pronto.” Coloquei de volta e depois de uns dias percebi ser muito tranquilo. Depois que decidi deixar minhas unhas crescerem, reparei que os pais e as crianças começaram a me elogiar e acharam o visual bonito. Além disso, notei que as crianças ora me chamam de tia, ora de tio, mas não me importo em corrigir. Na verdade, estamos em um momento em que eles precisam perceber que eu pertencço a esse espaço. Acredito que não é o momento de começar com a ideia de ser chamada de tia, tio. As crianças pequenas, com cerca de cinco ou seis anos, costumam fazer perguntas curiosas: “Você é menino ou menina? Você é tio ou tia?” E eu devolvo a pergunta: “O que você acha?” A resposta delas geralmente é tia, ou as vezes é até tio, e assim fica decidido. E assim segue a vida. Afinal, eu não quero causar traumas em ninguém. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 7 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal).

Professora Edu, ao expor seu ponto de vista e suas ideias na sala de aula, evidencia que a presença de profissionais tranvestis nas escolas é algo inovador. Anteriormente, as salas de aula e a docência eram ambientes que não contemplavam essas pessoas. Essa novidade tem despertado a curiosidade das crianças. Além disso, devido à falta de informação e à pouca interação das famílias com pessoas trans-travestis, as crianças ainda não compreendem totalmente essa realidade desconhecida para elas até então. Mesmo com a tradicional curiosidade infantil, uma declaração preocupante vinda da professora foi realizada. Ela menciona que não deseja causar traumas em ninguém. Isso revela que,

para ser aceita na sociedade e na comunidade escolar em que trabalha, muitas vezes é necessário renunciar à sua própria identidade. Surge, então, uma reflexão e uma questão: e os possíveis traumas da professora Edu? Alguém dentro desse ambiente considera isso?

Sob esse ponto de vista, as palavras da professora para expressar sua postura diante de questões tão pessoais precisam inspirar a sociedade a adotar a empatia, colocando-se no papel do público trans e buscando entender suas dificuldades com base no que essas pessoas enfrentam nos ambientes onde vivem e trabalham. Nessa premissa, ao se deparar com uma situação semelhante, o professor Kaleb confirmou e vivenciou uma realidade parecida com a de professora Edu. De acordo com o professor, ao iniciar suas aulas para a turma do 3º ano em 2022, os estudantes o receberam com grande curiosidade, principalmente por terem pouco contato com profissionais dissidentes de gênero, tanto na escola quanto em outros ambientes sociais.

Eu sou professor do terceiro ano do ensino fundamental, trabalho com crianças com aproximadamente oito anos de idade. Fui contratado recentemente através de um concurso público. Inicialmente foi desafiador. Por exemplo, as crianças sempre me questionam coisas como: “Professor, você é homem, mas não parece homem”. E então eu pergunto: “Por que você acha que eu não pareço homem?” e elas respondem: “Ah, é porque você tem uma voz fina”. “Você não apresenta sinal de barba.” Em seguida, eu respondo: “Mas fulano de tal também não tem barba e ainda assim é um homem, não é?” Então as crianças começam a se confundir e a refletir comigo. E isso acaba se tornando uma situação divertida. Elas não questionam para me julgar, mas sim para me entender. Hoje chegou ao ponto em que se alguma criança erra meu pronome e me chama de professora ou tia, a outra já corrige: “Não é tia não.” Ou então, eles dizem: “Não é tia, é tio. Você não está vendo que ele disse cinquenta vezes que é professor?” Então a criança fica: “Ah, é verdade! Desculpa”. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023 em Brasília, Distrito Federal)

Exceto pela professora Érica, que não se sente à vontade para discutir sua transexualidade em sala de aula e prefere que os estudantes não a questionem, permitindo que tirem suas próprias conclusões, as demais professoras e o professor são frequentemente abordados pelos estudantes e procuram respondê-los com delicadeza. As situações vividas nas salas de aula com os estudantes, embora as crianças sejam cheias de perguntas e questionamentos, geralmente são leves, pois elas demonstram curiosidade e abertura para o diálogo, e até mesmo os estudantes adultos tendem a respeitar as professoras e o professor trans-travestis. Em geral, as indagações mais duras e insensíveis em relação às questões LGBT vêm de adultos que não são parte do quadro docente.

Assim que cheguei na escola, deparei-me com um lamentável episódio de racismo em andamento. No primeiro contato que tive com os professores, alguns mencionaram que a comunidade de pais e responsáveis de Jardim Ingá, onde leciono, pode ser um tanto complicada. Isso ficou evidente quando me deparei com uma situação de racismo, em que uma mãe afirmou que uma

diretora negra não deveria estar no cargo, insinuando que ela não possuía competência para tal. Logo que entrei nesse ambiente, a diretora tomou a iniciativa de enfatizar que não toleraria esse tipo de comportamento na escola. Para exemplificar sua postura, ela mencionou que eu havia sofrido resistência de vários pais ao assumir a turma, simplesmente por ser quem sou. Deixou claro que não permitiria tal atitude. Compreendo que seu objetivo era deixar claro seu posicionamento, mas acabei exposto nessa situação, sem ter sido consultado anteriormente. Descobri aquilo na hora. Vários pais se aproximaram dela para pedir que seus filhos fossem retirados da minha sala de aula, simplesmente porque sou trans. Às vezes, nem sabem que sou trans, mas me viram. O pouco que me viram, já perceberam que sou diferente, e então ela disse: “Não! Ninguém vai sair da turma do Kaleb”. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023, em Brasília, Distrito Federal)

Após passar por essa experiência, o professor percebeu claramente que os grupos sociais oprimidos continuam enfrentando diversas formas de represália ao longo de sua jornada educacional. Entretanto, mesmo não tendo sido avisado antecipadamente de que sua situação seria discutida, o educador se sentiu acolhido quando a equipe gestora da escola demonstrou preocupação ao declarar que não toleraria atos de racismo e transfobia naquele ambiente de ensino.

Fico muito feliz por ter esse mínimo apoio da direção. Eles me tratam no masculino, me respeitam como professor. Na escola, não há nenhum problema, porque a direção já deixou isso claro para todos os professores. Alguns professores costumavam olhar para mim com uma expressão de surpresa, como se dissessem: “Meu Deus, quem é você? Como devo te tratar? Homem ou mulher?” Mas, graças à intervenção da direção, isso diminuiu um pouco. Agora, lidar com as famílias é mais difícil. Muitas delas são evangélicas. Sou favorável a todas as religiões, no entanto, evangélicos seguem a crença de que é considerado um pecado ser LGBT ou uma pessoa trans. E, aos olhos dessas famílias, acreditam que eu possa influenciar crianças a se tornarem trans. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023, em Brasília, Distrito Federal)

A existência de docentes trans-travestis propicia um ambiente positivo para estudantes que estão em transição. Esses estudantes tendem a se sentir mais protegidos no meio educativo, e os pais deles estão mais abertos ao diálogo, confiantes e receptivos às transformações vividas por seus filhos.

Atualmente, estou acompanhando um aluno trans chamado Félix e sua família está sendo muito receptiva, totalmente aberta. Já conversei com a mãe, com o pai e estou conversando com ele aos poucos. Eles desejam que o processo seja o mais tranquilo possível, visto que ele ainda é um pré-adolescente e estão preocupados com a possibilidade de uma eventual destransição. Eu expliquei a eles que o arrependimento e a eventual tentativa de tirar a própria vida não estão diretamente ligados à transexualidade ou à sexualidade em si. Na verdade, isso acontece devido à falta de aceitação da sociedade e do mundo em geral. A pessoa não tenta tirar a própria vida simplesmente por ser trans ou travesti, mas sim por não suportar mais viver uma vida que não condiz com sua verdadeira identidade. E informei a ela que também é possível fazer a reversão tranquilamente. Porque o que tento explicar a todos é que, assim como a orientação sexual, essa questão não é totalmente definida. Então, você pode um dia, durante sua vida, perceber-se atraído por algo que antes não era, há vinte ou trinta anos atrás. Tudo bem. Isso faz parte da natureza humana. Sabe

aquele ditado, “ah, você é flamenguista, tem que ser flamenguista desde que nasceu?” Não, não precisa. Inclusive, a sexualidade é algo que se desenvolve nos seres humanos, é assim que funciona. Não sei em que momento da história chegamos e decidimos que tem que ser A ou B e ponto final, mas na verdade não deveria ser assim. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023, no Guará, Distrito Federal)

Essa referência trans-travesti no contexto educacional, apesar de não haver uma pesquisa aprofundada sobre a quantidade de profissionais transgêneros, é bastante específica, uma vez que são poucos os professores dissidentes de gênero nas escolas brasileiras. Segundo Franco (2018, p. 470), a presença desses profissionais na escola e suas ações e lutas para permanecerem e estarem nos espaços educacionais, enfrentando todas as formas de transfobia dirigidas tanto aos seus estudantes como a si mesmos, tem causado uma ruptura no sistema cis-heteropatriarcal das escolas contemporâneas. O autor menciona ainda que

Tal ação ressalta dois aspectos importantes e conclusivos. Primeiro, confirma que a transfobia é um fenômeno que habita o contexto escolar, exigindo medidas pontuais para que esse processo de segregação do humano seja amenizado. Segundo, ressalta a forma como a presença de professoras trans na escola pode desencadear novas perspectivas de pertencimento para o segmento LGBT no âmbito escolar. (Franco, 2018, p. 484)

Por conseguinte, sabe-se que essas e esses profissionais existem, mas, por serem poucos ainda, não são vistos como deveriam. Ademais, aquelas e aqueles profissionais que conseguiram romper a bolha e se embrenhar nesse espaço predominantemente cisgênero e heterossexual reconhecem que suas presenças configura a resistência trans-travesti, uma vez que a sua figura, seu jeito de vestir, falar e se expressar auxilia na mudança de postura das pessoas que circundam os mesmos espaços das docentes e dos docentes dissidentes.

É difícil, pelo simples fato de estar lá, com minha aparência, minha postura e tudo mais, eu sei que isso confunde a mente dessas crianças. Sim, nas famílias também algo já mudou, sabe? Então, já mencionei nas outras perguntas as dificuldades, mas gostaria de falar aqui sobre as alegrias, é muito gratificante perceber que essas pessoas têm muito a me ensinar como indivíduo, mas também tem muito a ver com oportunidades. Porque quando eu fiz a transição, pode ser considerada tardia, porque muitas pessoas trans não vivem por muito tempo. Então, fazer a transição aos 18 anos é, uau, muito tarde. No entanto, se eu tivesse tido um professor trans durante o meu tempo no ensino médio e fundamental, talvez eu tivesse me entendido mais cedo. Talvez eu tivesse aceitado a mim mesmo mais facilmente. Ter passado por um processo diferente. No entanto, acredito que o simples fato de eu ser uma referência, um professor trans neste país, já seja uma forma de resistência, uma ação política. De qualquer forma, não consigo simplesmente entrar na sala de aula e dar uma aula comum, uma aula tradicional, porque essa não é minha essência. Já sou uma pessoa dissidente. E, é claro, enfrento dificuldades e confrontos. Temos um projeto educacional neoliberal e conservador, com todas as suas falhas. Porém, nas brechas sempre encontramos um caminho. (Kaleb Salgado,

entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023, em Brasília, Distrito Federal)

Assim, conforme mencionado na exposição do professor Kaleb, tanto ele como os demais professores que conseguiram superar as dificuldades e se integrar a um ambiente majoritariamente cisgênero e heterossexual reconhecem seu papel na resistência trans-travesti. Por meio de sua aparência, vestimenta, linguagem e forma de se expressar, eles contribuem para alterar as atitudes daqueles ao seu redor. Essa mudança também se reflete na postura das pessoas que compartilham os mesmos espaços dos professores e das professoras que questionam os padrões de gênero.

Apesar de serem apoiados e respeitados pelos seus discentes, as professoras trans-travesti e o professor trans enfrentam situações de zombaria e olhares debochados por parte daqueles que não compartilham do mesmo ambiente, revelou a professora Jade. Todas essas ações são resultado da falta de convivência dos estudantes com esses docentes.

Há aproximadamente dois meses, notei a presença de duas jovens que passaram pela minha sala após o intervalo, olhando para dentro e rindo. Em um tom que indicava, veja só, há uma travesti naquela sala. Isso revela um pouco dessa percepção de diversidade, desse tom, dessa percepção comum de que pessoas trans são alvo de piadas, são marginalizadas, vistas como sujas, criminosas. Portanto, acredito que seja de se esperar que algumas pessoas adotem esse comportamento (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023, no Riacho Fundo, Distrito Federal).

O relato da professora Jade descreve uma realidade presente nas escolas devido à padronização imposta pela sociedade, que, de acordo com Andrade (2015, p. 126), prioriza conceitos de realeza e santidade. Esse fenômeno arcaico reflete uma mentalidade colonial que se baseia na ideia de dominação e submissão. Como resultado, a educação no Brasil adota conteúdos ancorados em valores morais e que “falam em nome de Deus e da família” (Andrade, 2015, p. 155). Consequentemente, a atitude de alguns estudantes ainda hoje evidencia esses princípios enraizados nas escolas, os quais reforçam uma visão binária de gênero. Por isso, a presença de uma pessoa dissidente causa surpresa, pois desafia essa padronização imposta, causando um impacto tão forte que chega a lançar para longe os estereótipos tradicionais de gênero.

Além disso, perante as rupturas causadas pela presença de indivíduos que têm uma identidade de gênero diferente nas escolas, tem sido observado que os estudantes não permanecem silenciosos diante dos preconceitos cis-heteronormativos. Isso tem levado a escola, conforme mencionado por Andrade (2015, p. 290), a adotar atitudes inovadoras e favoráveis à diversidade.

As escolas e as instituições modernas estão acostumadas com o mando e com a violência simbólica, com as formas de vigilância e de punição, mas as juventudes do século XXI já não suportam essa política de soberania e de adestramento, não aceitam mais o encarceramento da sala de aula, de um muro ou de uma grade. Há jovens que pulam o muro literalmente, o muro, que não suportam a escola. Há outros que “trazem o mundo” em sua bolsa, em sua pele, em sua roupa, em seu modo de falar e de agir (Andrade, 2015, p. 290).

Os estudantes, por essa razão, têm se distanciado cada vez mais de práticas discriminatórias e se aliado às pessoas oprimidas da sociedade. Essa atitude tem sido um fator predominante para a promoção de uma nova perspectiva nos ambientes escolares e na sociedade como um todo. Esse processo é recente e reflete a perseverança das pessoas trans-travestis em permanecerem integradas ao ambiente educacional.

### **2.3. Abrangências TRANS: trans-travestilidades na perspectiva libertadora**

A partir do conceito de grupo social oprimido e da identificação como trans-travesti, percebe-se que é responsabilidade da escola libertadora reconhecer as interconexões que existem entre esses indivíduos, especialmente diante das demandas dos movimentos relacionados às mulheres, aos movimentos feministas e ao movimento negro. De acordo com Aguião (2017, p. 10), não é possível separar essas questões, uma vez que nossa humanidade é diversa. Nesse sentido, não somos apenas travestis, mas também negras, mulheres, feministas, homossexuais. Isso evidencia que lidar com questões que abordem a diversidade é necessário para que as percepções e os esforços desses grupos sejam bem-sucedidos, já que todos esses indivíduos socialmente marginalizados têm pontos em comum no que diz respeito a questões e reivindicações legais para o reconhecimento de suas existências na sociedade.

Os corpos dissidentes de gênero são frequentemente reprimidos e prejudicados, sofrendo opressão e violência. No entanto, eles persistem contra todas as adversidades, continuando a existir e a ocupar cada vez mais espaços que antes eram negados a eles. É nessa ótica que Paulo Freire estabeleceu uma educação libertadora, com o objetivo de destacar os corpos que são socialmente oprimidos e integrá-los ao ambiente escolar para que possam ter a oportunidade de se libertar e se humanizar naturalmente. Essa liberdade é buscada constantemente por meio do aprimoramento e da obtenção de conhecimento. Segundo Freire (2013, p. 81), “somente com a supressão da situação opressora é possível restaurar o amor que nela estava proibido. Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo”.

Diante dessa situação, é fundamental que a escola libertadora denuncie a escola que adota uma abordagem educativa bancária, em que o professor é o único detentor do conhecimento e tem a função de depositar esse conhecimento nas mentes das crianças. Esta escola está alinhada com uma perspectiva cis-heteropatriarcal cristã que, como afirmado por Passos (2015, p. 314), defende as normas de gênero e desempenha o papel de promover e reproduzir a cisgeneridade heteronormativa. O objetivo principal dessa escola é criar uma sociedade homogênea, sendo implacável na exclusão daqueles que não se enquadram nesse princípio. Além disso, esse tipo de educação suprime o diálogo ao exigir o silêncio.

De acordo com Paulo Freire (2013, p. 33), sob essa ótica, uma instituição de ensino que suprime e rejeita a possibilidade de proximidade e companheirismo entre professor e estudante tem o potencial de desumanizar e oprimir. Tal opressão resulta na exclusão do diálogo, o qual Freire (2013 p. 80) considera essencial para uma educação voltada à libertação: “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”

Essa valorização do diálogo aproxima o pensamento freiriano de cenários que envolvem a população oprimida em referência, segundo Freire (2013, p. 81), “à liberdade que gera outros atos de liberdade”. O objetivo subjacente a esta concepção é promover a eliminação de ambientes opressores, com o propósito de tornar os espaços educativos saudáveis e seguros, especialmente para grupos sociais que são frequentemente alvo de violência.

A pedagogia libertadora de Paulo Freire desempenha um papel essencial na formação de indivíduos transgêneros. O propósito da escola freiriana é, precisamente, humanizar, integrar e desenvolver o pensamento crítico, com base nas experiências vividas pelas pessoas inseridas nessas instituições de ensino. Isso é vital, pois inclui a população gênero discordante, cuja existência jamais seria permitida pela escola tradicional. Dessa forma, tendo em vista a abrangência da educação libertadora, que engloba os oprimidos socialmente, as pessoas trans-travestis sentem-se acolhidas nesse espaço e compreendem que a escola também é o seu lugar de pertencimento.

A escola libertadora freiriana tem como objetivo afastar-se do pensamento conservador da educação tradicional, que está ligada ao machismo do sistema patriarcal e cis-heteronormativo. Essa linha de pensamento enxerga as pessoas transgênero como monstruosas. Com base nisso, a professora Érica compartilhou que, durante sua transição, sentia-se constantemente vigiada pela sociedade e tratada como um monstro.

Eu passei por uma experiência traumática e, por causa disso, enfrento dificuldades para me relacionar com as pessoas e sair de casa. Atualmente, quando saio, não chamo tanta atenção como antes. Eu tinha cabelos curtos e ainda não havia passado por tantas mudanças hormonais, sabe? Eu não tinha feito todas as transformações. Dessa forma, para as pessoas eu era um verdadeiro monstro. Eu sentia o nojo no olhar delas, e não sei de onde tirei tanta força para lidar com isso. É surpreendente como eu aguentei aquilo. Acredito que tenha sido tão traumático a ponto de atualmente eu ficar atenta para ver se as pessoas estão me olhando, entende? Toda vez que vou a algum lugar, fico observando se há alguém me encarando. (Érica Lopes, entrevista pessoal concedida no dia 14 de junho de 2023, em Cidade Ocidental, Goiás)

Esse episódio envolvendo a professora Érica é resultado daquela forma de educação conservadora e restritiva que julga e repugna o que é diferente. Nesse contexto, a abordagem pedagógica freiriana desempenha um papel crucial ao unir as pessoas oprimidas, com o objetivo de libertar a sociedade das opressões impostas pelo opressor, que tende a reprimir aqueles que não se enquadram nos padrões de gênero, os quais chegam ao ponto de sentir repulsa por pessoas trans-travesti só por serem quem são.

Além disso, segundo Passos (2022, p. 40), é importante que as demandas sociais sejam abordadas de forma interseccional, de forma a estabelecer conexões entre questões de “gênero, raça, sexualidade e classe”. Essa abordagem transversal visa fortalecer e dar poder a um grupo que reconhece a inseparabilidade do racismo, do capitalismo e do cis-heteropatriarcado, entendendo que esses elementos se entrelaçam para formar um sistema opressor que precisa ser combatido por meio de ações conjuntas e bem planejadas. É essencial conhecer profundamente o funcionamento do sistema opressor e suas interligações, a fim de desenvolver estratégias que possam dismantelar suas estruturas.

Segundo Melo e Gonçalves (2010, p. 2),

os temas interseccionais dizem respeito à diferença e aos eixos, aos diversos “marcadores” que são socialmente definidos para delimitar, classificar, hierarquizar e padronizar. Desses eixos, pode-se citar, dentre muitos outros, os sistemas de gênero, da “raça”, da etnia, da sexualidade, da idade/geração, da localidade geográfica, da classe, do estado civil ou conjugal. (Melo e Gonçalves, 2010, p. 2)

No estudo de Chabalgoity (2022, p. 63), menciona-se que o sistema opressor está construindo uma estrutura abrangente a partir de diferentes domínios, como sexo, gênero, raça, orientação sexual, classe e sexualidade. É a partir desses grupos dominados que o dominador sobrevive; portanto, manter esses grupos sob controle é fundamental para manter o sistema tal como está. Isso, por sua vez, acaba beneficiando o opressor e sua existência luxuosa. Do ponto de vista do opressor, há um grande temor de que os corpos

oprimidos se unam, pois essa união poderia desarticular a hegemonia estabelecida há milênios.

Nessa perspectiva, surge a confirmação freiriana de que a classe dominante tem um grande interesse em dividir e subverter o restante da população. Seu objetivo é criar oposição entre as pessoas, incitando políticas de ódio e distanciando-as ainda mais, com a intenção de “dividir para manter a opressão” (Freire, 2013, p. 136).

Na medida em que as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder. Não se podem dar ao luxo de consentir na unificação das massas populares, que significaria, indiscutivelmente, uma séria ameaça à sua hegemonia. (Freire, 2013, p 139)

Partindo dessa premissa, a interseccionalidade emerge como uma ferramenta essencial na luta contra a opressão hegemônica. Enfrentá-la de forma isolada não é suficiente para derrubar esse gigante milenarmente construído. É preciso reunir uma grande força e alianças robustas o bastante para desafiá-lo.

Nesse sentido, o enfrentamento trans-travesti não deve ser realizado solitariamente; as outras partes oprimidas devem se unir nessa luta para que, conseqüentemente, as pessoas dissidentes de gênero possam ocupar seus respectivos espaços, seja nas escolas ou em outras áreas da sociedade.

As razões de ser das lutas identitárias dos movimentos progressistas ensinam o caminho metodológico orgânico para que essa militância adentre criticamente à percepção estrutural de nossa sociedade. Que não se olvidem da luta [...] e se organizem coletivamente, (re)conhecendo em sua práxis que o colonialismo, o autoritarismo, e tantas outras formas de opressão trabalham pelo fechamento individualista, cooptando bandeiras, e jamais deixando de lutar contra todas as possibilidades de construção de sujeitos coletivos. (Chabalgoity, 2022, p. 68)

Nessa visão, a escola e seu corpo docente devem ser parceiros ao longo de todo o processo educativo. Os profissionais da educação devem desempenhar o papel de intermediários, orientando seus estudantes a desafiar as normas. Nesse sentido, os currículos escolares precisam ser submetidos a um processo estruturado de mudanças que capacitam os discentes a se tornarem indivíduos críticos e capazes de se libertar de situações e pessoas opressoras. De acordo com Santos e Almenara (2022, p. 93), essa transformação deve começar com a formação dos professores. Os programas de formação precisam incorporar práticas que preparem os profissionais para orientar seus estudantes a trilharem o caminho da transgressão, seguindo o sentido freiriano, o que capacita o estudante a se tornar um pensador crítico, buscando e ansiando pela “cura e libertação de qualquer forma de opressão” (Santos; Almenara, 2022, p. 93).

A libertação é essencial para que a escola deixe de reproduzir os interesses do sistema opressivo. De acordo com Odara (2020, p. 86), com base nessa premissa, é necessário realizar mudanças: a escola deve assumir o seu papel de transformar o que é imposto e evidente nesse contexto de desrespeito e desvalorização das diferenças. Portanto, a partir desse pressuposto, o ambiente educacional deve se consolidar, incentivando os estudantes a aprenderem a ser e viver juntos. Dessa forma, o estudante será capaz de reverenciar sua própria essência, assim como a do outro, independentemente de sua etnia, gênero ou sexualidade. Além disso, reconhecerá na interseccionalidade o caminho que leva à união e convivência, baseadas tanto em semelhanças quanto em diferenças.

Essa educação precisa se manter resistente, para desafiar a autoridade cisgênera que tenta controlar os corpos e as mentes, com o intuito de impor a cisgeneridade como a única verdade em relação aos demais corpos (Silva, 2023, p. 68). Essa resistência possibilita que os corpos dissidentes, em conjunto com outros corpos oprimidos, confrontem todos os tipos de marginalização impostos. Essa estratégia tem como objetivo transcender o sistema atual, responsabilizando seus padrões fundamentalmente heterossexuais e cisgêneros. Assim como expresso por Odara (2020, p. 94), a ação de transcender busca incorporar todas as demandas dos movimentos de travestis e pessoas transexuais nas políticas educacionais, visando transformar a concepção da escola conservadora e, conseqüentemente, promover liberdade, tornando esse espaço mais inclusivo, seguro e acessível para pessoas com identidades de gênero divergentes.

Ao ingressarem no ambiente escolar, indivíduos transgêneros, como a professora Jade, continuam se apoiando mutuamente com o objetivo de facilitar o acesso à educação para seus colegas. Isso ocorre principalmente porque aquelas pessoas trans-travestis que conseguiram se manter nesse ambiente compreendem a importância de se unir e expandir redes de apoio. Além disso, elas reconhecem as dificuldades enfrentadas ao longo de suas jornadas para chegar onde estão hoje, o que as impulsiona a tentar tornar o acesso mais confortável e menos desafiador para aquelas pessoas que estão chegando. Nessa perspectiva, a professora Jade afirmou estar desenvolvendo projetos com o objetivo de auxiliar dissidentes de gênero a obter acesso à educação. No entanto, ela frequentemente depara-se com a dura realidade enfrentada pela população trans-travesti, que é constantemente atacada pelo sistema.

Cheguei a oferecer às cafetinas aulas gratuitas no pensionato. No entanto, por que elas se interessariam em aprender um novo idioma, considerando a difícil

realidade em que estão inseridas, onde é preciso estar nas ruas para garantir a própria sobrevivência. Sabemos que até mesmo pessoas com um grau superior e boa formação enfrenta tantas dificuldades para conseguir emprego, imagine então para aquelas com apenas o ensino médio. Em outras palavras, concordo plenamente que é muito mais prático estar abrigado em uma pensão, desfrutando de café da manhã e almoço, tendo uma cama e acesso a banheiro, mesmo que isso signifique ser explorado. Essa é uma realidade triste, mas comparada à opção de não ter acesso a essas necessidades básicas e estar em uma situação ainda mais precária, essas pessoas ainda encontram um mínimo de dignidade. (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023, no Riacho Fundo, Distrito Federal)

Com base nessa visão, a professora Edu tem elaborado programas para apoiar a comunidade transgênero. Considerando a escassez de apoio nos ambientes escolares e as dificuldades que essa população enfrenta para acessar o ensino superior, fica evidente que pessoas trans-travestis têm sofrido há muito tempo. É por esse motivo que essa população continua sentindo-se marginalizada e negligenciada, sem poder desfrutar das mesmas oportunidades que a população cisgênero.

É o meu sonho desde quando eu fui estudante de doutorado, tenho um grande desejo de criar um curso preparatório pré-vestibular, pré-Enem, pré qualquer coisa direcionada exclusivamente para a comunidade T. Matemática, física, inglês... enfim, focada apenas nessa população. Um dos meus planos é começar com um pré-vestibular voltado para a graduação e, talvez, expandir para concursos, a fim de proporcionar às mulheres trans, travestis e pessoas transgênero acesso a esses espaços. Este é um sonho, um sonho que almejo realizar (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023, no Guará, Distrito Federal).

Diante disso, a pedagogia libertadora de Paulo Freire alinha-se às propostas apresentadas por Edu e Jade, no sentido de possibilitar a educação a partir das experiências do oprimido, com o objetivo de desafiar o sistema opressor e incluir a população trans-travesti e outras camadas sociais que historicamente foram exploradas e abandonadas pela sociedade dominante. Isso ressalta a importância de uma educação baseada nas vivências das pessoas, que trate os desiguais de forma justa e, com base nisso, ofereça a esses grupos sociais tudo o que foi tirado deles ao longo de séculos. E isso ocorrerá através da implementação de quotas, áreas exclusivas, bem como programas e eventos únicos. É importante proporcionar e permitir que o potencial da população transgênero e de outros grupos marginalizados seja reconhecido, uma vez que, entre esses, encontram-se artistas, professores, empresários, médicos, advogados, juízes, parlamentares e muito mais, pois o local dessas pessoas é onde elas desejarem estar.

Eu diria que a pessoa deveria começar por buscar indivíduos semelhantes, porque às vezes nos sentimos sozinhos, mas na verdade nunca estamos sozinhos. Acredito que só consegui encontrar felicidade como uma pessoa trans quando encontrei pessoas como eu. Quando conversei e me compreendi como alguém com suas próprias questões, assim como qualquer outra pessoa, e percebi que não estava louco, porque talvez agora as redes sociais tenham

mudado um pouco. Não tenho certeza, mas há cinco anos, eu ainda acreditava que estava louco. E encontrar pessoas que estão passando pela mesma situação que você é a primeira coisa que eu diria a essas pessoas. Eu lhes diria para buscar seus pares, pessoas com quem possam desabafar, conversar e sonhar juntos, porque somos geradores de conhecimento. Somos artistas, somos forças. Portanto, não é justo nos deixarmos levar pela lógica cisgênera. Por esse motivo, a mensagem que eu transmitiria a essa pessoa seria a seguinte: “Busque por indivíduos semelhantes a você e não perca a motivação, pois tenho plena convicção de que você possui um talento extraordinário e único”. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023, Em Brasília, Distrito Federal)

Seguindo a mesma perspectiva abordada por Kaleb e pelas educadoras, que buscam criar laços de apoio educacional e psicológico para pessoas dissidentes de gênero, Passos (2022, p. 106) destaca a importância da união dos corpos trans-travestis no ambiente educativo e elogia três novas tendências que rompem com as normas opressivas, colaborando com seus pares. Como afirma o professor Kaleb, isso resulta em uma educação inovadora, inspirada nos movimentos transexuais. Passos (2022, p. 106) ainda ressalta que essas tendências, desenvolvidas por Marina Reidel, Adriana Sales e Thiffany Odara, indicam as práticas pedagógicas do futuro e podem desempenhar um papel fundamental na inclusão política e social das pessoas dissidentes de gênero.

Marina Reidel propõe uma Pedagogia do Salto Alto, Adriana Sales reivindica Pedagogias e Currículos Queer e Thiffany Odara anuncia uma Pedagogia da Desobediência. Embora sejam elaborações teórico-práticas que possuem traços constitutivos singulares, todas partem dos pontos de vista da população de travestis e transexuais brasileiras. (Passos, 2022, p. 106-107)

Com base nos três padrões mencionados, Passos (2022) expressa sua satisfação com a valorização dessas bases sólidas formadas por indivíduos alinhados com a causa trans. Dessa maneira, ela as denomina de “pedagogias das travestilidades”, já que ambas surgem das experiências, necessidades e perspectivas de estudantes, professores e pessoas trans-travestis que passaram pelas escolas. Segundo Passos, essas abordagens pedagógicas têm o compromisso de dismantlar a opressão social autoritária que continua afetando os corpos que divergem das normas de gênero.

Passos (2022, p. 101) enfatiza que a erradicação das práticas opressivas garante uma educação que revitaliza o entendimento da população transgênero, evitando seu banimento e exposição a atos transfóbicos adotados por escolas brasileiras. Essa exposição tem o intuito de promover um diálogo crítico e evidenciar a necessidade, como mencionado por Odara (2020 p. 106), de “desaprender para aprender”. A partir dessa perspectiva, são propostas ações transformadoras que buscam decolonizar o sistema educacional e, dessa forma, verdadeiramente eliminar as pedagogias desumanizadoras que têm prejudicado a educação no Brasil.

A atenção principal das pedagogias das travestilidades, de acordo com Passos (2022 p. 27), é proporcionar uma “libertação coletiva” para corpos que desafiam as normas de gênero, abrangendo também temas que abordem grupos sociais oprimidos, como identidade de gênero, idade, sexualidade, raça, classe social, etnia, região, religião e outros marcadores sociais.

Adiciona-se que Passos (2022, p. 108) descreve as pedagogias das travestilidades como práticas educacionais afirmativas que

[...] se apresentam como uma educação que causa “desequilíbrio” (Pedagogia do Salto Alto), “estranhezas” (Pedagogia Queer) e “desobediência” (Pedagogia da Desobediência) frente à ordem estabelecida. (Passos, 2022, p. 108)

As pedagogias das travestilidades requerem, acima de tudo, uma abordagem reflexiva seguida de ação. Sua premissa é desenvolver o pensamento crítico e transformador nesse ambiente escolar que tem sido historicamente prejudicado por uma educação controlada por uma parte privilegiada da sociedade exploradora. A escola, conforme observado por Emily em sua entrevista, ainda necessita de mudanças significativas, precisa ser exposta e criticada para promover uma transformação nas pessoas que frequentam esses espaços.

Atualmente, a escola atual se assemelha à escola do passado em minha percepção. Embora algumas atitudes e palavras tenham mudado, para mim o essencial continua igual. Encaro a escola de hoje como a escola do passado, pois não é um espaço seguro. Quando estou lá, é meu direito ser aceito, já que tenho o direito de estudar. No entanto, nem todos desejam minha presença. Muitos ainda enxergam nossa presença como uma influência negativa para os demais estudantes. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

No entanto, ao incluir professoras e professores trans no ambiente escolar, essa crítica e denúncia se tornam mais visíveis, pois esses educadores revelam todas essas peculiaridades apenas com suas presenças em suas práticas. Além disso, como destacado por cada uma dessas profissionais e pelo professor, suas abordagens têm sido baseadas na disseminação da cultura LGBTQIA+ e na exposição das características desse grupo social frequentemente marginalizado e ridicularizado pela elite. Dessa forma, contornando o currículo e suas estruturas cis-heteropatriarcais, esses profissionais têm aproveitado as oportunidades oferecidas pelo currículo real e oculto, explorando temas transversais relacionados a questões de sexo, sexualidade, gênero, raça e classe. Assim, eles encontram uma plataforma para discutir as experiências de pessoas travestis e transexuais de maneira confortável e crítica.

Eu não consigo não transmitir, pois se assim eu não fizesse estaria me excluindo e suprimindo a importante diversidade que é legítima. A cada semestre, eu faço assim: solicito que eles façam pesquisas, por exemplo, sobre diversidade de gênero, e aqueles que escolherem esse tópico irão trabalhar questões como a diferença entre pessoas cisgênero e pessoas transgênero, seus significados e siglas. Além disso, temos um tópico que trata da “Identidade de Gênero e Diversidade Sexual”. Nele, estão inclusos temas como pessoas transgêneros, cisgêneros, héteros e intersexuais, assim como os direitos da comunidade LGBT no Brasil, temas que considero extremamente relevantes para pesquisa. Não podemos ignorar a violência contra a comunidade LGBT no Brasil. Por isso, trago uma abordagem mais teórica e até mesmo pessimista, para que as pessoas possam compreender e refletir que, além da cultura e da expressão artística da identidade, também é necessário discutir a questão da violência. (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023, no Riacho Fundo, Distrito Federal)

Com base nas ideias apresentadas pela professora Jade, é crucial incorporar conteúdos que promovam a compreensão e aceitação da diversidade LGBTQIA+, a qual ainda enfrenta exclusão social contínua. Cabe, dessa forma, ao profissional LGBTQIA+ romper com esse ciclo de exclusão, a fim de evitar contribuir involuntariamente com a invisibilidade dessa comunidade. Alinhado a essa luta, o professor Kaleb compartilha de uma visão semelhante à exposta por Jade. Ele reconhece a lacuna da BNCC ao não contemplar as questões relacionadas às populações mais marginalizadas e ressalta a importância de os educadores abordarem tais temas de maneira abrangente e consistente, a fim de promover efetivamente a conscientização sobre essa questão.

Ao adotar estratégias eficazes para abordar questões relacionadas a pessoas trans e travestis, é possível estabelecer conexões positivas e significativas que contribuam para a aceitação e o reconhecimento desse grupo. Dessa forma, ao promover atividades dinâmicas que valorizam a cultura LGBTQIA+, o professor Kaleb proporcionou aos estudantes uma nova perspectiva em relação à humanidade desse público, que muitas vezes é socialmente marginalizado. Essas iniciativas têm o potencial de desafiar ideias preestabelecidas e normas sociais arraigadas. A professora Edu ressalta a importância desse trabalho ao incluir conteúdos que abordam famílias homoparentais em suas aulas e ao promover discussões que visam conscientizar os estudantes e a comunidade sobre a importância da visibilidade e das datas que celebram as questões LGBTQIA+.

Eu abordo a cultura LGBT em sala de aula, não apenas como uma cultura visível, mas também para mostrar sua existência. Com isso, sempre que falamos, por exemplo, sobre família, trago retratos completamente diversos. Desde o início, menciono a existência de famílias monoparentais, multiparentais e as homoparentais. Isso serve para mostrar que essas diferenças são normais e as crianças pequenas geralmente não têm problemas com isso, enquanto para os adultos, isso pode ser menos óbvio e levar a uma reflexão. Além disso, eu valorizo muito essa questão da visibilidade, especialmente quando se trata de datas específicas. Por exemplo, janeiro é conhecido por ser o mês da visibilidade trans e no último mês tivemos o orgulho trans. Agora,

estamos no mês do orgulho LGBTQIA+. Sempre que possível, aproveito essas datas, seja durante o mês, em um dia específico ou até mesmo durante a semana, para trazer à tona esses assuntos, compartilhando nas minhas redes sociais e enviando para os meus grupos mais próximos. Dessa forma, posso informar: “Olha, está acontecendo essa palestra, esse curso, essa mostra cinematográfica”. É uma maneira de oferecer materiais aos alunos e dizer: “Aproveitem e se beneficiem disso”. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal)

Além disso, é essencial que os professores aproveitem as oportunidades e a variedade de maneiras de enriquecer diversos conteúdos para combinar o que já está presente nos currículos nacionais com questões trans-travesti. Dessa forma, ao abordar de forma inteligente temas que já fazem parte do sistema, o profissional conseguirá lidar com essas questões de forma hábil e sem distorções. A professora Érica exemplificou sua prática docente ao mencionar que costuma utilizar sua disciplina e os conteúdos da BNCC para integrar questões LGBTQIA+ e conscientizar seus estudantes sobre transfobia e homofobia. Ela destacou que essa abordagem docente visa promover especificamente o respeito à diversidade.

Trabalho com ciências que me trazem um pouco mais de alegria no que diz respeito a gênero e sexualidade, principalmente no oitavo ano, porque é quando abordamos a questão da puberdade, da sexualidade. Tudo isso está no currículo. Portanto, é algo com que me sinto confortável em falar. A questão LGBT também precisa ser abordada. É uma necessidade urgente. Muitas vezes, não somos bem acolhidos pelas escolas. Como professora, tento fazer o meu melhor, explicar, orientá-los. É como quando ocorrem esse tipo de situação na sala de aula, nós orientamos. Já suspendi aulas várias vezes para discutir sobre preconceito, sobre esse tipo de coisa, que é crime, que não é certo. Já parei diversas vezes para mostrar a eles a importância de respeitar o próximo e coisas desse tipo. (Érica Lopes, entrevista pessoal concedida no dia 14 de junho de 2023 em Cidade Ocidental, Goiás)

A presença das pessoas trans nas escolas é fundamental para mostrar ao sistema que esses corpos persistem e não desistirão de ocupar os espaços que lhes pertencem. Tanto na posição de professor quanto de aluno, é evidente que, mesmo quando o ambiente educacional tenta excluir essas pessoas, elas, em um ato de resistência, procuram reconquistar seu lugar mesmo depois de anos. Isso foi o que aconteceu tanto com a Emily quanto com a Danielle, que retornaram ao ambiente escolar após algum tempo, agora em um contexto mais inclusivo, já que optaram por frequentar a modalidade EJA. Apesar de ainda conter vestígios do antigo modelo bancário, essa modalidade tem adotado princípios inspirados em Freire, que valorizam a vida e os processos de aprendizado dos estudantes que optam por retornar a um contexto do qual nunca deveriam ter sido expulsos.

O processo de reingresso após a exclusão ocorreu de maneira cautelosa, principalmente devido às experiências adversas vivenciadas nas escolas. A desconfiança

e o receio de enfrentar problemas semelhantes acabaram por atrasar o retorno dessas pessoas ou até mesmo levaram muitas delas a desistir completamente, como aconteceu com Érika, que afirma ter perdido em definitivo a vontade de voltar à escola.

Veja só, as coisas eram bem diferentes. Eu era bastante ignorante, muito mesmo, e a única coisa que sempre repito para as meninas atualmente é a importância de estudar. Sabe, independentemente de ser gay ou travesti, estudar é essencial. Hoje em dia existem tantas oportunidades, e às vezes me arrependo. Vou confessar, lamento não ter estudado, mas se tivesse a chance de voltar atrás, teria sim me dedicado aos estudos. Teria obedecido meus pais, entre aspas, já que eles também me expulsaram de casa muito cedo, e eu também os culpo um pouco por isso. Eu voltaria a estudar se tivesse oportunidade naquela época, sabe? Agora, eu admito, hoje em dia não tenho mais interesse nisso. (Erika Ruffeil, entrevista pessoal concedida no dia 12 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

O ponto de vista da Érika é compreensível e deve ser um dos tópicos discutidos nas salas de aula brasileiras. É importante debater constantemente as causas que levam as pessoas transgênero a abandonarem a escola, uma vez que é do interesse da sociedade oprimida repensar estratégias para evitar que isso continue acontecendo. Os traumas vividos por Érika foram profundos e o retorno a um ambiente tão cruel requer um esforço extra. Diferentemente da Érika, Danielle, durante seu discurso, mencionou o medo que sentia ao adentrar um espaço que não frequentava há muito tempo. No entanto, com a insistência de algumas amigas, ela decidiu retornar.

Entre mil novecentos e noventa e sete, mil novecentos e noventa e oito ou mil novecentos e noventa e nove, decidi ir trabalhar como acompanhante. Abandonei os estudos por conta disso. Com o passar dos anos, em dois mil e oito, fui morar na Asa Sul. Nesse ano, uma amiga decidiu morar comigo e, determinada a estudar, ela me chamou para acompanhá-la nos estudos: “Vamos, Dani?” Eu respondi: “Ah, Gabi, não. Preciso ir até Planaltina, buscar meu histórico e trazer aqui”. Mas ela insistiu: “Não, Dani, vai”. Então, eu fui. Cheguei lá, me matriculei e estudei. Pronto! Me dediquei e estudei. Havia alguns rapazes de semblante intimidador olhando para mim. Às vezes, me sentia acuada, com medo, porque esses meninos tinham um jeito de malandros. Você jamais saberá o que se passa na mente de alguém. Então, lá estava eu, sentindo medo, porém sempre seguia em frente, sentava na minha cadeira e eles me encaravam com desprezo. Mas, após três meses, nossa, todos nós, da escola inteira, não apenas da sala de aula, éramos amigos. E aí, pronto! Peguei, fui, concluí. (Danielle Caldas, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Émily teve uma vivência muito similar à de Danielle. Sob essa ótica, ela ressaltou ter passado por diversas situações ao longo de sua existência. Mesmo que essas experiências tenham sido fundamentais para sua sobrevivência, muitas delas a afastaram da escola. Apesar de interromper seus estudos precocemente, a tentativa da sociedade de excluí-la do ambiente escolar não foi suficiente para impedi-la de retornar e de mantê-la distante do processo educativo para sempre.

Saí de casa muito jovem, aos 16 anos de idade. Hoje vivo em Valparaíso de Goiás. Eu nasci em Porto Velho, Rondônia, a 2600 km daqui. Minha jornada não foi de carro, nem de ônibus, nem de avião. Foi de carona, levantando o dedo na estrada. Vivenciei uma vida nômade, de cidade em cidade, de interior em interior, lutando para sobreviver. Minha primeira profissão foi trabalhar com manutenção de piscinas. Então, por querer fazer a transição, acabei perdendo meu emprego. Naquela época, eu estudava à noite e frequentava um local próximo à prostituição na minha cidade, onde uma travesti trabalhava. Como eu já estava em processo de transição, acabei estabelecendo uma amizade com ela. Curiosa, acabei me envolvendo na atividade também. Já que estava perdendo o emprego e a clientela, decidi arriscar nessa nova área. Em uma das vezes que fui para a rua, consegui ganhar uma boa quantia de dinheiro. É importante ressaltar que a profissão da prostituição é muito incerta e pode iludir, caso não a domine. Por isso, foi uma experiência cheia de altos e baixos. Lá, tive que lidar com todos os tipos de pessoas. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Até os dias de hoje, a maioria das pessoas trans-travestis no Brasil enfrenta dificuldades para ingressar no mercado de trabalho formal, o que leva muitas delas a recorrerem à prostituição como única fonte de renda. A história de Emily não foi diferente, mas ela só conseguiu mudar essa realidade ao retornar aos estudos e realizar cursos na área de beleza e estética. Mesmo que tenha demorado para voltar à escola, Emily reconheceu a importância da educação e tomou a iniciativa de se matricular e retomar os estudos. Assim, ao retornar à experiência educacional, ela estava inicialmente assustada, porém, assim como Danielle, acabou desfrutando de uma tranquilidade ao voltar a estudar no ensino médio por meio do programa de educação de jovens e adultos, em uma escola pública do Distrito Federal. Ela observou que a maioria dos presentes era adultos, mais preparados para lidar com as diferenças, o que contribuiu para essa experiência serena.

Já foram tempos mais prósperos. A situação era bem mais favorável, pois, através do meu ingresso no EJA, eu frequentava aulas com pessoas mais maduras. Estudar ao lado de adolescentes é um desafio, pelo menos na minha percepção, uma vez que eles ainda não têm a mesma maturidade de um adulto. O adulto, ao comparecer à sala de aula, está verdadeiramente focado em aprender. Ele tem o desejo genuíno de estudar, pois percebeu que desperdiçou muito tempo no passado. Por esse motivo, essas pessoas estão empenhadas em recuperar o tempo perdido. Sendo assim, estudar com indivíduos mais maduros foi uma experiência muito melhor. Tive uma visão mais clara das coisas. Também me inspirei naquelas pessoas. Além disso, como mencionei, eu estava lá para estudar, para terminar meus estudos, pois na minha adolescência eu não possuía a mesma maturidade que possuo hoje. Então percebi a necessidade de concluir meus estudos e adquirir uma qualificação profissional, pois sentia vergonha de chegar a um lugar e precisar mentir acerca da minha profissão. Por exemplo, em um ambiente público como um banco, se alguém me perguntasse qual era minha profissão, eu mentia. Hoje posso dizer com orgulho que tenho minha profissão. Sou formada na área de imagem pessoal, que abrange o campo da beleza. Sinto-me orgulhosa por ter chegado onde estou e considero-me privilegiada. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

O retorno ao estudo da educação básica foi um desafio intimidador para Danielle e Emily. No entanto, elas não se renderam ao sistema e perseveraram. Com persistência, ganharam o respeito de algumas pessoas, incluindo alguns educadores que as encorajaram a concluir essa fase de seus estudos. Isso indica que, embora a sociedade ainda insista em marginalizar pessoas trans-travestis, é evidente que uma parte da humanidade está se afastando das atitudes opressivas e abraçando a comunidade oprimida, que, apesar de ainda enfrentar a hostilidade de uma parcela enfurecida da sociedade, é apoiada por aqueles que, até recentemente, não tinham coragem de se manifestar em favor e se unir à causa transgênero.

Nossa, lembro-me de uma professora de inglês, cujo nome não me recordo, mas eu costumava ter notas boas nessa matéria. Ela realmente me motivava muito no estudo do inglês. E não era apenas ela, havia várias pessoas que me incentivavam. Muitos deles me encorajaram a concluir um curso, como se dizia: “Não, Dani, termina. Vai, faça um curso”. Nossa! Todos eles me impulsionaram a buscar a conclusão. (Danielle Caldas, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Dentro desse cenário, Emily e Danielle apresentaram uma visão bastante uniforme. Emily afirmou ter tido professores inesquecíveis que fizeram parte de sua trajetória escolar. Emily destacou que a presença desses profissionais foi crucial para que ela continuasse no processo de aprendizagem e adquirisse conhecimentos essenciais de forma natural.

Eu tive a sorte de cruzar com professores incríveis durante minha jornada escolar. Eles não apenas compartilharam seus conhecimentos comigo, mas também me protegeram no ambiente escolar. Com toda a certeza, posso afirmar que tive o privilégio de ter professores maravilhosos que fizeram parte da minha trajetória educacional. O impacto deles em minha vida é imensurável e sempre serei grata por sua dedicação e apoio. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

O envolvimento do professor libertador é de extrema importância para garantir a continuidade e o sucesso da educação do estudante dissidente de gênero. De acordo com Freire (2005, p. 36), o comprometimento do professor em afastar-se de comportamentos discriminatórios é essencial para evitar que a prática docente caia no absurdo e na falta de sensibilidade.

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam negros, dos que inferiorizam as mulheres. (Freire, 2005, p. 36)

Nesse sentido, as estudantes Emily e Danielle tiveram a sorte de vivenciar, em algum momento de sua jornada escolar, a presença de professores libertadores e dedicados em suas práticas. A influência desses professores foi essencial para que ambas pudessem concluir seus estudos básicos e se sentirem respeitadas e valorizadas em um ambiente que frequentemente estigmatiza pessoas trans-travestis, tratando-as como seres anormais.

Além de contar com o amparo e apoio dos educadores, quando o estudante recebe suporte familiar, todo o processo se torna mais equilibrado e é notável que aqueles que possuem essa rede de sustentação dos dois lados se sentem mais livres para continuar frequentando as escolas. A professora Érica teve uma experiência familiar que, segundo sua própria percepção, foi importante para sua existência e permanência. Segundo Érica, o apoio de sua família a impulsionou a persistir como ser humano e a se apropriar de ambientes que anteriormente eram limitados pela estrutura cis-heteropatriarcal.

Eu sou uma pessoa que teve muitas oportunidades na minha vida, e reconheço isso porque tive a sorte de ter uma família que me acolheu. Desde sempre, eles me apoiaram e me deram suporte, especialmente em um aspecto que muitos não aceitam. Refiro-me ao desafio enfrentado por muitas pessoas trans quando essas iniciam a transição e, por esse motivo, acabam sendo rejeitadas pelos seus familiares. Infelizmente, isso pode levar algumas pessoas a recorrerem à prostituição como último recurso. No entanto, sou extremamente grata porque tive a sorte de ter pais e família que me apoiaram quase que integralmente, me respeitando completamente. Nunca fui expulsa de casa ou algo do tipo. Entendo o quanto sou privilegiada em comparação a outras pessoas LGBT, especialmente os transgêneros, pois é aí que os pais geralmente não compreendem. (Érica Lopes, entrevista pessoal concedida no dia 14 de junho de 2023 em Cidade Ocidental, Goiás)

Esse suporte permite que as pessoas dissidentes de gênero se estabilizem nos ambientes em que estão inseridas e, graças a esse apoio, consigam resistir mesmo em lugares conflituosos. Portanto, quando os estudantes encontram aliados em diferentes setores sociais, conseguem intervir no sistema que os rejeita e rompem com trajetórias dominantes. Dessa forma, os percursos deixam de ser exclusivos e passam a ser coletivos e inclusivos. Essas trajetórias geralmente cis-héteros passam a ser frequentadas também por pessoas trans e outros grupos socialmente oprimidos.

Nessa perspectiva, a escola precisa transformar seu ambiente em um espaço mais saudável, rompendo, assim, suas conexões com o machismo e toda a rede opressora. Isso implica oferecer suporte psicológico nesses espaços, além de fornecer treinamentos aos professores, a fim de que suas práticas sejam reorientadas. Essas mudanças podem ser essenciais para que o ambiente educacional comece a acolher pessoas transexuais e travestis.

A escola pública apresenta uma grande diversidade e é importante respeitar não apenas as pessoas com deficiência, mas também aquelas que fazem parte da comunidade LGBT, já que isso também é uma forma de diversidade. Devemos igualmente respeitar as pessoas negras, pois elas também representam uma parte significativa da diversidade. Infelizmente, muitos professores não conseguem incluir essas pessoas, embora seja lei que elas sejam abrangidas pela diversidade. É fundamental respeitá-las, mesmo que individualmente não concordemos ou acreditemos nisso. (Érica Lopes, entrevista pessoal concedida no dia 14 de junho de 2023 em Cidade Ocidental, Goiás)

O professor Kaleb ressalta, em seu relato, que a escola tem a responsabilidade de acolher de maneira adequada as pessoas trans, levando em consideração suas particularidades e reconhecendo suas necessidades de adaptação para proporcionar um ambiente mais favorável e seguro. Além disso, é fundamental que as instituições de ensino abandonem práticas discriminatórias que excluem pessoas não binárias e transgêneros, promovendo, assim, um local mais inclusivo e menos prejudicial.

Em primeiro lugar, devemos analisar se a arquitetura e a estrutura da escola estão preparadas para acolher todos os indivíduos. Um exemplo disso é a presença de banheiros neutros, onde qualquer pessoa possa utilizá-los. Não estou sugerindo a abolição dos banheiros separados por gênero, pois isso só geraria confusão. A proposta é ter um banheiro onde as pessoas trans se sintam confortáveis para utilizá-lo. É importante também que o nome social seja respeitado em todas as situações de forma que ninguém tenha acesso ao nome de registro. Também é importante garantir que toda a comunidade escolar esteja ciente de que deve respeitar as pessoas da maneira como elas desejam. Seja utilizando os pronomes corretos que elas preferem, seja chamando-as pelo nome escolhido, e deixando claro que é inaceitável que alguém se refira a elas de uma maneira pela qual não gostariam de ser chamadas. Além disso, se tratando de uma pessoa não binária, seria interessante fornecer material para a direção da escola repassar aos professores, aos vigilantes e ao pessoal da cantina, para que eles saibam como utilizar pronomes neutros. Seria bom tornar as atividades e eventos escolares menos binários. Por que tem que ser sempre menina e menino? Por que não permitir que todos possam escolher seus pares? (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023 em Brasília, Distrito Federal)

Nesse contexto, a referência feita pelo professor Kaleb implica a presença de indivíduos trans-travestis, homossexuais e não binários nas instituições educacionais. Essa realidade costuma ser completamente apagada, buscando corrigir essas crianças durante sua formação escolar, para que cheguem à idade adulta moldadas conforme os padrões da sociedade cisgênero e heterossexual. No entanto, como afirmado por Gabry (2022, p. 281), a escola libertadora tem a prerrogativa de reconhecer e acolher as infâncias que não seguem a norma de gênero, pois elas existem e frequentam tanto as escolas quanto outros espaços sociais.

E quando percebidas são alvo de diferentes setores da sociedade preocupados em “corrigir” e (de) formar seus gestos, sua voz, seu corpo, seus pensamentos e seus desejos. Muitas vezes em casa, depois na igreja, depois na escola, e daí em diante [...]. Nesse sentido, a criança LGBTI+ deve ser controlada e ter seu

corpo constantemente vigiado, e seu caráter sempre estará em suspeição. (Gabry, 2022, p. 272)

Segundo Gabry (2022, p. 280), a escola frequentemente é acusada de tentar apagar e silenciar pessoas, negando suas características essenciais, a fim de fazê-las se conformarem ao que a sociedade considera apropriado. Dessa forma, o autor destaca a necessidade de a educação adotar uma perspectiva libertadora, abandonando sua postura limitadora. Para que a escola possa verdadeiramente abraçar a diversidade, ela precisa ser capaz de compreender as diferenças entre os indivíduos e a construção de suas identidades.

[...] é preciso que os profissionais da educação diretamente envolvidos com o cotidiano da escola estejam dispostos a abraçar a diversidade, buscando informações e cientes que é dever da escola promover equidade e democracia. [...]. Assim como existem outras sexualidades que não a binária macho-fêmea, também existem outras corporeidades, outras identidades, outras formas de expressão e agenciamentos. São corpos que se encontram atravessados por interseccionalidades múltiplas, diversas. Corpos sobrepostos e/ou interseccionados por identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação, discriminação e, por fim, violências físicas e simbólicas. São corpos que expressam e encarnam existências e práticas caracterizadas como anormais, desviantes, indesejáveis. [...] Pessoas LGBTI+ existem, sempre existiram e sempre existirão. Estão nas escolas, nas fábricas, nas universidades, nos hospitais e nos mais variados setores de nossa sociedade. [...] A escola tem que abraçar as/os considerados dissidentes visando à diminuição das desigualdades sociais e das violências contra a população LGBTI+. Precisa também de mais representatividade trans e travestigênera, desta forma, a escola permite que indivíduos marginalizados pela sociedade sejam acolhidos e sirvam para dar corpo e rosto à diversidade dentro do ambiente escolar. (Gabry, 2022, p. 283-284)

A escola libertadora visa acolher a população oprimida e, portanto, é essencial que as instituições de ensino promovam a diversidade, adotando uma abordagem educacional plural. Nesse sentido, Edu estimula a capacitação dos professores para que estes sejam capazes de compreender as particularidades das pessoas trans, travestis e gênero-divergentes, a fim de acolher essa população de forma especializada e benevolente. Com base nessa mesma premissa, as professoras Jade e Emily sugerem que as instituições de ensino envolvam todo o corpo docente para reavaliar suas práticas, desconstruindo-as para reformular a pedagogia.

Em primeiro lugar, é fundamental que haja uma capacitação adequada para os professores, visando lidar com diversas situações dentro da escola, não se restringindo apenas à questão da transexualidade, mas também abordando a diversidade de orientação sexual. É importante fornecer recursos como uma cartilha, e-book ou curso de formação, que capacitem os professores não somente em termos de terminologia a ser utilizada ou evitada, mas também no sentido de promover um ambiente acolhedor e saber como lidar com tais situações. Precisamos ter uma perspectiva tanto em relação ao agressor, à pessoa que está perpetrando essa violência, quanto em relação ao agredido. Acredito que seja essencial abordar esses dois pontos para realmente acolher a

vítima. Não podemos negligenciar o agressor ou aquele que está perpetrando qualquer forma de violência, pois ele também pode ser vítima da reprodução do que lhe foi feito na infância, e do que ele internalizou como normalidade por parte dos pais, primos e outros. Para o agressor, esse comportamento pode ser uma forma de interagir com essa comunidade. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal)

A perspectiva defendida pela professora Edu é a de aproximar os professores das questões trans-travestis. Essa aproximação é viável por meio do reconhecimento da sociedade e da aplicação prática nas questões de gênero dissidentes, promovendo, dessa maneira, uma relação mais empática entre os professores e os estudantes. Segundo a professora Jade, tais ações devem ser implementadas nas escolas para que os profissionais escolares tenham autonomia e compreensão, promovendo o respeito por todos os povos oprimidos dentro da comunidade escolar.

Acredito que o primeiro passo seja fornecer instruções à equipe de gestão, pois se eles não tiverem acesso a informações importantes, não considerarão essas questões essenciais para serem transmitidas à supervisão e à coordenação. Outro aspecto que considero muito importante, dependendo da escola, é garantir que garotas trans ou garotos trans tenham acesso aos banheiros dos professores e possuam a chave para evitar violência. É uma alternativa lamentável, já que o ideal seria que eles tivessem acesso ao banheiro adequado ao seu gênero. De qualquer forma, acredito que seja muito importante orientar os gestores a permitir o acesso às instalações dos professores para pessoas trans e fornecer orientações aos docentes sobre questões relacionadas à identidade de gênero e ao uso do nome social. Neste contexto, é crucial apoiar os professores a questionarem qual é o nome que a pessoa trans prefere ser chamada, que seja adequado e confortável para essa pessoa. Para além disso, é importante ter em consideração a utilização do pronome neutro, uma vez que esta questão também requer atenção especial (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023 no Riacho Fundo, Distrito Federal).

A abordagem das professoras Edu e Jade tem como base a concepção freiriana, que valoriza a experiência das pessoas que fazem parte do ambiente escolar com o objetivo de tornar a sala de aula mais contextualizada e, assim, mais séria e significativa. Criar uma instituição educacional acolhedora é totalmente viável e depende, principalmente, da desconstrução da gestão, permitindo a realização de formações que abordem questões como sexo, sexualidade, gênero, raça e classe, com o objetivo de redefinir a prática docente a fim de torná-la plural e livre de estereótipos de gênero.

A experiência no ensino é cheia de perseverança e exige dedicação para que os resultados se tornem promissores. No entanto, os professores e outras pessoas trans e travestis precisam-se esforçar ainda mais, uma vez que sua persistência costuma ser angustiante, dado que muitas vezes as pessoas resistem ao novo e, por isso, agem com rudeza e falta de empatia. No entanto, a persistência de alguns profissionais tem tornado os espaços dedicados à educação muito mais respeitosos e diversos.

É preciso ter força, conhecer os seus direitos e abordar essas pessoas ignorantes com sabedoria e educação. Elas são aquelas que farão você sofrer, infelizmente. Trata-se de lidar com essas situações com sabedoria. Se você não recebe apoio da sua família, busque apoio em pessoas que te entendam, que estarão lá por você, pois essa situação realmente é muito desafiadora e somente com o apoio de outra pessoa você consegue se manter forte. Realmente, porque não é para todos, é notável a esperança de vida tão baixa que as mulheres trans têm. Em grande parte, isso acontece devido a tratamentos irregulares ou ao próprio preconceito, que acaba levando ao suicídio, e isso é mais decorrente das atitudes dos outros do que de nós mesmos. Infelizmente, a negatividade das pessoas nos faz começar a nos odiar. O ódio que elas sentem é capaz de nos fazer odiar a nós mesmos também. É necessário ser incrivelmente resiliente e buscar apoio nas pessoas certas, que nos apoiam. (Érica Lopes, entrevista pessoal concedida no dia 14 de junho de 2023 em Cidade Ocidental, Goiás)

Conforme afirmado pela professora Érica, é primordial buscar apoio para garantir a continuidade e permanência da população dissidente de gênero na sociedade. A luta por integração social e por espaços igualitários é constantemente desafiadora para as pessoas transgênero, que buscam ocupar e manter esses espaços, mesmo aqueles que historicamente excluem grupos oprimidos. Portanto, entende-se que essas pessoas têm o direito de estar onde desejam, e, por isso, é necessário ocupar até mesmo os espaços que antes eram inacessíveis para essa população.

Nesse contexto, as egressas da escola também compartilham suas perspectivas sobre a escola contemporânea e ressaltam a importância de acolher os grupos marginalizados e a população trans-travesti. Essa visão engloba a necessidade de os profissionais da educação cuidarem de seus alunos, com o objetivo de tornar as instituições de ensino mais inclusivas. A perspectiva da escola contemporânea, sob a ótica dessas egressas da escola, revela um panorama promissor em relação ao passado vivido por elas nos finais do século XX e início do século XXI. Embora algumas mantenham uma visão otimista sobre a educação atual, outras entendem que pouco mudou e que a escola ainda precisa percorrer um longo caminho para alcançar uma educação mais respeitosa e diversificada.

Teve uma grande evolução, principalmente em relação ao nome. Agora as escolas respeitam o nome do aluno. Muitas pessoas abandonavam a escola porque seu nome social não era respeitado. A situação melhorou significativamente. Antigamente, nas escolas, não se falava sobre questões LGBT, mas hoje em dia já se discute abertamente. Está muito melhor do que antes. Há muitas melhorias e possibilidades atualmente, o que não existia antigamente. (Camila Carvalho, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

De acordo com o que foi explicado por Camila, a escola experimentou um progresso significativo nas interações entre pessoas trans-travestis e seus ambientes, conexões e abordagens. Camila acredita que o ambiente educacional se tornou mais

respeitoso e tem sido mais acolhedor com as comunidades mais vulneráveis da sociedade. Esse ponto de vista também é compartilhado por Danielle, que menciona que houve muitas mudanças. No entanto, ela destacou que ainda existem pessoas nas escolas que não reconhecem a existência da comunidade LGBTQIA+ e agem com desinteresse, indiferença e desconsideração. Assim, com o objetivo de promover uma educação mais igualitária, Danielle propõe a realização de capacitações que permitam aos profissionais compreenderem de forma mais aprofundada as questões relacionadas às diversidades de gênero, ao uso de pronomes e nomes sociais.

Veja, acredito que seria interessante implementar a conscientização para os educadores sobre transgêneros. Tenho percebido, não apenas na escola, mas em todos os lugares que visito, que a maioria trata as pessoas como se fossem do gênero masculino, mesmo quando estão vestidas e apresentam-se como mulheres. Isso é especialmente comum aqui em Valparaíso. Compreende? Por isso, sugiro a realização de capacitação para discutir essa questão. É crucial ensinar como tratar uma pessoa trans, pois considero desnecessário e até ridículo ver uma figura feminina sendo referida como homem. Acredito que uma formação para debater esse assunto seria positiva, uma vez que a sociedade já evoluiu nesse aspecto. Embora o preconceito ainda exista, hoje em dia estamos bem melhor do que há trinta, trinta e cinco ou até quarenta anos atrás. As coisas progrediram bastante, mas ainda há muito espaço para melhorias. (Danielle Caldas, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Corroborando com o ponto de vista exposto por Danielle e Camila, Émily também ressalta que a escola passou por algumas melhorias, porém muitas dessas mudanças ocorreram devido à implementação de leis específicas para promover relações sociais mais acolhedoras. Contudo, para Émily, sem essas leis, as situações enfrentadas pela população trans-travesti não teriam sido abordadas. Em sua opinião, a escola ainda precisa passar por grandes transformações, uma vez que, apesar das alterações realizadas, ainda há um número significativo de indivíduos restringidos por preconceitos, levando à discriminação daqueles que não se enquadram nos padrões de gênero estabelecidos.

Foi após um longo tempo que retornei à escola, desde então, muitas coisas mudaram. No entanto, ainda há muito a melhorar. Acredito que seja só um começo para um futuro melhor, pois ainda existe grande desigualdade. Muitas coisas nas escolas são feitas devido a certas leis existentes, pois, caso contrário, as pessoas ainda estariam presas a mentalidades antiquadas, preconceituosas e sexistas. Acredito que deveria haver mais livros disponíveis que falem e tratem da questão de respeito à população LGBTQIA+. Muitas pessoas acabam aprendendo de maneira incorreta e se tornam mais preconceituosas, mais violentas. Concordo que a educação principal deve vir de casa, mas também precisa vir da escola. Acredito que a família e a escola andam juntas. Se a escola for capaz de aprender e os professores puderem ensinar de maneira mais eficiente, os alunos certamente obterão um aprendizado de qualidade. Isso se justifica pela forma equivocada como a televisão e a internet frequentemente disseminam informações. Como resultado, é comum testemunharmos situações de violência nas escolas. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

A fala das egressas — embora tenha apresentado contradições em certos momentos, como observado principalmente nas palavras de Émily, que mencionou que a escola e as pessoas nunca mudarão, mas depois afirmou que uma educação bem planejada por parte das instituições de ensino e da família poderá combater o preconceito — foi extremamente otimista ao mostrar que hoje já temos uma educação mais inclusiva, destacando também que, se essa educação fornecer uma formação sólida para professores e estudantes, teremos sucesso em interromper práticas preconceituosas. Além disso, todas concordam que as escolas atuais são mais respeitadas e passaram por mudanças significativas nos últimos dez anos. No entanto, é inegável para todas elas que esse ambiente ainda precisa de muitas transformações para se tornar um lugar efetivamente confortável e seguro para pessoas trans e travestis.

De acordo com a perspectiva mencionada, Andrade (2015, p. 312) destaca que estudantes e professores dissidentes de gênero coexistem no ambiente educacional, em um contexto que oscila entre a persistência e, em alguns momentos, a submissão às ordens dos seus superiores a fim de permanecerem nesse local. Segundo Andrade (2015, p. 314), essa dinâmica impulsiona o surgimento de uma cultura urbana capaz de transformar práticas tanto nas interações cotidianas quanto na vida profissional e familiar desses estudantes e professores. Como resultado, essas formas de resistência são essenciais e têm sido o foco central para as mudanças em curso nas escolas atualmente.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial na inclusão dos grupos mais marginalizados. Adotar uma postura libertadora, inspirada nos princípios de Paulo Freire, pode ser o ponto de partida para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde todos sejam recebidos e respeitados sem distinção. Com essa compreensão, a educação será capaz de promover relações saudáveis, colocando todas as pessoas em uma posição de humanidade. Ao tornar essas ações legítimas, as instituições de ensino contribuirão para o processo contínuo e progressivo de inclusão das pessoas trans e travestis.

### CAPÍTULO 3 – PAJUBÁ: LINGUAGENS, CULTURAS E CONTEXTOS

Deram a Elza na minha voz,  
Estilo Ariel, sabe...? A pequena sereia  
E falaram que eu era uma bicha-louca  
Quando eu percebi os BOs

Como qualquer pessoa em derrocada,  
Fiquei passada, preterizada  
Com a audácia dessa mundiça engravatada

Acontece que eu sou meiga e abusada (bem Anitta)  
Não deito pra patifaria

Coloquei o meu picumã imaginário  
Usei meu carão de Beyonça  
Liguei meu ventilador na potência máxima  
E botei minha boca no trombone mesmo

Se é pra ser a louca, louquíssima  
Faço pior, faço o Show da Xuxa  
Pois tenho que fazer valer a minha cara e crachá

Prazer, bicha-louca  
Mas a voz, kiridjinha, é toda minha

(Niél Sàlim, poema pessoal escrito na oficina de pajubá realizada  
em Valparaíso de Goiás no dia 14 de outubro de 2023)

O poema acima foi escolhido para abrir o capítulo, pois, além de apresentar textos em pajubá, ele exalta a linguagem, o estilo de fala, os gestos, as expressões, os tons e as inflexões de voz de um Eu lírico *queer*. Essa personagem se apropria e redefine o termo “bicha-louca”, para demonstrar o orgulho em ser quem é. Além disso, sua voz é motivo de honra — mesmo diante de críticas —, pois ela se recusa a ser silenciada, já que seu amor e autenticidade não podem ser roubados por ninguém. A personagem também utiliza o termo “Beyonça” para simbolizar sua expressão. O autor do texto escolheu esse termo de propósito, pois percebe semelhanças entre a beleza e a postura enérgica da cantora norte-americana Beyoncé no palco e a atitude altiva e confiante do Eu poético *queer*.

O autor desse poema, Niél Sàlim, escreveu o texto originalmente durante uma oficina de escrita e linguagens, baseada no pajubá, que foi promovida pelo próprio autor desta dissertação e outros membros da Academia Valparaisense de Letras. Mais adiante, será explicado em detalhes como essa oficina ocorreu, assim como outras oficinas que foram elaboradas e oferecidas pelo autor desta dissertação. Além disso, ao longo das seções, serão compartilhados textos de outros participantes da oficina de escrita e linguagem.

Neste capítulo, será abordada a variante pajubá e como ela existe na comunidade LGBTQIA+. As descobertas serão apresentadas com base nos relatos e nas experiências das entrevistadas mencionadas nos capítulos anteriores. Além disso, novas figuras serão incluídas nas próximas páginas, pois foram realizadas três oficinas específicas sobre o pajubá. Além das entrevistadas, muitas outras pessoas de diferentes gêneros e orientações sexuais participaram dessas oficinas.

A oficina será o produto técnico a ser apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional da Faculdade de Educação da UnB. Para aprimorá-la, foram realizadas três experiências bem-sucedidas, a fim de entregar um produto mais refinado e envolvente, designado especialmente para gestores, docentes e demais profissionais da educação pública. O intuito é promover o conhecimento da cultura LGBTQIA+ entre esses profissionais e aproximá-los da realidade das pessoas trans e travestis, a fim de permitir que mergulhem em um universo diverso presente nas salas de aula em todo o Brasil.

Assim, a fim de compreendermos adequadamente os procedimentos que constituem o pajubá, desde sua gênese até sua utilização nos contextos educacionais e sociais atuais, as seções do capítulo abordarão essa variante e explicitará sua formação e permanência. Diante dessa perspectiva, a próxima seção exporá o conteúdo e apresentará os entrevistados ao universo da linguagem, estabelecendo uma conexão entre a educação pública brasileira e o pajubá.

Nesse contexto, a seção inicial deste capítulo apresentará o contexto histórico que deu origem à variante linguística em questão. Por meio das palavras aqui descritas, será possível compreender as sutilezas que moldaram os termos pajubescos e o motivo pelo qual a comunidade LGBTQIA+, representada pelas travestis da época, os criou e adotou.

A seção seguinte abordará a relevância da variante na vida das pessoas travestis, desde a sua origem até os dias atuais. Vale ressaltar que a criação dessa variante tem desempenhado um papel crucial na preservação de vidas e na amplificação das vozes que

antes eram silenciadas. O uso do pajubá e a incorporação dessa variante têm sido fundamentais para a sobrevivência da população trans-travesti, além de permitir uma comunicação segura, facilita a inclusão em diversos espaços. Ao adentrar esses lugares, o diálogo pode continuar de forma discreta, preservar a imagem dos usuários e, conseqüentemente, sua sobrevivência.

A terceira seção irá abordar como o pajubá tem sido reconhecido atualmente em diversos contextos sociais. Explicar-se-á sua existência a partir de sua disseminação por meio da criação de dicionários, primeiramente pela ativista LGBTQIA+ Jovanna Baby, que foi responsável por redigir o primeiro em formato impresso. Esse feito abriu caminho para a elaboração de diversos outros dicionários, tanto em versões *online* quanto físicas. Além disso, livros, redes sociais, mídia e a criação de um museu virtual LGBT, intitulado Pajubá, têm desempenhado um papel significativo na popularização dessa variante linguística em distintas regiões do território brasileiro.

Para finalizar, as três últimas seções deste capítulo serão dedicadas à oficina de pajubá. O objetivo será apresentar, minuciosamente, os elementos e o contexto das três oficinas, além de explicitar todo o escopo, o roteiro e as dinâmicas desenvolvidas. Salienta-se que duas delas ocorreram em Valparaíso de Goiás e outra na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

### **3.1. Plote pajubesco: a cultura travesti em conexão**

Mona, passei por um aleijo que nem te conto...

A bicha chegou em mim e na minha mulher toda cheia da razão dizendo: “Que coisa feia, ficar fazendo essas coisas depravadas. E outra, quer ficar se fazendo de homem por aí”.

Bee, cê acredita???

E eu respondi perguntando se a gata queria fechar um trisal com a gente

Essa pittbullzeira ainda mandou eu ir procurar uma Igreja kkkkkk

Às vezes fico em choque que em pleno 2023 tem tanta homofobia

Esse povo alma sebosa que se faz de Alice

## AI MEU EDI, VIU!!

(Yasmin Oliveira Hilbert, poema pessoal escrito na oficina de pajubá realizada em Valparaíso de Goiás no dia 14 de outubro de 2023).

O poema que abre esta seção introduz um eu lírico frustrado com a falta de consideração por parte de certos setores da sociedade e como essa sociedade ainda insiste em interferir na vida das pessoas, seja por meio de atitudes transfóbicas ou homofóbicas. A poetisa utiliza o pajubá em grande parte da escrita, com o objetivo de aproximar o leitor de sua identidade, destacando, assim, sua vontade de ser reconhecida como verdadeiramente é.

Dessa forma, nesse primeiro momento, destaca-se a importância de a sociedade fazer uma autoavaliação e incluir a população trans-travestigênero em todas as situações possíveis, ou seja, é por meio da linguagem e da adoção de uma comunicação mais amigável em relação aos grupos sociais oprimidos que essa inclusão será possibilitada. Nessa perspectiva, o respeito pelos pronomes adequados à identidade pessoal, o uso de termos neutros e a incorporação do pajubá permitirão que isso ocorra de maneira eficaz.

Dessarte, com base na pesquisa de Ferreira (2018, p. 185), que demonstra como a escola, devido à censura imposta por certos setores da sociedade, restringe a expressão das mulheres transexuais e travestis, é imprescindível fortalecer as vozes desse grupo social. Nesse contexto, é válido que profissionais da área da educação promovam debates sobre a utilização de uma linguagem inclusiva e neutra, a fim de compreender que sua aplicação nos ambientes educacionais pode efetivamente integrar essa comunidade às escolas.

Nesse contexto, é relevante debater se a implementação de uma linguagem inclusiva é capaz de acolher as mulheres trans e travestis e se será possível proporcionar-lhes um espaço seguro para expressão e afirmação de suas identidades. Além disso, é benéfico compreender que, ao reconhecer e promover a linguagem pajubésca como uma forma autêntica de comunicação para essa comunidade, as escolas teriam a capacidade de valorizar e dar voz a essas pessoas historicamente marginalizadas.

Dessa forma, a linguagem neutra, amplamente utilizada para validar aquelas pessoas que não se enquadram dentro da dicotomia homem/mulher, tem a capacidade de englobar não só esse grupo, mas também toda a sociedade, uma vez que abrange tanto masculinidades quanto feminilidades. Nesse contexto, a linguagem inclusiva, assim como a linguagem neutra, possibilitam a compreensão de qual o pronome mais apropriado para

a pessoa que está ouvindo. Essa abordagem linguística questiona, percebe, compreende e adota, além de se recusar a aceitar qualquer forma de preconceito, para validar as pessoas transgênero e travestis ao se referirem a elas com os pronomes correspondentes ao gênero com o qual se identificam. Isso pode possibilitar uma inclusão efetiva (Elias, 2021, p. 7).

Nesse sentido, como mencionado por Danielle na entrevista, é crucial adotar essa postura, pois ela reconhece a individualidade do ser humano. Quando o oposto ocorre, há diminuição e exclusão da outra pessoa, na tentativa de moldá-la a padrões impostos. Essa postura tende a afastar pessoas trans-travestigênero dos espaços sociais voltados para o cis-heteropatriarcado.

Considero extremamente desnecessário quando alguém vê uma aparência feminina e utiliza pronomes masculinos para se referir à pessoa. Uma vez fui ao mercado e mesmo a operadora de caixa me vendo vestida como mulher, ela utilizou pronomes masculinos para se referir a mim. Eu prontamente lhe informei que poderia processá-la e ainda disse: “Você está ciente disso, não é? Você não está vendo aqui a figura masculina, está?”. Nesse momento, a gerente interveio e pediu desculpas pelo ocorrido. Eu então mencionei: “Por que vocês não promovem uma capacitação sobre esse tema? Orientem seus funcionários sobre como tratar uma mulher trans, pois, o que está presente aqui é uma mulher. Vocês estão vendo uma mulher, não uma figura masculina.” E o pior de tudo foi que a operadora de caixa não se desculpou, quem o fez foi a gerente. “Desculpe, eu sei que ela errou, peço desculpas a você.” Então, eu disse: “amiga, tudo bem, mas marque uma reunião e oriente toda a equipe, entendeu? Porque se uma mulher entrou aqui vestida como mulher, ela é uma mulher. Você não me vê aqui como homem”. Então, ela disse: “mais uma vez, peço desculpas a você”. Eu disse: “não, está bem, só estou lhe dando uma orientação. Porque isso mancha a imagem do estabelecimento. Já imaginou se eu processar?”. (Danielle Caldas, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

A exposição feita por Danielle revela a falta de empatia da humanidade, que mostra pouco interesse pelo outro e só se preocupa consigo mesma e com as convenções sociais em que a sociedade está inserida. Essa resistência em enxergar o outro como ele é e tratar essa pessoa de acordo com a sua identidade demonstra o desejo da sociedade de reproduzir e preservar um modelo de segregação. No entanto, utilizar o pronome correto não apenas demonstra o respeito que essas pessoas merecem, como também valida a sua existência. Oliveira (2023) aborda esse tema e reforça a importância de validar as pessoas e tratá-las de acordo com as suas identidades. Ações como essas permitem que as pessoas se sintam pertencentes e sejam verdadeiramente incluídas na sociedade, o que possibilita um ambiente mais diverso e plural.

A sociedade está em constante evolução, e parte dessa evolução inclui a compreensão e respeito pelas diversas identidades de gênero. Respeitar os pronomes corretos para pessoas trans é uma demonstração de empatia, inclusão e dignidade. Ao utilizarmos os pronomes adequados, reconhecemos a identidade de cada indivíduo, validamos sua experiência pessoal e desafiamos normas sociais de gênero, criando um ambiente mais acolhedor, onde as

pessoas transgênero se sentem respeitadas e valorizadas por quem são, promovendo a igualdade e a diversidade. (Oliveira, 2023, p. 23)

O emprego do pronome adequado viabiliza à sociedade a oportunidade de se unir e reconhecer no próximo a sua presença e relevância no mundo. Com esse intuito, a utilização de indicadores do gênero masculino, feminino ou neutro possui a capacidade de abraçar e fomentar espaços igualitários.

No que diz respeito à linguagem neutra, é comum adicionar palavras variáveis que destacam marcas de gênero, como a letra “x”, o “@” ou a letra “e”. Dessa forma, em geral, substituem as terminações nominais marcadas pelas letras “a” ou “o” que indicam a dualidade sexual masculina e feminina presente na humanidade. O uso dessa linguagem visa englobar indivíduos que não se encaixam nessa dualidade, especialmente aqueles que não se identificam como homem ou mulher e transitam entre gêneros de maneira fluída ou não se identificam com nenhum deles, como pessoas que se identificam como *queer* ou não binárias. Portanto, por exemplo, na palavra menino/menina, utiliza-se o termo “menine” para incorporar essas pessoas que não se veem nem se reconhecem como do sexo masculino ou feminino.

Nessa situação, de acordo com Neto e Infante (1998, p. 66), desinências são morfemas que se adicionam ao final das palavras variáveis com o objetivo de expressar suas flexões e podem ser nominais ou verbais. As desinências nominais, que correspondem às palavras que sofrem alterações, indicam gênero (masculino ou feminino) e número (singular ou plural) dos substantivos, adjetivos e alguns pronomes. Nesse sentido, para indicar um gênero neutro, é mais frequente utilizar a letra “e” como desinência nominal de gênero, a fim de abranger todas as pessoas incluídas nesse universo plural e diversificado, em vez de “x” e “@”.

Além disso, quando se reflete sobre a linguagem e a cultura LGBTQIA+, a inclusão linguística transcende a simples utilização dos pronomes com os quais o interlocutor se identifica, uma vez que essa inclusão considera também a cultura e a forma de expressão das pessoas travestis, em consideração ao surgimento do pajubá como uma variante linguística LGBTQIA+ reconhecida atualmente. Dessa forma, ao reconhecer e valorizar essas formas de linguagem e variantes nos diversos contextos sociais, incorpora-se e aprecia-se toda uma população que historicamente foi marginalizada, ao mesmo tempo que se enaltece uma cultura.

Devido à relevância das diferentes formas de linguagem, como o pajubá, o livro **A língua de Eulália**, de Marcos Bagno, expõe, em um dos diálogos entre as personagens,

a existência de um mito na tradição do ensino da língua portuguesa no Brasil, que há muito prejudica seriamente nossa educação, e esse mito é o da unidade linguística do Brasil. Nesse diálogo, a personagem afirma:

aquilo que a gente chama, por comodidade, de português não é um bloco compacto, sólido e firme, mas sim um conjunto de “coisas” aparentadas entre si, mas com algumas diferenças. Essas “coisas” são chamadas variedades. (Bagno, 2006, p. 19)

Por meio da conversa entre as personagens da obra de Bagno, é possível compreender que, no Brasil, não se pode afirmar que existe apenas uma língua. Isso se deve ao fato de que a língua portuguesa varia de acordo com o ambiente ou com cada grupo social. Muitas vezes, palavras utilizadas em uma região específica do país ou por um determinado grupo social não são facilmente compreendidas por outros. No entanto, nota-se que, conforme a região e o grupo social aos quais o falante pertence, aqueles que a ouvem costumam aceitar isso sem grande esforço. Eles perguntam o significado e, frequentemente, incorporam essas palavras em seus próprios contextos.

Nessa situação específica, ao reconhecer essa diversidade e a sua intersecção, é imperativo que todos os termos utilizados, independentemente da sua origem ou do seu autor, sejam incorporados e respeitados. O tratamento de uma pessoa de forma preconceituosa ou discriminatória pela forma como se expressa apenas reforça a falsa ideia de superioridade de quem pratica o ato. É possível ilustrar ainda melhor essa visão da analogia humana ao considerar, na obra citada, os diálogos apresentados por Bagno, nos quais encontramos conceitos que corroboram essa ideia constante:

[...] entre o português falado no Norte-Nordeste do Brasil e o falado no Centro-Sul [...] existem diferenças [...] sintáticas (no modo de organizar as frases, as orações e as partes que as compõem) [...]. Mas a coisa não para por aí. A língua também fica diferente quando é falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou por um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma não-alfabetizada, por uma pessoa de classe alta ou por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade e por um morador do campo e assim por diante. Temos então, ao lado das variedades geográficas, outros tipos de variedades: de gênero, socioeconômicas, etárias, de nível de instrução, urbanas, rurais etc. (Bagno, 2006, p. 20)

Nesse contexto, tendo em vista a cultura afro-brasileira e LGBTQIA+, a variante pajubá tem as suas raízes na língua iorubá, que é falada em países africanos, tais como a Nigéria, Benim, Togo e Serra Leoa. Embora o iorubá não seja oficialmente reconhecido por essas nações, é amplamente utilizado (Costa; Freitas, 2010, p. 01).

Além disso, tal como muitas línguas nativas nos territórios colonizados, as influências europeias, cristãs e islâmicas tiveram um impacto significativo, alteraram sua forma e relegaram-na à periferia dos países de origem ou até mesmo fora restringida por

meio de leis. É importante ressaltar que a noção social de que qualquer forma linguística não purista é incorreta levou alguns países e regiões a proibir o uso de idiomas diversos, em uma tentativa de preservar certas características culturais (Kroskrity, 2004, p. 499).

No Brasil, o idioma iorubá foi inicialmente utilizado por povos escravizados africanos e se disseminou ao longo do tempo nas religiões de matriz africana, cujos praticantes recorrem a essa língua durante seus rituais, uma vez que suas raízes estão ancoradas na ancestralidade. Entre as primeiras línguas faladas pelas pessoas escravizadas originárias da África no Brasil, o “Nagô ou iorubá foram adotados pelos negros no país como línguas gerais” (Mendonça, 2012, p. 63).

Nesse contexto, as religiões de matriz africana sempre demonstraram uma maior receptividade às pessoas marginalizadas na sociedade, como travestis e mulheres transexuais. Dessa maneira, a participação desse público no candomblé e na umbanda desempenhou um papel crucial na formação de uma variante baseada no iorubá. Essa variante inicialmente despertou interesse para despistar militares envolvidos na ditadura militar brasileira durante a década de 1960. De acordo com Andrade *et al.* (2018, p. 39):

uma das explicações para o parentesco do bajubá com algumas línguas africanas estaria na afinidade das travestis com o candomblé - religião de origem africana, muito receptiva a homossexuais - que teria sido, portanto, uma das fontes de vocabulário.

Ao falar sobre a utilização da variante no cotidiano delas, as entrevistadas explicaram que o pajubá é mais utilizado em ambientes em que as mulheres trans se encontram regularmente. Infelizmente, esses espaços costumam ser casas de acolhimento ou áreas de prostituição. Essa circunstância torna o uso da variante mais frequente e acessível apenas para aqueles que estão inseridos nesses ambientes.

Não se pode menosprezar uma variante linguística como essa, já que estamos falando de língua e língua é utilização. Estar em sala de aula não significa apenas utilizar padrões formais. No entanto, pessoalmente, sinto que utilizo mais essa variante fora do trabalho. Talvez seja por causa da minha própria personalidade e vivências. Precisamos conviver com essa variante para adotá-la. Como mencionei antes, minha transição é recente e tive pouquíssimas oportunidades de conviver cotidianamente com uma travesti, talvez nunca tenha tido essa experiência. Nunca precisei estar em áreas de prostituição para conviver com elas, o que de certa forma limitou minha compreensão dessa variação linguística. Informalmente, costumo usar expressões como "chocada", embora não saiba ao certo se faz parte dessa variante. Enfim, reconheço que estou um tanto afastada desse dialeto, embora o considere um fenômeno linguístico importante e que merece respeito. (Jade Brandão, entrevista pessoal concedida no dia 29 de junho de 2023 no Riacho Fundo, Distrito Federal)

Conforme afirmado pela professora Jade, o fato de ela ser uma pessoa trans não significa que possui habilidade de utilizar termos pajubescos e isso se deve

principalmente à falta de convivência diária com seus pares. No entanto, mesmo não mantendo contato frequente, ela percebeu, durante sua fala, que possui o hábito de usar essa variante ao lembrar que utiliza a palavra “chocada” em certas ocasiões, especialmente nas mais informais. Isso evidencia que ela utiliza termos do pajubá, embora não estivesse consciente disso anteriormente. Além disso, apesar de não possuir uma apropriação ampla e um vasto repertório linguístico em seu dia a dia, o que ela atribui à sua transição tardia e à distância de travestis e outras pessoas trans, ela ainda assim utiliza alguns termos dessa variante.

Dessa forma, reconhece-se a importância dessa variante, que é descrita como um fenômeno linguístico. A partir dessa afirmação, compreende-se que a falta de familiaridade com o pajubá pode limitar alguém. Daí surge a necessidade de se apropriar de algo que represente a própria cultura, que, segundo Kroskrity (2004, p. 509), foi empurrada para a periferia. Por conseguinte, a variante se tornou menos conhecida entre grupos que vivem em locais próximos ao centro urbano.

A utilização do pajubá por pessoas trans-travestis em ambientes voltados à prostituição deu origem a uma linguagem cheia de vida, que abrange palavras com conotações sexuais e desperta a imaginação. No entanto, muitos desses termos são comuns e podem facilmente ser incorporados ao cotidiano das pessoas. Diante disso, o caráter vibrante dessa forma de comunicação torna compreensível que ela se espalhe facilmente por diversos ambientes sociais.

Nessa perspectiva, quando a entrevistada utiliza o termo chocada, ela expressa sua cultura e dissemina sua existência entre indivíduos de diversos contextos sociais. Diante dessa situação, sua origem no idioma iorubá não a limitou, pelo contrário, o uso dessa variante em diferentes ambientes propiciou a inclusão de muitas outras palavras provenientes de línguas distintas do iorubá. Além disso, alguns desses termos modificaram o significado original ao serem incorporados ao pajubá. Um exemplo disso é a palavra odara, que foi adotada pelo pajubá para representar o órgão genital masculino de maior tamanho e também uma pessoa refinada e bela. Em contrapartida, no iorubá, esse termo possui um sentido completamente diferente, pois se refere a uma pessoa inteligente, animada e alegre (Andrade *et al.*, 2018, p. 44).

Entre as pessoas entrevistadas, Camila afirmou que o uso do pajubá se dissemina de maneira mais fácil entre indivíduos trans e travestis. De fato, os demais membros da comunidade LGBTQIA+ passaram a adotar essa variante somente quando começaram a estreitar sua amizade com pessoas trans.

Há uma quantidade considerável de pessoas homossexuais que convivem com pessoas trans. E essas pessoas homossexuais que convivem com pessoas trans, acabam adotando uma linguagem semelhante a das trans. Alguns membros da comunidade gay não estão familiarizados com esse dialeto específico, você entende? No entanto, aqueles que convivem com mulheres trans estão mais familiarizados com ele. Acredito que as pessoas trans se expressem mais nesse dialeto do que gays e lésbicas. Dentro dessa mesma comunidade, às vezes encontramos gays e lésbicas que não compreendem muito bem o dialeto, mas é raro que uma pessoa trans não o conheça, e os gays que convivem e passam a conviver com trans também acabam o aprendendo. Esse dialeto está mais voltado para as pessoas trans, sejamos francos. (Camila Carvalho, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

Dessa forma, fica evidente que a convivência entre mulheres trans e travestis em locais mais frequentados por elas torna o uso da variante mais eficiente. Um exemplo disso ocorreu com as egressas da escola, que, ao serem entrevistadas pela primeira vez e questionadas sobre a variante pajubá, inicialmente não sabiam do que se tratava, já que não possuíam um nome específico para designar o conjunto de palavras que utilizavam antes de essas descobrirem o termo exato. No entanto, quando elas souberam que se tratava da linguagem associada aos *gays*, elas imediatamente compreenderam o assunto em questão.

A partir desse momento, elas compilaram uma grande quantidade de palavras que utilizam no cotidiano e declararam que essas palavras se infiltraram em suas vidas de maneira natural, assim que começaram a frequentar mais lugares dedicados a pessoas que não se enquadram nos padrões tradicionais de gênero, especialmente travestis. Nesse sentido, percebe-se que o uso do pajubá é prevalente no universo trans-travesti, mas muitos não sabem como nomear essa variante, pois, por ser informal e difundido apenas fora do contexto escolar, as pessoas que o utilizam acabam dando diferentes nomes a esse grupo de palavras.

De acordo com Andrade *et al.* (2018, p. 37), durante questionamento realizado às pessoas que utilizavam tais termos, diversos nomes surgiram para se referir a essa variante, os quais, diferentemente do nome pajubá, foram adotados com base no contexto da comunidade LGBTQIA+. Dentre as diversas denominações citadas pelas pessoas entrevistadas por Andrade *et al.* (2018, p. 37), destacaram-se os termos bajubá, “linguagem gay”, “linguagem homossexual”, “linguagem própria”, “bixês” ou simplesmente “gíria”, assim como mencionado pelas participantes do estudo, egressas da escola, que foram entrevistadas para esta pesquisa. Além desses termos, durante a pesquisa realizada por Andrade *et al.* (2018, p. 37), alguns entrevistados preferiram não dar um nome específico, enquanto outros afirmaram que essa forma de comunicação é tanto engraçada quanto vulgar.

Dessa forma, a entrada da variante na vida da maioria das entrevistadas e do entrevistado aconteceu principalmente quando essas pessoas começaram a conviver com outras pessoas trans-travesti. Esse foi o caso de Emily, que afirmou que teve seu primeiro contato com a linguagem ao estabelecer amizade com outras travestis. Segundo ela, isso ocorreu inicialmente durante os intervalos e momentos de descontração, quando ela conversava com suas amigas na escola e enquanto se dirigia para casa após as aulas. Essa experiência, como mencionado, foi especialmente significativa quando ela começou a estreitar laços de amizade com travestis mais velhas do que ela.

Em minha trajetória, o pajubá surgiu de forma semelhante, também no ambiente escolar, digamos, quando adentrei na escola, na época da adolescência, na quinta série. Naquela ocasião, já havia construído amizades com travestis mais experientes do que eu, mesmo sendo ainda uma adolescente enquanto elas já haviam alcançado a fase adulta. Essas relações de amizade me proporcionaram, de certa forma, um aprendizado constante. Desse modo, acabou se tornando também uma forma de proteção dentro da escola, pois lá também estavam presentes aquelas que, digamos, escondiam sua verdadeira identidade, mas eu, ao contrário, sempre me mantive autêntica. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

Além do idioma iorubá, a variante pajubá adotou termos de outras línguas para a sua formação. Nesse sentido, ao longo da sua existência, durante e após a época da ditadura militar, a variante passou por constantes atualizações. Ela incorporou diversas palavras, como “*shippar*”, derivada do inglês “*relationship*”, que significa relacionamento.

Devido à importância das variantes linguísticas, como o pajubá, observa-se que, na tradição do ensino da língua portuguesa no Brasil, existe um mito que tem causado danos significativos à nossa educação, que é a crença na unidade linguística do país. O que normalmente chamamos, por conveniência, de português não é um bloco sólido e indivisível, mas, sim, um conjunto de elementos relacionados, porém com algumas diferenças. Esses elementos são conhecidos como variedades linguísticas (Bagno, 2006, p. 173).

Nesse contexto, pode-se compreender que no Brasil não se pode afirmar simplesmente a existência de uma única língua, uma vez que até mesmo o português, uma vez influenciado pelo ambiente e pelos diferentes grupos sociais, acaba por variar. Isso é exemplificado pelo pajubá, que foi incorporado ao português pelas travestis.

A professora Edu exemplifica essa utilização em ambientes em que predominam as travestis. Ela menciona que faz bastante uso dessa variante, porém isso ocorre de forma mais frequente quando está em contato com pessoas trans-travestigênero ou com

indivíduos *gays*, lésbicas ou bissexuais. De acordo com ela, a sensação de estar em um ambiente seguro e entre seus pares torna o espaço mais agradável, o que facilita a fluência dos termos pajubescos de forma natural.

No âmbito social, eu uso bastante, principalmente quando estou em ambientes nos quais me sinto representada. Assim, quando estou com outras mulheres trans, travestis, e também com homens gays, utilizamos essa linguagem como forma de identificação coletiva. Algumas pessoas, que são mais da minha época, compreendem melhor do que essa nova geração que entende apenas algumas coisas, mas estamos aqui para ajudar nessa questão. Falamos coisas como: “aquenda, neca, nena” e outras expressões como “alibã”, que significa policial, ou “papapum”, que é um termo para revólver. Enfim, existem muitas outras palavras e expressões que utilizamos. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal)

Na fala da Professora Edu, fica claro que o uso do pajubá entre pessoas LGBTQIA+ é essencial para a fluência no seu uso. Portanto, quando está em companhia de seus iguais, é natural que ela se permita expressar e usar sua identidade de forma mais plena. Como resultado, a língua portuguesa se entrelaça com as palavras provenientes dessa variante, enriquecendo, assim, a comunicação cotidiana nos diversos ambientes trans-travestis. A combinação do português com essa variante resulta em frases, textos e períodos muito mais cativantes.

Consequentemente, a prática linguística evidenciada por meio da fala da professora Edu foi de extrema importância para a incorporação do pajubá à língua portuguesa. Isso resultou em um uso constante da alternância de código linguístico pelos usuários desse dialeto, conhecido como *code-switching*. Esse tipo de discurso misto, conforme descrito por Romaine (2000, p. 57), exemplifica-se pela frase “eu comecei a *shippar* aquele casal”, que combina o português com o pajubá.

Romaine (2000, p. 57) ressalta que os grupos sociais que recorrem ao *code-switching* são frequentemente alvo de estigmatização em relação aos demais. Entretanto, é importante enfatizar que o uso dessa prática não ocorre de forma aleatória e, em sua maioria, possui uma função necessária dentro da comunidade de fala na qual esse formato de transmissão de código é adotado.

Adicionalmente, Pimenta, Melo e Martins (2018, p. 145) argumentam que há uma notável intolerância em relação às religiões de origem africana, com a justificativa de que essas religiões são, em sua maioria, lideradas por indivíduos negros, que também enfrentam outras formas de discriminação. No entanto, a religião, por sua natureza compreensiva e acolhedora, é a que mais inclui pessoas negras, brancas, LGBTQIA+ e heterossexuais. Segundo Martins (2018, p. 111),

desde o início da escravidão, africanos de distintas origens étnicas uniram-se para realizar cultos religiosos e rituais mágicos que dariam origem ao candomblé. [...] essa denominação origina-se do termo Kandombile (culto e oração). [...] Proibido pelas autoridades civis e religiosas, sua prática tornou-se oculta, provocando aumento no preconceito em relação a ele.

No que diz respeito à visão das religiões de matriz africana na sociedade, Leistner e Aguiar (2020, p.121) corroboram as observações de Martins (2018, p.111) ao afirmar que essas religiões são muitas vezes consideradas subalternas. Segundo os autores, essa percepção desfavorável é compartilhada por outras religiões, que as veem dessa forma devido ao contexto em que se encontram. Os autores explanam que:

[...] formas religiosas como a umbanda e as demais denominações afro-brasileiras adquiriram o status mais residual desse mesmo segmento popular, podendo ser concebidas como as formas religiosas mais periféricas e subalternas no que compreende a constituição do campo religioso brasileiro, configurando-se como último reduto e espaço simbólico de recepção do preconceito, da repressão e da intolerância religiosa na sociedade brasileira. [...] as religiões de matriz africana passaram a ser vítimas e alvo de todas (Leistner e Aguiar, 2020, p.121).

Em meio a essa realidade, indivíduos homossexuais e transexuais têm sido alvo de preconceito desde que religiões inspiradas na bíblia começaram a ganhar predominância global. Isso resultou no distanciamento e na rejeição por parte da sociedade em relação a tudo que é associado a esse grupo. Como resultado, essas pessoas, ao enfrentarem essa segregação, afastaram-se da sociedade de forma obrigatória.

Ainda é preciso evidenciar que o bajubá é uma linguagem com origem nos terreiros das religiões afro-brasileiras e a hegemonia cristã no Brasil tem impactado também essas religiões numa espécie de ‘batalha religiosa’, em que o que está em jogo são as mediações mágicas e o transe religioso, como também a quebradas noções entre sagrado e profano, masculino e feminino vivenciada nas religiões afro-brasileiras. (Araujo, 2020, p. 69)

Esses códigos verbais têm origem no iorubá, mas também têm influência de troncos linguísticos, outras línguas e variantes, como o banto, o tupi, o inglês, o francês e até mesmo o próprio português. No entanto, a conexão das travestis da década de 1960 com as religiões de matriz africana foi essencial para a criação dessa variante e para sua permanência na sociedade. Portanto, esse fato ressalta a importância do conceito de interseccionalidade, que, de acordo com Mello e Gonçalves (2010, p. 3), é “uma categoria analítica que permite a leitura do social a partir das múltiplas opressões que atravessam a existência singular de cada pessoa, em todos os contextos sociais”, ou seja, é um termo sociológico que se refere às interações e aos marcadores sociais dos grupos socialmente oprimidos, considerando as distintas experiências vivenciadas por essas pessoas.

Nesse cenário, ao ilustrar e contrastar as origens das palavras empregadas no pajubá, pode-se notar que sua origem lexical resultará em termos que evocam significados

muito semelhantes aos utilizados pelos usuários dessa variante. No entanto, nem todas podem ser traduzidas de maneira literal, uma vez que, apesar de possuírem uma conotação específica nessa variante, em seu contexto de origem, seu sentido poderá ser completamente distinto.

Um exemplo disso é a palavra “mona”, que tem diferentes significados em dois dialetos africanos. No pajubá, refere-se à palavra “mulher”, enquanto, no iorubá, é um termo que significa “desafio” ou “rebeldia” e é sempre colocado no final da frase. Por exemplo, a frase em iorubá “olú ú monáque” traduzida para o português significa “eu bati nele e o farei novamente”, remetendo à ideia de rebeldia. No tronco linguístico banto, também se utiliza o mesmo termo, mas o seu significado é mais próximo ao usado na variante anterior. Ao traduzirmos o termo banto para o português, encontramos a palavra “mocinha”, que é usada para se referir a crianças do sexo feminino (Andrade *et al.*, 2018, p. 44).

Vale evidenciar que o banto não é um grupo étnico, mas, sim, uma família linguística que, segundo Figueiredo (2019, p. 142), teve esse nome designado pelo alemão W. H. I. Bleek “para se referir a um enorme conjunto de idiomas inter-relacionados falados na maior parte da África subsaariana”. É importante ressaltar que a influência dos idiomas banto no Brasil e sua contribuição para o desenvolvimento da variante pajubá têm origem semelhante à do iorubá. Isso se deve ao fato de que o banto, assim como o iorubá, é amplamente empregado nas religiões de matriz africana, a partir da influência significativa sobre o vocabulário que se utiliza durante os rituais sagrados dessas religiões, que também são inclusivas com mulheres transgênero e travestis.

Apesar de muitas palavras adotadas pela variante linguística terem suas raízes em línguas africanas, como já foi explicado, algumas delas têm diferentes origens. Um exemplo disso é a palavra “picumã”, que tem suas origens em línguas tupi e significa tanto fuligem quanto cabelo crespo e frisado nesse tronco linguístico, enquanto, no pajubá, se refere a cabelo ou peruca (Andrade *et al.*, 2018, p. 44). Destaca-se que o tupi é um termo que se refere a um tronco linguístico que origina um conjunto de famílias linguísticas provenientes dos povos indígenas. Nessa perspectiva, o tupi, que engloba de dez a doze famílias linguísticas, por ser um tronco linguístico, “corresponde a uma classe genética mais ampla e com uma maior profundidade temporal” (Rodrigues, 2005, p. 35).

A origem tupi da palavra “picumã”, assim como outras utilizadas no pajubá, não podem ser explicadas com total precisão. Porém, com base no contexto em que as travestis viviam naquela época, é possível perceber que houve uma cuidadosa pesquisa

de vários termos que compõem essa variante. Sabe-se apenas que essa incorporação ocorreu devido à experiência nas religiões de matrizes africanas, o que explica os termos com essa origem. No entanto, ainda não se tem explicação plausível para a inclusão de termos indígenas no pajubá, como o já mencionado picumã (Andrade *et al.*, 2018, p. 44).

De acordo com Gnerre (1991, p. 8), os cidadãos são discriminados desde a base do próprio código em que a lei é escrita, mesmo que sejam declarados iguais perante a lei. Embora a experiência de cada indivíduo inclua a discriminação com base na maneira como falam, é essencial que o sistema ponha em prática a igualdade pregada, a fim de valorizar a diversidade linguística e cultural do indivíduo, para manter uma sociedade expressiva e dinâmica.

Diante dessa situação, ao tomar consciência dessa diversidade e de suas interconexões, é imprescindível que sejam incorporados e respeitados minimamente quaisquer termos utilizados, independentemente de sua origem e de quem os empregue, para que não se fortaleça a ideia de uma língua dominante e uma língua subalterna (Romaine, 2000, p. 54).

Segundo Lima (2017, p. 24), o pajubá possui o poder de não apenas ser um conjunto de palavras, mas também de ser uma forma de expressão que acaba por estabelecer gêneros diversos. Nesse contexto, notabiliza-se o conhecimento sobre a linguagem inclusiva e, conseqüentemente, sobre as variantes linguísticas nas escolas, a fim de agregar e dar voz aos adolescentes, familiares e professores trans e travestis.

### **3.2. A variante salva-vidas re(ex)sistindo**

Ei, Alice! Chega perto, quero te contar um babado...  
Encontro-me bi-confusa, pois sinto-me cacurucaia,  
Passei anos da minha vida em busca de parecer phyna  
Usava uma máscara zen-bundista  
E dispensava momentos com a minha uma thurman

É... mas o tempo se esvai  
E as aquendações perdem o sentido;  
Então, minha querida culé...  
Por vestígios de malassombro  
Perdi fragmentos de calorosos hypes

Com tantas abstenções, não descolei  
Na verdade, entrei em posição de pêra...  
Lamentavelmente, demorei para cair na real  
E percebi que, de fato, estava me tornando matusalém  
Enquanto buscava míseros putos para extravasar

Mediante as características de jamanta  
Outro dia deito-me, ao relento, em meu travesseiro de pluma de gansos  
E após dialogar com o meu reflexo no espelho  
Sobre as inquietações de minha doce alma envelhecida e disléxica  
Adormeço e sonho... com as oportunidades que se extraviaram.

(Alyne Araújo Franco, poema pessoal escrito na oficina de pajubá realizada  
em Valparaíso de Goiás no dia 14 de outubro de 2023).

O poema que abre esta seção ilustra a vida de um eu-lírico que, ao se perceber adulto, olha para trás e reconhece a quantidade de coisas que deixou escapar e deixou de experimentar devido às normas sociais e ao receio de ser verdadeiro consigo mesma. No texto, ele expressa remorso por ter evitado tantas oportunidades que poderia ter vivido. Essa situação o leva a refletir sobre as coisas que perdeu ao longo do tempo. No entanto, os versos deixam claro que ela é uma pessoa experiente e que, de alguma forma, conseguiu preservar sua vida e, embora reconheça ter perdido oportunidades irrecuperáveis, sua existência é validada pelo uso do pajubá, uma variante que ela utiliza para expressar seu completo descontentamento e admitir sua existência.

Isso demonstra que a experiência de vida dela, com uma linguagem peculiar, foi capaz de protegê-la e permitir que ela enfrentasse as crises típicas de alguém na meia-idade. No entanto, uma vez que não temos informações concretas sobre a história pessoal do eu-lírico, não podemos afirmar se essa crise revela um passado doloroso ou não. Nesse sentido, não cabe aqui fazer essa análise, mas apenas reconhecer que o uso do pajubá provavelmente contribuiu para sua individualidade.

Assim sendo, o poema se aproxima da experiência travesti durante o regime militar e suas constantes batalhas que marcaram o pajubá. Desse modo, essas mulheres, algumas sobreviventes, como Jovanna Baby, e tantas outras que faleceram devido ao preconceito e à opressão daquela sombria época vivida pela sociedade brasileira, repletas de recordações, veem o pajubá como uma linguagem secreta capaz de resgatá-las e

garantir sua sobrevivência nesse mundo. Nesse sentido, para contextualizar as experiências travesti desse período, é fundamental ressaltar, como mencionado na seção anterior, que o pajubá foi desenvolvido por travestis nas décadas de 1960 e 1980 como meio de trabalho e comunicação nos espaços em que estivessem presentes.

Nessa acepção, além de permitir a comunicação, a língua também teve um papel crucial na salvaguarda de vidas. Dada a dificuldade de compreensão da variante, travestis conseguiram trabalhar e encontrar sustento, escapando de policiais, autoridades políticas e admiradores do Regime Militar. Foi ao sobreviver nas ruas e atrair clientes, que essas pessoas desenvolveram o pajubá — uma variante linguística — como uma forma de despistar homens que perpetuamente causavam violência, prisões e assassinatos contra corpos travestis e transexuais por serem como são. Mesmo nos dias atuais, essas pessoas são obrigadas a se submeter a essa situação para garantir sua subsistência. De acordo com Lima (2017, p. 58), essa afirmação é confirmada quando ele menciona que as travestis passaram a adotar essa língua durante o período da ditadura como uma estratégia para contornar a repressão policial e evitar serem identificadas quando estivessem próximas de pessoas indesejáveis.

Nesse contexto, as pessoas travestis desenvolveram o pajubá com o intuito de se comunicarem através de um código que apenas elas conseguissem entender, para manterem o diálogo durante suas abordagens nas ruas em busca de possíveis clientes para serviços sexuais, sem correrem o risco de sofrerem violência física, serem presas ou até mesmo mortas. Essa linguagem secreta das pessoas travestis as protegia principalmente quando não eram compreendidas ao utilizar essa variante linguística, isso permitia que pudessem se expressar sem preocupações. A eficácia do pajubá foi alcançada por meio da combinação do iorubá com um português informal. Essa atitude proporcionou uma linguagem incompreensível, o que lhes permitiu falar sem serem rejeitadas por isso (Silva, 2022, p. 2). De acordo com essa perspectiva, Araujo (2018, p. 53) relata que, na introdução do livro **Diálogo de Bonecas**, um dos primeiros dicionários do dialeto pajubá desenvolvido no Brasil, a autora Jovanna Cardoso da Silva deixa evidente que a utilização dessa linguagem teve como objetivo proteger o grupo diante das dificuldades enfrentadas em decorrência do contexto histórico. Emily reforçou, em uma entrevista, essa característica da variante, que foi fundamental para que as travestis sobrevivessem às situações de intenso preconceito desde o início do período ditatorial no Brasil, como mencionado anteriormente.

Eu utilizava o pajubá também como forma de me proteger, até mesmo na escola, pois era uma língua que me ajudou muito a me expressar no meio da sociedade como uma defesa. Às vezes, me tirava de determinadas situações de violência. “Mana, acuenta, mana, debanda, vamos embora”. Entendeu? Tipo assim, quando você percebe que vai acontecer uma briga, você diz: “mana, mana, debanda, debanda, debanda”. Então, ela ajudava muitas pessoas naquela época. Hoje em dia, nem tanto, porque muitas pessoas já conhecem. Antes, era uma língua secreta, mas atualmente já não é mais. Infelizmente, estão ensinando-a até para os héteros. Então, ela é mais uma forma de defesa. Eu utilizava essa língua como uma forma de me comunicar com os outros. Na sala de aula, em festas, no dia a dia. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

Emily ilustrou exatamente o aspecto da variante que foi criada e continua com o objetivo de proteger as pessoas trans e travestis em situações embaraçosas e complexas. Assim, é importante destacar o contexto histórico que impulsionou a criação do pajubá. Esse período, conhecido como ditadura militar, pode ser classificado como um dos mais obscuros na história do Brasil e ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980. Durante essa época, o país foi dominado por uma intensa tentativa da burguesia de assumir o poder político para favorecer seus próprios interesses. Para fortalecer suas preferências, essa camada social aliou-se aos interesses de outros grupos sociais privilegiados, utilizando-os como massa de manobra para alcançar o golpe de Estado desejado.

Desse modo, os interesses predominantes foram os da população masculina, heterossexual, europeia, norte-americana e cristã, que são valorizados em detrimento dos demais grupos sociais. Por conseguinte, tanto as travestis como a população feminina, negra e LGBTQIA+ foram alvo dessas alianças responsáveis pelo maior declínio da democracia brasileira.

Esse processo teve um papel crucial na ocorrência de um dos maiores retrocessos em termos de políticas sociais. Dessa forma, as classes populares perderam os avanços alcançados, pois não contavam mais com o apoio de figuras influentes, como Paulo Freire, Anísio Teixeira e outros intelectuais. Isso gerou uma paralisação e um retrocesso no país que perdurou por vinte anos.

Essas atitudes proporcionaram uma repressão à comunidade trans-travesti naquela época, que, assim como nos dias de hoje, eram percebidas como indivíduos anormais e excluídos da sociedade. No entanto, devido à falta de direitos, essa população não tinha voz. Consequentemente, travestis e outras pessoas LGBTQIA+ foram severamente perseguidas e aniquiladas.

Além disso, devido à falta de estudos aprofundados sobre a repressão policial contra pessoas travestis durante o período da ditadura, é impossível medir a quantidade de vidas perdidas nesse período. Entre 1964 e 1985, a travestilidade e outras identidades

que se enquadram na ampla esfera da transgeneridade eram compreendidas apenas sob a perspectiva da homossexualidade (Tavares, 2018, p. 30).

Nesse sentido, com base no contexto geral da época, as travestis eram classificadas como homossexuais, enquanto sua identidade de gênero passava despercebida. Isso implica que, apesar de elas serem mulheres e não ocuparem espaços tradicionalmente masculinos, sua identidade biológica determinava como eram percebidas. Conforme Oliveira (2010, p. 20), foi apenas por volta de 1979 que o conceito de identidade de gênero, no contexto de transgeneridade, começou a ser discutido na academia. A partir desse momento, essa temática foi gradualmente sendo difundida tanto no meio acadêmico quanto, aos poucos, na sociedade, ganhando maior visibilidade apenas nos últimos anos da década de 2000.

Devido a isso, uma vez que o termo ainda não era amplamente reconhecido nem pela academia nem pela sociedade da época, as pessoas transgênero não recebiam o devido reconhecimento, sendo, em vez disso, consideradas cisgênero. Isso sugere que a sociedade ainda não pressupunha a identidade de gênero delas, apenas sua orientação sexual, independentemente se sua atração fosse por homens ou mulheres. Mesmo com sua vestimenta, expressões e comportamentos, que claramente evidenciavam sua feminilidade, eram ainda vistas pelos militares e pela população da época de forma distinta do que realmente eram.

A visão sexista, transfóbica e conservadora fez com que as ações policiais se tornassem ainda mais covardes do que antes. Isso levou as travestis a se unirem e formarem comunidades para estudar estratégias que lhes permitissem sobreviver e se sustentar. Naquela época, essa população não tinha outra opção além da prostituição para viver e ganhar dinheiro. Os serviços sexuais eram a única maneira dessas pessoas obterem dinheiro e alimento, já que não tinham permissão para ocupar outros espaços além dos marginalizados.

Silva (2021, p. 18) relata que as travestis daquela época não tinham permissão para circular livremente pelas ruas, principalmente durante o dia, sem ser alvo de zombarias. À noite, elas sofriam constantes batidas policiais, além de serem alvo de violentas diligências. Silva (2021) conta que, em 1979, chegou a ser detida simplesmente por querer ir ao cinema da cidade onde morava.

Embora, eu estivesse cerceada de meu direito de ir e vir, por ser amante de filmes, em fevereiro de 1979, decidi ir ao Cinema Santa Cecília, localizada no Parque Moscoso, uma área de concentração de prostitutas no centro de Vitória. Ainda na fila do cinema fui detida pela polícia capixaba simplesmente pelo

fato de ser travesti. Minha presença naquele espaço era uma afronta aos “bons costumes”. Ser travesti era sinônimo de vadiagem, não por acaso erámos enquadradas no artigo 59 da Lei 3.688 de 1941, popularmente conhecida como “Lei da Vadiagem”. (Silva, 2021, p. 18)

Nesse contexto, por meio da publicação do Decreto-lei n.º 3.688/1941, os militares visavam afastar de maneira violenta as travestis dos ambientes sociais. Conforme as especificações do documento, aqueles que, mesmo com condições físicas, optassem por viver ociosamente, ainda que sem meios de subsistência, poderiam ser punidos com prisão de quinze dias a três meses. Além disso, também seriam passíveis de punição aqueles que conseguissem se sustentar por meio de atividades ilícitas (Brasil, 1941).

Diante dessa situação, as travestis eram constantemente julgadas com base em sua aparência e na atividade que exerciam. Consequentemente, ao viverem nas ruas, enfrentavam retaliações e maus-tratos incessantes. Além disso, eram capturadas pelos militares à força e detidas.

Essas ações reforçavam o estereótipo comum da época, que chamava as travestis de bonecas. Esse apelido era reforçado quando homens, inclusive militares, se sentiam atraídos por elas e as utilizavam, mas depois as tratavam com violência, machucavam-nas e até mesmo as levavam à prisão. Nessa perspectiva, de acordo com Ferrareze (2015, p. 15), o termo “boneca” era utilizado para descrever o ato de usar e depois descartar as travestis, quando os homens se entediavam com elas.

Ferrareze (2015, p. 15) apresenta três significados para o termo “boneca”, que, segundo ele, fazem referência à identidade trans e à maneira como a sociedade as enxerga. O primeiro significado, segundo o autor, é o utilizado pelos dicionários, que descrevem boneca como um brinquedo com formato e expressão baseados em corpos femininos, independentemente se esses corpos são considerados como padrão ou não. Sendo assim, o autor esclarece que, de acordo com a percepção geral das travestis, elas são comparadas a bonecas porque, para elas:

II - Ligando o segundo sentido ao primeiro, as mesmas expressam que, por serem vistas como bonecas e, sendo estas, na visão das pessoas, um brinquedo, tanto travestis como transexuais, para alguns homens, são vistas e tidas como descartáveis, ou seja, usam, “brincam” e quando enjoados, as descartam ou as dispensam; III – Ainda há aquelas que defendem o lado negativo do ser boneca, ligando os dois primeiros sentidos a este. Uma boneca – o brinquedo de diversas crianças – nada mais é do que um pedaço de plástico com roupas e formas, maquiagem e adereços femininos ou em formato de pano, também com adereços e formas femininas e com cabeça de plástico, porém, ambas as formas de bonecas não possuem coração, sentimentos e reações. Podemos brincar com uma boneca, cortar seus cabelos, bater, chutar ou pisar, mas estas nada sentiriam, pois não expressam vida. Sendo assim, tais pessoas, ao serem

denominadas como bonecas, dizem que, os homens que se relacionam com as mesmas, as tratam dessa forma, como um objeto que não possui sentimento ou coração, logo, sendo descartáveis. No entanto, as travestis e transexuais pretendem ficar com o segundo sentido da palavra boneca apresentada no dicionário, o sentido que as traz vida e força para continuarem sendo o que são, moças atraentes e bonitas. (Ferrareze, 2015, p. 15)

Nesse sentido, as travestis que sobreviveram à ditadura militar se uniram e encontraram argumentos para se sentirem valorizadas, mesmo quando são vistas pela sociedade como brinquedos descartáveis. Assim, surgem estratégias para se livrarem de incômodos e protegerem-se. Foi nesse contexto que se criou o pajubá, chamado por Jovanna Baby de “Diálogo das Bonecas” em seu dicionário pajubesco (Silva, 2021, p. 35). Essa linguagem e outras formas de defesa, como o uso de giletes na boca para afugentar militares, foram fundamentais para que as travestis pudessem permanecer nas ruas sem serem atacadas. O primeiro método permitia a comunicação sem chamar a atenção, enquanto o segundo, bastante drástico, era utilizado apenas em último caso para afastar policiais que tentassem prendê-las.

Devido ao receio de contrair o vírus HIV, os policiais optavam por se afastar, já que esse vírus foi erroneamente associado à doença *gay* nas décadas de 1970 e 1980. Essa atitude era motivada pelo preconceito enraizado e pelo medo de serem contaminados.

Em paralelo, o pajubá surgiu como uma forma afiada de resistência que mantinha os militares distantes. Por esse motivo, essa variante linguística é considerada uma forma de enfrentamento e foi fundamental para a sobrevivência de muitas pessoas. Emily recordou o caminho percorrido pela linguagem desde a sua criação e o significado que ela tinha para as travestis durante o período militar.

No entanto, apenas a título de ilustração, antigamente era mais complicado familiarizar-se com essas línguas. Desse jeito, para você aprender o pajubá, era necessário ter uma conexão profunda com as travestis antigas. Elas usavam o pajubá como uma forma de comunicação que elas mesmas criaram, durante a ditadura, como resposta à violência policial daquela época. Era uma maneira delas se comunicarem e se protegerem de certas situações. Eu também me lembro de várias vezes, na minha época, quando ainda havia um pouco de repressão nas ruas. Cheguei a enfrentar momentos em que a polícia nos perseguia. O método que usávamos para escapar era falando em pajubá. “Acuenda o alibã. Revoa, revoa, levanta. O alibã, alibã.” Assim, quando ouvia essa expressão, sabia que a utilizávamos porque a polícia desconhecia o nosso pajubá. Dessa forma, utilizávamos bastante isso para escapar de certas situações. Foi uma jornada difícil para eu aprender o pajubá. Foi necessário ganhar a confiança das travestis mais antigas, pois foi delas que o pajubá surgiu. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

De acordo com Araujo (2020, p. 151), conforme o relato de Emily, o pajubá possui a potência das ruas, sua essência emerge das batalhas diárias que as travestis precisavam enfrentar para sobreviver e, por essa razão, a comparação da linguagem a uma navalha

que afasta o opressor faz sentido, porque, assim como a arma física, isso as protege e as resguarda.

Durante a entrevista, Camila corroborou o caráter protetor e secreto do pajubá ao afirmar que tem o costume de utilizá-lo em espaços públicos para que as pessoas ao redor não compreendam o conteúdo da conversa. Além disso, ela ressaltou que a linguagem é adquirida por meio da convivência com pessoas que já a dominam. Geralmente, essas pessoas, conhecidas por ela como “bichas velhas”, são travestis ou membros da comunidade LGBTQIA+ mais experientes e que já têm uma sólida familiaridade com o uso da variante.

É sobre convivência. Quando você se familiariza com as “bichas velhas”, começa a observar e, assim, inicia as conversas. Com o tempo, você se vê numa situação em que não consegue parar de falar sobre o assunto. Você está no meio da rua e precisa conversar no dialeto. Às vezes, você quer compartilhar algo que aconteceu no ônibus, um segredo ou qualquer coisa do tipo, então você vai aprendendo aos poucos. É como alguém que vai para outro país sem saber o idioma e, ao voltar, aprende a falar tudo. (Camila Carvalho, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

Seguindo as palavras de Camila, a linguagem foi planejada e desenvolvida nas ruas com a finalidade exclusiva de manter a comunicação. Isso resultou na criação de termos que expressavam a luta contra a polícia, agentes conhecidos no pajubá como “alibãs”.

De acordo com Araújo (2020, p. 141), a falta de uma “sistematização da escrita” da variante é consequência de as travestis terem sido excluídas dos espaços educacionais formais. Como resultado, elas tiveram de criar termos sem uma estrutura ortográfica e gramatical inicial. No entanto, isso não foi capaz de prejudicar a fluidez da variante, que, por sua natureza combativa, aproxima a linguagem de todas as classes. Assim, a linguagem, como afirmou Araújo (2020, p. 141), possui fortes características de gênero e classe.

Além disso, o pajubá era confirmado como uma maneira de afastar os policiais, já que o uso da variante durante a conversa das travestis era considerado como um equívoco na língua portuguesa. Isso, por não violar a lei, não incentivava os alibãs a atacarem, principalmente porque eles não compreendiam a linguagem e, devido à falta de compreensão, não se sentiam impulsionados a empregarem a força.

Na perspectiva dos policiais, o uso do bajubá seria uma contravenção. “Falar errado”, em princípio, não seria motivação para ação policial. O erro parece estar em outro lugar: ao usarem o dialeto, as travestis interrompiam o circuito discursivo, deslocavam os policiais para o lugar do não saber e, nessa relação, deslocava-se também o poder que só seria “devolvido” ao legítimo mediante o

uso da força. O segredo contido em não permitir saber parece manter o potencial de reinvenção do pajubá. (Araujo, 2020, p. 144)

Dessa maneira, o uso da língua e a contínua evolução de seus termos permitiram que elas se protegessem. Nesse dias atuais, o pajubá, devido à sua ampla divulgação e adoção no contexto LGBTQIA+, mantém a capacidade de preservar vidas, pois, mesmo sendo amplamente conhecido, ainda possui poder significativo.

Danielle ressaltou o quanto o pajubá continua sendo útil e ajuda travestis e mulheres trans. Segundo ela, essa variante foi amplamente utilizada quando ela fornecia serviços sexuais e, na companhia de outras amigas, elas se comunicavam com o objetivo de evitar que os clientes entendessem o que falavam. Isso servia para alertar as outras para ficarem atentas quando uma delas saía com alguém suspeito e avisar para onde estavam indo. Além disso, também servia como forma de diversão e comunicação livre, sem o medo de serem incomodadas ou repreendidas por isso.

Quando costumava “fazer a puta” no Setor Comercial Sul, utilizava essa linguagem para evitar que alguém percebesse o que dizíamos. Utilizávamos essa forma de expressão com frequência. Foi assim que gradualmente se tornou comum. E agora, sempre que estamos em um ambiente onde nos sentimos à vontade para conversar, utilizamos essa linguagem. Por exemplo, suponha que saímos juntos e queremos dizer algo em particular; eu lhe contaria em pajubá e explicaria o significado. (Danielle Caldas, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

A partir da fala de Danielle, nota-se que a variante continua viva e, além disso, ela não para de se reinventar, visto que diariamente novas palavras são adicionadas à língua. Isso confirma sua natureza secreta e a necessidade de seu uso para preservar e manter a vivacidade, a subsistência e a identidade trans-travesti. Durante a entrevista, Camila confirmou essa dinamicidade do pajubá. Segundo ela, a variante “possui muitas palavras, é praticamente um dicionário”. Para ela, “novas palavras sempre surgirão”.

Essa constante reinvenção explica por que uma única palavra em português é traduzida em uma quantidade significativa de termos em pajubá que expressam a mesma coisa. Um exemplo disso é o termo “homem homossexual”, que pode ser definido em pajubá, como o atual “yag”, ou seja, os termos são intercambiáveis e podem ser substituídos no pajubá pelas seguintes palavras:

gay, baitola, bambi, bee, beesha, bi, biba, bicha, bill, biltra, bilu, boiola, cheine, culeiro, entendido, fonóque, frango, fresco, fruta, frutinha, gersina, goiaba, greta, homiceta, homigina, laleska, lhushca, mancha, mona, mônica, paneleiro, peixe, poc-poc, potira, puto, quaquá, qualira, tata, viado, xinbungo. (Vip e Libi, 2006, p. 65)

A profusão de termos usados para descrever um homem homossexual exemplifica a natureza fluida do pajubá e a sua necessidade de se aproximar do oculto e do secreto.

Essa maneira notável de expressar uma palavra também é influenciada pelo contexto em que o lexema é utilizado, pois o pajubá pode ser usado para ridicularizar a sociedade transfóbica e fazê-la se tornar ouvinte. O uso de palavras pajubescas frequentemente acrescenta um tom zombeteiro, com o objetivo de incomodar o cis-heteropatriarcado, que há muito tempo humilha e silencia as pessoas trans-travestigênero brasileiras.

Dessa forma, quando alguém tenta difamar uma travesti, utilizando termos como “bicha”, mas, ao invés de se ofender, essa pessoa abraça esses termos como parte de sua identidade, como “mona” e “amapô”, ela transforma essas palavras, que são amplamente conhecidas como formas de diminuir aqueles que não se enquadram nos padrões de gênero tradicionais. A partir dessa ação, é a própria sociedade machista que vira alvo de ridicularização, uma vez que utilizava essas palavras para zombar, mas, com a apropriação e a criação do pajubá, ela se torna o sujeito de escárnio.

Perante essa afirmação, o pajubá passa a ser motivo de protesto, uma ferramenta política capaz de tornar um grupo inteiro conhecido socialmente e um contraponto significativo a essa massa social machista, puritana e raivosa.

O poema de Dayse Bernardo, também criado durante a oficina de linguagem e escrita pajubescas, reflete exatamente esse tom humorístico, revelador e capaz de ridicularizar o narcisismo cis-heteropatriarcal.

No mundo de Alice

Toda bi é feliz...

Plena... Será?

Presente!

Em todos os lugares,

De todas as formas,

Por todas as cores...

Cercada pelas Anas Claudias,

Bofes, machorras

Barbies e Wonder womens da vida...

Ah, que importa!

Todos os dias

Monas e moçonas

Saem do ilê,

Trabalhadas no picumã,  
Prontas a se jogar  
No sofá da Hebe,  
Abalando geral,  
Dispostas a azarar...  
E o aqué e a biritá à vontade... Sempre!  
... Toda Débora Kerr!

Mas se uma alma sebosa solta seu veneno...  
Ah! O adé desce do borel e canta pra subir...  
Afinal, amanhã é outro dia e seu lado  
Zen-bundista, sempre, em alta...

(Dayse Bernardo, poema pessoal escrito na oficina de pajubá realizada  
em Valparaíso de Goiás no dia 14 de outubro de 2023)

O poema revela exatamente essa força que apenas a linguagem pode proporcionar. Nessa ideia, o pajubá é indispensável e eficaz na constituição da comunidade trans e travesti. Portanto, essa variante se torna crucial para a preservação da identidade trans. Nessa situação, é primordial que toda a comunidade utilize essa variante, a fim de se apropriar e preservar a memória daquelas que vieram antes de nós e abriram caminhos para que estivéssemos aqui, permitindo que todas as mulheres e homens trans, as travestis, os homens *gays*, as mulheres lésbicas, os homens e mulheres bissexuais, as pessoas não binárias, intersexo, assexuais, poliamorosas e pansexuais pudessem ser elas mesmas.

### **3.3. Processos pajubescos: escalada da variante em espaços impenetráveis**

Cansei de ser Alice  
Agora vou abalar geral!  
Deixar de dar moral pra alma sebosa,  
E permitir que o bofe do milênio me encontre.  
Um bofe escândalo mesmo,  
Daqueles que mesmo biritado,  
Não deixa rolar o climão,  
Embora eu deteste pudim.

Chega de comer mosca,  
De dar ouvidos a qualquer culé, cheia de culete.  
Ebó mal despachado que só quer dar a elza, dar o truque e um fight no meu bofe.  
Já vou avisando,  
Quer dar um ninja?  
Dou um voador, de leve  
Ou posso descer o barraco,  
Dependendo do climão.  
Chega de ser meiga,  
Vou alí na descolândia, descolar meu descolado.  
Sem esquecer o porta-jóia, claro.  
Vou de angélica, fui!

(Ângela Moreira., poema pessoal escrito na oficina de pajubá realizada em Valparaíso de Goiás no dia 14 de outubro de 2023)

O poema selecionado para começar esta seção traz um eu-lírico que se sentia delirante, mas optou por mudar sua postura. Ele costumava dar muita importância às opiniões alheias e viver de acordo com elas, mas, após perder tantas oportunidades, decidiu agir de forma diferente e escutar a si mesmo. Os termos pajubescos utilizados no poema agregam um charme ao texto, que, apesar de mostrar uma pessoa enfática, torna a leitura proveitosa e divertida.

A característica frutiva do pajubá é provavelmente um dos elementos que levou a variante a espaços com pouca ou nenhuma afinidade com o público trans-travesti. O pajubá, como já mencionado, foi criado como uma forma de segurança e alerta nas ruas, a fim de evitar violência policial e social. Portanto, a linguagem tem um caráter secreto que, ainda assim, ao longo do tempo, devido ao seu uso constante, acabou incorporada à fala cotidiana de diversos tipos de pessoas. Atualmente, é possível observar a inserção dessa linguagem em ambientes diferentes daqueles que originaram a variante, inclusive em locais predominantemente heterossexuais, embora seu uso abundante seja perceptível principalmente em locais simpáticos às pessoas LGBTQIA+. Camila destacou isso durante sua entrevista.

Minha amiga Ketlen, que mora na Cidade Ocidental, é cabeleireira e, assim como sua família, ela me aceita e abraça a comunidade LGBT. Na casa dela, se você estiver conversando usando esse dialeto, todos irão entender, pois a irmã e o irmão dela também estão familiarizados com ele. Eles não falam o

dialeto conosco especificamente, mas se estivermos conversando, a Ketlen vai entender, pois ela convive com essa linguagem diariamente. Porém, esse dialeto é mais conhecido quando se tem uma convivência com pessoas LGBT. Se alguém tiver contato apenas com pessoas heterossexuais cisgênero, é provável que não esteja familiarizada com o pajubá. No entanto, se essa pessoa estiver envolvida com a comunidade LGBT, incluindo gays, lésbicas e transgêneros, ela certamente entenderá o dialeto. (Camila Carvalho, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás)

A fala de Camila confirma a importância de conviver com pessoas trans para que o conhecimento pajubesco se expanda. Assim, em geral, essas pessoas são cis e heterossexuais, mas também são integrantes de outros grupos sociais oprimidos. Nesse contexto, a variante une os movimentos negro e LGBTQIA+, ao preservar termos de origem africana, especialmente dos terreiros, que foram os únicos espaços que acolheram parte das pessoas pertencentes a grupos sociais oprimidos, como as travestis.

De acordo com Kroskirty (2004, p. 499), a linguagem e as línguas que não seguem uma forma purista e diferem do considerado formal tendem a ser restringidas às regiões periféricas. Isso se justifica pela origem e sobrevivência do pajubá nos guetos e nas vielas brasileiras. Além disso, devido à sua origem iorubá, uma língua não oficial brasileira proveniente de países africanos, essa variante foi ainda mais discriminada, uma vez que se entende o Brasil como um país racista.

Essa explicação aborda o conceito de preconceito linguístico, conforme Bagno (2013, p. 56) menciona. Ele argumenta que, muitas vezes, as pessoas têm a tendência de acreditar que a língua portuguesa não pode adotar formatos divergentes dos que estão claramente definidos na gramática e nos dicionários.

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe *uma única língua portuguesa digna deste nome* e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, pela ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”. (Bagno, 2013, p. 56)

Sob essa ótica, muitos consideram o pajubá um equívoco e, por isso, dificilmente utilizar-se-á dele em contextos formais, como em universidades, escolas e discursos políticos. No entanto, sua natureza despreocupada é essencial para que ele se difunda em ambientes opostos à sua origem.

De acordo com Lima (2017, p. 66), o pajubá foi disseminado entre os membros da comunidade LGBTQIA+ desde o seu surgimento. Isso ocorreu principalmente nos guetos, lugares frequentados para encontros sexuais e pontos de prostituição. Foi nessas

regiões que homens homossexuais, à procura de relações sexuais, tiveram contato com essa variante da linguagem e também por meio do convívio com as travestis.

E é por esse motivo que os locais em que o pajubá mais aparece, e onde mais se renova, é exatamente nos guetos, nos lugares de aquecimento, naqueles locais de resistência sexual e cultural, muitas das vezes a única forma de existência disponível, viável, para sujeitos que não podem vivenciar suas sexualidades e seus gêneros no ambiente doméstico. Agora, os locais de aquecimento, serão lugares privilegiados e pródigos no que diz respeito à proliferação do pajubá. A irrupção do pajubá e seu uso corrente estão vinculados à vida no gueto, seja em boates, clubes, saunas, seja em lugares de “pegação” públicos, como parques e praças. É por meio do pajubá que as beeshas indicam seu interesse pelos bofes e é também por ele que “dão o coiô” ou xoxam as concorrentes (Lima, 2017, p.67).

Essa relação entre a variante e o público cisgênero homossexual marcou o início de toda a expansão pajubesca e o fim de sua natureza secreta. Ao compartilhar a linguagem com pessoas cisgênero homossexuais, elas se reconheceram na variante e, juntamente com as travestis da época, tornaram-na sua identidade. A inclusão desses termos na vivência LGBTQIA+ foi crucial para que até mesmo pessoas cis-heterossexuais passassem a incorporar a variante em seus vocabulários. Aliás, durante a entrevista, Camila enfatizou que algumas de suas amigas cisgênero conheceram palavras em pajubá e agora preferem ser referidas por esses termos, pois acham sua sonoridade elegante.

Uma conhecida minha, que se identifica como cisgênero, expressou sua opinião, achando interessante que chamemos as mulheres de “amapô”. Ela disse: “Amapô é uma maneira bonita de se referir às mulheres, concorda?”. Eu disse: “Sim, concordo plenamente”. Então ela acrescentou: “Na verdade, acho ainda melhor e mais bonito ser chamada de amapô. O nome soa até mais elegante”. Eu respondi: “Com certeza”. (Camila Carvalho, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Nesse contexto, em razão do círculo social de Camila e sua aproximação com indivíduos cisgênero, o pajubá obteve maior reconhecimento e deixou de se limitar aos círculos exclusivamente trans, infiltrando-se em espaços que até então não havia alcançado. Isso proporcionou à amiga de Camila compreender um sinônimo para a palavra mulher, que lhe trazia um sentido e sonoridade mais agradável.

Durante um longo período, o uso do pajubá pelos membros da comunidade LGBTQIA+ foi limitado aos espaços de encontros, conforme descrito por Lima (2017, p. 67). No entanto, essa restrição foi quebrada quando esse público começou a frequentar diferentes locais para expressar “suas sexualidades” (Lima, 2017, p. 67).

Além disso, muitas pessoas que usam essa variante não conhecem seu nome, mas é difícil encontrar alguém que, mesmo sem saber, não utilize essa linguagem no dia a dia. Da mesma forma, é natural que pessoas que não convivem frequentemente com travestis,

transexuais, LGBTQIA+ ou que não estão familiarizadas com ruas, boates, saunas e outros espaços de encontro não tenham um vasto conhecimento do pajubá; no entanto, é certo que, em momentos específicos, já tenham utilizado essa variante.

De acordo com o professor Kaleb, sua experiência em relação ao pajubá era limitada antes de mergulhar no convívio com pessoas trans. Ele reconhece que já utilizava algumas expressões presentes no pajubá, mas desconhecia sua origem e tinha um conhecimento restrito das palavras. Foi somente a partir da construção de amizades com membros da comunidade trans que seu conhecimento se ampliou de forma significativa.

Conheço bem o Pajubá, já usava algumas expressões do meio LGBT sem saber que se tratava de Pajubá, entende? Até que conheci uma amiga minha, talvez você também a conheça, a Amara Moira. Ela escreveu um livro, acho que é isso, não sou especialista na área, não sei ao certo, mas acredito que não seja um romance, não sei explicar, acho que é mais uma espécie de crônica, completamente escrita em Pajubá. O título do livro é “Neca”. Aprendi com ela, aos poucos, a usar essa linguagem com palavras mais elaboradas, sabe? Porque há muitas expressões em que você acha que entende, mas na verdade não. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023 em Brasília, Distrito Federal)

Assim, é evidente que a utilização do pajubá, conforme exposto pelo professor Kaleb, em alguns momentos, ocorre sem o entendimento do seu real significado, devido à interação com outras pessoas LGBTQIA+ e também à exposição diária à mídia, que frequentemente apresenta, nas redes sociais, nas plataformas e na televisão, indivíduos e personagens que utilizam termos específicos dessa comunidade, os quais gradualmente foram incorporados pela sociedade que consome esse tipo de conteúdo.

Desse modo, com a difusão do pajubá, a mídia passou a adotar a linguagem em certas situações com o objetivo de trazer diversão e conhecimento. Com o surgimento de canais no YouTube, uma plataforma de vídeos *online*, influenciadores e comediantes começaram a produzir vídeos e ensinar a variante. Alguns desses vídeos alcançaram uma audiência enorme e contribuíram para sua popularização. Em uma das declarações da Emily em sua entrevista, ela destaca especificamente que a popularização do pajubá ocorre devido à facilidade de acesso à internet hoje em dia e também à quantidade de conteúdo sobre a variante disponível na rede.

Atualmente está mais popularizada. Isso se deve ao fato de que hoje em dia, se você quiser aprender algo, você pode simplesmente acessar a internet. Antes da internet, muitas coisas ficavam desconhecidas, não eram descobertas, não é mesmo? No passado, a linguagem do pajubá funcionava como uma forma de autodefesa. Era utilizada como uma maneira de escapar de situações perigosas. Hoje em dia, ela se tornou uma forma de comunicação social comum. As pessoas aprendem simplesmente recorrendo à internet. (Emily Martinelly, entrevista pessoal concedida no dia 15 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Nessa perspectiva, para Emily, a variante já não é mais apenas uma linguagem que protege as travestis de situações perigosas, mas, sim, um recurso de comunicação de conhecimento público. Para ela, o acesso à internet fez da variante uma importante ferramenta de interação social.

O acesso das pessoas ao pajubá na internet tornou-se popular graças aos vídeos disponibilizados nas redes. Destacam-se, especialmente, os vídeos no YouTube, que apresentam um formato humorístico ou histórico. Na plataforma, é interessante destacar o popular Glossário das Bichas, que teve duas edições diferentes: a primeira lição e a segunda lição. A produção contou até mesmo com a participação do ator Silvério Pereira e foi gravada em Fortaleza, capital do Ceará, entre os dias 24 e 25 de outubro de 2008 e entre os dias 6 e 7 de novembro de 2010, como parte do projeto Glossário, cujo objetivo era difundir o pajubá e a identidade da comunidade LGBTQIA+.

Além disso, destaca-se o vídeo, presente no YouTube, que fez parte de um programa humorístico da rede de televisão MTV. Ele conta com a participação dos talentosos humoristas Marcelo Adnet, Dani Calabresa e Tatá Werneck. O vídeo é repleto de termos da linguagem pajubescas e, atualmente, já acumula cerca de um milhão e cem mil visualizações.

Além desses vídeos, é possível encontrar muitos outros na plataforma. Um desses vídeos que obteve grande alcance é o da influenciadora e *drag* Lorelay Fox. O vídeo tem sido essencial para a disseminação da variante linguística, pois explora o pajubá. Ele já alcançou aproximadamente cem mil pessoas até o momento e aborda desde o contexto histórico do surgimento da linguagem até algumas palavras em pajubá.

O papel da mídia como disseminadora da variante não se limitou ao YouTube, chegou até mesmo à televisão em um dos canais de maior audiência do país. As telenovelas contaram com personagens que frequentemente utilizavam termos pajubescos. Esse foi o ponto alto da variante na mídia, pois foi por meio desses personagens e de sua linguagem que o pajubá se tornou mais conhecido e amplamente utilizado. Esses personagens alcançaram ambientes predominantemente heterossexuais, nunca antes alcançados por indivíduos da comunidade LGBTQIA+.

Além disso, em conjunto com a linguagem utilizada na mídia, especialmente nas redes mais progressistas, os autores de novelas adotaram o pajubá, uma variante linguística que anteriormente era usada exclusivamente em contextos LGBTQIA+. Essa inclusão na teledramaturgia levou essas palavras ao conhecimento social. No entanto, há momentos em que a utilização do pajubá nas novelas ocorre de forma jocosa, com o

intuito de ridicularizar. Apesar disso, essa disseminação da linguagem teve um papel importante ao fazer com que a sociedade reconhecesse essas variações linguísticas. Essa divulgação teve um impacto significativo e levou o pajubá até mesmo a ambientes onde as pessoas LGBTQIA+ não são predominantes. Durante a entrevista, Danielle também observou que o acesso à linguagem por parte do público cisgênero foi tão gradual que, quando percebeu, muitas pessoas que ela nem imaginava que a conhecessem já estavam familiarizadas com ela.

No entanto, nos dias atuais, a grande maioria já está ciente. Por vezes, um cliente chega aqui e já utiliza a terminologia, já sabe do assunto. Falam: “hoje eu fiz a chuca”. Fico surpresa por saber que eles entendem que “chuca” quer dizer fazer a higienização íntima. Fico perplexa, sabe? Quem foi que ensinou que “chuca” significa isso? Mas já sabe, já conhecem a terminologia. Está espalhado. Hoje em dia, não podemos usar o pajubá, pois a grande maioria já está ciente. É verdade. Então eu fico chocada. (Danielle Caldas, entrevista pessoal concedida no dia 05 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Conforme explicação dada por Danielle, essa disseminação da variante ocorreu em diversos contextos, especialmente através da televisão. As telenovelas, por exemplo, desempenharam um papel fundamental na difusão do pajubá. Dois dos exemplos mais notáveis foram nas novelas transmitidas pela Rede Globo, uma escrita por Walcir Carrasco, intitulada “Amor à Vida”, e outra escrita por Agnaldo Silva, chamada “Fina Estampa”. Nessas produções, os personagens eram homens cisgêneros e homossexuais, que frequentemente utilizavam essa variante linguística.

Assim, Félix Khoury, um dos personagens *gays* mais populares na televisão brasileira, da novela “Amor à Vida”, desempenhou um papel importante na disseminação do pajubá em ambientes anteriormente inacessíveis. Théo Pereira, um personagem *gay* bastante caricato da novela Fina Estampa, também teve uma influência semelhante. Foi por meio desses personagens que palavras como “bofe”, “purpurina” e “bicha pão com ovo”, todas pertencentes ao vocabulário do pajubá, passaram a ser conhecidas pelo público que acompanhava a novela (Risk, 2018, p. 158).

De acordo com Lima (2017, p. 61), a mídia criou o personagem Félix com o objetivo de entreter, dessa maneira, apesar de suas falas terem chegado até os lares daqueles que acompanharam a novela, não conseguiram transmitir o verdadeiro significado da linguagem para o público heterossexual que assistiu à novela. Esse é um fenômeno semelhante ao de outros personagens de telenovelas que usaram a mesma variante linguística. Durante a entrevista, Erika destacou a presença desses personagens que utilizam o pajubá. Ela mencionou que tem percebido o uso de termos pajubescos por algumas pessoas nas emissoras de TV.

É notório que até na televisão, as pessoas falam abertamente “ocó”, “neca”. Na verdade, na televisão está bastante evidente. Acredito que as pessoas já entendem melhor quando falamos sobre isso. Às vezes, fico um pouco constrangida ao falar próximo a alguém, pois algumas pessoas já têm conhecimento e comentam de imediato, entendendo o contexto. E acho que todos estão se atualizando. Até mesmo os malandros que vejo na rua, falam abertamente, enquanto passam: “aquenda, vai fazer a chuca”. E isso sem rodeios. Antes era mais restrito, mas agora não, agora está por toda parte. (Erika Ruffeil, entrevista pessoal concedida no dia 12 de julho de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Para Lima (2017, p. 63), o pajubá atualmente tem o intuito de incomodar, causar rubor e inquietar apoiadores do cis-heteropatriarcado, “causando incômodo na heterossexualidade”.

As expressões da personagem Félix, nada mais que comicidade e produtos da indústria cultural cujo dono é certa hegemonia heterossexual, não são o nosso pajubá, o nosso eh, bunita! gostoso que ousa, atrevido e pródigo na fexação, interpelar a normatividade heterossexual. Os bordões de Félix, por mais engraçados que sejam, veja-se o famoso “Eu salguei a Santa Ceia!”, beiram à artificialidade – em um sentido negativo, já que, lato sensu, toda a linguagem é artificial e, portanto, arbitraria –, ao forçarem a barra colocando na boca da personagem uma frase como “Ela deu a Elza no celular”, que é nossa expressão-máxima, em pajubá, pr’as guei larápias e truqueiras. (Lima, 2017, p. 62)

Lima (2007, p. 62) reconhece que, a partir do uso dessas palavras, a personagem atinge uma grandeza notável. No entanto, ele argumenta que o interesse da mídia fez com que a personagem fosse incapaz de transmitir adequadamente o verdadeiro poder subversivo que, para ele, vai além do aspecto cômico e deveria, na verdade, afligir e ruborizar a sociedade machista contemporânea.

O melhor do pajubá, e talvez muitas manas não tenham percebido, é que ele consegue ser poderoso na resistência aos discursos de normalização e normatização sem ser maçante, é algo do qual qualquer uma e um de nós pode, a qualquer tempo e lugar, usar e abusar, provocando risinhos aflitos nos censores da normatividade sexual. (Lima, 2017, p. 63)

Além disso, para além dessa introdução da variação na internet e na televisão, a linguagem também se espalhou para o mundo da música, o que tem resultado em um reconhecimento amplo do pajubá. Nesse sentido, é possível observar uma grande quantidade de talentos LGBTQIA+ na música, como Pablo Vittar, Linn da Quebrada, Liniker, Johnny Hooker e outros. Esses artistas têm desempenhado um papel fundamental na disseminação da variante. Um exemplo do uso do pajubá na música pode ser encontrado na canção “Tímida”, de Pablo Vittar. Em uma parte da letra, são utilizadas palavras pajubescas para transmitir uma mensagem de autoafirmação e empoderamento (Ela dá close de peito, close de bunda/ Close de rosto, close de unha/ Ela dá close escalando,/ mas tá envergonhada/ O bofe te olhou...). Nesta passagem da canção, pode-

se reconhecer a palavra “close” e “bofe”, expressões amplamente utilizadas na variante em questão.

Entre as canções e artistas que disseminam o pajubá, uma ênfase é dada à cantora Linn da Quebrada, devido à sua criação e ao lançamento de um álbum que tem o pajubá como protagonista. O álbum leva o nome dessa variante e apresenta músicas com contextos e termos pajubescos impressionantes. Segundo Santos (2022, p. 16), o álbum da cantora é composto por quatorze músicas, e cada uma delas incorpora a variante como elemento predominante.

O pajubá é um grande elemento dentro do álbum que carrega o mesmo nome, pois Linn da Quebrada faz questão de usar palavras presentes no dialeto como materialidade de suas letras. É a língua que materializa o discurso, pelo que o pajubá representa todo o grupo e sua luta. Como exemplo de palavras nesse pajubá atual, mobilizado na fala das pessoas trans, seguem alguns versos que contêm palavras do pajubá: - “Pois, de que me adianta a neca ser mati ou odara” (Tomara) - “Esses ocó só quer socar quando não tem ninguém mais vendo” (Pare querida) - “Olha pra cara da mona, que fala das manas” (Necomancia) - “É uó, (u) ócio do comício em ofício que polícia”. (Bomba pra caralho) (Santos, 2022, p. 23 e 24)

Santos (2022, p. 23) destaca, ainda, que o álbum de Linn tem como objetivo reconhecer e celebrar as identidades trans e travestis, ao colocar o pajubá no centro da obra, isso torna tangível o enfrentamento dessa população. Além disso, o álbum de Linn e outros artistas que utilizam o pajubá em suas letras provocam constrangimento e desconforto na sociedade conservadora. A apropriação desses termos pajubescos em suas músicas é fundamental, assim como sua manifestação em outras formas de mídia, para que a linguagem se torne acessível a toda a sociedade e permaneça relevante.

É importante ressaltar que essa variação vai além da fala, pois possui uma peculiaridade que só pode ser compreendida efetivamente ao utilizar expressões contundentes.

Comportar essa linguagem na escrita é insuficiente, porque o bajubá não é falado só através da boca, mas também pelos gestos, peles, poros, suor, cartografia dos corpos e desejos, e fala de celebração, resistência, margens, fronteiras, ocupação, subversão, em suas incessantes revoluções moleculares. (Araujo, 2020, p. 169)

Tendo em vista o crescimento do pajubá e a incorporação de algumas de suas palavras no cotidiano de muitas pessoas, o Inep introduziu uma questão bastante debatida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2018. Essa questão abordava o pajubá em seu contexto. A inclusão da variante na avaliação do Enem foi crucial para promover sua disseminação e proporcionar uma ampla visibilidade de suas características peculiares.

Embora tenha gerado uma grande polêmica devido ao preconceito social de algumas pessoas conservadoras, abordar esse tema no exame foi fundamental para fomentar o debate. Além disso, despertou o interesse da sociedade pela variante e a elevou ao *status* de patrimônio linguístico, como mencionado por Silva e Silva Jr (2021, p. 257). Nessa perspectiva, a professora Edu destacou a importância de o Enem ter incluído uma pergunta sobre a variante. Segundo ela, isso permitiu que as pessoas pudessem adquirir conhecimento a respeito dela.

E quando o Enem inclui uma questão sobre o pajubá, ele também traz uma crítica interessante. Isso nos faz refletir sobre o fato de que o pajubá é uma linguagem como qualquer outra. É maravilhoso ver outras pessoas debatendo e discutindo esse tema, pois pessoalmente acredito que seja algo revolucionário. Seria enriquecedor ter mais questões como essa no Enem, em vestibulares e em outros contextos similares. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal)

Na opinião de professora Edu, essa iniciativa ressaltou a importância significativa dessa variante linguística para a sociedade brasileira, já que ela desempenha um papel essencial na construção da identidade desse povo. Isso resulta na necessidade de protegê-la, pois preservar o pajubá é valorizar a cultura e a tradição que não devem ser perdidas, a fim de garantir que elas permaneçam acessíveis às gerações futuras.

Eu aprecio a minha identidade e tenho prazer em compartilhar meu conhecimento com meu esposo. Ele costuma expressar surpresa ao ouvir termos que não conhecia, mas eu valorizo o sentido de pertencimento que a minha linguagem traz. É gratificante ver pessoas cis, brancas e heterossexuais se apropriar dela e utilizar expressões como “aquendendo” e “picumã”. Eu particularmente gosto muito do termo “picumã” e considero intrigante também o uso de “alibã”. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal)

O conteúdo expresso no Enem 2018 teve um grande impacto tanto na imprensa como na sociedade da época. Isso resultou em críticas intensas por parte da população mais conservadora do país, que tentou dividir a sociedade e incitar uma grande massa social a menosprezar ações e conteúdos relacionados a pessoas trans e travestis.

De acordo com Oliveira (2021, p. 15), essa onda conservadora da época procurou desqualificar a linguagem utilizada. Eles argumentaram que esse tipo de questão não era indicativo de conhecimento válido. Segundo Oliveira (2021, p. 15), esse movimento chegou a afirmar que o pajubá, identificado na questão como a linguagem secreta dos *gays* e *travestis*, não era relevante para a sociedade e constituía um conhecimento inútil.

Oliveira (2021, p. 15) ainda ressaltou que o movimento fez uma grande comoção em relação ao assunto abordado no exame e caracterizou a iniciativa do Inep de abordar

o pajubá como uma valorização excessiva das ações LGBTQIA+, algo que, segundo eles, não teria relação com a história do Brasil nem com sua cultura.

Além disso, Oliveira (2021, p. 16) enfatizou que esses grupos conservadores não tinham argumentos sólidos para suas críticas, uma vez que a própria BNCC, um documento oficial e de abrangência nacional, estabelece a necessidade de discutir, em sala de aula, temas relacionados à prática social, à oralidade e às diversas formas de linguagem. Outrossim, o documento destaca a diversidade linguística do Brasil, realçando um país multilíngue que possui muitas variações, as quais são desconhecidas por uma parcela significativa da população. Nesse sentido, abordar essas questões no ambiente escolar é essencial para a valorização cultural e social do país.

Ademais, apesar de a Base Nacional Comum Curricular ter destacado a importância de incluir na rotina escolar assuntos relacionados à oralidade e às diferentes linguagens, ainda não houve a inclusão do pajubá nos currículos escolares do Brasil, seja de maneira isolada ou interdisciplinar. Embora a linguagem tenha se popularizado, incluir o pajubá nas práticas docentes ainda é um tabu. Essa situação ocorre devido ao movimento conservador brasileiro que ganhou força desde 2018, o qual dificulta a abordagem de assuntos relacionados à população trans pelos professores. Apesar disso, a linguagem resiste e aparentemente faz parte da experiência oral de muitas pessoas, até nos pátios das escolas durante os intervalos, locais mais informais e descontraídos, algo que as distingue das salas de aula no Brasil.

No que se refere à utilização do pajubá no ambiente escolar, as professoras e o professor entrevistado afirmaram não ter ainda incorporado o uso dessa variedade linguística nos conteúdos abordados. Entretanto, devido à naturalidade com que essa variante é expressa e à convivência diária, tanto o professor quanto as professoras acabam pronunciando palavras que pertencem a esse estilo de fala.

Adoro o Pajubá porque se aprende através da interação com outras pessoas. Existem alguns dicionários disponíveis na internet, no entanto, eles são bastante limitados no que diz respeito ao vocabulário usado no dia a dia, concorda? É uma tradição oral que tem origem no iorubá e é uma língua que se desenvolveu principalmente através da tradição oral, não é verdade? Na sala de aula é divertido, às vezes acabo soltando algumas expressões sem querer, pois fazem parte do meu cotidiano, tipo “arrasou”, “mona”, “babado”, quando uma colega faz algo legal e pergunta, “gostou, professor?”, respondo “nossa, babado, arrasou”. E eles olham, sem entender o que é isso. Eles costumam dizer algo como: “Que é isso, professor?” Então eu tento explicar, mas é bastante desafiador. Por exemplo, aqueles que não estão familiarizados, às vezes, começam a dizer coisas do tipo: “isso é coisa de viado”. Eu falo, “oh, que maravilha, não é incrível, galera? Vamos começar a empregar essa linguagem de forma positiva, já que nossa comunicação é tão rica e positiva”. Aí eles ficam meio confusos. Então eu tento desconstruir e reconstruir dessa

maneira. (Kaleb Salgado, entrevista pessoal concedida no dia 13 de julho de 2023 em Brasília, Distrito Federal)

A professora Edu endossa as palavras do professor Kaleb e, de maneira similar, ela afirma que ainda não conseguiu estabelecer uma ligação entre suas aulas e a variante pajubá. Ela mencionou que irá ponderar mais sobre o assunto e investigar a viabilidade de integrar o pajubá no contexto da disciplina que ela leciona. No entanto, as docentes e o docente enfatizam que essa aplicação precisa ser cuidadosamente planejada, de modo que os estudantes realmente percebam essa variante como uma cultura que merece valorização e preservação.

Não, infelizmente não utilizei o pajubá nas minhas aulas pois ainda não consegui estabelecer essa ligação. Nunca tinha pensado em fazê-la quando era estudante, professora de francês ou mesmo na escola. Agora, estou muito mais consciente disso devido à Libras, que encanta tanto crianças quanto adultos. Estabeleço um paralelo com a Libras, que é a língua brasileira de sinais, e acredito que posso começar a fazer essa conexão. Como a Libras é uma língua visual, ao fazer os sinais, os alunos compreendem melhor a língua francesa, pois conseguem fazer essa associação entre o sinal e o som. Vou tentar incorporar isso, pois é importante abordar esse assunto. Seu trabalho é necessário, pois ele traz um viés de interseccionalidade, no qual é necessário considerar tudo em conjunto. Não conseguimos falar sobre travestis, mulheres trans, especialmente travestis, sem mencionar o iorubá e o pajubá. (Edu Silva, entrevista pessoal concedida no dia 07 de junho de 2023 no Guará, Distrito Federal)

O pajubá deu o seu primeiro passo rumo à popularidade entre as pessoas quando o primeiro dicionário, que incluía alguns dos termos utilizados nessa variante linguística, foi escrito. O famoso **Diálogo das Bonecas** foi o pioneiro na difusão dessa língua peculiar. Além dele, outros dois dicionários de grande importância — **O Bichonário** e **Aurélia, a dicionária da língua afiada** — também foram criados e atualmente são referências indispensáveis para aqueles que desejam estudar e se interessam pela variante.

Jovanna Baby é a autora de *O Diálogo das Bonecas*, livro publicado em 1992 pelo grupo Astral, uma das primeiras organizações sociais dedicadas ao apoio de travestis. De acordo com Araujo (2018, p. 53), o dicionário foi concebido para ser distribuído durante o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais Engajadas na Luta e Prevenção do HIV/AIDS (ENTLAIDS), que ocorreu no Rio de Janeiro no mesmo ano do lançamento de *O Diálogo das Bonecas*. De acordo com Araujo (2018), é importante ressaltar que a autora desta obra, Jovanna Baby, enfatiza o propósito do dicionário ao buscar promover o conhecimento dessa variante linguística entre as travestis. Isso tem o poder de emponderá-las.

O “Diálogo de Bonecas” é o primeiro Dicionário impresso do Bajubá das Travestis no Brasil. No final do ano de 1992 em uma das reuniões da ASTRAL, na sede do Instituto ISER, as travestis decidiram lançar um dicionário com o

bajubá diário a fim de ajudar as meninas que viviam da prostituição noturna a se defender dos ataques, seja da sociedade ou da polícia à época. Me lembro que a principal fala era que uma podia avisar a outra em situação de emergência sem serem entendidas por curiosos. Muitas palavras usadas foram levantadas e otimizadas em um texto que foi diagramado e impresso em forma de dicionário. (Silva, 2021, p. 35)

Atualmente, o dicionário foi lançado com o nome **Bajubá Odara**, o qual, além de conter o próprio dicionário em suas páginas, também apresenta memórias e eventos históricos do movimento travesti no Brasil. A obra completa é escrita por Jovanna Baby e publicada pela editora Fonatrans.

Outro dicionário de grande importância, com entradas relacionadas à comunidade pajubá, é o Bichonário: um dicionário voltado para o público *gay*. No presente, não é fácil encontrar essa obra, nem mesmo na internet, mas ela desempenhou um papel relevante na disseminação da linguagem. De acordo com Araujo (2018, p. 56), o Bichonário foi resultado de uma monografia elaborada por um estudante de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia, chamado Orocil Santos Júnior. O estudante realizou suas pesquisas em boates e guetos LGBTQIA+ da época, e o dicionário foi escrito em 1996.

Essa pesquisa expandiu-se e trouxe uma quantidade maior de entradas, em contraste com o Diálogo das Bonecas, que possuía menos palavras, pois as palavras escritas por Jovanna estavam restritas exclusivamente ao contexto travesti e traziam a origem mais autêntica do pajubá, que, devido à sua natureza inovadora, acabou adotado nos ambientes *gays* nos anos 90 do século XX.

São 636 palavras com seus respectivos significados. As seções são precedidas de ilustrações. Após o prefácio, há uma estória baseada na mitologia: a estória de Jacinto, um jovem mortal por quem Apolo, deus do sol, e Zéfiro, um dos quatro ventos do oeste, se apaixonaram, mas que termina em tragédia, quando Zéfiro enciumado enquanto Jacinto e Apolo jogavam discos, mata seu amor. Assim, as lágrimas de Apolo fizeram com que do sangue de Jacinto nascesse uma flor. (Araujo, 2018, p. 56)

A obra de Orocil Santos Júnior, que fora o segundo dicionário do pajubá a ser publicado, ultrapassou as barreiras trans-travestis e chegou à esfera do ensino superior. Com isso, possibilitou que a linguagem fosse difundida em contextos acadêmicos. Além disso, o dicionário proporcionou uma oportunidade para que pessoas LGBTQIA+ que não estão envolvidas na prostituição ou que não frequentam boates e locais exclusivos pudessem ter acesso e se apropriar dessa linguagem, que é um elemento essencial da identidade dessa comunidade. Assim, o Bichonário, de Orocil Santos Júnior, tornou-se um dos primeiros recursos para pessoas LGBTQIA+ academicamente, especialmente aquelas que não eram frequentadoras ativas da vida noturna.

No entanto, somente em 2006, após a publicação de **O Bichonário**, surgiu o dicionário pajubesco mais abrangente e de maior circulação do país. **Aurélia, a dicionária da línguaafiada**, publicado pela Editora Bispo, foi elaborado por Angelo Vip e Fred Lipi no ano de 2006. De acordo com Araujo (2018, p. 63), o autor do livro, Vitor Ângelo, um jornalista brasileiro falecido em 2015, utiliza o pseudônimo Ângelo Vip, enquanto Fred Lipi não possui uma identidade reconhecida.

Inicialmente, a obra alerta os leitores sobre a presença de palavras consideradas vulgares por muitos, que podem gerar confusão e desconforto. Por esse motivo, os autores aconselham àqueles que possam se sentir ofendidos a não continuarem com a leitura.

Este dicionário não tem a pretensão de ser politicamente correto. Muitos termos são chulos e pejorativos, podendo ser ofensivos para determinadas pessoas ou grupos. Nesse caso, recomendamos a interrupção imediata da leitura. Nossa intenção é a de levantar o maior número possível de termos ligados de alguma forma à cultura gay e lésbica e reuni-los num volume que retrate seus usos mais comuns na prática da NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA! (Vip e Lipi, 2016, p. 5)

De acordo com Araújo (2018, p. 64), Aurélia é o resultado de uma pesquisa de dez anos e contém uma quantidade considerável de verbetes que, além de abrangerem palavras de base brasileiras, também especificam o estado de origem da palavra. Além disso, o dicionário inclui palavras de outros países que compartilham a língua portuguesa. Como resultado, o dicionário possui aproximadamente 1.300 verbetes e alcançou um número significativo de edições.

Compreender a relevância dos dicionários, da internet e dos meios de comunicação na divulgação do pajubá é essencial para aqueles interessados em mergulhar mais profundamente nessa linguagem e familiarizar-se com seus termos. No entanto, nada é tão eficaz na consolidação do conhecimento como a prática diária e o contato com a comunidade LGBTQIA+, em particular com as travestis e mulheres trans. Assim, para manter uma identidade, é necessário apropriar-se daquilo que representa e o pajubá é uma das formas mais relevantes de amplificar a voz trans-travesti, além de honrar nossas ancestrais e suas lutas sociais contra o patriarcado e a homotransfobia.

Nesse sentido, o **Diálogo das Bonecas** foi a primeira obra a difundir o pajubá para além das ruas. Desde então, essa variante ocupa os lugares mais improváveis e, por isso, continua viva, não apenas nos locais restritos, mas também nos supermercados, casas de *shows*, escolas, redes de televisão e diversos outros espaços antes inacessíveis. O pajubá é cultura, resistência e, acima de tudo, vida. É dever da comunidade LGBTQIA+ e de seus aliados contribuir com a preservação dessa linguagem, seja nas redes sociais e na

internet, como no Museu Virtual Bajubá, ou por meio da música e da vida cotidiana. Que ela permaneça viva, se reinvente e continue a causar incômodo por muito tempo.

### **3.4. Análises pajubescas: uma abordagem fundamentada nas provas expostas durante as oficinas**

Diante da relevância histórico-cultural do pajubá, verificou-se a necessidade de ampliar o conhecimento dessa variante linguística para diferentes públicos. Com o propósito de efetivar essa divulgação, concebeu-se a ideia de realizar uma formação breve destinada às pessoas interessadas em se familiarizar com essa variante.

Nesse sentido, para promover um evento no qual a prática do pajubá ficasse mais evidente, ao considerar que sua disseminação ocorreu de forma prática e descontraída, idealizou-se uma oficina de linguagens. O objetivo seria preservar a especificidade dessa variante e proporcionar conhecimento e práticas significativas relacionadas ao pajubá.

As oficinas foram desenvolvidas com base em contextos pedagógicos e lúdicos, para que os participantes compreendessem a natureza singular da linguagem. Segundo Vieira (2022, p. 26), o pajubá já faz parte do vocabulário da maioria dos brasileiros, embora nem todos o associem à população trans e desconheçam sua origem e contexto histórico.

Dessa forma, é crucial a realização de eventos de compartilhamento e aplicação da variante a partir das palavras presentes em dicionários e nas redes sociais, que já não possuem caráter secreto. Essa iniciativa tem a finalidade de reconhecer e valorizar a comunidade travesti e trans, promover sua identidade e fortalecer seu pertencimento dentro dos contextos culturais e valores do Brasil.

Nesse contexto, as oficinas tiveram um papel fundamental na incorporação e transmissão adequada desse conhecimento e senso de pertencimento às futuras herdeiras. Os eventos propiciaram conexões que permitiram elevar a autoestima e adquirir conhecimentos significativos sobre a cultura brasileira.

Assim, concebeu-se, inicialmente, uma oficina voltada especificamente para as interlocutoras graduadas da escola. A intenção era familiarizá-las com a linguagem e demonstrar seu valor como patrimônio.

As egressas da escola, que já foram mencionadas no capítulo dois desta pesquisa, ao serem abordadas pela primeira vez, não tinham conhecimento do nome específico do dialeto, mas já conheciam grande parte dos termos, pois elas já o utilizavam e tinham consciência de sua natureza secreta e usavam-no constantemente. Além disso, por causa

da escassez de informações históricas sobre o pajubá, sentiu-se a necessidade de organizar o evento dedicado a essa linguagem e suas peculiaridades.

Dessa forma, o primeiro evento foi planejado e as quatro participantes foram convidadas. Além disso, com o intuito de compartilhar esse conhecimento com outras pessoas além das egressas da escola, a oficina foi amplamente divulgada.

À vista disso, a primeira divulgação do evento ocorreu nas mídias sociais em 9 de julho de 2023. O evento estava programado para ocorrer em 16 de agosto do mesmo ano e foi promovido por meio de um texto que utilizou linguagem descontraída e recebeu muitos elogios daqueles que o leram.

Olá, mona! Inhaiiiiin, ocó! Aquenda, que azamiga irão se juntar no dia dezesseis de agosto das treze às dezessete horas para conhecer o pajubá e entender um pouco mais dos processos de escrita. Vai ser bafão! Não deixe de ir, bee! Sua presença na nossa oficina será babado e vai enriquecer demais nossa formação. Brevemente, vou te explicar o que é o pajubá, quem sabe assim você não se interessa mais e resolve ir com a gente nesse dia. O pajubá “é uma série de palavras que tem sua origem no nagô e no iorubá [grupos étnico-linguísticos africanos], e considera apropriações linguísticas feitas por travestis e mulheres transexuais” da década de 1960 e 1970, período da ditadura militar (Costa e Dias, 2022, p. 128). Essa variante linguística foi criada para salvar vidas e permitir a comunicação entre essas mulheres que na época foram fortemente perseguidas pelos ditadores. A ideia é honrar as monas que vieram antes de nós e não deixar nossa cultura e linguagem morrerem! Então, vamos? Deixa de fazer a egípcia, desaquenda dessa moleza e se inscreve na nossa oficina. Mana, vai ser maaara! Corre que as vagas são limitadas! Faça sua inscrição! Aquenda logo, anda! É só clicar no link do google formulário aqui abaixo ou na bio, clicar no link do forms e pronto. Espero por vocês! (Chamamento para a oficina de texto e linguagens ancorada na rede social Instagram, a partir da conta intitulada @docimar, no dia 09 de julho de 2023, em Valparaíso de Goiás, Goiás)

O primeiro desafio significativo durante a organização da oficina foi a extensão de seu alcance e a promoção adequada. Inicialmente, houve pouca procura, o que gerou preocupação, uma vez que o público parecia insuficiente. As convidadas anteriores ainda não haviam confirmado suas presenças, embora a maioria indicasse que provavelmente estaria presente. Em razão disso e devido ao número reduzido de inscrições ao longo dos dias, esforçou-se para obter apoio de indivíduos e grupos na divulgação da oficina. Felizmente, alguns deles responderam ao pedido, o que resultou no aumento da quantidade de inscritos.

Ao final do processo de inscrição, além das quatro interlocutoras do projeto, a oficina teve um total de vinte e uma pessoas inscritas. Esta quantidade aparentou ser satisfatória, posto que a expectativa inicial era de um máximo de quinze inscrições. Entre os participantes, havia homens *gays*, mulheres lésbicas, homens trans, mulheres trans e travestis.

Com o intuito de auxiliar e proferir um discurso relevante, a professora Edu, uma das colaboradoras da pesquisa, recebeu um convite cordial. Sua prontidão em aceitar foi imediata, sem qualquer hesitação.

Eu irei prontamente. Com certeza, desejo comparecer. É algo que adoro! Para que possamos abordar o pajubá, dialogar e reunir as “monas” as “bee”. Estou definitivamente decidida a ir! (Edu Silva, resposta dada via rede social no dia 18 de julho de 2023)

**Figura 5 – Árvore pajubesca**



Fonte: própria e imagens do Instagram Pajubá Ilustrado (2019 e 2020).

No dia do evento, preparou-se todo o material necessário. Incluiu-se um galho seco como símbolo de uma árvore, um grande vaso de plantas cheio de brita para manter o galho firme, e imagens com termos pajubescos, com seus respectivos nomes logo abaixo. Além disso, organizou-se um baralho com imagens e lexemas do pajubá para um jogo de mímica. Também foram providenciadas uma sequência de figuras para criar uma história em quadrinhos e uma versão improvisada de amarelinha em bandejas descartáveis, com números e uma pedra para jogar.

No primeiro evento, três das participantes da pesquisa e mais três pessoas estiveram presentes. Os demais inscritos não compareceram e não deram uma justificativa para as suas ausências. Infelizmente, houve atrasos por parte dos inscritos, o que dificultou o progresso do evento, já que o local tinha um horário de encerramento. Como resultado, a oficina começou com uma hora de atraso. Isso impossibilitou a realização de tudo que havia sido planejado previamente.

No entanto, isso não impediu de iniciar com a apresentação da professora Edu. Ela falou por aproximadamente uma hora e trinta minutos. Dado o grande atraso para o início do evento, decidiu-se dar a ela esse tempo, já que seria impossível colocar em prática tudo que havia sido planejado.

Assim sendo, o evento caracterizou-se pela eloquência da professora Edu e, posteriormente, as participantes desfrutaram de momentos de aprendizado com a prática do jogo da amarelinha. Essa atividade consistia em jogar um número na amarelinha. O número correto correspondia a uma pergunta a ser feita sobre um termo do pajubá e seu significado. Quando a resposta estava correta, a pessoa recebia uma recompensa.

Após essa dinâmica, foram abordados mais alguns assuntos, que eram interrompidos intencionalmente pela atividade lúdica. No entanto, devido ao tempo disponível, uma vez que o local cedido para a oficina estava prestes a fechar, não havia muito tempo. Dessa forma, o evento foi concluído com uma avaliação breve. Destacou-se a importância do diálogo para aperfeiçoar futuros eventos semelhantes, uma vez que as oficinas também contribuíram para o aprimoramento do produto técnico apresentado no contexto do mestrado profissional em educação. Assim, na avaliação da oficina, as participantes expressaram suas percepções sobre o evento e sugeriram melhorias.

Nesse sentido, as pessoas presentes enfatizaram que conhecer a história foi fundamental. Elas elogiaram o evento como maravilhoso e expressaram o desejo de que ocorram mais vezes, pois, segundo elas, o município de Valparaíso está carente de oficinas como essa. Algumas participantes afirmaram que, se houver uma nova oportunidade, irão participar novamente.

Para mim, foi verdadeiramente uma experiência de descoberta da história por trás do pajubá. Eu não tinha conhecimento disso antes, então tudo é novo para mim, pois não fazia parte das minhas experiências passadas. Mesmo que tenhamos algum conhecimento sobre algo apenas por estarmos envolvidos, é extraordinário poder entender de onde algo surgiu e explicar isso às pessoas, para que elas possam ter mais respeito. Além disso, a sensação de contribuição adquirida é maravilhosa. (Participante 01 da 1ª oficina de pajubá, realizada em 16 de agosto de 2023, em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Para algumas das pessoas presentes, o pajubá já fazia parte de suas experiências, embora ainda não tivessem conhecimento teórico sobre essa variante. Segundo elas, foi essencial compreender sua estrutura e nuances, pois esse conhecimento as permitirá dialogar com a sociedade para demonstrar que o pajubá não é apenas uma tendência recente, mas, sim, algo que já está enraizado e há muito tempo faz parte do tecido social, inclusive é utilizado na fala cotidiana por muitas pessoas.

Achei bastante intrigante a abordagem feita, até o seu comentário, acerca do pajubá como medida de proteção. É que muitas vezes, veja, quem não está envolvido na causa costuma dizer coisas do tipo: “Ah, isso é besteira, né? Ou que é isso agora? Já quer inventar uma moda?”. Mas é preciso compreender que essa questão vai além do aspecto cultural; é uma questão de sobrevivência antes de qualquer outra coisa. (Participante da 1ª oficina de pajubá, realizada em 16 de agosto de 2023, em Valparaíso de Goiás, Goiás)

No que diz respeito às suas opiniões sobre possíveis melhorias, uma grande parte respondeu que seria interessante prolongar a duração do evento. Segundo elas, devido ao tempo previsto, muitas coisas acabaram sendo deixadas de fora, especialmente porque o tempo foi insuficiente. Além disso, algumas pessoas sugeriram que atividades mais práticas poderiam ser incluídas para que elas pudessem aprender mais palavras que integram o pajubá durante o evento.

Ressaltou-se que uma das intenções do evento era ter mais atividades práticas, em vez de se limitar apenas ao contexto histórico. No entanto, por causa dos atrasos e do tempo limitado, várias coisas ficaram de fora do evento. Como resultado, as críticas e os elogios foram positivos e serviram para ajustar a oficina que ocorreria posteriormente.

Dessa forma, com o objetivo de tornar a atividade mais prática, na planificação para a próxima oficina, considerou-se a duração de cada etapa do evento. A primeira medida tomada foi reduzir o tempo dedicado ao contexto histórico, a fim de enfatizar a aplicação prática da oficina em detrimento da teoria.

A segunda oficina foi realizada na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). A sua divulgação não foi complexa como a primeira, pois fez parte da Semana Universitária<sup>1</sup> e, por esse motivo, sua divulgação foi realizada pela própria UnB que forneceu o dia, horário e *link* específico para os interessados se inscreverem.

---

<sup>1</sup> A Semana Universitária da UnB é um Programa anual, organizado pelo Decanato de Extensão e com realização pela Universidade de Brasília. É composto por centenas de atividades propostas pelas unidades acadêmicas, centros e hospitais da universidade. Trata-se de um grande encontro, no qual a comunidade interna e externa da instituição pode conhecer melhor os cursos e a produção acadêmica e cultural da UnB (Universidade de Brasília, CEAM – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, 2023).

**Figura 6 - Oficina UnB**



Fonte: própria.

A demanda foi alta, inclusive, com as vagas preenchidas em poucos dias após a disponibilização. Por esse motivo, as vagas foram ampliadas em duas ocasiões, uma vez que já se sabia que, em eventos como esse, grande parte dos inscritos não comparece.

Essa oficina ocorreu em 11 de setembro de 2023, e teve a presença de vinte e três participantes. A maioria desses participantes era estudantes da UnB e membros da comunidade LGBTQIA+.

Comparada à primeira oficina, esta segunda contou com uma abordagem mais lúdica. A partir dos resultados do evento anterior, foram implementadas melhorias para as atividades. Os participantes demonstraram muito interesse e se envolveram ativamente em todas as dinâmicas propostas.

Recebeu-se todas as atividades sugeridas com entusiasmo e essas transcorreram de forma leve e divertida. Com exceção da atividade de escrita inspirada em quadrinhos, todas as dinâmicas foram concluídas com dedicação.

Ao término, na avaliação da oficina, o retorno foi positivo sobre a realização desse evento. Isso proporcionou confiança em relação à oficina e confirmou que estávamos no caminho certo.

Dentre as avaliações do evento, é possível destacar três importantes opiniões que serão apresentadas aqui como a avaliação do participante 1, participante 2 e participante 3. Elas serviram como orientação para o processo e revelaram possíveis falhas que poderiam ser corrigidas nos próximos eventos.

Disponibilizou-se o formulário de avaliação no Google Formulários, que era constituído por perguntas que os participantes poderiam classificar de zero a cinco, sendo zero para “definitivamente não” e cinco para “definitivamente sim”. Considerou-se uma escala linear, em que cada número representava uma maior proximidade da pontuação máxima e, naturalmente, um melhor aproveitamento do que foi implementado durante o evento.

Das pessoas que fizeram a avaliação, nenhuma deu nota abaixo de quatro e a maioria das notas atribuídas foi cinco. As perguntas que deveriam receber avaliação por notas foram: O palestrante aparenta conhecer o assunto? Ele tem facilidade de comunicação? Tem bom relacionamento com os participantes? Responde às perguntas de forma completa e clara? A duração do curso foi adequada? Houve boa continuidade e organização? O nível foi adequado aos objetivos propostos? É possível aplicar o pajubá no dia a dia? Os recursos didáticos (*slides*, simulações, referências bibliográficas etc.) aplicados no curso foram bons? As quantidades foram suficientes? Os equipamentos foram adequados? A sua expectativa foi atingida? A infraestrutura é adequada? Você recomendaria a oficina?

Além das questões mencionadas, outras foram apresentadas, contudo, estas eram subjetivas, e os participantes foram solicitados a expressar suas impressões por escrito. Estas foram as seguintes: O que você mais gostou da oficina? O que pode melhorar? Você acha que o uso da variante está em desuso pela população LGBT em geral, ou continua suficientemente viva? Ocorre alguma desvalorização do pajubá por parte da população LGBTQIA+? Se há, no seu ponto de vista, essa desvalorização acontece por quê? A variante deveria ser mais valorizada? Você acha que o motivo da variante estar prestes a desaparecer se dá devido ao pajubá ser usado por pessoas LGBTQIA+ e por ser inspirada em religiões de matrizes africanas ou teria outro motivo? Você acha que o pajubá pode vir a desaparecer em algum momento? O que tem feito com que o pajubá ainda continue existindo, mesmo que com dificuldades? Você usa o Pajubá com frequência? Se você usa ou já usou, em quais momentos você usou e com quem? Em casa, em um bar/lanchonete/restaurante/sorveteria, na rua, viagem, no trabalho, escola, cursos? Em quais lugares você prioriza o uso formal da Língua Portuguesa e em quais você fica mais à vontade para usar variantes como o pajubá? Teria algo mais a acrescentar ou sugerir?

Nessa seção, repleta de opiniões pessoais, o primeiro participante explicou que o pajubá ainda não é conhecido em todo o país devido ao tamanho vasto do Brasil. De acordo com ele, devido ao fato de essa variante linguística ser mais comum entre as

camadas sociais menos privilegiadas, em ambientes diferentes, a linguagem não se difunde com a mesma intensidade.

A realidade é que a falta de conhecimento sobre o pajubá ocorre devido à vastidão geográfica do país e à diversidade de classes e raças, o que resulta em uma maior presença dessa variante nas camadas marginalizadas da sociedade. (Participante 01)

O participante seguinte expressou uma visão mais ampla, sugerindo que a sociedade está passando por uma transformação evidente. Especificamente, ele destacou como as preocupações dos grupos sociais oprimidos, incluindo a população trans-travesti, estão sendo cada vez mais reconhecidas pela sociedade em geral. Esse reconhecimento tem levado as pessoas a se apropriarem do pajubá.

Vejo que o pajubá se tornou cada vez mais integrado à comunidade, e acredito que à medida que a comunidade se envolve com a causa T, valorizamos não apenas o pajubá, mas também a luta e a vida das pessoas (Participante 02).

O participante seguinte escolheu expressar sentimentos de grande admiração pela oficina. De acordo com ele, a experiência foi extraordinária e participar desse momento desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do seu conhecimento. Em suas palavras, foi “tudo. As dinâmicas foram muito divertidas, as pessoas incríveis e a aula muuuito informativa”.

No mesmo seguimento, o quarto participante entoou palavras de elogio notáveis, capazes de trazer a sensação de ter organizado uma oficina realmente valiosa e relevante. Conforme relatado por ele, não havia termos suficientes para expressar a magnitude do impacto que a oficina teve. Citando-o textualmente, ele declarou na ocasião: “só quero elogiar vocês, porque foi incrível”.

Perante a questão colocada acerca da possibilidade de desaparecimento da variante pajubá, os participantes 3 e 5 afirmaram que não têm notado a sua extinção. Pelo contrário, ela parece tão ativa como sempre e, além disso, tem-se reinventado constantemente. O participante 3 destacou exatamente isso, ao afirmar: “Eu não consigo perceber esse desaparecimento”.

Por outro lado, o quinto participante destacou que, se essa situação estiver realmente ocorrendo, pode ser porque as travestis estejam optando por não as utilizar durante o dia, a fim de evitar sua propagação e preservar seu caráter secreto. Vale ressaltar que o preconceito dos fundamentalistas cristãos tanto em relação à comunidade LGBTQIA+ quanto às religiões de matriz africana também poderia ser um fator contribuinte para um possível desaparecimento da variante.

Eu não sabia que o pajubá está prestes a desaparecer! Se eu for dar um palpite, acho que essa hipótese da demonização de religiões de matrizes africanas junto com a ascensão de grupos fundamentalistas cristãos tem a ver sim. Mas acho que também pode ter a ver com a diminuição do uso pelas próprias travestis pelo medo dos clientes entenderem, como foi falado durante a própria aula. (Participante 05)

A terceira e última oficina foi baseada em uma proposta da Academia Valparaense de Letras (AVL), responsável por organizar um curso de escrita criativa. Para isso, selecionou-se os possíveis instrutores e, entre eles, convidou-se essa pesquisa para conduzir uma oficina durante o evento. No entanto, devido à ênfase na escrita exigida pelo evento, foi necessário apresentar uma ideia diferente das duas oficinas anteriores. Nessa nova abordagem, integrou-se essa linguagem ao universo da escrita e foram aplicadas técnicas voltadas para a escrita poética, com o objetivo de expandir e dar ao pajubá um contexto mais lírico.

**Figura 7 – Oficina AVL**



Fonte: elaboração do autor.

Esse evento ocorreu em 14 de outubro de 2023, em um sábado, na cidade de Valparaíso de Goiás. E que sucesso foi! Embora a maioria do público fosse composta por indivíduos cisgênero, heterossexuais, com mais de 50 anos e mulheres, a recepção à oficina foi impressionante. Vale ressaltar que entre elas havia outros três homens cisgêneros homossexuais que já possuíam familiaridade com os termos do pajubá.

O evento seguiu uma estrutura similar à da segunda oficina, intercalou dinâmicas com momentos de escrita e discussão sobre o pajubá. Dessas sessões, surgiram belíssimos poemas que, inclusive, foram incorporados ao início das seções deste capítulo para enriquecer ainda mais a pesquisa.

As avaliações foram positivas. Diferentemente do questionário aplicado na Universidade de Brasília, neste evento, optou-se por permitir que os participantes expressassem suas impressões de forma espontânea. E foi exatamente isso que eles fizeram.

Foi tudooo nosso encontro. O babado foi forte. É muito divertido ver as produções com o pajubá (participante 02 da oficina 03 de pajubá, realizada em 14 de outubro de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás).

As palavras de elogio foram significativas e permearam por toda a avaliação relacionada à realização da oficina. Uma delas, inclusive, descreveu ter sido encantada e ter se sentido livre para ser verdadeira e expressar-se por meio da escrita. Nas suas palavras: “Consegui me libertar daquela voz sisuda. Foi uma experiência incrível”.

Outra participante compartilhou que, além de ter se emocionado durante a oficina, ela também adquiriu conhecimentos incríveis. Para ela, as discussões e interações foram fundamentais para o seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

A construção hoje foi incrível! Construção alicerçada em muita emoção, vários babados, várias descobertas. Obrigada pela oportunidade de aprendizagem e trocas. Com certeza saí muito mais “phyna” e “rycaaaa” em conhecimento. (participante 03 da oficina 03 de pajubá, realizada em 14 de outubro de 2023 em Valparaíso de Goiás, Goiás)

Com essa oficina, encerrou-se o ciclo de eventos. Cada oficina foi única em suas particularidades e, a partir dessas experiências cada vez mais aprimoradas, será possível oferecer um produto técnico enxuto e dinâmico. Esse produto será capaz de valorizar o pajubá e enaltecer a cultura nos espaços educacionais brasileiros.

O objetivo é oferecer esse produto aos profissionais da educação das escolas públicas municipais de Valparaíso de Goiás e promover uma educação mais alinhada com a diversidade e a pluralidade de orientação e gênero.

### **3.5. Roteiro para a oficina**

A seguir, apresenta-se o roteiro da oficina e uma explicação das atividades que deverão ser propostas durante o evento.

- 3.5.1 Recepção dos participantes
- 3.5.2 Vídeo I: Diálogos em Pajubá (Glossário das Bichas parte II)
- 3.5.3 Exposição de dados e fatos históricos relacionados à variante pajubá – parte 1
- 3.5.4 Interrupção para dinâmica Árvore Pajubesca e Amarelinha de Perguntas
- 3.5.5 Exposição de dados e fatos históricos relacionados à variante pajubá – parte 2
- 3.5.6 Dinâmica: Árvore Pajubesca e Amarelinha de Perguntas
- 3.5.7 Divisão em grupos: mímica a partir de figuras e palavras em pajubá
- 3.5.8 Intervalo
- 3.5.9 Dinâmica: Árvore Pajubesca e Amarelinha de Perguntas
- 3.5.10 Vídeo II: Comédia MTV – Escola de Gays
- 3.5.11 Escrita: Quadrinhos Laerte-se – organização em grupos, proposta de escrita e acompanhamento dos grupos
- 3.5.12 Exposição das escritas: fala de um membro de cada grupo
- 3.5.13 Roda de conversa: resultados alcançados
- 3.5.14 Agradecimentos e encerramento

### **3.6. Descrição das dinâmicas**

**3.6.1. Árvore pajubesca e amarelinha de perguntas:** um participante voluntário se oferece para brincar de amarelinha. Ao lançar a pedra, o número atingido será usado como referência para remover uma figura com um texto (fruto) da Árvore Pajubesca. Após isso, o jogador lê o texto, exhibe a figura (fruto) aos demais participantes e, em seguida, precisa responder a uma pergunta clara com três opções possíveis. Se a resposta estiver correta, será recompensado com uma pequena lembrança.

**Figura 8 - Amarelinha de Perguntas**



Fonte: própria.

**3.6.2. Mímica a partir de figuras e palavras em pajubá (Inspirado no jogo de mímica da Estrela):**

**3.6.2.1. Objetivo:** Terminar o jogo com o maior número de pontos.

**3.6.2.2. Cartas:** As opções de mímica estão devidamente identificadas nas cartas.

**3.6.2.3. Como jogar:**

Sugere-se a realização de uma ou mais rodadas para determinar o vencedor. Será atribuída pontuação de um ponto caso a pessoa acerte o que a figura indica, pronunciando seu nome de acordo com a formalidade da língua portuguesa. No entanto, se o grupo conseguir acertar o nome da figura ao pronunciar seu nome de acordo com a linguagem explicitada no dicionário do pajubá, esse grupo receberá três pontos. Se o grupo acertar o nome em língua portuguesa e, em seguida, pronunciá-lo em pajubá, receberá quatro pontos.

O jogo será executado em equipes com números equivalentes, provavelmente duas ou três equipes. Caso uma equipe tenha um jogador a mais, a cada rodada, um dos jogadores dessa equipe ficará de fora da vez de fazer a mímica, de forma que todas as equipes joguem a mesma quantidade de rodadas.

O moderador deverá pegar uma folha de papel e registrar o nome das equipes para anotar os pontos.

Uma das equipes dá início à jogada ao selecionar um jogador para iniciar a rodada. O jogo deve prosseguir no sentido horário, ou seja, dos ponteiros do relógio. O jogador escolhe uma carta e, quando estiver pronto, o moderador inicia um cronômetro de trinta segundos. Assim que o cronômetro for acionado, o jogador deve começar imediatamente a fazer a mímica. Apenas os jogadores da equipe do mímico devem tentar adivinhar a palavra. Se a equipe acertar antes do término do tempo, eles têm o direito de escolher outra carta e repetir o processo até que o tempo se esgote. Ao final do tempo, o moderador deve anotar os pontos na folha, considerando as palavras corretamente adivinhadas, e, então, passar a vez para a outra equipe.

Após todos os participantes terem concluído suas representações gestuais, a rodada chega ao fim. Ao término de todas as sequências de jogadas, é responsabilidade do moderador somar os pontos obtidos. A equipe com a pontuação mais alta será declarada a grande vencedora.

Figura 9 – Imagens das cartas do jogo de mímicas





Fonte: imagens retiradas da internet.

#### 3.6.2.4. Dicas para mímicas

Para aprimorar a arte da mímica, é possível desmembrar a palavra em partes ou sílabas, além de realizar uma representação gestual que se assemelhe ao som da palavra em questão. Aqui estão quatro sinais que podem ser úteis durante a execução da mímica, mas você também tem total liberdade para criar os seus próprios gestos.

**3.6.2.4.1. Número de palavras:** Erga a quantidade de dedos correspondente ao número de palavras presentes na mímica.

**3.6.2.4.2. Número de sílabas:** Posicione a quantidade exata de dedos em seu pulso para indicar o número de sílabas presentes na mímica.

**3.6.2.4.3. Soa como:** Para realizar a imitação de algo que soe similar à sua mímica, é aconselhável apertar e balançar uma das suas orelhas pelo lóbulo.

**3.6.2.4.4. Quase isso:** Ao receber uma sugestão extremamente próxima da resposta correta, indique isso esfregando suavemente os dois dedos indicadores, demonstrando que a pessoa está prestes a acertar a mímica.

### 3.6.3. Escrita: quadrinhos Laerte-se:

Figura 10 – Quadrinhos Laerte-se



Fonte: Acervo Laerte.

Os participantes serão separados em quatro equipes com igual número de membros. Serão entregues a todos quadrinhos para que possam criar suas próprias narrativas. As equipes terão trinta minutos para redigir seus textos.

Quando os trinta minutos se passarem, cada equipe deverá compartilhar suas histórias com os demais participantes da oficina. Os diálogos dos personagens devem incluir expressões em pajubá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foi investigada a maneira como a educação tem lidado com a população trans e travesti, assim como a percepção dessa população dentro do contexto educacional e social. Para além disso, procurou-se analisar os percursos e a vivência escolar de pessoas dissidentes de gênero em contextos baseados na trajetória de egressas da escola e profissionais da educação.

Dessa forma, quando se observa a conexão das pessoas trans e os desafios sociais enfrentados para a inclusão delas em certos ambientes, fica evidente a necessidade de buscar meios para destacar, perante a sociedade, as singularidades e relevâncias de cada indivíduo nos contextos sociais. Nesse viés, a valorização da cultura trans-travesti foi promovida e reconhecida a partir da linguagem característica do pajubá, que identifica, acolhe e dá voz a esses indivíduos, conforme evidenciado nesta pesquisa.

Sob essa ótica, a inclusão das pessoas trans-travestis no contexto investigativo mostrou-se fundamental para esclarecer e promover a atividade de forma essencial, contribuindo para a aceitação e participação desse grupo na sociedade. Essa abordagem influenciou as práticas educacionais, promovendo as políticas públicas, o ensino e a aprendizagem em âmbito nacional e municipal a partir da cidade de Valparaíso de Goiás.

Essa abordagem incluiu a incorporação de várias épocas da história educacional do Brasil, já que as egressas da escola, que desempenharam um papel importante nesta pesquisa, passaram por diferentes momentos nesse cenário educativo e as suas experiências partilhadas orientaram o desfecho da investigação. Isso ocorreu porque elas frequentaram os primeiros anos de estudo na década de 1990 e, devido a desistências frequentes ou expulsões do sistema educacional, interromperam sua formação por um período que variou entre uma e duas décadas, retornando à sala de aula somente na segunda década dos anos 2000.

Diante dessa realidade peculiar, as egressas da escola notaram diversos avanços, retrocessos e contrastes entre as escolas do final do século XX e do início do século XXI. Essa percepção trouxe mais dinamismo e interesse para a pesquisa, dadas a sua singularidade e as situações opostas. Essa conclusão se tornou ainda mais evidente quando o estudo foi compartilhado com professores e professoras trans. Isso destacou o contraste existente nas percepções de docentes e egressas.

Diante desse cenário, a prática influenciou a evolução do processo de investigação. Com isso, os resultados obtidos revelaram situações pouco discutidas nas

escolas brasileiras, que costumam excluir constantemente pessoas trans. Essa abordagem embasou as entrevistas concedidas, que trouxeram à tona questões problemáticas e sugeriram possíveis caminhos a serem trilhados. Dessa forma, para os educadores, é importante seguir a perspectiva apontada pelos participantes desta pesquisa.

Assim, a adoção de estratégias que orientem as escolas na inclusão e no acolhimento de pessoas trans-travestis envolve várias questões, incluindo a necessidade de abrir espaço para mais professores dissidentes de gênero participarem do ambiente educacional e serem contratados para lecionar nas escolas públicas no Brasil. A presença desses profissionais certamente contribuirá para a construção de uma escola mais inclusiva, capaz de acolher a todos que desejam atuar como educadores, encontrando espaço e apoio para isso.

É sabido que há uma tendência conservadora em ascensão no planeta, com a intenção de excluir e extinguir essa população do mundo. Contudo, devido à ampla exposição midiática atual, as pessoas trans-travestis têm conseguido expor com mais facilidade essa realidade da sociedade e, por conseguinte, conquistar um lugar que vinha sendo perdido ao longo dos últimos anos. É perceptível que, enquanto houver possibilidade de denúncia, esses grupos sociais e seus apoiadores continuarão combatendo essa situação inaceitável.

Nesse sentido, a realização de oficinas de linguagem se revelou essencial para as descobertas feitas durante a pesquisa. Esses elementos, que integraram o estudo, foram capazes de aprimorar e desenvolver ideias que antes pareciam improváveis.

Durante a investigação dos diferentes locais onde esses momentos ocorreram e a análise das opiniões dos participantes e das entrevistas com as pessoas envolvidas, ficou evidente que o pajubá não se baseia em conceitos que pareciam firmemente estabelecidos. A princípio, acreditava-se que a linguagem estava perdendo força. No entanto, ao longo da pesquisa e dos eventos realizados, percebeu-se que essa forma de comunicação é mais dinâmica do que se imaginava, e o declínio previsto não está em curso.

Um ponto adicional que evidenciou uma direção oposta à esperada foi a perda completa do caráter secreto do pajubá, pois acreditava-se que todas as palavras pertencentes a essa variante já eram de domínio público. Essa visão se desfez especialmente quando, ao longo das oficinas e entrevistas, constatou-se que a língua continua dinâmica e constantemente se reconfigurando com a inclusão de novas palavras.

Algo interessante foi observado: a linguagem desempenha um papel de resistência, preservação e proteção da vida. O pajubá, antes utilizado para despistar

policiais e militares da época, hoje desafia a normatividade heterossexual e também auxilia trans e travestis profissionais do sexo a se comunicarem discretamente entre si, sem que os seus clientes as entendam.

É essencial compreender os caminhos percorridos para a formação do pajubá e o seu papel na sociedade, desde uma estratégia para escapar da repressão militar até as formas contemporâneas que questionam as normas cis-heteronormativas. Demonstrar de modo enfático a presença e a voz da comunidade trans-travesti serve para evidenciar à parte intolerante da sociedade que todos têm direito a ocupar espaços, inclusive a população historicamente marginalizada. É fundamental resistir e confrontar ativamente esse sistema opressor enraizado no machismo, mostrando que o movimento trans-travesti não se curva diante da injustiça, mas enfrenta e desafia essa realidade.

Nessa perspectiva, o estudo possui a capacidade de promover a discussão sobre as atenções e sobre como a população trans e travesti tem sido acolhida nas escolas. Tal discussão é fundamental, pois pode representar a reintegração da sociedade como um todo. Assim, os grupos mais marginalizados poderão atingir metas que ainda não foram alcançadas. Essa ação poderá destacar essas diversidades, integrando-as de forma social.

Além disso, a investigação proporcionou às pessoas envolvidas um amplo entendimento sobre as particularidades das pessoas dissidentes de gênero. Esse conhecimento adquirido é essencial, pois pode contribuir para a formação de uma sociedade mais empática, capaz de compreender e se solidarizar com as experiências alheias. Essa mudança de perspectiva e valores sociais com base no respeito e na igualdade pode ser fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Dessa maneira, a abordagem trazida pela pesquisa, relacionada às políticas públicas voltadas para a comunidade trans-travesti, conseguiu esclarecer sobre a compreensão dos instrumentos legais que visam proteger esse grupo. Torna-se claro que há diversas falhas e omissões, mesmo com a presença limitada de instrumentos de políticas públicas direcionados a esse grupo social que são cruciais e estão em vigor. Portanto, cabe aos legisladores e ao Poder Executivo removerem o véu do ódio e da passividade para efetivar sua obrigação de garantir uma vida digna para todos os indivíduos. Os mecanismos que colocam em prática essas políticas possuem uma rica estrutura e seus detalhes são cruciais para garantir que a vida das pessoas LGBTQIA+ seja integrada na sociedade de forma abrangente e inclusiva em todos os aspectos relevantes de uma nação e é por essa razão que se fazem necessárias a denúncia e a

resistência contra aqueles que detêm o poder de elaborar e implementar políticas, mas que têm demonstrado serem transfóbicos.

Outrossim, o destaque principal da pesquisa e sua real contribuição consistem em reconhecer que a aplicação dessas leis não tem ocorrido conforme o necessário, e grande parte desses instrumentos de políticas não é colocada em prática de fato pela população dominante. Assim, quem deveria aplicar tais leis frequentemente as ignora em prol de certos setores privilegiados da sociedade. Dessa forma, o que é trazido à tona são as vozes trans que apontam esses setores, responsabilizando-os pelos recorrentes episódios de violência, discriminação e constrangimento enfrentados pela comunidade trans. Sob essa ótica, é fundamental desafiar constantemente a política brasileira para que, em determinado momento, sejam reconhecidas as lacunas existentes nas leis e tomadas as medidas necessárias para preenchê-las e, assim, seja implementado efetivamente o que está previsto nos dispositivos legais vigentes.

Contudo, isso está inteiramente condicionado a uma mudança significativa na perspectiva social. Um exemplo disso é a contribuição que este trabalho poderá trazer para a academia e para aqueles que o estudarem. Isso acontece especialmente porque a mudança mencionada ocorre através de diversas manifestações, seja de estudos acadêmicos como este, seja de protestos, passeatas, panfletos e outros meios. A essência está em entender que todos, de maneiras distintas, podem colaborar com essa transformação sem necessidade de insistir com indivíduos ou circunstâncias que não terão sucesso.

Dentro desse contexto, esta pesquisa pode contribuir a partir dessa observação social. Consequentemente, a aplicação do conteúdo apresentado aqui pode ocorrer em diversos cenários, com o objetivo de ampliar o entendimento sobre a questão da legalidade para pessoas trans-travestis.

Além disso, a sabedoria adquirida aqui pode ser aplicada tanto na comunicação oral quanto na escrita em diversos contextos, com o objetivo de enriquecer os conhecimentos e aspectos da cultura LGBTQIA+. Com isso, é possível influenciar os educadores e capacitá-los a disseminar essa cultura, que, juntamente com as demais já presentes e difundidas nas escolas, contribui para a construção e base da diversidade que compõe a sociedade brasileira. Por essa razão, ela é tão relevante quanto outras culturas, o que a torna especial e imprescindível da mesma forma.

Ao longo da investigação e até a sua finalização, evidenciou-se o desafio de encontrar colaboradores dispostos a contribuir. Ainda assim, as contribuições daqueles

que se disponibilizaram enriqueceram de forma significativa o estudo. Essa valiosa ajuda melhorou substancialmente a utilidade da pesquisa, alterando a sua trajetória e abrindo caminhos para os resultados obtidos. Isso veio demonstrar que, embora inicialmente se acreditasse que havia poucas pessoas dispostas a colaborar, após as entrevistas e observações realizadas, verificou-se que o número de participantes foi adequado.

Além do mais, a análise de instrumentos de políticas públicas ligadas ao tema não enfrentou grandes obstáculos, mesmo não sendo possível expandir a quantidade de projetos políticos-pedagógicos nos estudos devido ao formato de dissertação. Os documentos analisados foram suficientes para revelar como a prática educacional é realizada nas escolas públicas de Valparaíso de Goiás, embasando o processo educativo municipal e evidenciando as práticas das escolas brasileiras.

No que tange aos documentos de alcance nacional, os selecionados para análise desempenham um papel crucial na compreensão do processo relacionado à garantia e à proteção dos direitos das pessoas trans e travestis. São documentos de extrema importância para evidenciar e garantir os direitos concedidos a esse grupo específico. No entanto, vale ressaltar que esses instrumentos legais são os únicos disponíveis e adequados para serem utilizados em ambientes educacionais em nível nacional. Isso implica a necessidade de expansão e estudo a fim de ampliar documentos capazes de resguardar melhor esses povos. Entretanto, é importante salientar que as leis vigentes, caso sejam devidamente postas em prática e fiscalizadas pelas autoridades responsáveis pela sua preservação e cumprimento efetivo, têm o potencial de funcionar de forma eficaz e tornar-se adequadas, ainda que possam parecer insuficientes. O que falta, nessa situação, é simplesmente a demonstração de boa vontade por parte dos agentes políticos responsáveis por garantir que essas leis sejam cumpridas. Ocorre que, tristemente, eles têm falhado em cumprir suas obrigações.

Além disso, outro desafio durante a pesquisa foi conduzir as oficinas, desde sua concepção até sua realização. Planejar as etapas do evento foi algo fluido, com base em minhas experiências em sala de aula e na coordenação de projetos na Secretaria de Educação de Valparaíso de Goiás, atuando como professor e formador de professores.

Assim, com base nessas experiências vivenciadas, tornou-se factível conceber os momentos e a implementação deles. Contudo, a divulgação dos eventos, sobretudo do primeiro, mostrou-se desafiadora, uma vez que as publicações nas mídias sociais não tiveram, a princípio, o impacto desejado e não geraram engajamento conforme planejado. Dessa maneira, foi preciso contar com o auxílio de figuras influentes da cidade, em

especial daquelas ligadas ao movimento LGBTQIA+. Isso resultou em uma maior visibilidade, embora ainda não tenha atingido exatamente o resultado almejado.

A realização desses eventos também foi desafiadora, já que, em todas as ocasiões propostas, uma parte dos inscritos não compareceu, gerando certa decepção, especialmente na oficina inicial, que já contava com poucos inscritos e, por isso, teve poucas presenças. Além disso, o início do primeiro evento atrasou cerca de uma hora, devido à demora dos participantes inscritos. Esse atraso acabou prejudicando a execução conforme o planejamento inicial.

Apesar desses contratemplos, o primeiro evento foi essencial para aprimorar as próximas edições. Dessa forma, as oficinas subsequentes obtiveram resultados muito melhores, já que houve uma readequação do cronograma e tudo o que havia sido planejado pôde ser realizado.

O refinamento foi impulsionado também pelo segundo evento, que possibilitou observar como as pessoas reagiriam a etapas não concluídas na primeira vez. A execução da última oficina foi em conformidade com o planejado. Ficou evidente a importância de aplicá-la em momentos diferentes para aprimorar e apresentar um produto final de qualidade.

As oficinas trouxeram uma nova perspectiva do papel do pajubá e auxiliaram para desmistificar a noção de que a linguagem está em declínio. Essas interações permitiram evidenciar que a realidade é oposta a isso.

Outrossim, para a complementação da pesquisa, outras investigações que sigam essa mesma abordagem podem ser realizadas a partir da perspectiva de outras pessoas dissidentes de gênero de forma mais vasta. Também seria possível desenvolver um projeto que amplie a discussão sobre o uso da variante linguística pajubá em um contexto urbano mais abrangente, visando compreender como a linguagem tem se desenvolvido nas cidades brasileiras e suas variações regionais.

Há outro tópico relevante que merece ser explorado: a análise das diferentes abordagens pedagógicas, como a freiriana, seja realizando uma comparação entre as correntes mais conservadoras e as mais progressistas, seja optando por uma delas em um contexto específico. É importante destacar que, para que uma pesquisa que adote esse enfoque contribua efetivamente para a investigação, ela deve considerar as perspectivas das pessoas dissidentes de gênero, a fim de amplificar as ideias e os posicionamentos dos pensadores que criaram essas correntes pedagógicas e como eles incluem essa população em suas práticas educacionais.

Além disso, é crucial estender a discussão com base em pensadores e pensadoras trans-travestis. A perspectiva desses indivíduos e a aplicação de seus conhecimentos na educação do Brasil podem gerar uma pesquisa de extrema importância para a área educacional do país. Nesse sentido, abordar as propostas pedagógicas de Marina Reidel, Adriana Sales e Thiffany Odara, por exemplo, pode ser essencial para o desenvolvimento educacional da população trans. Tais abordagens podem ser enriquecidas tanto pelo trabalho realizado por Maria Clara Araujo dos Passos em 2022, que apresenta uma visão sobre essas pedagogias, chamando-as de pedagogias das travestilidades, quanto pelas diversas pesquisas da professora Jaqueline Gomes de Jesus, que têm contribuído sistemicamente para a evolução progressiva dessas pedagogias nas esferas psicoeducacionais.

A implementação precisa ocorrer a partir dos estudos já realizados e com a proposição de novas abordagens que busquem garantir uma educação de qualidade para a população trans. Além disso, é necessário oferecer um ensino mais abrangente, que inclua, de forma completa, todas as pessoas em situações semelhantes, como proposto por Freire em sua pedagogia do oprimido. É fundamental que todas as visões já existentes sejam integradas ao processo educacional, alinhando-se com as demandas atuais e os desafios do presente.

Por esse motivo, é importante analisar, de maneira abrangente, as propostas pedagógicas das pensadoras trans e a análise que localiza a pedagogia das travestilidades, seja integrando os ensinamentos da pedagogia do oprimido de Freire ou apresentando uma nova abordagem genuína. Assim, em qualquer circunstância, é primordial buscar diferentes possibilidades para tornar nossas escolas mais progressistas, críticas e capazes de criar um ambiente democrático.

Assim, a pesquisa permitiu identificar o percurso educacional das pessoas dissidentes de gênero, abrindo portas para diversas perspectivas essenciais, visando à inclusão efetiva e diversificada dos grupos mais marginalizados. Para isso, a sociedade, em particular os profissionais da área da educação, necessitam de capacitação e conscientização. Dessa maneira, para efetivamente concretizar essa situação, é importante identificar alternativas viáveis, seja por meio de eventos específicos, da divulgação de notícias e de programas de entretenimento na mídia que propaguem informações relevantes sobre a comunidade de pessoas transgênero, ou pela efetiva implementação e fiscalização das leis pelas autoridades responsáveis. Tornar factíveis e efetivas tais ações

é crucial e pode garantir a plena inclusão das pessoas trans e travestis em todos os aspectos da sociedade.

O objetivo é expandir os ambientes educacionais e transformar as escolas em locais seguros em todos os aspectos. Melhorar a qualidade da educação para todos é uma responsabilidade de cada um, pois, quando os estudantes não são respeitados em sua individualidade, torna-se difícil proporcionar um ensino de excelência. Nesses casos, as escolas acabam favorecendo apenas uma parcela da sociedade, excluindo a outra e tornando a experiência dos excluídos dolorosa, o que pode levá-los a se afastarem do ambiente escolar, de forma direta ou indireta.

É de extrema importância persistir e confrontar o sistema opressor e seus preconceitos, a fim de viabilizar a concretização dessas premissas. Dessa forma, as pessoas trans e travestis poderão conquistar a inclusão social, que tem avançado com a introdução de novos conceitos e práticas no meio educacional. Diante desse cenário, mesmo defronte a desafios que, por vezes, parecem intransponíveis, é importante que os aliados e a comunidade trans-travesti permaneçam firmes, pois, apesar da dificuldade, é viável seguir adiante com essa mudança e concretizá-la.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAO, Silvia. **Quais políticas, quais sujeitos?** Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). Cad. Pagu, Campinas, n. 51, e175107, 2017.

ALVES, Erinaldo; NASCIMENTO, Erinaldo Ferreira do; MACENA JÚNIOR, Ibernnon Alves de. **O Currículo Escolar e sua Relação com o Projeto Político-Pedagógico:** análise do processo de construção em uma escola estadual de um município de Sergipe. Revista de Educação, Saúde e Ciências do Xingu, v. 1, n. 6, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/rescx/article/view/7019>. Acesso em: 22 out. 2023.

ANDRADE, Karylleila dos Santos, GONÇALVES, Sheila de Carvalho P., PORTO, Filipe; ANDRADE, Luciana C. e Silva. **Bajubá:** Linguagem de Gupo LGBTT como representação sócio-histórica e cultural. Palmas, TO: 2018. Disponível em: <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/5744/14970>. Acesso em: 14 set. 2022.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola:** Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa. 1ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Metanoia Editora, 2015.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante.** Porto Alegre: Artmed, 2009. 138p.

ARAUJO, Gabriela Costa. 2018. **(Re) encontrando o Diálogo de Bonecas: o bajubá em uma perspectiva antropológica.** 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21850/3/%28Re%29encontrandoDi%3%a1logoBonecas.pdf> Acesso em: 8 jan. 2024.

ARAUJO, Gabriela Costa. **Bajubá: Memórias e Diálogos das Travestis.** 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2020.

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **Gestão escolar.** Curitiba: Iesde, 2009. Disponível em: [http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO\\_gestao\\_escolar.pdf](http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_gestao_escolar.pdf). Acesso em: 10 out.2023.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas educacionais e desigualdades:** à procura de novos significados. Educação & Sociedade, v. 31, n. 113, p. 1381–1416, dez. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000400017&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400017&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 24 out. 2023.

BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália:** Novela Sociolinguística. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta:** Língua e Poder na Sociedade Brasileira. 2. ed. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2003.

BALARDIM, Graziela. **Regimento escolar: o que é, para que serve e como elaborá-lo,** 8 set. 2022. Disponível em: <https://www.clipescola.com/regimento-escolar/>. Acesso em: 10 out. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 232p.

BARROSO, Renato Régis. **Pajubá: o código linguístico da comunidade LGBT**. Manaus: UEA, 2017. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/1945>. Acesso em: 21 abril 2024.

BENEVIDES, Bruna G. **DOSSIÊ: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), 2024.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico** Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 30 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 11.471, de 6 de abril de 2023**. Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11471.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11471.htm). Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. **DEL3688**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3688.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3688.htm). Acesso em: 5 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 junho de 2014. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano\\_nacional\\_de\\_educacao/plano\\_nacional\\_de\\_educacao\\_pne\\_2014\\_2024\\_linha\\_de\\_base.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf). Acesso em: 21 fev. 2024.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: documentos Temas Transversais**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. 1995. Disponível em: <https://bresserpereira.org.br/documents/mare/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8035/2010, de 2010**. Plano Nacional da Educação. Brasília, DF, p. 1-34. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=831421](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831421). Acesso em: 30 ago. 2022.

BRINQUEDOS ESTRELA. **Tutorial Jogo de Mímica**. 28 set. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K9-EZR3AZfA>. Acesso em: 14 jan. 2024.

BUENO, Alexandre Marcelo. **O Racismo Recreativo Contra Descendentes de Asiáticos/as: uma abordagem discursiva**. *Trabalhos em Linguística Aplicada* 61 (17 de junho de 2022): 137–147. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318139563511520210310>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/bfTK5RYHzPLT8FN4gTpfBRC/?lang=pt> Acesso em: 18 nov. 2023.

BUSCARIOLO, Karisa Guimarães. **Os diversos tipos de família no Brasil**. *Etic-Encontro de Iniciação Científica-ISSN 21-76-8498*, v. 15, n. 15, 2019. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/7949>. Acesso em: 12 out. 2023.

CARREIRA, Denise. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma**. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042016-101028/publico/DENISE\\_CARREIRA\\_rev.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042016-101028/publico/DENISE_CARREIRA_rev.pdf). Acesso em: 30 ago. 2022.

CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir Valdir dos. A laicização da educação na transição do Império para a República no Brasil: ensino leigo ou religioso?. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 1-19, Florianópolis, 19 ago. 2021.

CHABALGOITY, Diego. **Aprendendo a subverter**: reflexões de inspiração freiriana sobre lutas identitárias e formação de sujeitos coletivos. *In*: OLIVEIRA, Fábio A. G.; INFRAN, Fernanda. **Aprendendo a Transgredir diálogos a partir de Bell Hooks e Paulo Freire**. Rio de Janeiro, 2022. Ape’Ku editora.

CHARLOTTE, Halpern; LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. As abordagens a partir dos Instrumentos da ação pública. *In*: OLIVEIRA, Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick. **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos**, Escola Nacional de Administração Pública (Brasil), p. 31-59, 2021.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. Um breve comparativo entre as LDBs. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 29, 3 de agosto de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-ldbs>. Acesso em: 21 jan. 2023.

COMÉDIA MTV (32) | **Escola de Gays** (01/11/2012), 6 de novembro de 2012. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=KNf7\\_f5sGL4](https://www.youtube.com/watch?v=KNf7_f5sGL4). Acesso em: 7 jan. 2024.

COSTA, Margareth Torres de Alencar; DIAS, Roberto Muniz. **Os Espaços dos Corpos e das Performances em a Idade do Ouro do Brasil e em Nome do Desejo de João Silvério Trevisan**. 2022. Disponível em: <http://desenredos.com.br/wp-content/uploads/2023/09/42-Artigo-MargarethTorres-RobertoMunizDias.pdf> Acesso em: 20 jun. 2023.

COSTA, Nelson Lage da; FREITAS, Virginia Maria Almeida de Freitas. **Alguns fatores determinantes da saúde infantil Iorubá da Nigéria**. 2010. Disponível em: <http://146.164.248.81/hcte/downloads/sh/sh3/trabalhos/Nelson%20Lage%20da%20Costa%20e%20Virginia.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

COUTINHO, Laerte. **Acervo Laerte**. Disponível em: [https://laerte.art.br/acervo/?\\_sfm\\_decada=2020](https://laerte.art.br/acervo/?_sfm_decada=2020). Acesso em: 13 set. 2023.

COUTINHO, Laerte. **Acervo Laerte**. Disponível em: [https://laerte.art.br/acervo/?\\_sfm\\_decada=2010](https://laerte.art.br/acervo/?_sfm_decada=2010). Acesso em: 13 set. 2023.

CUNHA, Hudson. **Cidade Ocidental se destaca na Escala Brasil Transparente**. Hudson Cunha, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://hudsoncunha.com.br/cidade-ocidental-se-destaca-na-escala-brasil-transparente/>. Acesso em: 7 jun. 2024

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil sem homofobia**. São Paulo: Catálogo USP, 2011. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-095913/publico/MARCELO\\_DANILIAUSKAS.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06072011-095913/publico/MARCELO_DANILIAUSKAS.pdf). Acesso em: 21 jan. 2023.

DESLANDES, Keila. **Homotransfobia e direitos sexuais: Debates e embates contemporâneos**. Belo Horizonte. Autêntica, 2018.

DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência**. Educar em Revista, n. 39, p. 39–50, abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vPn3QsCqr7HXykj5TbzL6tr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

ELIAS, Vanda Maria da Silva. 2021. **Orientações para o uso de uma linguagem inclusiva: nota técnica de orientação**. 2021. Disponível em: [https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/60268/Linguagem%20inclusiva\\_nota%20te%cc%81cnica%202021.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/60268/Linguagem%20inclusiva_nota%20te%cc%81cnica%202021.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 jan. 2024.

EW, Raquel de Andrade Souza, CONZ, Jaqueline, FARIAS, Aline Daniela Gonçalves de Oliveira, SOMBRIO, Paula Biazetto Machado, ROCHA, Kátia BONES. **Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível**. Revista Psicologia em Pesquisa, v. 11, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23437>. Acesso em: 16 out. 2023.

FARIAS, Ricardo Chaves de; SOUZA, Mariana Rezende; COELHO, Lucas Lima. **Representações do Entorno do Distrito Federal na geografia escolar: um estudo de**

Valparaíso de Goiás. **Itinerarius Reflectionis**, v. 14, n. 2, p. 01-17, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Lucas-Coelho-3/publication/326275441\\_REPRESENTACOES\\_DO\\_ENTORNO\\_DO\\_DISTRITO\\_FEDERAL\\_NA\\_GEOGRAFIA\\_ESCOLAR\\_um\\_estudo\\_de\\_Valparaíso\\_de\\_Goias/links/5c640ec1a6fdccb608bfd833/REPRESENTACOES-DO-ENTORNO-DO-DISTRITO-FEDERAL-NA-GEOGRAFIA-ESCOLAR-um-estudo-de-Valparaíso-de-Goias.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Lucas-Coelho-3/publication/326275441_REPRESENTACOES_DO_ENTORNO_DO_DISTRITO_FEDERAL_NA_GEOGRAFIA_ESCOLAR_um_estudo_de_Valparaíso_de_Goias/links/5c640ec1a6fdccb608bfd833/REPRESENTACOES-DO-ENTORNO-DO-DISTRITO-FEDERAL-NA-GEOGRAFIA-ESCOLAR-um-estudo-de-Valparaíso-de-Goias.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

FERRAREZE, Rafael Bozzo. **Bonecas na Noite: histórias cotidianas de travestis e transexuais**. 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/44126759/Bonecas\\_na\\_noite\\_\\_Historias\\_cotidianas\\_de\\_travestis\\_e\\_transexuais.pdf](https://www.academia.edu/download/44126759/Bonecas_na_noite__Historias_cotidianas_de_travestis_e_transexuais.pdf). Acesso em: 05 jan. 2024.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Donas de rua, vidas lixadas: interseccionalidades e marcadores sociais nas experiências de travestis com o crime e o castigo**. 2018. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16591/1/phd\\_guilherme\\_gomes\\_ferreira.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16591/1/phd_guilherme_gomes_ferreira.pdf). Acesso em: 10 mar. 2024.

FERREIRA, Tatiana Cristina Diniz *et al.* Percepções e atitudes de professores de escolas públicas e privadas perante o tema drogas. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 14, p. 551–562, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KVXN9BHdjfqvS3KtxdCQwt/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 16 out. 2023.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. Reconstruções do passado na África Central: interfaces entre linguística, arqueologia e história. 2019. *In*: SILVA, Tatiana Raquel Reis; BARBOSA, Viviane de Oliveira. **África Afro-Brasil em Debate**. 1. Ed. São Luís: Eduema, 2019. Disponível em: <https://repositoriodev.ufba.br/handle/ri/35882>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FLICK, Uwe. 2009. **Qualidade na pesquisa qualitativa: coleção pesquisa qualitativa**. Porto Alegre; Artmed; 2009. 196 p.

FOLTER, Regiane. **Linguagem inclusiva e linguagem neutra: entenda a diferença!** 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/linguagem-inclusiva-e-linguagem-neutra-entenda/>. Acesso em: 09 fev. 2023.

FOX, Lorelay. **O que é Pajubá?**. 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QJiHj5-ZhLo>. Acesso em: 7 jan. 2024.

FRANCO, Neil. Transfobia e cotidiano escolar: impactos na relação docente/discente. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 27, n. 65/1, p. 469-486, 2018. DOI: 10.29286/rep.v27i65/1.6592. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/6592>. Acesso em: 7 mar. 2024.

FRANCO, Neil, e CICILLINI, Cua Graça Aparecida. **Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: caminhos percorridos e obstáculos enfrentados**, 2013. Disponível em:

[https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt23\\_3241\\_texto.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt23_3241_texto.pdf). Acesso em: 28 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65<sup>a</sup>. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GABRY, Thiago da Silva. Infância Bicha: crianças LGBTI+ e o espaço escolar. *In*: OLIVEIRA, Fábio A. G. e INSFRAN, Fernanda. **Aprendendo a Transgredir diálogos a partir de Bell Hooks e Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2022.

GASPODINI, Icaro Bonamigo, JESUS, Jaqueline Gomes de. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. **Revista Universo Psi: Faculdades Integradas de Taquara**, v. 1, n. 2, p. 33-51, ago. 2020.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. cap. 1 Linguagem, Poder e Discriminação. 3. ed. brasileira. São Paulo, SP: Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 1991.

GOMES, Robert Moura Sena. **Por uma linguística (mais) popular**: a construção do gênero neutro como dissidência linguística. 2022. 234 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Curso de Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Curricular para Goiás/ DC-GO**. Goiânia, 2020. Disponível em: [https://site.educacao.go.gov.br/files/AlfaMais/DCGO-DocumentoCurricular/DCGO\\_interativo\\_%20Ampliado\\_volII.pdf](https://site.educacao.go.gov.br/files/AlfaMais/DCGO-DocumentoCurricular/DCGO_interativo_%20Ampliado_volII.pdf) Acesso em: 23 out. 2023.

JORNAL O DESPERTAR. **Portal de entrada do distrito do Jardim Ingá é inaugurado** - Jornal O Despertar. Disponível em: <https://jornalodespertar.com.br/portal-de-entrada-do-distrito-do-jardim-inga-e-inaugurado/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia: identificar e prevenir**. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. ISBN 9788563439680.

KAFFER, Karen Ketlin, RAMOS, Felipe Gerais, ALVES, Alvaro Luis, e TONON, Leonardo. A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para a inserção profissional. Em **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/52>. Acesso em: 28 nov. 2023.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Tradução de Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KROSKRITY, Paul V. Language Ideologies. *In*: DURANTI, Alessandro. **A Companion to Linguistic Anthropology**. 1. ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004.

LEISTNER, Rodrigo Marques e AGUIAR, Alexsandro Teixeira de. A polêmica da sacralização de animais nos terreiros afrobrasileiros e os percursos da laicidade no Brasil. **Revista Relegens Thréskeia**, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/relegens/article/download/75593/42020#:~:text=Tal%20pol%C3%AAmica%20ocorre%20desde%20o,verificados%20nos%20terreiros%20afro%2Dbrasileiros>. Acesso em: 19 set. 2022.

LEITE, Carlinda. Políticas de flexibilização do currículo nacional e sua relação com a melhoria. *In*: MORGADO, José Carlos; VIANA, Isabel Carvalho; PACHECO, José Augusto (org.). **Currículo, Inovação e Flexibilização**. Santo Tirso: De Facto Editores, 2019, p. 83-94.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. **Linguagens Pajubeyras: Re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade**. Editora Devires. Edição do Kindle, 2017.

LIMA, Francisca das Chagas Silva; CARDOZO, Maria José Pires Barros. Diversidade e Gestão Democrática no Contexto Educacional. *Revista Exitus*, v. 8, n. 1, p. 87-111, jan. 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v8n1/2237-9460-exitus-8-1-87.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

LIMA, Paulo Gomes. A Diversidade nas Políticas Educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, p. 27-42, 26 jan. 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6198>. Acesso em: 24 out. 2023.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 77, p. 70-87, dez. 2020.

MAIO, Eliane Rose; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. **O “entre-lugar” das trans nas escolas**. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 8, p. 307-324, out. 2017.

MARQUES, Marquinhos. **Valparaíso de Goiás completa 22 anos de emancipação**. *Jornal Opção*, Valparaíso de Goiás, junho de 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-geral/regiao-de-brasilia/valparaiso-de-goias-completa-22-anos-de-emancipacao-96853>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MARTINS, Rodrigo Nóbrega. **Variedades Linguísticas: as modalidades formal e informal da Língua Portuguesa**. Juazeiro do Norte, CE: Revista Juno, 2018. Disponível em: <https://portalee.com.br/index.php/Juno/article/download/89/80>. Acesso em: 19 set. 2022.

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/download/2157/pdf>. Acesso em: 18 out.2023.

MELO, Adriana A. Sales. **A mundialização da educação**. Consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Macéio: Edufal, 2014.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

MONTEIRO, Edson Lopes da Silva. **Bolsonarismo e a manipulação do brasileiro autoritário: nazifascismo a serviço do neoliberalismo**, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/32246> Acesso em: 18 jan. 2024.

MOREIRA, Jasmine. **Janelas Fechadas: O percurso da pauta LGBT no PNE 2014**. Paraná: Biblioteca de Ciências Humanas – UFPR, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44031/R%20-%20D%20-%20JASMINE%20MOREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jan. 2023.

NETO, Pasquale Cipro; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Icone Editora, 1998.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação**. 1. ed. Salvador - BA: Devires, 2020. 1-134 p. ISBN 978-65-86481-01-3.

OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 1943–1967, dez. 2011.

OLIVEIRA, Bethânia Gomes Dias. **ENEM 2018: censura ao Pajubá e epistemologias em conflito**. Brasília, DF. Universidade Federal de Brasília, 2021. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/30339/1/2021\\_BethaniaGomesDiasOliveira\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/30339/1/2021_BethaniaGomesDiasOliveira_tcc.pdf). Acesso em: 8 jan. 2024.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Construção Coletiva Do Projeto Político-Pedagógico (PPP) Da Escola**. 2006. Disponível em: <https://drb-m.org/av1/Aconstrucaocoletivadoprojetopoliticopedagogico.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

OLIVEIRA, Lidiane Cristina Andrade de. **Respeitem os nossos pronomes, respeitem os nossos corpos e respeitem as nossas histórias: a biblioteca como âncora informacional para mulheres trans**. B.S. thesis—[s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54019> Acesso em: 27 de dez. de 2023.

PAJUBÁ ILUSTRADO. **Quadrinhos do dialeto LGBT brasileiro Pajubá e outros termos LGBT regionais**. Disponível em: <https://www.instagram.com/pajubailustrado?igsh=cGpoYmM2eWZwc-Wxh>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PASQUALINI, Juliana Campregher. **Três teses histórico-críticas sobre o currículo escolar**. Educação e Pesquisa, v. 45, p. e214167, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/pV9FC79jqjqYGQD6t4D5TJc/>. Acesso em: 10 out. 2023.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das Travestilidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. 1-128 p. ISBN 978-65-5802-074-5.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre antropologia e educação. **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 23, n. 49, p. 149-176, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO).

PEREIRA, Cicero Roberto; TORRES, Ana Raquel Rosas; FALCÃO, Luciene; PEREIRA, Annelise Soares. O papel de representações sociais sobre a natureza da homossexualidade na oposição ao casamento civil e à adoção por famílias homoafetivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, p. 79-89, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/9wDV7F66tBhLXcxW77qs5jC/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2023.

PEREIRA, Rosana da Silva. Eles gritam pelo golpe. Nós gritamos pela re-sistência: análise da caminhada pelas políticas públicas de ação afirmativa no Ensino Superior e a imersão na onda conservadora atual do Brasil. **Revista Três Pontos**, v. 17, n. 1, p. 17–21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/39586>. Acesso em: 06 out. 2023.

PIMENTA, Rodrigo Mello de M.; MELLO, Satina PM Pimenta; MARTINS, Everton Basílio de C. Intolerância religiosa: a ineficácia das leis na proteção dos adeptos das religiões de matrizes africanas. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, n. 2, v. 3, p.143–59. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32264/21408> Acesso em: 18 jan. 2024.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: teoria queer of colour e trânsitos para o sul. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. 1-38, Campinas, 4 out. 2018. FapUNIFESP (SciELO).

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: teoria queer of colour e trânsitos para o sul. **Cadernos Pagu**, n. 53, p. 01-38, Campinas, 4 out. 2018. FapUNIFESP (SciELO).

REDECOL BRASIL. **Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME) é criada em Goiás e engloba 12 municípios**. Redecol Brasil .:. Site oficial de Notícias de Cristalina Goiás e Entorno de Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.redecol.com.br/2023/01/regiao-metropolitana-do-entorno-do-distrito-federal-rme-e-criada-e-passa-a-ser-a-segunda-rme-do-estado-de-goias.html>. Acesso em: 7 jun. 2024.

RISK, Eduardo Name. **Formações discursivas sobre homossexualidade em telenovelas brasileiras**. Ribeirão Preto, SP. 2018. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-16122019-153852/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e cultura**, v. 57, n. 2, p. 35–38, 2005. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252005000200018&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252005000200018&script=sci_arttext) Acesso em: 12 de jan. de 2023.

RODRIGUES, Iracy Maués. **A presença das famílias homoparentais na escola**. 2019. Disponível em: [https://bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/2479/1/TCC\\_PresencaFamiliasHomoparentais.pdf](https://bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/2479/1/TCC_PresencaFamiliasHomoparentais.pdf). Acesso em: 15 out. 2023.

RODRIGUES, Rafael. **Crescimento do Entorno justifica manutenção do FCDF, além de inclusão desses municípios no Fundo**. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/censo/crescimento-do-entorno-justifica-manutencao-do-fundo-constitucional-alem-de-inclusao-desses-municipios-no-fcdf-503534/>. Acesso em: 10 out. 2023.

ROMAINE, Susane. **Language in Society An Introduction to Sociolinguistics**. 2. ed. New York, NY: Oxford, 2000.

ROMANCINI, Richard. **Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil**. Revista Contracampo, v. 37, n. 2, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/c57fda2c-3b0e-4924-b6b4-8d2d1008848b/003028807.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SALABERT, Duda. **Discurso da deputada Duda Salabert, PDT-MG em 08 de março de 2023. Sessão: 17.2023, às 18h44min**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=17.2023&nuQuarto=2827910&nuOrador=1&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=18:44&sgFaseSessao=OD&Data=08/03/2023&txApelido=Duda%20Salabert,%20PDT-MG&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Ordin%3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:44&txEtapa=>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SANTOS, Esdranne da Silva. **BNCC e educação histórica: diretrizes para a diversidade cultural**. 2023. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4952>. Acesso em: 15 out. 2023.

SANTOS, Hiago Bezerra dos. **Língua, travestilidade e negritude: uma análise discursiva do álbum Pajubá de Linn da Quebrada**. 2022. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/18602/2/Hiago\\_Bezerra\\_Santos.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/18602/2/Hiago_Bezerra_Santos.pdf) Acesso em: 08 de janeiro de 2024.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MEDEIROS, Emerson Augusto de. Docência(s) – História, Formação e Práticas Escolares. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 16, n. 3, p. 1377-1385, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619869093001/html/>. Acesso em: 25 dez. 2023.

SANTOS, Maria Graziela Correia dos. 2022. **Práticas para combater o discurso machista em sala de aula**. Disponível em: [https://coloquioeducon.com/org\\_trabalhos/adm/exportar\\_trabalho\\_pdf.php?id\\_trabalho=454](https://coloquioeducon.com/org_trabalhos/adm/exportar_trabalho_pdf.php?id_trabalho=454). Acesso em: 20 fev. 2024.

SANTOS, Rosiane de Oliveira da Fonseca e FERREIRA, Késia da Silva Almenara. Professores ou educadores: o currículo vivenciado na perspectiva da educação emancipatória. *In*: OLIVEIRA, Fábio A. G. e INFRAN, Fernanda. **Aprendendo a Transgredir diálogos a partir de Bell Hooks e Paulo Freire**. Rio de Janeiro, 2022. Ape'Ku editora.

SANTOS, Alexandre Pereira *et al.* O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, p. 430-442, dez. 2017.

SARDÁ-VIEIRA, Marcos; FLORES, Maria Bernardete Ramos. Ressignificar a moradia diante da condição cis-heteropatriarcal contemporânea. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (online), v. 21, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/download/204477/198347/652348>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SARTORI, Thiago Luiz. **Educação, direitos humanos e políticas afirmativas: acesso e permanência do estudante trans no ensino superior**. Cadernos de Gênero e Tecnologia, v. 15, n. 46, p. 261–275, 2022. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/view/14303/9365>. Acesso em: 6 out. 2023.

SCOTE, Fausto Delphino **Será que temos mesmo direitos a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9202/SCOTE\\_Fausto\\_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9202/SCOTE_Fausto_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 06 out. 2023.

SILVA, André Luiz Souza da; SILVA JR., Leônidas José da. O Pajubá no ENEM: Preconceito e Diversidade Linguística. Conselho Editorial Científico, p. 238 a 268, 2021. *In*: ÁVILA-NOBREGA, Paulo Vinícius; MANGUEIRA, José Vilian. **Estudos sobre Línguas e Literaturas na Educação Básica**. 1. Ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

SILVA, Fernanda de Moraes da. **As Raízes Históricas do Pajubá ou Bajubá: Encruzilhada Dialética das Mulheres Transexuais e Travestis que já foi usado como Linguajar Codificado e Instrumento de Resistência**. 2022. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/2022/03/as-raizes-historicas-do-pajuba-ou.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.

SILVA, Jovanna Baby Cardoso da. **Bajubá Odará: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis do Brasil**. Picos, PI: Fonatrans, 2021.

SILVA, Mariah Rafaela. **Zonas de te(n)são entre desejo e nojo**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 1-177, 2023. Disponível em:

[https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28695/Tese%28vers%c3%a3o\\_final\\_revisada%29%20-%20Mariah%20Rafaela%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28695/Tese%28vers%c3%a3o_final_revisada%29%20-%20Mariah%20Rafaela%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 1º mar. 2024.

SOARES, Marco Aurélio de Almeida. **A importância de políticas afirmativas para a população trans no espaço escolar**. Escritos na Diversidade: gênero e interculturalidade, p. 115, [s.d.]. Disponível em: [https://en.rfbeditora.com/\\_files/ugd/baca0d\\_a027f1e1fae14dca98881e43d9847266.pdf#page=116](https://en.rfbeditora.com/_files/ugd/baca0d_a027f1e1fae14dca98881e43d9847266.pdf#page=116). Acesso em: 6 out. 2023.

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, n. 11, Natal, p. 157-176, 2014.

SOUZA, Homero Henrique de; FIALHO, Lia Machado Fiuza. A importância das políticas públicas educacionais para as questões de gênero e sexualidade na escola. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 2, n. 3, p. 19–32, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/3863>. Acesso em: 12 out. 2023.

SOUZA, José Antônio Correia de. **A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/bitstream/tede/1577/2/A%20POLITICA%20EDUCACIONAL.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

TÁRSIA, Rodrigo Amorim. **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero - #homem-cis**. Tesouro Semântico Aplicado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/22168>. Acesso em: 23 jan. 2023.

TAVARES, Hiago de Souza. **Travesti não entra: uma breve análise do tratamento dispensado às travestis no período da ditadura militar**. Universidade Federal Fluminense Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional Licenciatura em Ciências Sociais. Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/14458/Hiago-TCC-.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 jan. 2024.

THEOBALD, Irmgard Margarida; RIBOLLI, Aloir; LOPES, Jolar Vieira; ULIANA, Maria Aparecida Loss. **Projeto político-pedagógico da unidade escolar: princípio de democracia**. Gestão Escolar, p. 83, 2009. Disponível em: <https://www.editorasolucao.com.br/editorasolucao/erratas/10757/11025/colares-maria-lilia-imbiriba-sousa-org-et-al-gestao-escolar-enfrentando-os-desafios-cotidianos-em-escolas-publicas-curitiba-editora-crv-2009.pdf#page=83>. Acesso em: 10 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASÍLIA (UnB). **CEAM na Semana Universitária 2023**. 2023. Disponível em: <https://ceam.unb.br/extensao/semana-universitaria-2023>. Acesso em: 20 mar. 2024.

VALPARAÍSO DE GOIÁS. **História de Valparaíso de Goiás**. 2023. Disponível em: <https://valparaisodegoias.go.gov.br/cidade/historia-da-cidade/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

VALPARAÍSO DE GOIÁS. **Sobre a secretaria**. 2023. Disponível em: <https://educacao.valparaisodegoias.go.gov.br/sobre-a-secretaria/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

VIANA, Nildo. **O que são Minorias? Revista Posição**, v. 3, n. 09, p. 27–32, 2016. Disponível em: <http://redelp.net/index.php/pos/article/view/147>. Acesso em: 12 out. 2023.

VIEIRA, Eduardo Alves. **O uso de Gírias e Expressões LGBTQIA+ por Mulheres Cis-Heterossexuais. Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 20–42, 27 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/42475/35412> Acesso em: 10 jan. 2024.

VIEIRA, Fábio. **GLOSSÁRIO das bixas 1º lição**, 20 nov. 2012. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=oaUL7i\\_Ln4I](https://www.youtube.com/watch?v=oaUL7i_Ln4I). Acesso em: 7 jan. 2024.

VIEIRA, Fábio. **GLOSSÁRIO das bixas 2º lição**, 20 nov. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ieX-wJuiH4Q>. Acesso em: 7 jan. 2024.

VILLELA, Gabriel Merlim Moraes; GIORGI, Maria Cristina; ALMEIDA, Fabio Sampaio de; VARGENS, Dayala Paiva de Medeiros. **Documentos jurídicos, “cura gay” e legitimação do heterossexismo: uma análise discursiva do PDC 234/2011. Letrônica**, v. 13, n. 2, p. e36006–e36006, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/letronica/article/view/36006>. Acesso em: 08 fev. 2023.

VIP, Angelo; LIBI, Fred. **Aurélia, a dicionária da línguaafiada**. 24ª ed. São Paulo, SP: Editora Bispo, 2006.

VITTAR, Pablo e Thalia. **Tímida**. Rio de Janeiro: Sony Music Entertainment: 2020. 1 música, Spotify. Duração 2:37.